

HOMENAGEM AOS FUNDADORES
DA
ACADEMIA DE MARINHA



ACADEMIA DE MARINHA
50 ANOS

2019

FICHA TÉCNICA:

Título

HOMENAGEM AOS FUNDADORES DA ACADEMIA DE MARINHA

Edição

Academia de Marinha

Coordenador

Artur Teodoro de Matos

Assessor de edição

José dos Santos Maia

Publicação e Distribuição

Academia de Marinha

Edifício da Marinha

Rua do Arsenal

1149-001 Lisboa

Impressão e Acabamento

Página Ímpar Lda.

Tiragem

200 exemplares

ISBN

978-972-781-150-2

Depósito Legal

455602/19

Data de edição

Maio 2019

ÍNDICE

1. PREFÁCIO	5
2. NOTA INTRODUTÓRIA	11
3. BIOGRAFIA DOS FUNDADORES	
<i>Virgínia Robertes Rau</i>	20
<i>António Marques Esparteiro</i>	44
<i>Armando Zuzarte Cortesão</i>	70
<i>Avelino Teixeira da Mota</i>	106
<i>Humberto dos Santos Leitão</i>	130
<i>Joaquim Alberto Iria Júnior</i>	152
<i>Jorge Maia Ramos Pereira</i>	168
<i>Luís Mendonça de Albuquerque</i>	192
<i>Manuel Maria Sarmento Rodrigues</i>	212
<i>Octávio Lixa Filgueiras</i>	232
4. COLABORADORES DO VOLUME	
<i>Ana Leal de Faria</i>	259
<i>Álvaro Garrido</i>	259
<i>António Costa Canas</i>	259
<i>Artur Teodoro de Matos</i>	260
<i>Carlos Manuel Baptista Valentim</i>	260
<i>Fernando David e Silva</i>	260
<i>Francisco Contente Domingues</i>	261
<i>Francisco Roque de Oliveira</i>	261
<i>Jorge Semedo de Matos</i>	261
<i>José Manuel Malhão Pereira</i>	262
<i>Manuel Lobato</i>	262
<i>Maria de Fátima Reis</i>	263

PREFÁCIO

Em 2019 perfazem-se cinquenta anos do lançamento da primeira pedra da magnífica construção académica do que hoje se designa por Academia de Marinha.

Tudo começou, pois, em 1969. No entanto, foi ainda em 1968 que a Professora Doutora Virgínia Rau e o Comandante Teixeira da Mota submeteram ao Almirante Sarmiento Rodrigues a ideia da necessidade de se constituir um grupo de reflexão e estudo da História da Marinha Portuguesa. Porquê Sarmiento Rodrigues? Pelo prestígio nacional e internacional que granjeava e pelas facilidades que certamente conseguiria obter para a sua criação e apoio no seio da Marinha.

E assim foi. Reconhecendo a necessidade de impulsionar o desenvolvimento de estudos de história marítima, decidiu o então Ministro da Marinha, Almirante Manuel Pereira Crespo por portaria nº23958 de 05 de Março desse ano, criar o Grupo de Estudos de História Marítima (G.E.H.M.) no sentido de “promover e apoiar os estudos de história marítima, nomeadamente a portuguesa; intensificar as relações e o intercâmbio entre historiadores da especialidade, nacionais e estrangeiros; colaborar com organismos de natureza afim, designadamente a Comissão Internacional de História Marítima”.

Em 05 de Maio de 1969 foram, por Despacho Ministerial nº 39 do Ministro da Marinha, nomeados os primeiros dez membros do Grupo:

- Doutora Virgínia Robertes Rau
- Capitão-de-mar-e-guerra António Marques Esparteiro
- Doutor Armando Zuzarte Cortesão
- Capitão-de-fragata Avelino Teixeira da Mota
- Capitão-de-mar-e-guerra reformado Humberto José dos Santos Leitão
- Dr. Joaquim Alberto da Iria Júnior
- Contra-Almirante na reserva Jorge Maia Ramos Pereira
- Professor Luís Mendonça de Albuquerque
- Contra-Almirante na reserva Manuel Maria Sarmiento Rodrigues
- Arquiteto Octávio Lixa Filgueiras,

personalidades estas que emergiam no universo nacional e que, de há muito se cruzavam nos domínios da história, do estudo dos descobrimentos e da arquitetura naval.

A primeira reunião do G.E.H.M. realizou-se a 10 de Junho com a presença das dez personalidades nomeadas, tendo sido eleito por unanimidade para exercer o cargo de presidente do Grupo por um período de dois anos o Contra-almirante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues.

O resto da história será contada noutro livro, a editar também em 2019 como parte das comemorações do cinquentenário da Academia de Marinha.

O que é importante reconhecer é que, neste percurso de cinquenta anos que se iniciou com o Grupo de Estudos de História Marítima, que um ano depois se alargou às Artes Letras e Ciências transformando-se em Centro de Estudos de Marinha e nove anos mais tarde se transformou finalmente na Academia de Marinha, tudo se deve à visão e ao trabalho dos dez fundadores.

Foi assim decidido, neste ano de comemorações, ser um dever de justiça reconhecer o seu papel, fazendo publicar um livro com as suas biografias.

Tal tarefa tinha que estar à altura das referidas personalidades e dos altos desígnios que mostraram ter. Por isso, foi convidado para coordenar a obra e escolher os autores que considerasse melhor se adequassem a cada um dos biografados, o Senhor Professor Doutor Artur Teodoro de Matos, prestigiado investigador e professor universitário e um dos mais antigos membros eméritos da Academia.

A ele e aos onze autores convidados se deve esta magnífica obra, ficando aqui o meu sincero agradecimento a todo o trabalho realizado.

Aos seis presidentes que me precederam ao leme desta nau fica também a minha homenagem. Não basta construir a barca e largar do porto. Há que a fazer navegar em segurança para cumprir a missão que nos foi cometida – levar o Mar aos portugueses. Fazê-los voltar a acreditar.

Academia de Marinha, 21 de Maio de 2019

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. Vidal Abreu', written in a cursive style.

Francisco Vidal Abreu, Almirante

NOTA INTRODUTÓRIA

Em Setembro de 1955, a quando da realização em Roma do X Congresso Internacional das Ciências Históricas, seria formulado um voto para que se renovasse a antiga Comissão Internacional para a História dos Grandes Descobrimentos, que desaparecera com a Segunda Guerra Mundial. Recorde-se, também, que desde esse ano várias acções eram desenvolvidas no sentido do seu ressurgimento. A revisão do “Glossário Náutico” de A. Jal, os colóquios de História Marítima, realizados em Paris nos anos de 1957, 1958, 1959 e o de Lisboa de 1960 - este “particularmente brilhante” - como então foi classificado, são realizações que desde 1955 iam acontecendo.

Por decisão da Assembleia Geral do Comité Internacional das Ciências Históricas realizada em Upsália em 1960 e na ocasião do seu Congresso de História, seria criada, a 29 de Agosto do mesmo ano, a Comissão Internacional de História Marítima. No mês seguinte, quando se comemoravam os 500 anos da morte do Infante D. Henrique, decorria em Lisboa, sob os auspícios do Ministro da Marinha, o V Colóquio Internacional de História Marítima, subordinado ao tema “Os Aspectos Internacionais da Descoberta Oceânica nos séculos XV-XVI”. A alocução de abertura seria proferida pelo Almirante Lemonnier, então ainda secretário perpétuo da Academia de Marinha de Paris. Nessa conferência, que reuniu cerca de três dezenas de historiadores portugueses e estrangeiros (alemães, brasileiros, espanhóis franceses, ingleses, italianos e holandeses), estariam presentes cinco dos membros que viriam a integrar, quase uma década depois, o futuro Grupo de Estudos de História Marítima¹.

Virgínia Rau, que havia assumido uma das duas vice-presidências da Comissão Internacional da História Marítima, aceitara, com Teixeira da Mota e Siva Rego, a incumbência de coordenarem em Portugal os esforços dos diferentes órgãos de investigação. Estes deveriam concretizar dois dos grandes projectos da Comissão: a revisão do “Glossário Náutico de JAL” e a “Bibliografia da História dos Grandes Caminhos Oceânicos”.

Havia, assim, desde meados da década de cinquenta de novecentos, o objectivo de incrementar os estudos e a divulgação da história marítima. O empenhamento e as realizações cresciam não só em Portugal – onde o seu estudo tinha tradição – mas na Europa e no Mundo. Embora o I Congresso da Associação Histórica Internacional do Oceano Índico não tenha ocorrido como previsto em Atananarivo (Madagáscar), os textos seriam publicados e o II teria lugar em Lourenço Marques (Moçambique) em 1962, juntando também o VI Colóquio Internacional de História Marítima. Sarmento Rodrigues, Governador-Geral de Moçambique, presidiria à sessão de abertura, dando

¹ António da Silva Rego em *Studia*, 10, dava uma alargada notícia da constituição da Comissão Internacional de História Marítima, dos seus Estatutos e Membros, da proposta e plano de actualização da “Bibliografia da História dos Grandes Vias de Comércio Oceânico” relativa aos anos de 1912-1931, dirigida por Eugénio Déprez. Apresentou ainda o programa do II Congresso da Associação Histórica Internacional do Oceano a realizar em Lourenço Marques de 13 a 20 de Agosto de 1962, em simultâneo com o VII Colóquio Internacional da Comissão Internacional de História Marítima. Veja-se também, “A Comissão Internacional de História Marítima” in *Revista de História*, 27 (56): 389.

as boas-vindas e fazendo um cumprimento muito efusivo a Michel Molat, então Presidente da Comissão Internacional de História Marítima².

O XII Congresso Internacional de Ciências Históricas realizado em Viena em 1965 foi a oportunidade para concretizar o VII Colóquio Internacional de História Marítima, que tratou de “As Grandes Vias Marítimas no Mundo (séculos XV-XIX)”. É também de lembrar que em Portugal, desde 1955, Sarmento Rodrigues – então Ministro do Ultramar – criou o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, dirigido por Siva Rego. Aqui este Historiador – injustamente esquecido – desenvolvia um trabalho notável ao nível da publicação de fontes e de instrumentos de investigação e onde os estudos de história ultramarina portuguesa, da história marítima e da navegação haviam granjeado o apreço e o respeito dos historiadores do tema.

Virgínia Rau – uma “percursora da *internacionalização*”, como a classifica Ana Leal de Faria³, investigava há muito esses temas, promovia o seu estudo na Faculdade de Letras de Lisboa e era académica ouvida e respeitada nas muitas conferências internacionais em que participava. Criara e dirigia a revista *Do Tempo e da História* no Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, anexo à mesma Faculdade, de que era fundadora e directora. Os temas de história marítima e da náutica tiveram aqui grande expressão, nela participando autores reconhecidos, como Teixeira da Mota e José Mattoso, ou jovens mas promissores historiadores, como Iria Gonçalves e Olímpia Gil⁴. Também os seminários que esta Historiadora dirigia, quer no âmbito da preparação de dissertações de graduação e pós-graduação, quer no grupo de investigação que a mesma dirigia, muito contribuíram para o incremento dessa história portuguesa, traduzido em inovadoras e notáveis estudos e monografias.

Do grupo de docentes desta Escola, fazia parte Avelino Teixeira da Mota. Historiador já consagrado e “Homem do Mar, Além-Mar e das Ciências”, como o designou Carlos Valentim⁵, ali regia, como professor convidado, a disciplina de História da Expansão Portuguesa desde 1965 e com Virgínia Rau colaborava activamente. Aqui ter-se-á consolidado a noção de lançar um grupo de estudos de história marítima, ligado à Marinha Portuguesa. Era importante não só estudar aspectos ligados a esse tema propriamente dito, mas ao da náutica, da cartografia, da arqueologia, da construção naval, dos instrumentos de navegação e de tudo o que com ela se relacionasse. Por certo que muitos dos nomes que integrariam esse grupo terão sido, porventura, aí aventados. O plano é levado ao prestigiado almirante Sarmento Rodrigues - “Homem do mar, do Império espalhado pelo mundo e Homem culto e ciente do alcance das instituições”, como o qualifica Jorge Semedo de Matos⁶ – que logo o abraça. Leva-o,

² Os textos seriam publicados em *Stvdia*, 11.

³ Veja-se a biografia elaborada pela autora, neste volume.

⁴ A revista *Do Tempo da História* publicou-se de 1965 a 1973, tendo saído cinco volumes.

⁵ Veja-se neste volume a biografia e, do mesmo, VALENTIM, 2007.

⁶ Cf. biografia deste volume.

por isso, ao então Ministro da Marinha Manuel Pereira Crespo, que em Maio de 1969 criará o Grupo de Estudos de História Marítima.

A Marinha Portuguesa possuía uma longa tradição destes estudos. Basta lembrar e apenas a título de exemplo, os estudos de Abel Fontoura da Costa, Alfredo Botelho de Sousa, Quirino da Fonseca, Frazão de Vasconcelos e de tantos outros⁷. Por outro lado vários Oficiais de Marinha produziam na época inovadores e úteis estudos, publicavam fontes primordiais para a história marítima ou fundamentais instrumentos de trabalho na área da dicionarística naval. O Museu de Marinha, então dirigido por Jorge Ramos Pereira – “oficial de Marinha completo: militar, técnico inovador, líder, homem de cultura e cidadão” como aqui o descreve Fernando David e Silva⁸ - prontamente acolheu o promissor Grupo que iniciou a sua actividade com sessões, publicações e outras iniciativas. Mas o futuro imediato do Grupo, embora determinado pelos seus fundadores, pertence já à história da instituição e está fora das intenções desta obra, que é apenas de Homenagem aos seus Fundadores. Outros farão a história do percurso de Grupo de Estudos de História Marítima até à actualidade, neste quinquagésimo aniversário.

Se a constituição deste Grupo que depressa se transformou em Centro foi ideia de alguns, estes souberam reunir em redor de si um conjunto de membros que lhe garantiam credibilidade científica, robustez institucional, operacionalidade no labor e inovação sólida nos resultados. Foi assim que a Virgínia Rau, Teixeira da Mota, Sarmiento Rodrigues e Ramos Pereira se juntaram Armando Cortesão, Marques Esparteiro, Luis de Albuquerque, Humberto Leitão, Octávio Lixa Filgueiras e Alberto Iria.

A Armando Cortesão, “primeiro herdeiro da linhagem republicana e democrática”, como o definiu Francisco Roque de Oliveira⁹ e que era grande especialista em cartografia antiga e com Teixeira da Mota colaborava há muito, juntou-se-lhe Marques Esparteiro. Este, “marinheiro, pedagogo e historiador” no dizer de António Costa Canas¹⁰, era autor de copiosa bibliografia sobre a história da Marinha Portuguesa e conhecedor como poucos das fontes dessa história, não fosse ele também o reorganizador do Arquivo Geral da Marinha, acervo que dirigira durante largos anos. Luis de Albuquerque, que com Armando Cortesão trabalhava em Coimbra no Agrupamento de Cartografia Antiga e com Teixeira da Mota em Lisboa e destacado “professor de matemática de história, académico e cidadão” como o qualifica o seu biógrafo de eleição e colaborador, Francisco Contente Domingues¹¹, destacava-se pelos seus estudos da náutica e da navegação. Humberto Leitão, timoneiro da história de Timor

⁷ Veja-se SILVA, 2016, pp. 18-26 e 38 ss.

⁸ Veja-se a biografia neste volume.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*.

e “homem do mar e homem da ciência” como também o definiu Manuel Lobato¹² e autor de notáveis estudos no âmbito da roteirística, da navegação e da dicionarística naval. Octávio Lixa Filgueiras, acérrimo defensor do “património cultural subaquático” e “um dos pioneiros a ligar o ensino da arquitectura às ciências sociais e aos estudos navais e a pesquisar as tradições vernaculares dos barcos de pesca e de transporte fluvial” como justamente alerta Álvaro Garrido¹³. Mas também Alberto Iria, “modelo de honestidade de arquivista, de investigador esforçado e historiador zeloso”, assim identificado por Fátima Reis. Era o historiador do Algarve, mas também dos Descobrimentos e do Oceano Índico e que no Arquivo Histórico Ultramarino era guia e conselheiro seguro de quem dele se abeirasse na procura das fontes para a história ultramarina portuguesa, sobretudo das existentes no acervo que dirigia.

Um grupo tão qualificado científica e culturalmente, integrado por conceituados historiadores, experientes marinheiros e homens de cultura, sabedores como poucos da história marítima nas suas várias perspectivas, era garantia de profícua actuação. Dai rapidamente se transformar em Centro e em Academia. Ademais, muitos deles trabalhavam ou dirigiam instituições, onde se investigava de modo sério e com correcta metodologia essa temática. Enriquecido ainda por uma pluralidade ideológica dos seus membros, o grupo surgia num momento particular da vida portuguesa. Marcello Caetano assumira a condução da política nacional e havia fundadas esperanças num início de liberalização do regime. Mas a posição de Portugal em África continuava a pesar na política interna e no exterior. Os movimentos independentistas de África intensificam a sua acção e a guerra colonial não dá tréguas, afectando constrangedora e poderosamente toda a sociedade portuguesa. Apesar de proibidas, algumas greves de trabalhadores agitam o país e sobretudo a zona da capital. O movimento estudantil desemboca na crise académica de 69¹⁴. O Grupo de Estudos de História Marítima, porque heterogéneo na sua constituição, não se identifica com ideologias. Prossegue um trabalho sereno, isento, procurando cumprir os objectivos para que se propôs, alargando as suas actividades e reunindo outros investigadores espalhados pelo país e pelo mundo.

Temos pois de concluir que a ideia foi feliz e oportuna, mas foram os seus fundadores que lhe deram sentido, o fortaleceram e o fizeram crescer a tal ponto que hoje aqui estamos a festejar o seu meio século de existência e a homenagear os seus fundadores.

*

¹² *Ibidem*.

¹³ Veja-se a biografia neste volume e GARRIDO, ALVES, 2009.

¹⁴ Cf. SOUSA, RAMALHO, GAMEIRO, 2016, pp. 385-451 e TEIXEIRA, 2012, pp. 282-298.

Uma obra de homenagem aos Fundadores da Academia de Marinha é tarefa nobre, mas difícil de materializar, dada a dimensão da sua grandiosidade. E se nos sentimos honrados pelo convite do nosso Presidente Almirante Francisco Vidal Abreu, a quem agradecemos a confiança, nem por isso diminuiu em nós o peso de responsabilidade de coordenar um volume, traçando a biografia dos fundadores da Academia de Marinha. Todavia tal encargo foi largamente recompensado pelo gosto que tivemos em coordenar um grupo tão qualificado e que pronta e generosamente aderiu em participar com uma biografia da personagem com quem mais se sentia identificado ou que era já objecto dos seus estudos. Se limitações houve na sua elaboração, deverão ser acometidas à coordenação que, embora involuntariamente, pode ter coartado a liberdade de expressão de algum autor. Se tal aconteceu, as nossas desculpas. Mas sobretudo uma grande satisfação e um agradecimento sincero pela vossa excelente colaboração e disponibilidade e pela confiança que sempre nos dispensaram. Um agradecimento também ao nosso Secretário-Geral Comandante Herlander Valente Zambujo e ao Sargento José dos Santos Maia, assessor de edição, pelo esmero e denodo que puseram na elaboração desta obra. A todos muito obrigado.

Artur Teodoro de Matos

BIBLIOGRAFIA CITADA:

GARRIDO, Álvaro, ALVES, Francisco, 2009, *Octávio Lixa Filgueiras – Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa, Âncora Editora-Museu Marítimo de Ílhavo.

Revista de História, 1963, 27 (56): 389, São Paulo, USP.

SILVA, Jorge Manuel Moreira da, 2016, *A Marinha e a História. Dois séculos de Historiografia Naval*, s/l.

SOUSA, Paulo Silveira e, RAMALHO, António J., GAMEIRO, Octávio, 2016, *Cronologias de Portugal Contemporâneo 1960-1969*, Lisboa, Círculo de Leitores,

Stvdia, 1962 (10) -1963 (11), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

TEIXEIRA, Marco, 2012, *História(s) do Estado Novo*, Lisboa, Edições Parsifal.

VALENTIM, Carlos Manuel Valentim, 2007, *Um trabalho de uma vida. Bibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-19829)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha.

BIOGRAFIA DOS FUNDADORES



VIRGÍNIA ROBERTES RAU

(1907-1973)

UMA HISTORIADORA SEM FRONTEIRAS

Ana Leal de Faria

Origens familiares

Virgínia de Bivar Robertes Rau nasceu em Lisboa, na freguesia dos Anjos, a 4 de Dezembro de 1907, filha de Luís Rau Júnior (1865-1943) e de Matilde de Bívar de Paula Robertes Rau (1879-1961), respectivamente, de ascendência alemã e espanhola.

As primeiras notícias que temos dos seus antepassados paternos remontam ao século XVII, com o registo de nascimento de Reitz Rau (17 de Abril de 1627), em Gompertz, no Eleitorado de Hesse-Kassel (anexado pela Prússia em 1866). Protestante calvinista, iniciou uma dinastia de burgueses ligados à cultura do vinho nas regiões do vale do Reno¹.

O avô de Virgínia Rau, Ludwig Rau (1837-1904) - naturalizado português por carta régia de D. Luís (15 de Março de 1888) com o nome de Luís Rau - nasceu em Meerholz, no distrito de Gelnhausen de Hesse-Kassel, à data ainda país independente e membro da Confederação Germânica (19 de Setembro de 1837). Ainda jovem, emigrou para Paris onde trabalhou numa firma de importação de vinhos finos de mesa. Em 1861, os seus negócios levaram-no a Portugal, especialmente à região do Oeste onde, em Alcobaça, conheceu Idalina de Sousa Monteiro (1842-1924), com quem casou (5 de Março de 1863), não sem antes se ter convertido ao Catolicismo (28 de Fevereiro de 1863), prometendo criar os filhos como portugueses e não voltar para a Alemanha. A noiva, que recebeu dos pais um considerável dote, era filha de Narciso Alvares de Azevedo Monteiro (1808-1879), comerciante e grande proprietário vinicultor, e de Maria do Carmo de Sousa Leão (1815-1890).

Depois do casamento, Luís Rau fixou residência em Lisboa. Aí nasceram os quatro filhos do casal: Lídia Amália (1864-1898); Luís, conhecido por Luís Rau Júnior (1865-1943); Ernesto (186?-1945) e José (1869-1954). Na capital, desenvolveu os seus negócios de exportação e importação de vinhos aos quais juntou, a partir dos finais da década de 1880, o carvão, o ferro e o aço, representando diversas firmas alemãs. Por sua vez, o filho, Luís Rau Júnior, teve três filhos do seu casamento com Matilde

¹ As informações sobre a ascendência paterna encontram-se em «A nossa família», texto gentilmente cedido pela Família Rau, a quem muito se agradece.

Robertes Rau (1 de Março de 1902): Virgínia, a primogénita, que permaneceu solteira; Luís, que também não casou e Idalina, conhecida por Ida, que fez um casamento que não agradou à família. Houve um corte de relações, apenas reatadas pelas irmãs após a morte da mãe (23 de Dezembro de 1961). Ida teve filhos, mas estes não tiveram descendência, extinguindo-se o ramo da família Rau a que Virgínia pertencia.

A investigação e a docência

Não conhecemos registos sobre os primeiros estudos de Virgínia Rau, para além do que ela própria indica no seu *Curriculum Vitae*². Terá tido professores particulares, procedimento habitual nas famílias abastadas da época, sobretudo para o ensino das meninas. O que sabemos é que fez os três ciclos do liceu em três anos sucessivos (1925 a 1927), após o que se matriculou na Universidade de Lisboa. Na época, eram raríssimas as mulheres que frequentavam os estudos superiores, o que leva a supor ter sido com intuito de os realizar que Virgínia Rau se terá sujeitado aos exames oficiais e adensa o mistério que paira sobre a interrupção quase imediata desta primeira experiência académica, por uma longa década. Essa memória familiar perdeu-se e a própria limita-se a informar que «interrompeu o seu curso sem, todavia, ter abandonado o estudo», acrescentando, como a jeito de justificação, que «aproveitou as estadias fora do País, nomeadamente em França e na Alemanha, para frequentar diversos cursos de férias ou para estrangeiros e iniciar investigações históricas em bibliotecas e arquivos». Menciona, ainda, que «no verão de 1939 trabalhou na Biblioteca Nacional de Paris a fim de colher elementos para a elaboração de uma biografia de D. Catarina de Bragança», trabalho esse «cortado pela declaração de guerra».

De regresso a Portugal, inscreveu-se, novamente, na Faculdade de Letras (Curso de Ciências Histórico-Filosóficas); publicou na revista *O Instituto* um artigo sobre Egas Moniz (1939) e, em separata, a obra *Dona Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra* (1941), no ano em que foi distinguida com o prémio estabelecido para o melhor aluno.

Licenciou-se já com 35 anos (23 de Julho de 1943), com a classificação de 16 valores (uma das mais altas atribuída na época), sendo muito em breve contratada como segunda assistente além do quadro, sob proposta de Manuel Heleno (23 de Novembro). Foram-lhes atribuídas várias e diversificadas tarefas docentes, que aumentaram com a demissão de Vitorino Magalhães Godinho, no início de 1944: regência dos trabalhos práticos de Arqueologia, História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa, Epigrafia, Numismática e Esfragística³.

² Arquivo da FLUL, Secção de Pessoal, Processo da Professora Virgínia Rau, *Curriculum Vitae*. O referido Processo contém a distribuição de serviço docente, os relatórios das suas missões científicas, nomeações, convites e mais documentos onde colhemos a maior parte das informações sobre o seu percurso académico.

³ Arquivo da FLUL, *Livros de Sumários*, Virgínia Rau, 242, Cx. 7, Cap. 3; 39, Cx. 7, Cap. 18, 1945-46 a 1953-54 e *Anuário(s) da Universidade de Lisboa*, Ernesto Beleza de Andrade (Coord.), Ano Escolar 1936-37 e segs.

A docência, aliada à investigação, nunca mais a deixou. A Pré-História atraía-a. Os seus trabalhos sobre o Paleolítico Inferior no litoral português e sobre a toponímia e o povoamento do nosso país na Pré-História (1945-53), apresentavam-se invulgarmente actualizados para o tempo e foram publicados em revistas científicas de âmbito internacional como *Las Ciencias*, de Madrid, a *Rivista di Scienze Preistoriche* de Florença ou a *Ampurias* de Barcelona. Trabalhou com Henri Breuil e colaborou com Georges Zbyszewski em pesquisas de campo e também no Museu dos Serviços Geológicos, onde frequentemente dava as suas aulas práticas de Arqueologia. Com ele apresentou, ao Congresso Internacional de Geografia de Lisboa (1949), o trabalho *Estremadura e Ribatejo*⁴.

Doutorou-se em 1947, com a mais alta classificação. Na altura, as provas prolongavam-se por três dias, com temas sorteados sobre História Geral (29 de Janeiro), Ciências Auxiliares (30 de Janeiro), História de Portugal (3 de Fevereiro). Logo de seguida, partiu novamente para o estrangeiro, convidada pela Universidade de Berkeley para reger dois cursos, um de História de Portugal e outro de História da Expansão.

Convidada para a Cátedra Camões do King's College de Londres, preferiu optar pela carreira nacional, apresentando provas para Professora Extraordinária cinco anos após o doutoramento (11 de Março de 1952). Aprovada por unanimidade, foi contratada como docente e nomeada Professora Catedrática (27 de Dezembro de 1952). Passou, então, a reger as cadeiras de História Medieval, História de Portugal, Teoria da História do Brasil e os seminários de História Geral e de História de Portugal. A reforma de 1957, que separou os cursos de Filosofia e de História, permitiu criar duas cadeiras de História de Portugal, ficando titular, a partir de então, da História Medieval de Portugal e dos seminários de História Medieval e de Ciências Auxiliares da História e Demografia Histórica.

Na proposta que fundamenta o provimento do lugar de Professor Catedrático da secção de Ciências Históricas, afirma-se que a candidata «conhecendo perfeitamente a organização dos nossos arquivos, tem recorrido em todos os seus trabalhos, principalmente, a documentação inédita; não se limitou, porém, a publicar documentos ou a cerzir em volta deles comentários eruditos. Os seus estudos não são apenas notáveis pela amplitude das fontes consultadas: revelam também uma solidez de construção e uma concepção de conjunto derivada da percepção dos problemas que só uma vasta cultura histórica pode sustentar. [...] A devoção ao ensino, a preparação arquivística, a orientação das obras que publicou, constituem seguro penhor da renovação dos estudos históricos, que tiveram na Faculdade de Letras de Lisboa tão brilhante tradição» (A. A. Gonçalves Rodrigues, Manuel Heleno e Orlando Ribeiro, 26 de Novembro de 1952). Marcello Caetano utilizou também o

⁴ MELO e CARDOSO, 2014, pp. 511-546.

mesmo tipo de argumentos para fundamentar a proposta de admissão como académica correspondente, que apresentou à Academia Portuguesa da História (18 de Junho de 1952).

Onde quer que fosse, Virgínia Rau aproveitava para investigar nos arquivos estrangeiros, que conhecia quase tão bem como os nacionais. Todos os seus trabalhos evidenciam o cuidado em recorrer a documentação inédita, mas não se limitam a mera publicação de fontes ou estendal de erudição. Os seus estudos revelam uma solidez de construção, um entendimento dos problemas e uma concepção de conjunto só possível graças a uma vasta cultura histórica. Desenvolvendo uma investigação, em muitos aspectos pioneira no nosso país, chamou a atenção de alunos e colaboradores para temas geralmente desprezados, enveredando por novos caminhos que fizessem sair a historiografia portuguesa do cunho marcadamente nacionalista em que mergulhara. De facto, trata-se de uma obra que revela um esforço constante em contribuir com novos materiais e novas interpretações para um mais profundo e mais amplo conhecimento da História de Portugal, insistindo sempre que «uma atitude cientificamente correcta tem necessidade de incrementar os trabalhos de investigação documental». Só assim se poderia inovar e elevar o prestígio da historiografia nacional no estrangeiro.

Estas afirmações, proferidas numa comunicação (1961) apresentada à Sociedade de Geografia de Lisboa, que a teve como Presidente da Secção de História, revelam duas das suas grandes preocupações. Por um lado, internacionalizar as obras dos historiadores nacionais e, por outro, fazer um trabalho cientificamente rigoroso e sério, em áreas relativamente restritas, mas articulando sempre os novos dados da pesquisa com as investigações anteriormente efectuadas. «Mantendo um constante apego aos documentos, para nunca se afastar da realidade da vida dos homens que eles transmitiam, Virgínia Rau nunca se confinou, contudo, a uma erudição tradicional»⁵, nem procurava uma sistematização integral enquanto não considerasse suficientemente aprofundadas as questões específicas. Dessa atitude científica dão testemunho os diversos artigos que publicou, todos eles contribuindo para a construção e discussão de uma problemática global, que a sua morte prematura interrompeu.

Trata-se de uma obra diversificada e eclética, características essas que, aliadas à presença, sempre permanente, das referências espaço-temporais, dá aos seus trabalhos um cunho marcadamente interdisciplinar, levando a História para o campo das Ciências Sociais, nomeadamente a Geografia Humana. Esta foi uma área que lhe mereceu a maior atenção e se concretizou em projectos de investigação comuns entre historiadores e geógrafos como, por exemplo, o estudo dos materiais referentes ao movimento portuário português continental, insular e ultramarino, dos

⁵ GARCIA, 1984, p. 8.

séculos XII ao XIX, integrando-o no quadro internacional, investigação essa realizada em estreita colaboração entre Centro de Estudos Históricos e o Centro de Estudos Geográficos, ambos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o primeiro criado graças à sua iniciativa (1958) e o segundo fundado por Orlando Ribeiro (1943), de quem era admiradora e amiga.

Embora algumas questões de História Política e Diplomática do Antigo Regime tenham merecido a sua atenção, foram os problemas da História Económica e Social - que marcaram os rumos da historiografia ocidental na época posterior à crise de 1929, em grande parte devido ao impulso dos *Annales*, dirigidos por Lucien Febvre e Marc Bloch – os que mais lhe interessaram e aqueles em que se destacou no panorama historiográfico nacional e internacional. Refira-se que um dos traços marcantes da sua obra é, precisamente, a relação espaço-temporal. Ao deslocar os métodos e o espírito da Geografia para a indagação das realidades passadas, num tempo de média e longa duração, Virgínia Rau trilhava aquilo que Fernand Braudel (1902-1985) apelidou de «futuros da história», atraindo a atenção deste historiador.

Na sua tese de Licenciatura (1943) estudou as feiras medievais portuguesas. No seu doutoramento (1947), questionou e aprofundou o tema das sesmarias, que veio a desenvolver também em artigos posteriores. O seu trabalho sobre a Casa dos Contos (1948) - que conheceu uma segunda edição (2008) graças à iniciativa de Guilherme de Oliveira Martins, então presidente do Tribunal de Contas – foi precursor, numa época em que pouco ou nada se acrescentara aos estudos de Alexandre Herculano. O estudo mostra a maturidade das instituições financeiras nacionais. Aí encontramos o pano de fundo da evolução das finanças públicas portuguesas, a análise do funcionamento das instituições financeiras (quadros, hierarquias, vencimentos, material, contabilidade e formas de contar) e um precioso manancial de informações, desde a criação da Casa dos Contos até à sua substituição pelo Erário Régio, em 1761. Tentava-se, também, um ensaio de história comparada com a evolução da contabilidade pública em Espanha, na referência às ordenações dos Reis Católicos e à legislação filipina.

A exploração do ferro, as ordens militares e a tributação régia, a administração medieval portuguesa, a peste negra, a pobreza e a assistência na Idade Média foram objecto da sua investigação, tanto em trabalhos individuais, publicados em Portugal e no estrangeiro, como em obras colectivas que supervisionou. O seu estudo sobre a população portuguesa (séculos XV e XVI) foi pioneiro no moderno tratamento da Demografia Histórica em Portugal, mas também se apresentam inovadores, para o tempo, os trabalhos sobre pescarias, feitorias, mercadores nacionais e estrangeiros ou sobre a História das Técnicas, que mereceu um artigo publicado na obra colectiva em homenagem a Fernand Braudel (1973).

Muitos dos seus estudos também incidiram sobre temas do Antigo Regime, especialmente a História da Expansão e dos domínios ultramarinos, versando temas

económicos, políticos, demográficos e militares, em que se destacam os aspectos financeiros, a produção do açúcar (em colaboração com Jorge Borges de Macedo) e a extracção do sal. O levantamento das linhas de força estruturais de um produto - desde as técnicas de produção e processos de distribuição aos contornos administrativos, fiscais e jurídicos - num determinado espaço e num tempo longo, mostram não só um profundo conhecimento dos corpos documentais, como o intenso convívio com os geógrafos.

Graças à iniciativa de Virgínia Rau, o Centro de Estudos Históricos (instituição do Instituto de Alta Cultura), anexo à Faculdade de Letras, dispunha de uma biblioteca com um plano de aquisição de livros e assinatura de revistas que correspondia a uma actualização constante da bibliografia nacional e internacional sobre os temas de interesse para os trabalhos dos professores e dos alunos. Os seus projectos de investigação abrangiam a história das estruturas da sociedade portuguesa (culturais, administrativas, oficiais e particulares), a demografia histórica e a história das relações internacionais de Portugal. Eram propostas exigentes, envolvendo, por um lado, trabalhos parcelares, cuja solidez deveria ser averiguada e, por outro, conclusões provisórias e todo um desenvolvimento de investigações diversas, originais, embora coordenadas e assentes num trabalho de equipa que se estruturava em torno de três grandes linhas: 1) «Estruturas sociais e económicas dos meios rurais portugueses na Idade Média» e 2) «Mercadores italianos e dinâmica político-financeira da Expansão portuguesa, séculos XV-XVI», temas que visavam a articulação de uma história da sociedade portuguesa, assentando no prévio estudo das reais condições da sua evolução e 3) «Diplomacia e Epistolografia do século XVII», investigação que procurava dar às relações diplomáticas o papel que tiveram na história nacional.

Para a realização efectivamente válida destes objectivos foi definido um plano de publicações (estudos e documentos inéditos) cuja execução fosse revelando os passos dados numa investigação organizada - edição de teses de licenciatura e outros trabalhos que, tanto pela natureza e significado dos temas e conclusões, como pela capacidade de investigação neles revelada, mereciam mais ampla divulgação - e a criação de uma revista para apresentar, com regularidade, os resultados que se iam atingindo. Esse objectivo foi alcançado com a publicação *Do Tempo e da História* (1965-1973). O Centro passava, finalmente, a dispor de um órgão onde, para além de dar contas do estado da arte, se chamava também a atenção para artigos de historiadores nacionais e estrangeiros cujos métodos, problemática e conclusões se revestissem de interesse para a cultura histórica portuguesa, abrindo perspectivas e quebrando o isolamento em que, tão frequentemente na época, se realizava a investigação histórica em Portugal. Além disso, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto de Alta Cultura e graças ao dinamismo de Virgínia Rau, estabeleceram-se laços culturais e de colaboração com muitos outros centros e instituições internacionais.

Uma precursora da “internacionalização”

O seu trabalho era reconhecido pelos grandes historiadores estrangeiros, que a escutavam e convidavam para participar em diversas iniciativas científicas. Mas a inversa também era verdadeira. Virgínia Rau convidava-os para virem a Portugal, abrindo horizontes novos aos seus alunos, proporcionando, sobretudo àqueles que tinha por mais aptos, a participação nos grandes fóruns internacionais. Era preciso sair do país e trazer novas perspectivas. Esse era um dos pontos centrais do seu trabalho, tanto como investigadora, como quanto coordenadora de trabalhos de equipa. A sua constante e sistemática participação em colóquios e congressos internacionais permitiu-lhe criar uma rede de contactos científicos que punha ao serviço da universidade e dos seus colaboradores.

Entre 1952 e 1969, desempenhou 28 missões oficiais no estrangeiro, o que dá quase uma média de duas por ano, fora as outras em que foi a título pessoal. Era mais do que evidente que se sentia bem “lá fora”. Desde muito cedo que a encontramos nas universidades europeias e norte americanas, proferindo conferências, orientando seminários, colaborando em obras científicas. O gosto pelas viagens, as origens familiares, o desafogo económico e a independência pessoal de que gozava terão proporcionado as bases para uma atitude cosmopolita marcada pela valorização da historiografia nacional e constante afirmação do papel do seu país na História mundial⁶.

Nos anos 1950, encontramos-a na Escócia (1953), proferindo conferências nas Universidades de Aberdeen e Glasgow - «The Port-Wine trade with Great-Britain and the Methuen Treaty» e «Portugal: Land of Contrasts; Portuguese Discoveries and Colonization» - e tomando parte em várias discussões e seminários sobre assuntos portugueses. Seguiu-se o Brasil (Julho de 1954), integrada na delegação portuguesa ao congresso comemorativo do Tricentenário da Restauração Pernambucana. Depois foi a vez de visitar Itália, participando, em Roma, no X Congresso Internacional de Ciências Históricas (4 a 11 de Setembro de 1955). Representou Portugal na III Secção, dedicada à economia europeia nos finais da Idade Média, intervindo nos debates de forma a esclarecer a posição económica do seu país nesse período e rebatendo novas teorias sobre as origens medievais e italianas da expansão portuguesa.

Em França (Novembro de 1956), proferiu conferências na Sorbonne e nas Universidades de Lille, Toulouse e Bordéus, respectivamente intituladas: «La société portugaise au XVIIe. et XVIIIe. Siècles» (sob o patrocínio de Léon Bourdon), «Une famille de marchands italiens au XVe. siècle: les Lomellini» (sob patrocínio de Yves Renouard), «Problèmes de l'étude du mouvement des ports portugais au XVIIe. et XVIIIe. Siècles» (sob patrocínio de Roland Mousnier), «Problèmes de l'histoire du

⁶ FERNANDES, 2017, pp. 23-39.

sel português» (sob patrocínio da École Pratique des Hautes Études e do Prof. Ernest Labrousse). Esta conferência revestiu a forma de seminário, intervindo o próprio Labrousse e também Émile Coornaert, Pierre Chaunu, Fernand Braudel, Michel Mollat, entre outros. A colaboração com Fernand Braudel, na época Director da Secção de História do Centre National de la Recherche Scientifique, data desse período, assim como os contactos com Paul Teyssier, Jacques Le Goff e Michel Mollat.

Nos Países Baixos, proferiu conferências na Universidade de Leiden sobre «The Portuguese Salt Trade with the Netherlands until the XVIIIth Century». Aproveitou para investigar nos arquivos, apresentando esses resultados na Academia Portuguesa da História: «A embaixada de Tristão de Mendonça Furtado e os arquivos notariais holandeses» (1958).

No Brasil, participou no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Salvador-Baía, Agosto de 1959) com duas comunicações: «Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII e «Para o estudo da sociedade portuguesa no século XVII: os registos paroquiais».

Os anos 1960 seriam extraordinariamente fecundos. Em Maio, a convite da Faculdade de História da Universidade de Cambridge, realizou trabalhos de seminário sobre temas de História de Portugal e uma conferência sobre a sociedade portuguesa no século XVII, atentamente escutada pelos Profs. M. M. Postan, E. E. Rich, E. M. Wilson, Drs. J. Lindsay, D. M. Joslin, entre outros. Poucos dias depois, na Universidade de Oxford, proferiu uma palestra intitulada «The Growth of Portuguese Medieval Trade», seguida de debate em que intervieram os Profs. Hartwell, H. Trevor-Roper, Peter Russell, H. J. Habakkuh, e outros (9 de Maio de 1960). Em Agosto, deslocou-se ao Rigsarkivet de Copenhague para obter microfilmes da documentação referente a Portugal.

De regresso a Lisboa, participou nas comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, assinaladas, entre outros eventos, pela realização do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos (5 a 11 de Setembro de 1960), no qual Virgínia Rau foi uma presença marcante, representando, numa rara delegação de competências, a Universidade da Califórnia. Seguiu-se o V Colóquio Internacional de História do Navio e da Economia Marítima (14 a 16 de Setembro), durante o qual foi eleita vice-presidente da Comissão Internationale d’Histoire Maritime, comissão interna do Comité International des Sciences Historiques. A sua participação nestes encontros científicos mereceu a medalha naval comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Despacho de 20 de Fevereiro de 1961).

Em breve, viajaria novamente a Oxford para proferir uma conferência intitulada «Portuguese Agrarian Life in the Middle Ages» (3 de Março de 1961), apresentada pelo Professor Trevor-Roper. Dois meses depois estava em Itália, a convite de Federico Melis e do Director da Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Pisa, onde apresentou o seu estudo sobre «Un grande mercante-banchiere italiano in Portogallo: Luca Giraldi; Gli Italiani e lo zuccherero di Madera nel XV secolo».

Seguiu para Florença com intenção de investigar no fundo «Cambini» do Arquivo do Hospital dos Inocentes. No ano seguinte, seria a vez de Veneza, onde participou no VI Colóquio Internacional de História Marítima (20 a 24 de Setembro de 1962), com uma comunicação intitulada «Les Portugais et la route terrestre des Indes à la Méditerranée aux XVIe et XVIIe siècles».

Fernand Braudel, que se oferecera para promover, coadjuvar e patrocinar o estágio, em Paris, de jovens investigadores propostos por Virgínia Rau, convidou-a para a Comissão Internationale d'Histoire Économique (carta de 3 de Dezembro de 1962). Foi também eleita membro do Comité Científico do Centro Internazionale di Storia Economica “Francesco Datini”, presidido por Frederico Melis e pelo próprio Braudel, que a quiseram na comissão científica para orientar e coordenar a investigação sobre as relações económicas entre Portugal e Itália, durante a Idade Média. As reuniões realizavam-se em Prato e, sempre que aí se deslocava, Virgínia Rau aproveitava para pesquisar os arquivos italianos, dando à estampa uma série de trabalhos sobre Portugal e o Mediterrâneo, no século XV.

No início de 1963, encontramo-la em Pisa, convidada para assistir ao doutoramento *Honoris causa* do primeiro-ministro e historiador Amintore Fanfani (7 de Fevereiro). Pouco depois, em Spoleto, tomou parte nos trabalhos e presidiu a uma das sessões da XI Semana de Estudos organizada pelo Centro italiano di Studi sull'Alto Medioevo (18 a 24 de Abril). Em Maio desse ano iria novamente aos Países Baixos, a convite do Prof. B. Sicher von Bath, para proferir duas conferências no Instituto de História Agrária da Universidade de Agricultura de Wageningen: «Agriculture and agrarian life in medieval Portugal» e «The settlement of Madeira and the sugar cane plantations». Ainda nesse ano, participou no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Coimbra, com uma comunicação intitulada «Dados sobre a emigração para o Brasil no século XVIII», juntamente com Jorge Borges de Macedo e alguns alunos promissores, como Iria Gonçalves, Adelaide Salvador Marques, Maria José Lagos Trindade e Maria de Lourdes da Silva Neto.

Neste período, o que mais profundamente a marcou foi a permanência na Universidade de Yale, ao longo do 1º semestre (27 Agosto 1963 a 27 Fevereiro de 1964), como Visiting Professor. Aí regeu os cursos intitulados «The Iberian Peninsula in the Middle Ages» e «Portuguese Overseas Expansion». Os resultados alcançados ultrapassaram as suas melhores expectativas, tanto pela qualidade excepcional dos alunos, como pelo convívio pessoal e profissional com os 73 colegas do Departamento de História, entre eles Harry Benda (editor do *Southeast Asia Studies*) ou William Parker (editor do *Journal of Economic History*), que a convidaram para conferências públicas: «Portuguese Cultural Contacts and Trade in Southeast Asia, XVIth and XVIIth centuries» e «Social and Economic Background of Portuguese Overseas Expansion», respectivamente. Também o Council on Latin-American Studies lhe solicitou uma palestra, que subordinou ao tema «Origins of Brazil Sugar Cycle in the Portuguese Atlantic Islands». Estabeleceu colaboração com o grupo de African

Studies, por intermédio dos Professores Leonard Doob e Harry Rudin, com o objectivo de abrir oportunidades aos investigadores portugueses e, a convite de Roberto Lopez, participou na elaboração de um programa de doutoramento em Estudos Medievais, juntamente com o grupo de medievalistas de Yale.

No relatório desse semestre, deixou transparecer a sua emoção e orgulho, como professora e como portuguesa, pelas provas de confiança, apreço e respeito que recebeu, tanto por parte dos professores - que a quiseram presente em todos os conselhos escolares, mesmo naquele em que se debateu a nova reforma dos estudos históricos - como dos estudantes, com quem almoçava frequentemente e que, em sua honra, organizaram um concerto de despedida - «Humanism and Music in Portugal» (22 de Janeiro de 1964) - com composições de Damião de Góis e de D. João IV.

Ainda durante a sua permanência nos E. U. A. Virgínia Rau foi convidada para conferências na Universidade de Harvard (por Francis M. Rogers) e na Universidade de Columbia (por Lewis Hanke), subordinadas aos seguintes temas: «Settlement and Colonisation in the Portuguese Atlantic Islands» e «Original Aspects of Portuguese Overseas Expansion». Aproveitou também a oportunidade para investigar em diversas e prestigiadas bibliotecas e para participar na 78.^a Reunião Anual da American Historical Association, realizada em Philadelphia (28 a 30 de Dezembro de 1963), tendo sido convidada de honra no almoço inaugural da Conferência de Estudos Latino-Americanos.

Encontramo-la nos mais diversos países e instituições: a dirigir um seminário na Universidade de Londres sobre «Historiography and Historical Studies in Portugal» e a investigar no Public Record Office e em Somerset House (1964); no 3.º Congresso Internacional de História Económica, realizado em Munique, apresentando «Facteurs et factoreries comme instruments du commerce international portugais au XVI^e siècle» e lendo a comunicação de Jorge Borges de Macedo sobre «Fonctions organiques et administratives des compagnies de commerce portugais»; no XII Congresso Internacional de Ciências Históricas, reunido em Viena, onde foi reeleita vice-presidente da comissão interna do Comité Internacional (Agosto-Setembro de 1965); nas Universidades de Bona, Colónia, Hamburgo e Berlim, a convite da Embaixada da República Federal da Alemanha, estabelecendo ou estreitando relações culturais com os respectivos professores de História e de Filologia Românica (Junho de 1966).

Em 1967, Virgínia Rau foi presença constante nos mais diversos fóruns internacionais. Em França, Philippe Wolff considerou imprescindível a sua participação na Commission Internationale pour l'Histoire des Villes; Fernand Braudel pediu-lhe para orientar um seminário na École Pratique des Hautes Études; Michel Mollat (director da V^a secção) convidou-a para dirigir dois trabalhos do seminário «Course et Piraterie», onde integrou o caso português, e para dirigir um trabalho de seminário na Sorbonne sobre «Les pauvres et l'assistance aux pauvres au Portugal pendant le Moyen Âge»; Georges Duby chamou-a para dirigir um seminário de doutoramento sobre problemas da história da população portuguesa (Universidade

de Aix-en-Provence); Jacques Godechot propôs-lhe a realização de um seminário sobre os aspectos fundamentais da historiografia portuguesa (Universidade de Toulouse). Em Inglaterra, participou nas reuniões da comissão mista luso-britânica. Na Alemanha, representou Portugal no Colóquio Internacional de Colónia, subordinado ao tema «Mercadores estrangeiros na Península Ibérica nos sécs. XV e XVI», com a participação de Frederico Melis, Charles Verlinden, Jacques Heers, Frédéric Mauro, Bartolomé Bennassar, entre outros. Em Itália, a convite da Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Florença, apresentou a conferência «La storia della popolazione portoghese nel medioevo» (3 de Abril de 1967).

Tornou-se uma presença habitual nas reuniões internacionais de historiadores. Promoveu contactos para uma colaboração luso-italo-espanhola (10 de Dezembro de 1968); participou, a convite da Direction des Relations Culturelles et du Comité Français des Sciences Historiques, no colóquio internacional «Charles V et son temps» (Paris, 1968); desempenhou missões oficiais em Bruxelas, Antuérpia e Madrid (1969); era regularmente convidada por Fernand Braudel e Frederico Melis, que não a dispensavam do Comitato Científico de História Económica, ao qual presidiam, onde se destacou no estudo das relações económicas entre Portugal e a Itália durante a Idade Média; foi autorizada a participar no Congresso da Association Internationale d’Histoire Économique (Leninegrado) e no XIII Congresso Internacional de Ciências Históricas (Moscou), como delegada oficial de Portugal (1970)⁷; foi incitada a colaborar na Cambridge Economic History of Europe; Roberto Sabatino Lopez, da Universidade de Yale, estimulou-a a escrever para a revista *Speculum*; Emilio Sáez pediu-lhe para dirigir trabalhos e realizar conferências no seminário de Estudos Medievais da Universidade de Barcelona (1971), entre muitas outras solicitações e convites. A sua obra era já uma referência no panorama historiográfico internacional como atesta o convite de Fernand Braudel para, durante três meses, dirigir um seminário «portant sur vos propres études relatives à l’histoire économique du Portugal» (Paris, 12 de Novembro de 1971).

Ironicamente, foi no seu próprio país que Virgínia Rau caiu no esquecimento por largas décadas. À exceção de alguns discípulos, como Iria Gonçalves, os medievalistas raramente a citavam. Alguns consideravam, mesmo, os seus trabalhos «geralmente muito frustrantes». Na visão de conjunto que serve de introdução a uma publicação sobre a historiografia medieval portuguesa (de 1950 a 2010) não há qualquer alusão ao seu contributo⁸. Dos cerca de trinta artigos aí publicados, apenas quatro deles não a omitiram, reconhecendo o seu pioneirismo em determinadas áreas, embora se limitem a poucas linhas e a uma ou outra citação bibliográfica, em nota de rodapé. Aquele que um pouco mais demoradamente se detém sobre os

⁷ Arquivo da FLUL, Secção de Pessoal, cx. 223, Comunicação da Reitoria da UL à FLUL, Lisboa, 6 de Abril de 1970. Não temos dados para confirmar a sua presença.

⁸ MATTOSO, 2011, pp. 11-23.

seus estudos, acaba por considerar que a historiadora, apesar de ter um bom conhecimento da documentação portuguesa e dos arquivos estrangeiros, de frequentar os colóquios mais importantes no plano historiográfico internacional e de se relacionar com os mais prestigiados historiadores do seu tempo «propôs poucas ideias, levantou poucas questões», limitando-se justapor séries de documentos. Para este medievalista – que não a conheceu pessoalmente, confessando basear o seu juízo apenas em algumas leituras e na opinião de pessoas que com ela colaboraram de perto - Virgínia Rau tinha três terríveis defeitos: «era autoritária, uma mulher de poder e com claras ligações ao regime»⁹.

A mulher e o seu contexto

O preconceito colou-se à sua memória, mas se aprofundarmos um pouco mais verificamos que nem tudo corresponde à realidade. Para além da aparência, tantas vezes um disfarce, encontram-se múltiplas facetas desconhecidas, mulheres diferentes conforme as circunstâncias. Profissionalmente falando, Virgínia Rau afirmou-se num mundo de homens. Foi a primeira mulher que dirigiu a Faculdade de Letras e foi, independentemente do género, um dos poucos historiadores portugueses a assumir um papel de relevo no panorama historiográfico nacional e internacional do seu tempo. Conseguiu-o com muita força de vontade, persistência e verdadeira vocação.

Por ela, o Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro introduziu uma alteração estatutária com o objectivo de permitir a eleição de mulheres, admitindo-a como primeiro sócio correspondente feminino (1965). Foi o único historiador português a ser admitido na Royal Historical Society de Londres (1967) e pertencia a muitas outras academias e sociedades científicas nacionais e internacionais: O Instituto (1939), Sociedade de Geografia de Lisboa (1941), Sociedade Geológica de Portugal (1948), Academia Portuguesa da História (1952), Centro Internazionale di Storia Economica Francesco Datini (1968), Academie Royal Flamande des Sciences (1969), Instituto Económico da Universidade de Pavia (1972), Centro Internazionale di Storia della Vita e del Vino (1972), The Hispanic Society of America, Société Préhistorique Française, The Historical Association-Lisbon Branch, The Society of Woman Geographers, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, etc.

A sua «incansável actividade» e a «carinhosa dedicação» que sempre votou às «coisas de Marinha»¹⁰ levou-a a propor a fundação do Grupo de Estudos de História Marítima (1969) que deu origem ao Centro de Estudos de Marinha (1970) – mais

⁹ DUARTE, 2011, pp. 503,504.

¹⁰ ACTAS, 1970 e 1971, p. 14. Discurso proferido pelo Almirante Sarmiento Rodrigues, na sessão solene de inauguração do Centro de Estudos de Marinha, 28 de Outubro de 1970.

tarde designado Academia de Marinha (1978) - de que foi eleita vice-presidente, sendo simultaneamente presidente da secção de História Marítima. A proposta foi feita em conjunto com o Comandante Teixeira da Mota, que leccionou História da Expansão Portuguesa na Faculdade de Letras (1965-1969), enquanto Virgínia Rau foi directora da mesma instituição.

Em França, foi agraciada com a Ordem das Palmas Académicas (1966) e, sob proposta do historiador Jacques Godechot, recebeu o grau de Doutor *Honoris causa* pela Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse (17 de Outubro de 1967). De Itália, chegou-lhe a condecoração da ordem Al Merito della Repubblica Italiana, com o grau de comendador, sob proposta de Amintore Fanfani, ilustre historiador e, na época, primeiro ministro (2 de Julho de 1961). Em Portugal, o Presidente Américo Tomás condecorou-a com o grande oficialato da Ordem da Instrução Pública (2 de Julho de 1969).

Seriam assim tão claras as suas ligações ao regime, nas últimas duas décadas do Estado Novo? É a própria Virgínia Rau que nos dá a resposta. Um dos seus cursos na Universidade de Yale - «Portuguese Overseas Expansion» - oferecia melindre dada a tensão que sofriam as relações diplomáticas luso-americanas, no auge da guerra fria e da guerra colonial, durante a administração Kennedy. No relatório que apresentou demarca-se da questão: à política o que é da política, e esse não era o seu território; à ciência o que é da ciência e aí sim, considerava que «a única linha de conduta possível para um professor universitário é a da completa honestidade científica e pedagógica».

No estrangeiro, a imagem que ficou é a de uma mulher aberta às novas correntes historiográficas, culta, inteligente, com perfeito domínio de várias línguas, colega e amiga dos maiores historiadores do seu tempo, independentemente das respectivas convicções políticas. No seu próprio país, Virgínia Rau impôs-se no mundo académico, um mundo ainda maioritariamente masculino, numa época em que um regime fortemente autoritário mantinha a vida intelectual e universitária sob apertada vigilância, que se acentuou nos anos 1960, com a mobilização de muitos jovens para o teatro da guerra nas colónias portuguesas.

Aliando a docência e a investigação ao desempenho de funções institucionais, Virgínia Rau foi nomeada: “Secretário” da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (4 de Fevereiro de 1957), Vogal da 4ª secção (Ensino Superior) da Junta Nacional da Educação (13 de Janeiro de 1959), Vogal da Comissão Portuguesa do Comité International des Sciences Historiques (19 de Janeiro de -1959), da Comissão Organizadora do V Congresso Internacional sobre História do Navio e da Economia Marítima (15 de Março de 1960), do Conselho Superior do Instituto de Alta Cultura (12 de Novembro de 1966) por falecimento de Mário Chico, e depois Membro do Conselho Superior da mesma instituição, Vice-Presidente da Comissão International d’Histoire Maritime do Comité International des Sciences Historiques, Directora do Instituto de Arqueologia anexo à Faculdade de Letras (5

de Março de 1966) e do Instituto Histórico Fernão Lopes e também do Instituto Histórico Infante D. Henrique (9 de Março de 1966).

É inegável que era uma mulher de poder. Autoritária também, uma autoridade firme de quem não transigia face ao que considerava serem atropelos à deontologia científica e académica, nem escondia a sua opinião quando alguma coisa ou alguém lhe desagradava. Era exigente e rigorosa no trabalho, mas fora do ambiente profissional era capaz de mostrar grande amabilidade e sentido de humor. Mais uma vez, o relatório sobre o semestre passado nos Estados Unidos permite desvendar essa dupla faceta da personalidade de Virgínia Rau, aliando a simplicidade e sem-cerimónia no que considerava ser o «agradável» convívio com os estudantes - o que, em Portugal, só raramente foi possível, limitado a apenas alguns dos seus mais directos discípulos sem, no entanto, declinar convites dos seus alunos para jantares ou almoços de fim de ano ou fim de curso - à exigência de um trabalho estruturado, sistemático e metódico, tal como se fazia em Yale, onde se praticava «uma rigorosa disciplina académica, disciplina desejada e acatada por todos como alguma cousa não só útil mas até indispensável para quem dedica a sua vida ao ensino, ao estudo e à investigação».

De acordo com o testemunho de colegas e antigos alunos, marcava o ritmo dos trabalhos, não admitia discussão e não se compadecia com pedidos de adiamento ou prolongamento de prazos. Cultivava a distância e tinha uma indiscutível autoridade. Figura compacta, com amplas vestes de cor escura, passada larga que lhe dava um aspecto marcial, habitualmente não cumprimentava as pessoas, nem falava com os alunos. Entrava na aula, dava a lição, saía com pressa. Os seus assistentes atenderiam as dúvidas dos estudantes nas aulas práticas. Iria Gonçalves foi um deles. Lembra Virgínia Rau como «uma Senhora nada distante dos seus colaboradores, ao contrário do que soava pelos recantos da casa, mas de uma enorme frontalidade. Por isso, quando alguma coisa ou alguém lhe desagradava, não se coibia de expressar o seu pensamento. E expressava-o perante a pessoa em causa, que poderia então, se fosse o caso, defender-se. Não o fazia escondendo-se ou insinuando. Era esta, porém, uma característica que não agradava a todos»¹¹.

Segundo as memórias de familiares e amigos, era afável na vida privada, falava com todos, embora preferisse a companhia e a conversa masculina. Com uma memória excepcional e uma surpreendente naturalidade, era uma pessoa de opiniões fortes, que defendia abertamente em linguagem simples, clara e despreziosa. Bom espírito de análise e, ao mesmo tempo, com grande capacidade de síntese, os seus temas preferidos eram as viagens, os cursos de verão no estrangeiro, as novidades científicas, a vida cultural.

Tinha boas relações com Marcello Caetano, que propôs a sua admissão na Academia Portuguesa da História, mas considerava-o demasiado reservado.

¹¹ GONÇALVES, 2017, p. 19

Era muito amiga de Orlando Ribeiro, que amparou os seus primeiros passos na vida académica e a quem pediu para fazer a revisão da sua tese de licenciatura. Conheceu Henri Breuil através da Marquesa de Cadaval - Olga Maria Nicolis di Robilant Álvares Pereira de Melo (Turim, 1900 - Lisboa, 1996) – de quem era amiga. Ligava-as o cosmopolitismo, o interesse pela cultura e pelas artes. Virgínia Rau era presença assídua nos concertos organizados pela mecenas na Quinta da Piedade, em Colares, com a participação de músicos de renome mundial e frequentava os arquivos da Casa Cadaval, na Herdade de Muge, sempre que o desejava.

Entre os poetas nacionais, Virgínia Rau elegia Vitorino Nemésio em primeiro lugar, seguindo-se José Régio, Miguel Torga, David Mourão Ferreira e Sofia de Melo Breyner Andersen, conforme indicou na lista que lhe foi pedida por uma grande editora internacional para figurarem numa importante colectânea mundial de grandes poetas vivos (1965). Nos tempos livres, gostava de cozinhar. Com as primas e as amigas, trocava receitas e explicava como fazia os seus pratos favoritos. O bem-estar das antigas empregadas de casa dos pais, que a acompanharam na sua nova morada - na Av. António Augusto de Aguiar, 13, 5º Esq.- quando, após a morte da mãe e por motivos de partilhas com o irmão, deixou a antiga residência familiar, era uma das principais preocupações da sua vida privada.

Era uma mulher atenta, prática e moderna. Como directora da Faculdade de Letras dava especial atenção à higiene e limpeza das instalações e reclamava a necessidade premente e permanente da sua ampliação e modernização, para um bom funcionamento pedagógico e científico, exigindo anfiteatros com condições para projecção de filmes e diapositivos, salas para trabalhos de seminário e trabalhos práticos, bibliotecas especializadas, salas de leitura para documentos e microfílm com a respectiva aparelhagem, salas de estudo para bolseiros e alunos que preparavam as suas dissertações e gabinetes para professores com instalações sanitárias anexas. A maior parte destas exigências não foram atendidas.

Cosmopolita e patriota, Virgínia Rau temia o progressivo predomínio da ideologia marxista no mundo académico português. Discordava dos princípios e da metodologia e receava os prejuízos que o modelo poderia trazer à posição nacional e cultural de Portugal, nos mais variados sectores internacionais. Para além disso, do ponto de vista da partilha de conhecimento, preocupava-se com a hipertrofia que, nos anos 1960, se esboçava nas grandes reuniões científicas. Suspeitava que os congressos de ciências históricas acabariam por transformar-se em monstruosos encontros de milhares de estudiosos, tornando-se de uma total ineficácia científica. Advogava «uma mais equilibrada concentração de temas e épocas, dando preeminência e alternância a temas de projecção e interesse universal, mas menos genéricos e susceptíveis de múltiplas divagações». Preferia reuniões de menor dimensão para que houvesse maior possibilidade de estabelecer diálogos proveitosos, discutir hipóteses, aprofundar conhecimentos, desenvolver a investigação.

A participação dos historiadores portugueses nos grandes fóruns internacionais foi sempre uma das suas preocupações dominantes. Virgínia Rau considerava que «não é só num país ou noutra, por maior simpatia ou interesse cultural que ele possa apresentar para Portugal, que a nossa presença cultural se deve manifestar, mas sim sempre e onde ela for útil ou necessária a Portugal». Só a doença e morte da mãe ou motivos de saúde pessoal a levaram a recusar convites. De resto, não perdia oportunidades para afirmar a identidade nacional e o papel de Portugal no mundo, como fez num Colóquio em Colónia (1967), ao apresentar a sua comunicação sobre «Privilégios e legislação portuguesa referentes aos mercados estrangeiros durante os sécs. XV e XVI». Fê-lo em português, embora dominasse várias línguas estrangeiras, porque «seria estranho noutra língua num colóquio sobre a Península». Aí, rebateu as afirmações de Fernandez Basas, de Bilbao que afirmava a superioridade de Castela sobre Portugal, considerando, por isso, ser aquele um colóquio de hispanistas. O incidente serviu-lhe para alertar o Instituto de Alta Cultura sobre a importância da presença nacional, quanto mais não fosse para «haver sempre defesa contra o neo-imperialismo espanhol que se vem manifestando cada vez e com renovada intensidade».

Também como vice-presidente da Commission Internationale d'Histoire Maritime salientou a importância de uma representação portuguesa, formada por especialistas actantes e com perspectivas de futuro, apresentando-se ao congresso promovido pela Societé Jean-Bodin e pela referida comissão (Bruxelas-Antuérpia, 14-19 Outubro 1968), subordinado ao tema «Étude historique et comparative des Grandes Escales Maritimes», com a colaboração de Teixeira da Mota, Luís Albuquerque, Alexandre Lobato e M^a Emília Madeira Santos.

Depois do incidente diplomático de apedrejamento da embaixada de Portugal em Bruxelas, em manifestação contra a guerra colonial, o estudo apresentado - «Les escales portugaises vers les Indes» - e as frequentes intervenções nas várias secções do congresso suscitaram redobrada atenção. Seguiu-se o convite para presidir e orientar a VII secção e, também, um almoço de homenagem, como que a desfazer a má impressão deixada pelos autores dos protestos.

Virgínia Rau evitava falar na guerra colonial. Era uma questão política na qual não queria tomar parte, embora se incomodasse com os efeitos negativos que trazia à imagem do seu país o que, inevitavelmente, se reflectia nos encontros internacionais de historiadores. As conferências que proferiu na Universidade de Gant sobre «La logistique du commerce international portugais jusqu'qu XVI siecle» e «Les portugais et le problème des relations humaines entre l'Occident et l'Orient (XVI-XVIII siècles)», a que se seguiu um convite da Universidade de Lovaina, foram consideradas muito oportunas, tanto sob o ponto de vista cultural, como sobre as relações entre Bélgica e Portugal. Um êxito, a que se seguiu um agradecimento que não deixa dúvidas sobre a simpatia que Virgínia Rau era capaz de despertar: «Nous gardons un souvenir merveilleux de votre visite en Belgique, à

Louvain et St. Pauwels. Les étudiants étaient fort enthousiastes de votre conférence. Pour nous, c'étaient surtout le charme particulier de votre personnalité si attachante et la richesse inépuisable de votre érudition scientifique, qui nous ont éblouis et séduites» (Herman van der Wee, 1968).

No XI Congresso Internacional de História Marítima - que se notabilizou pelo despique entre a historiografia italiana e francesa, por um lado e a espanhola, por outro - voltou a salientar a importância de uma representação portuguesa, recomendando que tal incumbência fosse atribuída ao recém-criado Centro de Estudos de História da Marinha, anexo ao museu de Marinha, sob a presidência do Almirante Sarmiento Rodrigues, em estrita colaboração com o Instituto de Alta Cultura (relatório de 28 de Outubro de 1969).

A sua participação nas reuniões do Centro destacou-se pela constante chamada de atenção ao rigor, à metodologia e à planificação de um verdadeiro trabalho de equipa, propondo a distribuição de áreas de pesquisa tais como arqueologia naval, bocas de fogo, tripulações, rações, etc. Perante propostas grandiosas, como a realização de uma obra sobre a História da Marinha, logo «lembrou a necessidade de se efectuarem tarefas preliminares [...] em face da exiguidade e dispersão dos conhecimentos sobre arqueologia naval, e reportando-se à revisão que os vários países estão fazendo ao glossário do Dicionário Marítimo de JAL, dada a inexactidão de algumas das suas rubricas; referiu o atraso de Portugal naquele trabalho, preconizando a necessidade de se investigar a origem dos nossos vocábulos marítimos, registando a fonte e a década em que surgiram pela primeira vez» (Acta da 2ª sessão, 3 de Julho de 1969). As comunicações que aí apresentou versaram sobre «Achegas para o estudo da construção naval durante os séculos XVII e XVIII na Ribeira do Ouro – Porto» (1970), «O açúcar de São Tomé no segundo quartel do século XVI» (1971), «Portugal e o Mediterrâneo no século XV – Alguns aspectos diplomáticos e económicos nas relações com Itália» (1972), «Um Florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa – Francisco Corbinelli» (1973).

As suas nomeações para “Secretário” e depois “Director” da Faculdade de Letras de Lisboa (23 de Novembro de 1964) pelo então ministro da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles, mostram que não eram cargos habitualmente desempenhados pelo sexo feminino. Também não seriam atribuídos a pessoas que não gozassem da confiança do regime. Tal como a Marcello Caetano, também lhe desagradou a intervenção policial na Faculdade de Direito, por ocasião das greves estudantis de 1962 e, nas vésperas da crise académica de 1969, a exoneração, a seu pedido (11 de Março de 1969) parece relacionar-se, sobretudo, com motivos de carácter pessoal. O louvor que recebeu do novo ministro, José Hermano Saraiva, «pela elevação, competência, zelo, lealdade e espírito de sacrifício permanentemente demonstrados no exercício do cargo de director da FLUL» não permite estabelecer uma relação óbvia de Virgínia Rau com o ideário político do Estado Novo, embora não contestasse o regime que lhe permitia desenvolver o que verdadeiramente lhe interessava: a investigação.

Os últimos anos

É à investigação que dedicará os poucos anos de vida que ainda lhe restavam. Logo após a sua demissão, partia para Madrid, em missão oficial do Instituto de Alta Cultura. Tratava-se da participação portuguesa no Simpósio de História Medieval (19 a 24 Março de 1969), subordinado ao tema «La investigación de la historia hispánica del siglo XIV: problemas y cuestiones», enquadrado no grande esforço de renovação histórico-cultural empreendido pela Espanha, que ia ganhando fortes posições na Europa, nos EUA e na América Latina, incluindo o Brasil. O relatório da historiadora revela as suas preocupações e recomendações críticas. Portugal devia seguir o exemplo espanhol: «Entre nós realizam-se diversos congressos internacionais, mas sempre relacionadas com datas ou efemérides [...] daí o seu carácter de grandiosa celebração com centenas de participantes. [...] mas também se devem promover entre nós encontros deste tipo de Simpósio, menos espectaculares [...] no entanto, não menos valiosos para alicerçar e dignificar a investigação, a cultura e a divulgação ao nível universitário, dos seus institutos e centros de estudo e lembro a posição proeminente de patrocínio que deve neles caber ao Instituto de Alta Cultura» (Relatório de 28 de Abril de 1969).

No início da década de 1970, os trabalhos com Michel Mollat davam frutos e tiveram uma importante expressão pública nas primeiras jornadas Luso-Espanholas de História Medieval sobre o tema da «Pobreza e Assistência aos Pobres na Península Ibérica», realizadas na Faculdade de Letras de Lisboa (Setembro de 1972). Nele participaram conhecidos historiadores de renome internacional. Entre os portugueses, encontramos Ferreira de Almeida, Maria Helena da Cruz Coelho, Maria José Ferro, Luís Adão da Fonseca, Iria Gonçalves, José Mattoso, Humberto Baquero Moreno, Maria José Trindade, na época jovens historiadores que, de uma forma mais ou menos crítica, irão dar continuidade à sua obra nas universidades do Porto, Coimbra ou Lisboa. Foi uma importante iniciativa científica, tanto mais que se tratava de um tema mal conhecido e pouco estudado na historiografia peninsular. O projecto previa a realização de jornadas sobre temas pouco explorados, mas de particular relevância e com fortes incidências sobre a história económica, social e cultural da Península. Seriam realizadas, de dois em dois anos, alternadamente em Espanha e em Portugal. Interrompida pela morte de Virgínia Rau, a iniciativa foi posteriormente retomada.

Em Fevereiro desse ano, tinha estado em Paris, correspondendo ao convite de Fernand Braudel. O seu seminário intitulou-se «Les marchands banquiers Italiens au Portugal jusqu'au XVIe siècle: marches et conjunctures». Ao fim de duas semanas, a novidade do tema tinha suscitado tanto interesse que passaram a ser feitas as reuniões, em mesa redonda, acompanhadas de trabalhos de investigação na Biblioteca da École des Chartes e nos Arquivos Nacionais e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com uma duração média de mais de sete horas diárias de trabalho. Entretanto, rebentaram distúrbios estudantis na Universidade de Paris

X-Nanterre, que se prolongaram até finais de Março, não permitindo que se realizassem as conferências na Faculdade de Ciências Humanas, para as quais tinha sido convidada por Frédéric Mauro.

O seu estado de saúde tinha ficado seriamente abalado pelo extremo rigor da humidade e do frio de Paris. Aproveitou as férias da Páscoa para vir descansar a Portugal, mas logo retomou as suas viagens, começando por uma estadia em Roma para o lançamento oficial da revista *The Journal of European Economic History*. Depois, encontrou-se com Braudel e todo o grupo (Jacques le Goff, Pierre Jeanin, Jean Bouvier, Alberto Tenwenti, e outros) em Prato e tomou parte na semana de estudos de 14 a 21 de Abril. Foi eleita 1ª Vice-Presidente do Congresso Internacional sobre «La Peninsula Iberica e il Mediterraneo centro-occidentale nei secoli XIII-XVI», a realizar em 1973. Aproveitou os tempos livres, da parte da tarde, para trabalhar nos Arquivos de Florença, dedicando-se ao estudo de alguns mercadores-banqueiros florentinos que viveram em Portugal, no séc. XV. Em Roma, onde chegou a 11 de Maio, ainda trabalhou na Biblioteca da Academia da Bélgica, generosamente facultada pelo seu director, Charles Verlinden. Por excesso de trabalho e pela inclemência do tempo, com muito frio e chuva constante, começou a sentir-se adoentada e fortemente ressentida de reumatismo. Resolveu regressar a Lisboa.

Planeava ir a Paris, participar na homenagem a Fernand Braudel, que brevemente iria atingir o limite de idade (missão entre 18 e 28 janeiro de 1973), mas não chegou a empreender a viagem. Sentia-se «muito fatigada, devido às várias obrigações oficiais» que lhe foram atribuídas e ao seu «precário estado de saúde», que ultimamente se agravara (Carta a Gama Caeiro, subdirector da Faculdade de Letras, 28 de Fevereiro de 1973).

Contudo, ainda participou na 5ª semana de estudo no Instituto Internacional di Storia Economica “Francesco Datini”, (4 a 11 de Maio), subordinado ao tema «Transporti e sviluppo economico, secoli XIII-XVIII», presidindo à sessão onde foram debatidos os temas concernentes à evolução dos transportes marítimos no Atlântico, Índico e Pacífico (séculos XV a XVII), o que lhe permitiu desenvolver acção intensa e moderadora nos debates, especialmente sobre a navegação astronómica, cartografia, tipos de embarcação, conexão entre vias e rotas terrestres e marítimas. Participou activamente em quase todas as sessões, quer esclarecendo pontos sobre a história nacional, quer debatendo numerosas questões de metodologia e de história económica comparada.

«Estes dias de intenso labor fatigaram-me bastante», confessou no seu relatório (30 de Maio de 1973). Mesmo assim, pediu licença para se deslocar a Varsóvia, a convite do Instituto de História da Universidade de Polónia, a realizar entre 20 de Novembro e 10 de Dezembro, numa missão integrada nos planos de investigação que dirigia. Planeava duas conferências: «L’histoire de la population portugaise au Moyen-Age» e «La pauvreté et l’assistance aux pauvres pendant le Moyen-Age» (Requerimento de 17 de Julho).

Nos finais desse verão estava seriamente doente. Foi internada no hospital a CUF no dia 1 de Outubro, morrendo passado um mês, em dia de finados (2 de Novembro de 1973). A Faculdade de Letras realizaria uma sessão solene em sua memória (6 de Novembro), mas as profundas mudanças políticas ocorridas com o derrube do Estado Novo (25 de Abril de 1974) reflectiram-se na universidade. As homenagens póstumas foram escassas e o seu espólio foi disperso, vendido pouco tempo depois pelos herdeiros. Em 1978, o município de Lisboa, presidido por Aquilino Ribeiro Machado (filho do escritor Aquilino Ribeiro), homenageou vários professores universitários, perpetuando-lhes o nome nos arruamentos de uma zona de Telheiras, que ficou conhecida como o Bairro dos Professores. Virgínia Rau figura entre eles, mas a sua lembrança ficou associada ao regime deposto e a fama de autoritarismo e de prepotência que gozava impediu um olhar objectivo sobre o seu legado científico ao longo de várias décadas.

Conclusão

Virgínia Rau impulsionou os estudos de História Económica, trouxe novos problemas e novos objectos à investigação histórica em Portugal, deu consistência e profundidade científica a todos os projectos que dirigiu. Contribuiu, mais do que nenhum outro historiador português do seu tempo, para que a historiografia nacional fosse conhecida nos grandes fóruns científicos internacionais. Mas, o seu trabalho foi frequente e injustamente julgado à luz da produção historiográfica posteriormente produzida, sem ter em consideração o que representou na sua própria época, tanto no plano nacional, como também no internacional.

Quatro décadas após a sua morte, começa a reconhecer-se a sua posição pioneira na historiografia portuguesa, caracterizada por numa concepção moderna de “oficina” baseada no trabalho de equipa, na articulação entre a investigação e o ensino e na constituição de redes internacionais de cooperação e partilha de conhecimento.



Virgínia Rau com Charles Boxer e Mário Chicó
Fonte: Fundação Mário Soares



Virgínia Rau com o Presidente da República Almirante Américo Tomás.
Fonte: Fundação Mário Soares

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Ernesto Beleza de (Coord.), 1936-37 e segs, *Anuário(s) da Universidade de Lisboa*, Lisboa.
- CEM, 1971, 1972, 1974, *Actas das Sessões de 1970 e 1971, 1972, 1973*, Lisboa.
- _____, 1973, 1974, *Memórias*, Lisboa.
- DUARTE, Luís Miguel, 2011, «When Those on the Margins Took Centre Stage», in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, MATTOSO, José (Dir.), Lisboa, IEM.
- FERNANDES, Hermenegildo, 2017, «Virgínia Rau: Algumas variações sobre um cosmopolitismo», *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 37, Lisboa.
- FLUL, Secção de Pessoal, *Processo da Professora Virgínia Rau*, Cx. 223.
- _____, *Livros de Sumários, 1945-46 a 1953-54*, Virgínia Rau, 242, Cx. 7.
- GARCIA, José Manuel, 1983, «Introdução», in V. Rau, *Feiras medievais portuguesas*, Lisboa, Ed. Presença.
- _____, José Manuel, 1984, «Introdução» in Virgínia Rau, *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Ed. Presença.
- GONÇALVES, Iria, 2017, «Lembrando a Professora Doutora Virgínia Rau», *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº.37, Lisboa.
- GEHM, 1970, *Actas das Sessões de 1969 e 1970*, Lisboa.
- _____, 1971, *Memórias*, Lisboa.
- MATTOSO, José (Dir.), 2011, *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa, IEM.
- MELO, Ana Ávila de e CARDOSO, João Luís Cardoso, 2014, «Virgínia Rau. Uma Medievalista na Pré-História», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Vol. 21, Câmara Municipal de Oeiras.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, 1979, *Elogio da Prof. Doutora Virgínia Rau*. Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- RAU, Virgínia, 1943, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- _____, Virgínia, 1946, *Sesmarias medievais portuguesas*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- _____, Virgínia, 1984, *Estudos sobre a História do Sal Português*, Lisboa, Ed. Presença.
- _____, Virgínia, 2009 [2ª ed.], *A Casa dos Contos. Os Três Mais Antigos Regimentos dos Contos*, Lisboa, INCM.



ANTÓNIO MARQUES ESPARTEIRO (1898-1976)

MARINHEIRO, PEDAGOGO E HISTORIADOR

António Costa Canas

António Marques Esparteiro nasceu a 21 de outubro de 1898, na freguesia de Mouriscas, Abrantes. Era filho de Luís Marques Esparteiro e de Engrácia Lopes, sendo António o quinto de oito irmãos: Jesovina, nascida em 1891; Manuel, 1893; Joaquim, 1895; Eduardo, 1896; Vitorino, 1900; Jacinta, 1902; e Exaltina, em 1905. Os pais procuraram assegurar uma sólida educação para os seus filhos, tendo dois dos irmãos de António alcançado lugares de distinção na sociedade portuguesa, Manuel, que se notabilizou como professor universitário de Matemática e Joaquim, também oficial de Marinha, que se distinguiu pelo seu interesse por assuntos científicos e foi Governador de Macau, numa época conturbada naquela cidade.

Não foi possível identificar nenhuma obra dedicada em exclusivo à figura de Esparteiro. No entanto, encontraram-se pequenos estudos que abordam a sua vida e obra. O mais antigo desses estudos consiste numa breve entrada no volume X da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Note-se que no texto se apresenta a biografia de António Esparteiro, atualizada até ao ano de 1943, ou seja, quando o biografado tinha pouco mais de quarenta anos, sinal do relevo cultural e profissional que o mesmo foi adquirindo desde os primeiros anos da sua carreira. Existe igualmente uma breve entrada para o seu irmão Joaquim. Em ambas surge a indicação que tanto um como outro eram colaboradores da *Enciclopédia*.

O segundo texto surge nos *Anais do Clube Militar Naval*, no ano seguinte à morte do Comandante. Trata-se de uma pequena Nota Necrológica, ocupando duas páginas da revista. O texto vem assinada O.L., tratando-se eventualmente do Comandante Oliveira Lemos, que durante anos foi professor de História na Escola Naval. Apesar de curto, o texto realça o interesse de António Marques Esparteiro pela pesquisa histórica, o qual viria desde os seus tempos de oficial embarcado:

«A sua passagem no Estado da Índia proporcionou-lhe o contacto com interessantíssima documentação histórica. O Comandante Esparteiro passava no Arquivo Histórico de Goa as horas que o serviço de bordo lhe deixava livre, recolhendo preciosos dados e contri-

butos para a história da marinha portuguesa na Índia. Fascinava-o sobretudo a epopeia que foi a Carreira da Índia, com todos os seus altos e baixos, glórias e tragédias.»¹

No mesmo apontamento necrológico é destacado o papel de Esparteiro como diretor do Arquivo Geral de Marinha.

Contente Domingues, que recorreu, para os seus estudos, à obra de Esparteiro dedicada aos navios brigantinos, apresenta uma limitação da mesma:

«Este volume é o único que interessa ao nosso período, em toda a série, pela longa introdução em que se fazem múltiplas referências de embarcações anteriores a 1640. As deficiências metodológicas de redacção tiram porém algum impacto às afirmações aí expressas: não há uma nota de rodapé ou citação no texto que permita identificar claramente as fontes de informação utilizadas. Por outro lado, A. Marques Esparteiro foi coordenador de um grupo de trabalho que coligiu a informação aqui apresentada, e não o autor único destes volumes.»²

O artigo mais detalhado sobre o Comandante Esparteiro, foi publicado, pelo Contra-almirante Leiria Pinto, no número de janeiro de 2008 da *Revista da Armada*. Ao longo de três páginas da revista é apresentada uma biografia, mais ou menos detalhada, redigida com base em documentação de arquivo. Seguindo uma ordem cronológica, apresenta a carreira profissional do Comandante, ligando a sua obra a essa carreira naval. Tendo em conta o detalhe com que este apontamento biográfico é redigido, teremos que obrigatoriamente repetir várias das ideias nele patentes, ao longo do nosso texto.

Também em 2008, Sérgio Campos Matos e Luís Aguiar Santos deram à estampa, na *Revista de História das Ideias*, um artigo sobre os contributos da Marinha, em especial dos seus oficiais, para a cultura histórica em Portugal. Dedicam um parágrafo, mais ou menos longo, à figura de Marques Esparteiro. Depois de mencionarem o interesse particular deste pelo estudo dos navios portugueses dos séculos mais recentes, terminam com a referência à sua explicação para a decadência naval portuguesa a partir do início de Oitocentos:

«Em *Causas do declínio da Marinha portuguesa no século XIX* (1976), Esparteiro identificou as invasões francesas, a independência do Brasil e as lutas liberais como os acontecimentos que “tiveram o condão de iniciar e apressar o declínio da Marinha de Portugal”, situação que só se inverteu a partir dos meados do século XIX, quando se deu “início à reconstrução da Marinha de Guerra pela construção de grandes corvetas a vapor que deram lugar à chamada Marinha de Corvetas”. Embora mais voltado para o pormenor erudito, retomava assim uma das preocupações centrais dos historiadores ligados à Armada: a compreensão das suas vicissitudes, em relação com os problemas mais gerais da formação social portuguesa.»³

¹ O. L., 1977, p. 451.

² DOMINGUES, 2003, p. 20.

³ MATOS e SANTOS, 2008, p. 462.

Finalmente, em 2016, Jorge Moreira Silva publicou, em versão eletrónica, um estudo dedicado aos contributos da Marinha para a investigação em História Naval. Apresenta breves apontamentos históricos sobre as diversas instituições que se dedicaram a esses estudos, mencionando, obviamente a Academia de Marinha, e os seus antecedentes, referindo os nomes daqueles que estiveram na sua génese, entre os quais se encontrava Esparteiro. Tem igualmente uma parte dedicada a pequenas biografias desses historiadores navais. O apontamento biográfico relativo a Marques Esparteiro é relativamente pequeno, mas tem o mérito de apresentar uma listagem, mais ou menos exaustiva, das obras por ele publicadas, mas apenas daquelas que abordam temas históricos.

Depois de concluir os estudos liceais, e os estudos preparatórios que davam acesso às escolas militares, António Esparteiro assentou praça em 27 de fevereiro de 1920, ingressando nesse dia na Escola Naval, como Aspirante de Marinha. Dos Livros Mestres à guarda do Arquivo Histórico da Marinha, poderemos recolher diversas informações sobre estes anos iniciais da sua vida de Marinha. O modelo seguido na época tinha algumas semelhanças com aquele que ainda hoje em dia vigora, com períodos de aulas durante o ano letivo e embarques no período do Verão. Assim, após uma primeira estadia na Escola Naval, entre 27 de fevereiro 1920 e 1 de julho de 1921, destacou neste dia para o contratorpedeiro *Guadiana*, onde permaneceu sete dias e deste foi para o cruzador *Carvalho Araújo*, até 31 de agosto. Neste dia voltou à Escola Naval, durante mais um ano letivo, até 6 de julho de 1922. Na prática, o curso «académico» consistiu em dois anos letivos completos e mais um «semestre», pois iniciou o primeiro ano no final de fevereiro de 1920. No Verão de 1922, tornou a embarcar, desta feita no contratorpedeiro *Douro*, entre 6 de julho e 22 de agosto. A data de conclusão formal do curso foi 11 de outubro de 1922, estando Esparteiro colocado na fragata *D. Fernando II e Glória*, desde o dia 7 desse mês, tendo seguidamente passado por diversos navios e sido promovido a Guarda-marinha em 30 de janeiro de 1923.

O posto de Guarda-marinha vencia os direitos e honras de oficial, mas a promoção ao posto seguinte estava dependente do cumprimento de certos requisitos, nomeadamente tempo de embarque e a realização de um determinado número de derrotas no mar. Entre os navios em que Esparteiro embarcou encontrava-se o rebocador *Lidador*, que ele mais tarde veio a comandar. Quando lá esteve, enquanto Guarda-marinha, o navio encontrava-se num período prolongado de reparações. Por essa razão não conseguia concluir os tirocínios necessários para promoção, logo, corria o risco de ficar atrasado nessa promoção. Para tentar resolver o problema, Esparteiro redigiu um requerimento, em 1 de novembro de 1923, a bordo do vapor *Lidador*, solicitando embarcar no cruzador *Vasco da Gama*, para completar as derrotas que lhe faltavam, uma vez que o navio em que estava embarcado estava em fabricos de longa duração. O despacho, datado de 6 do mesmo mês, foi o seguinte: «Embarcará quando for oportuno e no navio que convier».

Foi realmente colocado no dito cruzador, onde permaneceu entre 6 de janeiro e 20 de junho de 1924, tendo completado o seu tirocínio, sendo promovido a Segundo-tenente em 30 de julho. Cumpriu a sua primeira comissão neste posto integrando a guarnição do cruzador *Carvalho Araújo*. Este navio fora lançado à água em Glasgow, na Escócia, em 12 de maio de 1915. Na *Royal Navy* foi batizado como *Jonquil* e classificado como *sloop* (aviso). Terminada a Grande Guerra a Grã-Bretanha tinha navios em excesso e Portugal estava praticamente na situação de «Zero Naval». Em março de 1920, Portugal comprou dois navios britânicos, que classificou como cruzadores, o *Carvalho Araújo* e o *República*. Ambos os navios estiveram envolvidos no apoio à travessia aérea do Atlântico Sul, em 1922. O *República* acompanhou a viagem ao longo de todo o percurso e o *Carvalho Araújo* transportou o terceiro hidroavião depois de se ter perdido o segundo. No ano seguinte, foi decidido enviar um navio para apoio da frota de pesca do bacalhau, na Terra Nova. A escolha recaiu sobre o *Carvalho Araújo*, que foi adaptado para essa função, mas logo na viagem inaugural o navio encalhou, tendo ficado feridos vários elementos da guarnição, incluindo o Comandante. Por essa razão, esse apoio foi interrompido e só foi retomado vários anos mais tarde, com outro navio.

Em 1924, um ano após o encalhe, Esparteiro embarcou no *Carvalho Araújo*. Num primeiro momento, permaneceu a bordo pouco mais de um mês, de 16 de setembro a 24 de outubro. Nesta data destacou para a Brigada da Guarda Naval, onde permaneceu pouco mais de uma semana, até 3 de novembro. Seguidamente destacou para a Brigada de Artilheiros, na qual frequentou um curso de especialização em Artilharia e Tiro Naval, até 28 de maio de 1925. Regressado ao navio, o mesmo foi em comissão para a costa ocidental de África. Trata-se da sua primeira comissão alargada em águas africanas, a qual decorreu entre 5 de novembro de 1925 e 6 de junho de 1926. Esta situação que não era muito normal na época, como realça Leiria Pinto: «...contrariamente ao sucedido com a maioria dos oficiais do seu tempo, o Comandante Esparteiro ter um conhecimento limitado das terras portuguesas de África...»⁴. Pouco tempo depois de regressar de África terminou a sua comissão no cruzador, a 19 de junho de 1926.

Terminada a comissão no *Carvalho Araújo*, desembarcou e foi colocado na Brigada de Marinheiros, sendo ainda Segundo-tenente. Pouco tempo depois de iniciar esta comissão em terra, procurou aumentar os seus conhecimentos académicos. No Arquivo Histórico de Marinha existe um requerimento seu, de 5 de novembro de 1926, solicitando autorização para se matricular nalgumas cadeiras do Instituto Superior do Comércio, o qual teve o seguinte despacho: «Autorizo sem prejuízo nenhum do serviço da arma, seja qual for que lhe competir». Não

⁴ PINTO, 2009, p. 21.

se esclareceu se ele teria frequentado essas aulas, mas sabe-se que pouco tempo depois estaria na disposição de partir em missão para a Guiné, prova de que não era por vontade sua que não tinha grande conhecimento das terras africanas. Através de um requerimento de 19 de janeiro de 1927, Esparteiro solicitava que lhe fosse contado como tempo de serviço na arma, aquele que passasse na Missão Geodrográfica da Guiné, para a qual se oferecera. O despacho foi bem claro: «Indeferido, por ser contra a lei». Para fundamentar o despacho, existe um parecer, no qual se compara este pedido com outros casos similares, tendo-se concluído o seguinte: «Informa esta Secção que o artigo 11.º do decreto n.º 12:694 de 19 de novembro de 1926, taxativamente, determina que o pessoal da Armada para os serviços privativos das colónias, entre os quais está incluído o de hidrografia (n.º 4.º do artigo 3.º do mesmo decreto), passa à situação de comissão nas colónias, nos termos da legislação vigente, não contando tirocínio nem serviço no ramo desde a data em que receber guia para o Ministério das Colónias». Ou seja, enquanto estivesse em comissão na Guiné, interrompia a contagem de tempo para efeitos de promoção. Consultando os Livros Mestre percebe-se que nestas condições terá desistido da comissão na Guiné.

Entretanto, em 1927, foi nomeado Comandante da Escola de Alunos Marinheiros, a qual estava integrada da Brigada de Marinheiros, onde estava colocado. Foi promovido a Primeiro-tenente durante esta sua primeira comissão em terra, em 19 de novembro de 1929. Importa explicar, ainda que sucintamente, quais as funções destas duas unidades. Nos tempos áureos da vela, a formação dos marinheiros era feita essencialmente a bordo, resultando a aprendizagem da experiência prática, junto dos mais experientes. Com a complexificação dos navios, a partir do século XIX, foram surgindo escolas de formação, destinadas a ministrar conhecimentos nas diversas áreas técnicas, assim como dar treino militar. Por outro lado, foram sendo criadas estruturas para enquadramento militar dos marinheiros quando não estavam embarcados. Em 1851 surgiu o Corpo de Marinheiros da Armada, que assumia essas duas funções: preparação militar, naval e técnica dos marinheiros, incluindo os sargentos; e respetivo enquadramento militar, quando permaneciam em terra.

Ao longo dos tempos, o Corpo de Marinheiros da Armada foi sendo alvo de diversas reformas, de modo a adaptar-se às diferentes necessidades que iam sendo identificadas. Durante a Primeira República estas alterações foram sendo mais frequentes e em 1924 o Corpo de Marinheiros da Armada foi extinto, embora tenha ressurgido em 1934. Em 1924, além da extinção do Corpo de Marinheiros, foram igualmente extintas as diferentes escolas de formação de marinheiros. Em substituição dessas estruturas foram criadas brigadas autónomas: Brigada de Marinheiros, Brigada de Artilheiros, Brigada de Mecânicos, Brigada da Guarda Naval e ainda o Centro de Alistamento e Reserva de Marinheiros da Armada.

«Na Brigada de Marinheiros funcionava a Escola de Alunos Marinheiros, onde se dava a instrução geral preparatória do pessoal destinado aos quadros e praças da Armada; esta

instrução era dividida em dois períodos, um elementar e outro complementar, durando o primeiro quatro meses e o segundo três, e perfazendo assim um total de sete meses.»⁵

Portanto, a Brigada de Marinheiros tinha integrada a escola que dava formação básica marinheira a todos aqueles que eram destinados a servir a bordo dos navios, sendo esta formação, adquirida na Escola de Alunos Marinheiros, complementada por prática a bordo, antes de os alunos irem frequentar os respetivos cursos das suas áreas técnicas. Além disso, esta brigada tinha por missão formar o pessoal que desempenharia a bordo tarefas relacionadas com marinharia, manobra e sinais, assim como ministrar ainda diversos cursos que não estavam enquadrados noutras brigadas mais especializadas.

O Corpo de Marinheiros da Armada começou por ser instalado a bordo de navios surtos no Tejo. No entanto, aquando da sua criação estava já a ser construído um edifício em Alcântara, destinado a alojar esse organismo, o que aconteceu em 1857. Entretanto, com as várias reorganizações ocorridas na Primeira República passou por outros locais e regressou a Alcântara. Com a sua extinção em 1924, as diferentes brigadas que o substituíram foram dispersas por vários locais, passando a Brigada de Marinheiros para o Alfeite, aí funcionando quando Esparteiro nela prestou serviço.

Datam desta primeira comissão em terra, os primeiros textos conhecidos de sua autoria. São pequenos escritos relacionados com as suas funções na Brigada, como é o caso de *Programa e questionário de aparelho e arte de marinheiro para alunos marinheiros*⁶; *Questionário de marinharia para alunos marinheiros*⁷, cuja primeira edição é de 1928 e que foi objeto de diversas reedições nos anos subseqüentes; ou *Manual de embarcações miúdas*⁸. Esparteiro manteve, ao longo da sua vida, este gosto particular pelos assuntos ligados à Marinharia. Esta sua faceta encontra-se referida no pequeno apontamento necrológico, anteriormente referido:

«Não tinha já, nesta fase da sua vida, a vivacidade e quiçá aquela pontinha de crueldade profissional com que procurava «sacar» à tristemente exígua memória dos guardas-marinhas os conhecimentos de marinharia que eram sempre ponto de honra nos exames para segundos-tenentes. E, perante o alarde de ignorância, por vezes chocante, dos pobres examinandos sentia-se o fulgor do seu olhar inquisidor, espreitando as reações e o «estrebuchar» da vítima... Porém, tudo aquilo não passava de um ritual cujo constrangimento se desvanecia ao primeiro contacto extra exame. Quem estas linhas escreve sentiu também o peso daquele desafio, aliás sustentado sem desdouro e guardou sempre do Comandante Esparteiro uma imagem de marinheiro que o futuro viria a consolidar em estima e admiração.»⁹

⁵ *O Corpo de Marinheiros da Armada...*, 1956, p. 83.

⁶ ESPARTEIRO, 1930.

⁷ ESPARTEIRO, 1928.

⁸ ESPARTEIRO, 1931a.

⁹ O. L., 1977, p. 452.

Esta primeira comissão em terra terminou em 18 de julho de 1930. Nesse dia, o Livro Mestre¹⁰ tem registados movimentos de Esparteiro para diversas unidades, certamente por razões administrativas, sendo de destacar um movimento para o Arsenal da Marinha. Existe igualmente um movimento para o torpedeiro *Lis*, logo nesse mesmo dia voltou a embarcar, desta feita para assumir o cargo de encarregado de comando do referido navio. É muito provável que o navio se encontrasse em reparação no Arsenal e que ele tenha sido nomeado para acompanhar esses trabalhos, sendo posteriormente nomeado comandante do navio, a 18 de setembro. Durante esta comissão, que durou até 1 de junho de 1931, a sua escrita debruça-se sobre a área em que era especializado, a artilharia. Redige um pequeno texto sobre a peça de artilharia que equipava o seu navio: *Peça SKODA 65 mm, 5/30 de tiro rápido: tipo torpedeiros-descrição*¹¹.

Terminado este embarque no torpedeiro, que desenvolvia a sua atividade no porto de Lisboa e nas suas imediações, Esparteiro foi destacado para o Algarve, sendo atribuído à Esquadilha de Fiscalização do Sul, que coordenava os navios que faziam fiscalização na costa algarvia. Entre 2 de junho de 1931 e 1 de setembro de 1933, esteve ao serviço dessa esquadilha, e entre 6 de junho de 1931 e 1 de setembro de 1933 foi comandante do rebocador *Lidador*, que estava essencialmente dedicado à fiscalização de pesca. No seu texto, o Almirante Leiria Pinto destaca o louvor que Esparteiro recebeu «por na barra da Fuzeta haver coadjuvado o salvamento de 2 pescadores».¹² Durante esta nova comissão de embarque, publicou mais um pequeno texto da área da Marinharia: *Exercícios de remos, vozes para o leme, continências em embarcações*¹³, o qual terá sido impresso a expensas do autor, na Tipografia Palma, em Faro, portanto na região onde o seu navio estava a operar. Não se enquadra nos objetivos da presente biografia apresentar uma lista exaustiva de obras publicadas pelo biografado. No entanto, considera-se que vale a pena mencionar mais algumas dessas obras sobre Marinharia.

Um dos textos que merece realce é o artigo «Comandos e manobras de vela»¹⁴, publicado nos *Anais do Clube Militar Naval*, em 1940, e que lhe valeu o Prémio Augusto Osório do referido ano. Importa também referir mais um texto, igualmente publicado na mesma publicação, em 1973, «A marinharia de “Os Lusíadas”»¹⁵. Nota-se que mesmo no final da sua vida o tema da Marinharia continuava a cativar o seu interesse.

¹⁰ Os Livros Mestres, preservados no Arquivo Histórico da Marinha, são documentos nos quais se registam os elementos mais relevantes para a carreira dos oficiais de Marinha. Os que registam o percurso de António Marques Esparteiro são: Livro K, fl. 182; Livro N, fl. 23 e Livro P, fl. 43.

¹¹ ESPARTEIRO, 1931b.

¹² PINTO, 2009, p. 21.

¹³ ESPARTEIRO, 1933.

¹⁴ ESPARTEIRO, 1940b.

¹⁵ ESPARTEIRO, 1973.

Merece destaque o *Dicionário Ilustrado de Marinharia*¹⁶, que conheceu a sua primeira edição em 1936, e que serviu de inspiração para uma outra obra de maior fôlego, o *Dicionário Ilustrado de Marinha*¹⁷, cuja primeira edição ocorreu em 1962. Sendo este um trabalho que evoluiu, ao longo da vida do autor e ao qual ele dedicou várias décadas, vale a pena expor a história desta obra. A consulta da segunda edição, de 1943, fornece diversas informações úteis para esta história. A Introdução começa com a explicação das motivações que levaram o autor a abalancar-se numa obra desta envergadura:

«A falta dum moderno Dicionário de Marinharia e o amor votado por nós a esta matéria, foram a origem do presente trabalho.

O dicionário português de marinha mais recente é o de António Gregório de Freitas, intitulado *Novo Dicionário da Marinha de Guerra e Mercante*, publicado em Lisboa em 1855.»¹⁸

A obra foi prefaciada pelo famoso linguista José Leite de Vasconcelos, logo na sua primeira edição, de 1936, mantendo-se o prefácio na segunda edição. Neste prefácio surge a indicação que os primeiros ensaios de Esparteiro neste campo começaram nos primeiros anos da década de trinta:

«Do vocabulário a que me refiro, considerado um dos seus aspectos, a *Marinharia*, se ocupa no presente volume, com grande e louvável diligência o Sr. Marques Esparteiro, que já nos *Anais do Clube Militar Naval*, de 1931 e 1933, havia inserido breves ensaios do assunto. Deu-me ele a honra de me pedir que lhe prefaciasse o livro.»¹⁹

Esta segunda edição contém ainda um prefácio, dedicado à mesma, e redigido pelo autor. Nele percebe-se que o conteúdo tinha sido largamente acrescentado, em relação à primeira edição e que era intenção dele continuar a estudar o assunto e enriquecer a obra:

«A nova edição agora apresentada foi melhorada e aumentada de modo apreciável. Atendendo a sugestões de vários amigos resolvemos incluir na obra, vocábulos de geografia marítima, meteorologia náutica, oceanografia, construção naval, hidrografia, direito marítimo e faróis, de uso mais corrente. Este grande manancial enriquece o dicionário enormemente.

O título da obra, por isso, não corresponde agora ao seu conteúdo, pois tem muito mais do que promete. Não podemos porém chamar-lhe dicionário marítimo, pois, para isso, faltam-lhe muitos termos quer de navegação, farolagem, submarinos, aviação, quer das quatro grandes especialidades da Armada, Artilharia, Eletricidade, T.S.F. e Máquinas. Talvez numa futura edição, se o público nos ajudar, tentemos obra de tal vulto.»²⁰

¹⁶ ESPARTEIRO, 1943.

¹⁷ ESPARTEIRO, 1962.

¹⁸ ESPARTEIRO, 1943, p. xv.

¹⁹ ESPARTEIRO, 1943, p. xi.

²⁰ ESPARTEIRO, 1943, p. xi.

Este interesse particular do Comandante pelos dicionários de terminologia naval é facilmente explicável pelo facto de esta matéria ser estudada e ensinada no contexto da Marinharia. Embora o espaço dedicado à matéria já vá longo, vale a pena acrescentar mais uma referência aos dois dicionários bilingues, Inglês-Português²¹ e Português-Inglês²², de termos náuticos que preparou. O interesse particular destes dois dicionários, para este apontamento, reside no facto de os mesmos terem sido publicados pelo Centro de Estudos de Marinha, antecessor da Academia de Marinha. Uma consulta ao processo académico do Comandante Esparteiro permite perceber que estes dicionários tiveram uma difusão mais ou menos alargada, em termos nacionais e internacionais; tendo essa difusão sido levada a cabo pelo próprio Centro de Estudos de Marinha. No processo existem quatro cartas de agradecimento pela oferta dos dicionários: do comandante do navio mercante *Serpa Pinto*; do Arquiduque Otto de Habsburgo, filho do último soberano do Império Austro-húngaro e que conhecia bem Portugal, tendo vivido na Madeira; do Professor Leo Magnino, da Universidade de Roma e especialista em História de Portugal, nomeadamente na vertente religiosa; e do Professor Rolando Laguarda Trías, uruguaio, também ele especialista em História de Portugal, especialmente na área dos descobrimentos.

Concluído o comando do *Lidador*, partiu para Inglaterra, em finais de 1933, para frequentar cursos de artilharia, primeiro no *Royal Naval College*, de Greenwich e posteriormente na *Gunnery School*, de Portsmouth, onde permaneceu até 25 de julho de 1934. De acordo com um dos Livros Mestre, só depois de frequentar estes cursos é que foi considerado especializado em Artilharia e Tiro Naval, a contar de 18 de julho de 1934. Seguidamente deslocou-se para Newcastle, onde integrou a Missão Portuguesa que aí acompanhava a construção dos avisos de primeira classe, da classe *Afonso de Albuquerque*. De referir que estes navios faziam parte do chamado «Programa Magalhães Correia», que deve este nome ao Ministro da Marinha, Almirante Magalhães Correia, que iniciou o programa. Tratou-se de um grande programa de reequipamento naval e com ele procurava-se sair da situação de «Zero Naval» que a Marinha Portuguesa atingira. Terá sido durante esta sua permanência no Reino Unido que conheceu Effie Anderson, com quem casou em 21 de outubro de 1936. No Livro Mestre onde está registado este evento, as linhas referentes à sua descendência encontram-se em branco.

Tendo acompanhado a construção do navio e tendo anteriormente recebido, em Inglaterra, formação em artilharia, era natural que fosse escolhido para Chefe do Serviço de Artilharia do aviso *Afonso de Albuquerque*, quando o navio foi aumentado ao efetivo da Marinha Portuguesa. Iniciou assim, em fevereiro de 1935, um

²¹ ESPARTEIRO, 1974.

²² ESPARTEIRO, 1975b.

período de embarque que se estenderá até meados de 1942, sendo apenas interrompido por uma breve passagem pela Direção de Material de Guerra e Tiro Naval, entre abril de 1939 e fevereiro de 1940, onde chefiou uma secção e acumulou com o cargo de subdiretor, desempenhando funções na área em que era especializado, artilharia.

Permaneceu no *Afonso de Albuquerque* durante três anos, donde passou para o navio-escola *Sagres*, no qual permaneceu no período de 31 de maio de 1938 a 4 de março de 1939, saindo dali para a referida comissão em terra. De referir que no *Afonso de Albuquerque* assumiu por diversas vezes, durante breves períodos, as funções de Imediato, Encarregado de Comando e inclusivamente de Comandante, e na *Sagres*, embora tenha desempenhado o cargo de Imediato, também assumiu como Comandante durante cerca de um mês, de meados de junho a meados de julho de 1938. Terminada a comissão em terra, voltou ao *Afonso de Albuquerque*, em fevereiro de 1940, novamente como Imediato, e aí permaneceu até 1942, tendo sido promovido a Capitão-tenente em 22 de maio de 1940. Decidiu passar a escrito a sua experiência neste cargo que desempenhou a bordo destes dois navios. Assim, em 1942, publicou, mais uma vez nos *Anais do Clube Militar Naval*, «A acção do oficial imediato a bordo»²³.

Na década de quarenta a produção escrita do Comandante Esparteiro foi bastante profícua. Por esta altura começa a publicar textos sobre história da Marinha, que classifica como «Subsídios para a história da marinha de guerra». O primeiro artigo desta coleção, com o título: «Fragata D. Fernando II e Glória», foi publicado na revista *Petrus Nonius*, tendo conhecido uma difusão mais alargada como separata publicada em 1940²⁴. O segundo texto que ele incluiu na coleção foi: «Causas da decadência e do ressurgimento da marinha»²⁵, publicado nos *Anais do Clube Militar Naval*, no mesmo ano. Este tema da decadência da Marinha voltou a ser abordado pelo Comandante, já no final da sua vida. Na última edição de 1975²⁶ e nas três primeiras de 1976²⁷, dos *Anais do Clube Militar Naval*, publicou um extenso texto sobre o tema, mas agora centrado no século XIX, «Causas do declínio da marinha portuguesa no século XIX (1793-1834)». Este artigo valeu-lhe a atribuição do prémio «Almirante Barroso» do Clube Militar Naval, referente a 1976, o qual foi entregue à sua viúva, em virtude de ele já ter falecido.

Apesar de incluir o texto de 1940 sobre a decadência da Marinha, a coleção «Subsídios para a história da marinha de guerra» é dedicada essencialmente à apresentação de estudos sobre navios. Leira Pinto refere, no texto mencionado no

²³ ESPARTEIRO, 1942.

²⁴ ESPARTEIRO, 1940c.

²⁵ ESPARTEIRO, 1940a.

²⁶ ESPARTEIRO, 1975a.

²⁷ ESPARTEIRO, 1976.

início deste estudo, que foram analisados catorze navios. Mais tarde, na transição da década de cinquenta para a de sessenta, seguiu-se uma série de artigos sobre «Corvetas Mistas», abrangendo oito navios.

O Comandante Esparteiro considerava que a obra que tinha publicado deveria ser considerada em termos do seu percurso como militar e marinheiro. Encontra-se, no Livro Mestre N, referência a um despacho de 24 de maio de 1949, do Superintendente dos Serviços da Armada, que manda averbar, por solicitação do próprio, as obras até então publicadas por Esparteiro. Os títulos encontram-se agrupados por temas, certamente definidos pelo autor, no requerimento que fez para averbamento das obras: Marinharia, Subsídios para a história da marinha de guerra, Artilharia e minas, Arte de Mandar, Tecnologia naval, Guerra no mar e Crónicas. Estas classificações aparecem por diversas vezes em livros de sua autoria, com menção de algumas obras de cada categoria.

Na Arte de Mandar, que hoje em dia se designa como Liderança, indicou o já mencionado artigo sobre o papel do Imediato a bordo. Nas Crónicas descreve factos do quotidiano a bordo, nos quais «os incidentes e os episódios do mar têm o sabor a água salgada e a forma do mar imenso»²⁸. Quanto à Guerra no Mar, Esparteiro identificou uma obra, na qual analisou um acontecimento ocorrido na Segunda Guerra Mundial e que é um dos mais emblemáticos episódios deste conflito, o afundamento do cruzador alemão *Graf Spee*, pelo seu comandante, no Rio da Prata, frente a Montevideu. Esta decisão de sacrificar o navio resultou de uma operação de mistificação levada a cabo pela Marinha Britânica, que transmitiu diversas informações falsas em frequências rádio que sabia que eram escutadas pelos alemães, que levou estes a crer que uma grande força naval aguardava o cruzador alemão, quando ele saísse das águas neutrais do Uruguai. No início da obra, Esparteiro indica qual é o seu propósito e quais as suas fontes:

«No presente trabalho, pretendemos descrever ligeiramente a vida aventurosa do couraçado de algibeira «Admiral Graf Spee» até à sua destruição, incluindo o notável combate do Rio da Prata.

Os elementos que possuímos sobre o assunto não são suficientes para um relato minucioso e completamente imparcial dos acontecimentos. Nada conhecemos do lado alemão que nos possa esclarecer. Os livros e revistas que utilizamos no nosso estudo são todos ingleses que, embora sejam fontes de absoluta confiança, não deixam de representar apenas a versão dos acontecimentos dum dos contendores. Para completar o presente trabalho seria conveniente ouvir o lado alemão que infelizmente nada escreveu ainda. No entanto, estamos certos que estes apenas podem precisar melhor qualquer detalhe sem, contudo, alterarem a essência do que escrevemos.»²⁹

²⁸ *Apud* PINTO, 2009, p. 23.

²⁹ ESPARTEIRO, 1941, p. 6.

Uma parte significativa dos textos que escreveu sobre História da Marinha, e sobre outros assuntos, surgiu pela primeira vez nos *Anais do Clube Militar Naval*. No entanto, não foram todos publicados aqui, tendo igualmente submetido artigos para outros periódicos, como a revista já mencionada, *Petrus Nonius*; mas também a revista *Ocidente*; o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*; o *Boletim Geral das Colónias*, ou simplesmente imprimindo textos sem qualquer editora. Os textos incluídos em publicações periódicas eram posteriormente publicados individualmente, como separatas.

Esparteiro dedicava muitos dos seus textos a outros oficiais de Marinha. Encontram-se dedicatórias como: «Ao Primeiro-tenente Manuel Beja Corte Real. Homenagem de apreço e estima», «Ao Primeiro-tenente Guilhermino Martins de Magalhães. Homenagem de amizade e grande apreço» ou «Ao Capitão-tenente Jorge Maia Ramos Pereira. Homenagem de amizade e grande apreço», sendo estes oficiais da geração de Esparteiro, nascidos por volta de 1900. O *Dicionário Ilustrado de Marinharia* é dedicado a um oficial mais antigo: «Ao distinto oficial de marinha Capitão-de-fragata António M. R. de Carvalho Lima. Homenagem da máxima consideração e estima». Note-se que quando publicou este Dicionário, Esparteiro era Primeiro-tenente, existindo, portanto, uma diferença razoável de idade entre ambos. O *Dicionário Ilustrado de Marinha* é igualmente dedicado ao mesmo oficial: «Ao distinto Comandante António Manuel Roxo de Carvalho Lima. Oficial íntegro, profissional excelente e chefe que honra a MARINHA. Homenagem respeitosa do AUTOR», facto que reforça a ideia anteriormente apresentada que este Dicionário é considerado pelo autor como uma edição muito aumentada do anterior, que justifica a alteração do título. A biografia de Marquês de Nisa é dedicada a seus pais: «A meus Pais, a quem tudo devo, homenagem de máximo respeito e de reconhecimento eterno».

Na década de 1940, os períodos de embarque alternam com comissões em terra. Na parte final do seu embarque no *Afonso de Albuquerque* o navio fez um périplo por diversos portos africanos, do Atlântico e do Índico. Essa viagem terminou em março de 1942 e ele terminou o seu período de embarque em 20 de junho. Esteve cerca de dois anos em terra, primeiro na Direção dos Serviços Marítimos, durante aproximadamente um ano, onde desempenhou, interinamente as funções de Diretor; e depois no Comando de Defesa Marítima do Porto de Leixões e Barra do Douro e simultaneamente Capitão do Porto de Leixões, cargos que ocupou até 13 de abril de 1944.

Em 12 de junho de 1944, voltou a embarcar, desta feita como Comandante do contratorpedeiro *Douro*, até 12 de outubro de 1946. Nesta época, estes navios costumavam realizar missões nos Açores e terá sido certamente durante uma dessas missões que ele concorreu aos Jogos Florais de 1946, comemorativos do Quarto Centenário da Cidade de Ponta Delgada, tendo sido agraciado com uma Menção Honrosa. Segue-se um período mais ou menos longo em terra,

com pequenos embarques em diligência nalguns navios. A unidade onde permaneceu mais tempo, numa primeira fase que durou até 2 de junho de 1949, foi a Direção de Material de Guerra e Tiro Naval, onde já prestara serviço anteriormente. Pelo meio, foi nomeado Chefe da Missão de Receção dos Patrulhas P.C. Americanos, cargo que desempenhou entre 20 de setembro de 1947 e 6 de setembro de 1948. A 3 de junho de 1949 passou para a Direção Geral Militar das Colónias – Secção de Marinha, ou seja, passou a prestar serviço no Ministério das Colónias, desempenhando funções como Capitão do Porto da Beira, a partir de 24 de junho de 1949.

Durante o período em que esteve em Moçambique a sua produção escrita parece ter conhecido alguma redução. Publicou em Lourenço Marques, em 1949, a sétima edição do *Questionário de marinharia para alunos marinheiros*. Continuou a publicar alguns dos textos dos «Subsídios para a história da marinha», pelo menos dois deles no *Boletim Geral das Colónias*, publicados sob a égide da Agência Geral das Colónias, o que tem alguma lógica, pois este organismo estava integrado no Ministério das Colónias, no qual Esparteiro prestava serviço na época. No entanto, apesar de não ter dado à estampa muitos títulos, publicou dois textos com alguma dimensão, de um estilo que o Almirante Leiria Pinto classificou como «Navios e Marinheiros», mas que aparece como «Quadros da vida heroica» nalguns livros dele que contêm listas de obras por ele publicadas. O primeiro foi publicado na cidade da Beira, em 1953, e tem por título: *Heróis do Mar (1600-1918)*. Na ficha desta obra na Biblioteca Central da Marinha encontra-se uma pequena descrição do seu conteúdo, retirada do próprio texto: «Procura-se, no que se escreveu, chamar a atenção dos homens, especialmente da mocidade portuguesa, para factos da História da Marinha, estritamente ligados com a História de Portugal.»

Os três livros que se podem incluir no referido estilo foram todos publicados na década de 1950 e todos incluem no título datas que definem os períodos analisados: (1600-1918), (1608-1923) e (1600-1895). Como se pode constatar, começam todos por volta de 1600 e neles se descrevem factos que o autor considerou relevantes para a Marinha Portuguesa, começando geralmente pelas ações de combate contra os Holandeses. O primeiro dos livros contém uma apresentação da obra pelo Comandante Óscar Manuel de Carvalho; que este intitulou: «Apenas duas palavras», mas que na realidade ocupa onze páginas. O referido oficial era muito mais antigo que Esparteiro, sendo contemporâneo de Sacadura Cabral na Escola Naval, ou seja, já era aluno desta escola quando Esparteiro nasceu e quando este ingressou na Escola Naval já Carvalho era Capitão-tenente.

O texto de apresentação da obra termina com indicação do ano, 1953, e do local, Leixões, antes das iniciais do Comandante Carvalho. Provavelmente teria sido em Leixões que Esparteiro desenvolvera um relacionamento mais próximo com aquele oficial, uma vez que ele prestou serviço por mais que uma vez no Departamento

Marítimo do Norte, tendo ficado a viver na região do Porto e mantendo certamente um relacionamento próximo com a estrutura da Marinha na zona. Contudo, o seu relacionamento deveria vir pelo menos do ano de 1936. Nessa altura, Esparteiro estava embarcado no *Afonso de Albuquerque*. No dia 9 de março de 1936, o Comandante Carvalho assumiu o comando do *Bartolomeu Dias*, outro aviso da mesma classe. Em 8 de setembro do mesmo ano ocorreu a chamada revolta dos marinheiros, apoiada pelo Partido Comunista. Os revoltosos eram essencialmente praças, isto é, dos escalões mais baixos da hierarquia, e o seu objetivo era levarem aqueles dois navios, assim como o contratorpedeiro *Dão*, para apoiar os republicanos, na Guerra Civil de Espanha. Os marinheiros amotinados tomaram conta do *Afonso de Albuquerque* e do *Dão*. Esparteiro foi aprisionado durante a revolta, mas esta acabou por ser controlada pela artilharia de terra e os marinheiros presos. No *Bartolomeu Dias* as coisas não correram bem, porque o navio não tinha as máquinas disponíveis. No rescaldo da revolta, o regime decidiu afastar grande parte dos oficiais dos três navios, apesar de não estarem implicados na mesma. Assim, em 11 de setembro o Comandante Carvalho foi exonerado do comando e no dia 17 foi reformado. Também o comandante do *Afonso de Albuquerque* terá sido exonerado, pois Esparteiro assumiu interinamente o comando.

Entretanto, durante a sua permanência na Beira, foi promovido a Capitão-de-fragata, em 31 de março de 1951. Terminou, em 5 de agosto de 1954, a sua comissão como Capitão do Porto daquela cidade moçambicana. A 7 do mesmo mês foi nomeado Capitão de Bandeira do paquete *Índia*, cargo que exerceu até 1 de setembro. Em 24 de novembro foi «nomeado para organizar o Arquivo da Marinha e propor o que tiver por conveniente para que o mesmo funcione nas melhores condições de modo a atingir o fim para que foi criado»³⁰. Enquanto estava incumbido desta tarefa foi promovido a Capitão-de-mar-e-guerra, a contar de 1 de janeiro de 1955. Entretanto, em 8 de fevereiro de 1955 foi «exonerado, por já ter cumprido o respetivo serviço do cargo para que foi nomeado...». A estrutura do Arquivo foi profundamente remodelada pelo Decreto-lei n.º 42840, de 10 de fevereiro de 1960. No preâmbulo do diploma pode ler-se:

«Mais recentemente, num cuidadoso estudo relativo ao estado e funcionamento daquele organismo, concluiu-se ser imperiosa a necessidade de remodelar a orgânica do Arquivo da Marinha, dando-lhe uma estrutura apropriada ao desempenho das importantes funções que lhe competem, entre as quais se salienta a conservação dos valiosos documentos ali depositados.»³¹

Certamente que o trabalho de Esparteiro terá sido fundamental para o estudo mencionado.

³⁰ Cf. Livro Mestre N, fl. 23.

³¹ Cf. <https://tinyurl.com/yckcax92>, consultado em 28/12/2018.

No final do ano de 1955, mais propriamente em 14 de novembro, foi nomeado comandante do «seu» *Afonso de Albuquerque*. Permaneceu no cargo até 31 de outubro de 1958. Durante este comando o navio fez uma comissão no Estado da Índia, tendo ele desempenhado interinamente as funções de Comandante-chefe das Forças Navais daquele Estado, entre 9 de novembro de 1956 e 26 de abril de 1957. Foi no decorrer desta permanência no Oriente que explorou o espólio dos arquivos de Goa, conforme mencionado no início deste texto. Ainda durante o comando do aviso frequentou o Curso Superior Naval de Guerra, durante o ano de 1958, tendo sido considerado habilitado com o mesmo em 18 de julho desse ano.

Entregou o comando do navio em outubro de 1958 e nessa altura passou à reserva. Terminava assim uma brilhante carreira naval, tendo apenas voltado ao mar, em serviço, como Capitão de Bandeira dos paquetes *Vera Cruz* (1967) e *Índia* (1968), usados como transporte de tropas. Mas a sua colaboração com a Marinha não terminava aqui. A partir de 28 de setembro de 1959 passou a prestar serviço no Arquivo da Marinha. Entretanto, em fevereiro do ano seguinte era publicado o supramencionado decreto-lei que reformulava o Arquivo, o qual passava a designar-se Arquivo Geral de Marinha. Em 14 de março de 1960, foi nomeado diretor do Arquivo, sendo o responsável por implementar a reorganização do arquivo, para a qual tinha contribuído.

Por esta altura já era reconhecido o seu mérito como investigador na área da História, especialmente na que dizia respeito à Marinha. Entretanto, passou a desempenhar diversos cargos relacionados com a cultura. Por Portaria de 24 de maio de 1960 foi nomeado vogal do Conselho Consultivo do Museu de Marinha, que na época estaria numa fase de profunda remodelação, preparando a sua mudança para o Mosteiro dos Jerónimos, que se concretizou em 1962. Em 7 de setembro de 1960 foi nomeado vogal do Centro de Estudos Ultramarinos e em 5 de abril de 1962 foi autorizado a assumir o lugar de vogal da Comissão de História Militar, como delegado do Ministério da Marinha, pelo facto de o lugar ter ficado vago, por morte do Almirante Botelho de Sousa.

A sua produção literária durante a década de sessenta cresceu significativamente, quando comparada com a década anterior. Retomou o estilo que o Almirante Leiria Pinto classifica como «Biografias de Marinheiros Ilustres». O primeiro desses textos, *O Almirante Marquês de Nisa*, fora publicado em 1944. O seu propósito neste género é realçar a importância dos biografados para a Marinha:

«O presente trabalho, é uma merecida homenagem ao grande português que foi a glória da nossa Marinha, soldado valoroso em terra, marinheiro consumado e nauta destemido no mar, fino diplomata nas cortes e embaixadas, chefe prudente e firme, subordinado leal e fiel, homem valente, cavalheiresco e bom.»³²

³² ESPARTEIRO, 1944, p. 120.

A biografia do Marquês de Nisa termina na página 120 do livro. Seguem-se mais de 300 páginas com transcrição de documentos de arquivo relacionados com a sua vida.

Também nesta década passou a receber convites para publicar textos. Um exemplo é um pequeno texto sobre galeotas e bergantins, em português, francês e inglês, destinado a acompanhar uma emissão de selos, a emitir em Moçambique, representando navios daquele género³³. Outro exemplo de um convite é a transcrição de um documento publicado na Sociedade de Geografia de Lisboa:

«Entre os papéis reservados nos arquivos particulares do antigo e sempre lembrado Secretário Perpétuo que foi desta Sociedade, eminente cartógrafo Almirante Ernesto de Vasconcelos, achou o seu Ex.mo Filho, nosso ilustre colega e amigo Prof. João de Carvalho e Vasconcelos, o documento que segue e cujo valor nos anima a publicá-lo no nosso «Boletim.»

Não podia tão importante documento para a história naval e política do Brasil e de Portugal, dos começos do século XVIII, ficar ignorado dos investigadores.

Empenhou-se o «Boletim», não apenas a servir a historiografia nacional mas ainda para honrar a memória de Ernesto de Vasconcelos, que tão carinhosamente conservou e anotou as *Refrendas de Concelhos feitos a bordo da Nao D. João Sexto*, em que a sua publicação fosse acompanhada dum exposição prévia, que de resto o Almirante Vasconcelos já começara.

Este trabalho de especialidade foi confiado à competência técnica do nosso ilustre colaborador e consócio, Comandante António Marques Esparteiro.»³⁴

Permaneceu como diretor do Arquivo pouco mais de dez anos, entregando o cargo em 4 de março de 1970, sendo reformado desde 21 de outubro de 1968. Entretanto, em 5 de maio de 1969 foi nomeado vogal efetivo do Grupo de Estudos de História Marítima, que no ano seguinte passou a Centro de Estudos de Marinha e em 1978 a Academia de Marinha, já depois da morte do Comandante. Será no âmbito deste organismo que publicará *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, obra em 30 volumes, que resulta do seu labor de pesquisa arquivística durante décadas.

Ao longo da sua vida, o Comandante foi agraciado com inúmeros louvores e condecorações, merecendo destaque a Medalha de Serviços Distintos-Ouro e o grau de Grande Oficial da Ordem de Avis. Em 8 de julho de 1977, foi-lhe concedida, a título póstumo, a Medalha «Vasco da Gama».

O Comandante Esparteiro faleceu no Hospital de Marinha em 28 de dezembro de 1976.

Em jeito de conclusão, importa destacar os aspetos mais relevantes da carreira e da obra do Comandante Esparteiro. Como marinheiro, seguiu um percurso normal,

³³ ESPARTEIRO, 1965.

³⁴ ESPARTEIRO, 1943, p. xi.

alternando períodos de embarque com comissões em terra. A sua especialização, em Artilharia, e a sua primeira comissão em terra, ligada à Marinharia, revelam o seu interesse pelo estudo aprofundado dos assuntos com os quais lida. Os seus primeiros textos são nestas áreas e o interesse pelas mesmas mantém-se ao longo da vida, especialmente pela Marinharia.

Simultaneamente com a sua carreira naval, começa a dedicar-se à investigação de arquivo e ao estudo da História da Marinha, a partir do século xvii, com especial destaque para os seus homens e navios. Este seu interesse associado à obra que, entretanto, foi publicando permitem explicar o facto de, após passar à reserva, ter sido escolhido para reorganizar o Arquivo da Marinha e posteriormente dirigir o mesmo, durante cerca de uma década. Permitem igualmente explicar o convite para ser um dos fundadores do Grupo de Estudos de História Marítima.



Aspirante António Marques Esparteiro
Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha



Capitão-tenente António Marques Esparteiro
Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha

BIBLIOGRAFIA

- Corpo (O) de Marinheiros da Armada no seu 1.º centenário 1851-1951, (1956)*, Lisboa, [s.n.].
- DOMINGUES, Francisco Contente, 2003, *Arqueologia Naval Portuguesa – (séculos XV e XVI) – História, conceito, bibliografia*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha.
- ESPARTEIRO, António Marques, 1928, *Questionário de marinharia para alunos marinheiros*, Lisboa, [s.n.].
- _____, 1930, *Programa e questionário de aparelho e arte de marinheiro para alunos marinheiros*, Lisboa, Imprensa da Armada.
- _____, 1931a, *Manual de embarcações miúdas*, Lisboa, Ministério da Marinha.
- _____, 1931b, *Peça SKODA 65 mm, 5/30 de tiro rápido: tipo torpedeiros-descrição*, Lisboa, Imprensa da Armada.
- _____, 1933, *Exercícios de remos, vozes para o leme, continências em embarcações*, [Faro], [imp. Tipografia Palma].
- _____, 1940a, «Causas da decadência e do ressurgimento da marinha», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 70, pp. 387-409.
- _____, 1940b, «Comandos e manobras de vela», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 70, pp. 527-557.
- _____, 1940c, *Fragata D. Fernando II e Glória*, sep. de *Petrus Nonius*, [Lisboa], [Imp. Portuguesa].
- _____, 1941, *O último cruzeiro do “Graf Spee”: breve estudo sobre a batalha naval do Rio da Prata*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- _____, 1942, «A acção do oficial imediato a bordo», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 72, pp. 23-33.
- _____, 1943, *Dicionário Ilustrado de Marinharia*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica.
- _____, 1944, *O Almirante Marquês de Nisa*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- _____, 1953, *Heróis do Mar (1600-1918)*, [Beira], [imp. Tipografia do Centro Social].
- _____, 1962, *Dicionário Ilustrado de Marinha*, Lisboa, Clássica Editora.
- _____, 1965, *Galeotas e bergantins reais. Plaquete histórica das galeotas e bergantins reais*, Lisboa, Ministério do Ultramar, Direção Geral das Obras Públicas e Comunicações.
- _____, 1973, «A marinharia de “Os Lusíadas”», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 103, pp. 105-118.
- _____, 1974, *Dictionary of naval terms: English- Portuguese*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha.
- _____, 1975a, «Causas do declínio da marinha portuguesa no século xix (1793-1834)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 175, pp. 427-459.
- _____, 1975b, *Dicionário de Marinha: Português-Inglês*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha.
- _____, 1976, «Causas do declínio da marinha portuguesa no século XIX (1793-1834)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 176, pp. 77-116, 325-358 e 477-512.
- MATOS, Sérgio Campos; SANTOS, Luís Aguiar, 2008, «A marinha e a cultura histórica em

Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)», *Revista de História das Ideias*. Vol. 29, pp. 431-468.

O. L., 1977, «Necrologia. Cap.m.g. António Marques Esparteiro», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 107, pp. 451-452.

PINTO, José Luís Leiria, 2008, «O Comandante António Marques Esparteiro. Marinheiro, Historiador e Cronista Naval», *Revista da Armada*, n.º 426 (JAN), pp. 21-23.

SILVA, Jorge Moreira, 2016, A Marinha e a História – Dois Séculos de Historiografia Naval, [em linha], <https://tinyurl.com/y8y46r2h>, consultado em 01/12/2018.

BIBLIOGRAFIA DE ANTÓNIO MARQUES ESPARTEIRO

1927, «Exercícios de remos», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 57, pp. 300-307.

1928, *Questionário de marinharia para alunos marinheiros*, Lisboa, [s.n.].

1930, *Programa e questionário de aparelho e arte de marinheiro para alunos marinheiros*, Lisboa, Imprensa da Armada.

1931, *Manual de embarcações miúdas*, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Peça SKODA 65 mm, 5/30 de tiro rápido: tipo torpedeiros-descrição*, Lisboa, Imprensa da Armada.

_____, «Tecnologia naval», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 61 (5-6), pp. 77-82.

1933, *Exercícios de remos, vozes para o leme, continências em embarcações*, [Faro], [imp. Tipografia Palma].

_____, «Tecnologia naval», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 63 (5-6), pp. 109-113.

1936, *ABC do aluno marinheiro*, Lisboa, Imprensa da Armada.

1939, «Alça directora anti-aérea americana M1», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 69, pp. 645-654.

_____, «Dois inventos portugueses pouco conhecidos. O Monitor; o cartucho de artilharia», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 69, pp. 437-440.

_____, «Panoramas navais», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 69, pp. 215-235.

1940, «Causas da decadência e do ressurgimento da marinha», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 70, pp. 387-409.

_____, «Comandos e manobras de vela», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 70, pp. 527-557.

_____, *Fragata D. Fernando II e Glória*, sep. de Petrus Nonius, Lisboa, [s.n.].

_____, «Um maremoto em 1524», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 70, pp. 217-220.

_____, «Quartos», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 70, pp. 41-46.

1941, «As caravelas latinas e redondas de Portugal», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 71, pp. 773-779.

_____, «Os desvios no tiro anti-aéreo», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 71, pp. 143-176.

_____, «Pára-mina tipo B-V», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 71, pp. 25-48.

- _____, *A tecnologia naval dos “Lusiadas”*, sep. do *Ethnos*, vol. 2, Lisboa, [s.n.].
- _____, *O último cruzeiro do “Graf Spee”: breve estudo sobre a batalha naval do Rio da Prata*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- 1942, «A acção do oficial imediato a bordo», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 72, pp. 23-33.
- _____, «Corveta “Mindelo”», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 72, pp. 209-241.
- _____, «Corveta “Rainha de Portugal”», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 72, pp. 209-241, 327-359, 437-475.
- _____, «Crónicas do mar. (1.ª Série)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 72, pp. 553-558.
- _____, «Transmigração da Família Real para o Brasil – A Viagem», *História Naval Brasileira*, Segundo Volume, Tomo II. Marinha do Brasil, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1979, pp. 325-336.
- 1943, «Amarrações fixas», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 73, pp. 93-125.
- _____, «Crónicas do mar. (1.ª Série)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 73, pp. 59-66, 183-188, 297-302, 421-426, 535-542, 705-712.
- _____, «Curso de marinha de 1922», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 73, pp. 189-191.
- _____, *Dicionário Ilustrado de Marinharia*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica.
- _____, «Fragata “Rainha de Portugal”», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 73, pp. 279-293, 391-413.
- _____, «Nau “Rainha de Portugal”», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 73, pp. 479-497, 677-701.
- _____, *Navio Escola Sagres*, sep. de *Petrus Nonius*, Lisboa, [s.n.].
- 1944, *O Almirante Marquês de Nisa*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- 1945, *Arte de velejar*, Lisboa, Editora Marítimo Colonial.
- 1946, «Canhoneira “Douro”», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 76, pp. 237-271, 373-392, 463-488.
- _____, «Crónicas do mar. (2.ª Série)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 76, pp. 295-299, 410-414, 559-563, 653-657.
- _____, «Nau “D. João VI”», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 76, pp. 583-618.
- 1947, «Crónicas do mar. (2.ª Série)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 77, pp. 91-93, 161-164, 291-293, 377-380.
- _____, «Nau “D. João VI”», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 77, pp. 27-64.
- _____, «A projecção dos Açores na história do mundo», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 77, pp. 371-376.
- 1949, *A corveta D. João I e o ultramar português*, sep. do *Boletim Geral das Colónias*, n.º 288, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- 1950, «A fragata “Princesa Carlota” e a primeira batalha naval de Trafalgar», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 80, pp. 207-222.
- _____, *A fragata Tritão e a batalha do Cabo de S. Vicente*, Lisboa, [s.n.].
- 1951, *A canhoneira Diu e a guerra de Timor*, sep. do *Boletim Geral das Colónias*, n.º 309-310, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

- _____, «Crónicas do mar. Exames de mar dos guardas-marinhas», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 81, pp. 189-191.
- _____, «A nau “N. S. da Lampadosa” e os corsários de Argel», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 81, pp. 157-173.
- 1953, *Heróis do Mar (1600-1918)*, [Beira], [imp. Tipografia do Centro Social].
- 1954, «A marinha na campanha e prisão do Gungunhana (1894-1895)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 84, pp. 39-61.
- _____, «Oito séculos de vela», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 84, pp. 273-277.
- _____, *Portugal no Mar (1608-1923)*, Lisboa, [s.n.].
- _____, «Reconquista da fortaleza abexim Amba Sanayit pelos portugueses em 1542», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 84, pp. 169-172.
- 1955, «Bergantim Palhaço, Sem Nome, Novo ou Diligente?», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 85, pp. 343-345.
- _____, «O minuto decisivo de Waterloo», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 85, pp. 15-17.
- _____, «Portugal e a grandeza da Inglaterra nos fins do século XVIII», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 85, pp. 299-303.
- _____, «Três séculos no mar. (1640-1940)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 85, pp. 177-194.
- 1958, «Corvetas mistas portuguesas (1858-1913). Bartolomeu Dias (1858-1905)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 88, pp. 89-104, 325-344, 581-598, 771-793.
- _____, *A higiene nas naus de viagem em meados do século XVIII*, sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia da Lisboa*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- 1959, «Um bergantim português derrota dois corsários 1921», *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 411-412, pp. 127-131.
- _____, *O famoso botão de âncora (1600-1895)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- 1960, *O Almirante Pedro de Mariz de Sousa Sarmento*, sep. do *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 426, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- _____, *Corvetas mistas portuguesas (1858-1913). Corveta Sagres 1858-1905*, sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia da Lisboa*, janeiro a junho, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- _____, «Morte do Almirante D. José de Mello Breyner - 1792», *Revista de Marinha*, dezembro, pp. 13-14.
- 1961, *Actas do Conselho de Comandantes da Esquadra da Baía 1822-1823*, sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia da Lisboa*, outubro a dezembro, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- _____, *O Comandante Matos no Daomé, 1879*, sep. do *Ocidente*, vol. 61, Lisboa, [s.n.].
- _____, *Combate Naval na Boca do Tigre*, sep. do *Ocidente*, vol. 61, Lisboa, [s.n.].
- _____, «Thomaz Andrea no catavento», *Revista de Marinha*, fevereiro, pp. 25-26.
- 1962, *Dicionário Ilustrado de Marinha*, Lisboa, Clássica Editora.
- _____, *Corvetas mistas portuguesas. Duque da Terceira 1864-1911*, sep. do *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 446 e 447, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

- _____, *Corvetas mistas portuguesas (1858-1913). Infante D. João 1863-1878*, sep. do *Ocidente*, vol. 63, Lisboa, [s.n.].
- _____, *Corvetas mistas portuguesas. Sá da Bandeira*, sep. do *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 444, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- _____, *Portugal no Daomé: 1471-1961*, sep. do *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 439-440, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- 1963, *Corvetas mistas portuguesas (1858-1913). Afonso de Albuquerque (1884-1909)*, sep. do *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 456 e 457, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- _____, *Corvetas mistas portuguesas (1858-1913). Duque de Palmela*, sep. do *Ocidente*, vol. 65, 1965, *Galeotas e bergantins reais. Plaquete histórica das galeotas e bergantins reais*, Lisboa, Ministério do Ultramar; Direção Geral das Obras Públicas e Comunicações.
- 1965, *Os iates Amélia e a retirada de D. Manuel II 1888-1910*, sep. do *Ethnos*, vol. 5, Lisboa, Editorial Minerva.
- 1966, *A peça do Cabo da Roca*, sep. do *Ethnos*, vol. 5, Lisboa, Editorial Minerva.
- 1968, *Um herói de mouriscas: séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- 1969, *O Almirante Barão de Lazarim 1781-1856*, sep. do *Ocidente*, vol. 65, Lisboa, [s.n.].
- _____, *O Almirante Miguel de Sousa de Mello e Alvim, 1784-1866*, sep. do *Ocidente*, vol. 76, Lisboa, [s.n.].
- _____, *Linguagem do marinheiro*, Lisboa, Escola Profissional da Pesca.
- _____, «Os navios da esquadra de Vasco da Gama», *Panorama*, 4.ª série, n.º 31.
- _____, *Padrão de Santiago 1488*, sep. do *Ethnos*, vol. 6, Lisboa, Editorial Minerva.
- _____, *Wenceslau de Moraes oficial de Marinha*, sep. do *Ocidente*, vol. 77, Lisboa, [s.n.].
- 1970, *A peça do Porto das Barcas*, sep. do *Ocidente*, vol. 78, Lisboa, [s.n.].
- 1971, «Açores e Cabo Verde na Era dos Descobrimentos e depois», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 101, pp. 507-512.
- _____, «Analogia das línguas portuguesa e inglesa», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 101, pp. 891-922.
- _____, «Derrota inglesa em Moca», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 101, pp. 267-270.
- _____, «O primeiro encontro das esquadras portuguesa e brasileira», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 101, pp. 781-784.
- 1972, *O Almirante Henrique da Fonseca de Sousa Prego*, sep. do *Ocidente*, vol. 83, Lisboa, [s.n.].
- _____, «Analogia das línguas portuguesa e inglesa», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 101, pp. 173-200, 427-455.
- _____, «A campanha do Rio da Prata (1736-1737)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 102, pp. 646-665.
- _____, *O Comandante Cesar Alexandre Monte Cembra Valsassina 1846-1905*, sep. do *Ocidente*, vol. 82, Lisboa, [s.n.].
- _____, «Cortesias navais em Lagos (1903)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 102, pp. 87-94.

_____, «Três datas que importam à independência do Brasil (1808, 1815, 1822)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 102, pp. 884-914.

1973, *O Almirante José Joaquim da Rosa Coelho 1773-1833*, sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 34, fasc. 1-2, Porto, Câmara Municipal do Porto.

_____, «A Marinha de D. João IV (1640-1656)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 103, pp. 615-648.

_____, «A marinharia de “Os Lusíadas”», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 103, pp. 105-118.

1974, *Dictionary of naval terms: English- Portuguese*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha.

_____, «A Marinha de D. João IV (1640-1656)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 104, pp. 385-420.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Caravelas e Galeões (1640-1677)*, 1.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

1975, «Causas do declínio da marinha portuguesa no século XIX (1793-1834)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 175, pp. 427-459.

_____, *Dicionário de Marinha: Português-Inglês*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha.

_____, *O General dos Galeões do Estado da Índia António de Figueiredo e Utra (1678-1751)*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Naus e Navetas (1623-1699)*, 2.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

1976, *Catálogo dos Navios Brigantinos (1640-1910)*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha.

_____, «Causas do declínio da marinha portuguesa no século XIX (1793-1834)», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 176, pp. 77-116, 325-358 e 477-512.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Naus e Navetas (1700-1737)*, 3.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Naus e Navetas (1737-1749)*, 4.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Naus e Navetas (1751-1763)*, 4.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

1977, *Três séculos no mar (1640-1910). Naus e Navetas (1764-1791)*, 5.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Naus e Navetas (1792-1841)*, 6.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

1978, *Três séculos no mar (1640-1910). Fragatas (1641-1754)*, 1.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

1980, *Três séculos no mar (1640-1910). Fragatas (1761-1819)*, 2.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Fragatas (1787-1831)*, 3.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Fragatas (1798-1868)*, 4.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

1985, *Três séculos no mar (1640-1910). Corvetas de Vela (1779-1823)*, 1.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Corvetas de Vela (1825-1861)*, 2.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Corvetas Mistas (1858-1864)*, 3.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

1986, *Três séculos no mar (1640-1910). Corvetas Mistas (1864-1884)*, 4.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Bergantins e Brigues (1786-1819)*, 1.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Bergantins e Brigues (1819-1880)*, 2.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Transportes (1640-1868)*, 1.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Transportes (1871-1901)*, 2.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Escunas e Iates (1734-1905)*, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Vapores e Rebocadores (1833-1910)*, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Canhoneiras (1858-1910)*, 1.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Canhoneiras (1858-1910)*, 2.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Canhoneiras (1858-1910)*, 3.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Canhoneiras (1858-1910)*, 4.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Canhoneiras (1858-1910)*, 5.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Cruzadores (1875-1920)*, 1.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910). Cruzadores (1875-1920)*, 2.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

1987, *Três séculos no mar (1640-1910) Navios Diversos (1641-1909)*, 1.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, *Três séculos no mar (1640-1910) Navios Diversos (1641-1909)*, 2.º volume, Lisboa, Ministério da Marinha.



Armando Cortesão na «Casa das Rosas», São João do Campo
Fonte: Coleção particular de Maria Teresa Cortesão

ARMANDO ZUZARTE CORTESÃO (1891-1977)

VIDA, EXÍLIO E MAPAS¹

Francisco Roque de Oliveira

Quando são passados mais de 40 anos sobre a morte de Armando Cortesão, não apenas parece assente que se tratou do mais importante historiador português da cartografia antiga do século XX, como também de um dos raros especialistas de projecção internacional que ensaiaram uma análise historiográfica geral deste campo de estudos que emergiu com uma identidade disciplinar e uma actividade prática próprias a partir da década de 1930².

Num olhar forçosamente abreviado sobre uma longa vida dedicada ao estudo dos mapas antigos – tema que, ainda assim, esteve longe de ser exclusivo nas suas preocupações de investigador, como também veremos –, dois aspectos há que se impõem aos demais e que tentaremos ilustrar nesta breve resenha biobibliográfica. Desde logo, um alinhamento precoce e deliberado com o legado historiográfico do visconde de Santarém, o qual, por sua vez, teve na base um entendimento muito coerente sobre a relação entre os estudos cartográficos, a história das descobertas e o projecto colonial português transposto do liberalismo para os sucessivos regimes que o foram actualizando até 1974. Por outro lado, destaca-se em Armando Cortesão uma invulgar capacidade para transformar em oportunidades os múltiplos constrangimentos que decorreram de quase 20 anos de expatriado político na Europa. Tal pragmatismo traduziu-se na construção de uma extensa rede de afinidades, pedra angular de uma obra marcada pela divulgação de fontes primárias³ e amparada por uma crítica erudita em permanente diálogo com a historiografia europeia e americana da sua principal área de especialidade.

¹ Investigação realizada no âmbito do Projecto «Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX» (FCT/CAPES 8513/14-7 – 2016-2019). Agradeço a Carlos Kessel, Daniel Paiva, José Manuel Garcia, Maria Dulce de Faria, Maria Teresa Cortesão e Rui Silvestre de Andrade a colaboração prestada em diferentes fases deste trabalho.

² HARLEY, 1987, pp. 13-14, 23-24

³ MARQUES, 1987, pp. 51-52.

Africa Nostra

Armando de Freitas Zuzarte Cortesão nasceu em São João do Campo, nas proximidades de Coimbra, a 31 de Janeiro de 1891, sendo o quinto filho de Norberta Cândida Zuzarte e do médico e filólogo António Augusto da Silva Cortesão. Era o irmão mais novo do historiador e poeta Jaime Cortesão, em diversos sentidos a verdadeira figura titular do seu percurso historiográfico. Concluídos os estudos secundários no Liceu de Coimbra, frequentou a Escola Nacional de Agricultura da mesma cidade, de onde transitou para o Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Aí defendeu, em 1913, a dissertação de licenciatura intitulada *A teoria da mutação e o melhoramento das plantas: (Estudo trematológico)*, que representa um dos estudos pioneiros na área da Genética realizados em Portugal⁴.

Este trabalho seria publicado no mesmo ano no Porto pela «Renascença Portuguesa», movimento cultural recém-constituído que teve em Jaime Cortesão um dos seus principais animadores e que concretizou um extenso programa de vulgarização científica, onde couberam diversos assuntos de Ciência Agronómica⁵. Em 1914, Armando Cortesão faz sair o opúsculo *A Estação Experimental de Svalöf*, dedicado aos progressos no melhoramento de plantas realizados nesse consagrado instituto sueco⁶, logo seguido da tradução de *Les Théories de l'évolution* de Yves Delage e Marie Godsmith, publicada em Lisboa pela casa Aillaud-Bertrand (1915) – no mesmo quadro temporal, note-se, em que ocorreram as primeiras edições portuguesas de *A Origem do Homem* (1910) e de *A Origem das Espécies* (1913) de Darwin⁷.

Dos anos de estudante em Coimbra e Lisboa – e tirando partido da compleição física invulgar que lhe dava o seu 1,93m de altura –, veio também a prática regular de diversas actividades desportivas, com destaque para o remo, na Associação Naval de Lisboa, e para o atletismo, onde Armando Cortesão representará o Club Internacional de Foot-Ball (CIF). Foi mesmo um dos seis atletas que integraram a comitiva portuguesa que participou nos Jogos da V Olimpíada, em Estocolmo, em Julho de 1912. Campeão nacional dos 800 e dos 1000 metros, Cortesão apurou-se para a meia-final dos 800 metros e correria a prova dos 400 metros na Suécia. Assinalada pela morte trágica do maratonista Francisco Lázaro, essa estreia de uma delegação portuguesa nos Jogos Olímpicos marcá-lo-ia para sempre. No ano seguinte, revalidaria o título de campeão nacional nos 800 metros e sagrar-se-ia recordista nacional nos 100 e nos 200 metros pelo CIF, título que lhe pertenceu até 1925⁸. Pela mesma altura, Armando Cortesão casa com Maria Helena de Lima O'Connor Shirley, mãe dos seus dois primeiros filhos, Nuno Manuel e Eduardo Luís

⁴ PEREIRA, 2001, pp. 69-70; GAGO, 2009, pp. 24-32; FIOLEAIS, 2013, pp. 138.

⁵ SAMUEL, 1990, pp. 85-91; SANTOS, 1993, pp. 72-73.

⁶ ANDRADE, 2014, p. 18.

⁷ PEREIRA, 2001, pp. 75-76; FIOLEAIS, 2013, pp. 130-131.

⁸ PEIXOTO, 2012, pp. 27-28; CARDOSO, 2012, pp. 32-33; ANDRADE, 2014, pp. 18-19.

Cortesão, que se notabilizará como professor de Psiquiatria no curso de Medicina dos Hospitais Cívicos de Lisboa e na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Voltará a casar com Carlota Adelaide de Sousa Nunes, mãe do seu filho Armando José Cortesão, e com Pamela Joan Radford⁹.

Entre a conclusão da licenciatura em Agronomia e o início da década de 1930, a actividade profissional de Armando Cortesão e o essencial dos textos que publicou são consagrados aos assuntos coloniais. Em 1914, foi enviado pela Direcção-Geral das Colónias em missão de estudos às colónias inglesas e holandesas das Antilhas e à colónia alemã dos Camarões, tendo como objectivo inquirir sobre a cultura, a patologia e a tecnologia do cacau. O deflagrar da I Guerra Mundial fez abreviar a missão, que acabou por se centrar em Trinidad e Tobago e compreendeu estadas menos demoradas na Guiana Holandesa e em Georgetown, capital da Guiana Inglesa. O regresso a Lisboa far-se-á por Londres, onde Armando Cortesão realiza um inquérito sobre as dificuldades de escoamento do cacau de São Tomé em Inglaterra, as quais depressa notou estarem em boa parte associadas à campanha movida pelos principais chocolateiros ingleses contra a suposta utilização de mão-de-obra escrava naquela colónia portuguesa¹⁰. Intercaladas num relatório eminentemente técnico sobre a cultura do cacau, estas observações sobre o caso do *cacau escravo* de São Tomé davam eco às pressões que a Anti Slavery and Aborigenes Protection Society exercia sobre o Foreign Office a propósito do sistema de trabalho *indígena*, ao mesmo tempo que anunciavam aquela que viria a ser uma das preocupações recorrentes de Armando Cortesão, centrada na legitimação imperial face aos desafios decorrentes da internacionalização das questões coloniais no período entre-guerras¹¹.

No final desse ano, Armando Cortesão seria colocado em São Tomé, onde passou a integrar os respectivos serviços agrícolas. Aí ensaiou a constituição de uma Estação Agronómica e empenhou-se na modernização da cultura cacauceira, muitas vezes em confronto com práticas agrícolas enraizadas e envolvido em agrestes polémicas públicas com os interesses instalados nas culturas de exportação do arquipélago são-tomense¹². Nas memórias das Exposições Internacionais de Borracha e Outros Produtos Tropicais de 1921 (Londres) e 1924 (Bruxelas), assim como nas páginas da *Revista Agronómica*, do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, do *Jornal de S. Thomé*, do *Diário de Notícias* de Lisboa, da *Revue de botanique appliquée et d'agriculture coloniale* (Paris) e de *L'Agronomie coloniale* (Paris), por exemplo, estão registados alguns dos textos que escreveu sobre os assuntos da cultura do cacau em São Tomé, mas também sobre a palmeirado--azeite da Guiné Portuguesa.

⁹ *The London Gazette*, 1959, p. 8255; ANDRADE, 2014, pp. 15-16.

¹⁰ CORTESÃO, 1915, pp. 251-252.

¹¹ Ver CORTESÃO, 1927, pp. 93-94; JERÓNIMO, 2009, pp. 122-138; JERÓNIMO, 2015, pp. 237-238.

¹² ANDRADE, 2014, pp. 21-24.

Entre 1915 e 1917, período durante o qual vem a assumir o cargo de director dos Serviços Agronómicos de São Tomé, Armando Cortesão superintende o envio de plantas tropicais para o Jardim Botânico de Coimbra, conforme o testemunha a correspondência trocada com o respectivo director, Júlio Augusto Henriques, mentor de um moderno projecto científico que buscou demonstrar a utilidade das matérias-primas vegetais e permitiu a reorganização das colecções de botânica da Universidade de Coimbra¹³. Cortesão participa também nos trabalhos da missão geodésica a São Tomé chefiada pelo então capitão-de-mar-e-guerra Gago Coutinho, que realizou duas campanhas no território entre o início de 1916 e Maio de 1918¹⁴. Gago Coutinho creditará essa colaboração no título do importante mapa topográfico e cadastral da ilha de São Tomé na escala 1:50.000, publicado pela Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias em 1920, onde modestamente assina em último lugar: «Carta Geográfica, Missão Geodésica de S. Tomé e Príncipe. Reconhecimento da Ilha de S. Tomé 1916 a 1918. Com coordenação de cartas anteriores, estudos e plantas por E. Campos, M. Guedes, A. Cortezão, Poças Leitão, B. Faro, A. Azancot, Álvaro Martha, H. Macedo, Gago Coutinho, etc.»¹⁵.

Esta folha de serviços na administração colonial colocou-o em condições de desempenhar o cargo de chefe de repartição do Ministério das Colónias ao regressar a Lisboa em 1920. Nessas funções, realiza diversas viagens à Guiné, com destaque para a missão que decorreu entre Abril e Agosto de 1922, da qual existe copioso relatório manuscrito só comparável àquele que se conhece sobre a missão de 1914 às Índias Ocidentais¹⁶. Depois de cerca de quatro anos dedicados aos Serviços Agrícolas do Ministério, Armando Cortesão passou a dirigir a Agência Geral das Colónias (AGC), organismo encarregue de executar a propaganda interna e externa dos interesses coloniais do novel regime republicano, que pressentia a crescente pressão exercida por outras potências sobre parcelas das suas possessões ultramarinas após a I Guerra Mundial. Criada na sequência do ensaio da Agência Geral de Angola, aquando do Alto Comissariado de Norton de Matos (1920-1924), e – sobretudo – à imagem da Agence Générale des Colonies francesa, estabelecida em 1919, a AGC dirigida por Armando Cortesão desdobrar-se-á em acções propagandísticas, de que o lançamento mensal do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, a partir de Julho de 1925, constituiu um dos primeiros sinais¹⁷.

Com a organização ou a participação em feiras, exposições, conferências e congressos coloniais, tal como com a divulgação de múltiplas publicações especializadas e a

¹³ MIRANDA et al., 2013, p. 34; AMARAL; MARTINS; MIRANDA, 2013, p. 144; ANDRADE, 2014, pp. 23-24.

¹⁴ PINTO, 2011, p. 54

¹⁵ CORTESÃO, 1935: I, p. XXXVII; ANDRADE, 2014, pp. 25-26.

¹⁶ CORTESÃO, 1914, fls. 1-34; CORTESÃO, 1922, fls. 36-83. Ver CORTESÃO, 1928, p. 3.

¹⁷ CORTESÃO, 1925, pp. 2-9; MOTA, 1978, p. 92; COSTA, 2011, pp. 85-91; PEREIRA, 2016, pp. 191-203.

promoção regular de concursos de literatura colonial destinados ao grande público, Armando Cortesão liderou durante pouco mais de seis anos, na qualidade simultânea de agente geral das Colónias e de director do *Boletim*, a primeira experiência de propaganda colonial de Estado em Portugal¹⁸. Esta actividade seria interrompida em 1932, no momento que antecipa a afirmação definitiva do Estado Novo e quando o governo de Oliveira Salazar, através do ministro das Colónias, Armindo Monteiro, prescreve para a AGC um papel instrumental na construção de uma mentalidade imperial que passa a ser consubstancial ao próprio regime¹⁹.

O texto da sua comunicação à XXII sessão do Instituto Colonial Internacional, que decorreu em Lisboa em Abril de 1933, intitulado «A Guiné Portuguesa e a crise», ainda é divulgado nas páginas do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, mas encerrará a presença regular de Armando Cortesão nesta publicação oficial. Em qualquer caso, veremos que Cortesão se manteria sempre interventivo em relação ao valor e à importância da «coisa colonial», verberando em especial contra as pretensões revisionistas ítalo-alemãs suscitadas pela partilha colonial imposta pelo Tratado de Versalhes²⁰. Fazendo-o, nunca se desprende demasiado de um conceito de política colonial reactiva face aos supostos riscos de «internacionalização» das colónias portuguesas em África decorrentes da política dos mandatos e do escrutínio da Sociedade das Nações, tal como o interpretou na passagem dos anos 20 para os anos 30²¹.

Em Madrid, com a República

Pressentindo o seu afastamento da AGC, Armando Cortesão encontrou refúgio no projecto de redacção de uma «História da administração colonial portuguesa», que terá começado a gizar por volta de 1931. Este empreendimento nunca chegou a ver a luz do dia, embora as quase 40 páginas de «Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e de Cabo Verde» que faz sair no *Boletim da Agência Geral das Colónias* em Outubro desse ano tivessem sido concebidas como um introito ao mesmo²². Em parágrafos breves que acabam publicados em finais de 1932 no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, Cortesão distrai-se ainda a discorrer sobre as «maravilhosas sensações» das caçadas nos trópicos, animando os leitores a experimentar «a verdadeira volúpia que se sente em face dum búfalo, dum elefante ou dum rinoceronte carregando á desfilada sôbre nós»²³. Mas o que

¹⁸ BETTHENCOURT, 1999, p. 474; J. L. GARCIA, 2008, pp. 131-133; COSTA, 2011, pp. 91-94.

¹⁹ ROSAS, 1994, pp. 285-287; PAULO, 1999, pp. 307-308.

²⁰ CORTESÃO, 1930, pp. 6-8; ROSAS, 1994, p. 283.

²¹ GARCIA, 2007, pp. 231-239; P. A. OLIVEIRA, 2014, pp. 474-478.

²² CORTESÃO, 1935: I, p. XXXVII; ANDRADE, 2014, pp. 77-78

²³ CORTESÃO, 1932, p. 27.

a sua bibliografia regista a partir deste começo da década de 30 é o aparecimento sistemático de títulos dedicados à história da cartografia, rasgados pela publicação em *O Instituto* (Coimbra) de um estudo cujo objecto e fôlego prenunciam a obra que está para vir – «Os Homens (Cartógrafos Portugueses do século XVI)» (1932) –, e de um trabalho mais breve sobre «Um novo atlas de Fernão Vaz Dourado», dado quase em simultâneo na revista *Seara Nova* e no *Boletim da Agência Geral das Colónias* (1932)²⁴.

O estudo dedicado à dinastia de cartógrafos Homem veio a ser refundido e muito ampliado nos dois volumes de *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, obra publicada pela Seara Nova em 1935 e que fixou Armando Cortesão como o principal especialista português nos estudos dos mapas antigos. Se a força das circunstâncias o levaram a deixar definitivamente de parte a redacção de «uma obra de carácter científico» sobre a história da administração colonial portuguesa, a progressiva imersão que então se impusera nas matérias afins à história dos descobrimentos geográficos europeus fizera-lhe constatar a evolução paralela da história da cartografia e a «pobreza de estudos nacionais» sobre a matéria, excepção feita aos ensaios fundadores do visconde de Santarém, no século XIX, e pouco mais²⁵.

A primeira versão deste livro terá sido entregue à Imprensa da Universidade de Coimbra em Janeiro de 1933, mas a Introdução ao 1.º volume apenas aparece assinada em Madrid em Março de 1935, depois de frustrada a publicação pela Imprensa da Universidade e também pela Imprensa Nacional de Lisboa. Cortesão trilhava os caminhos do exílio político em Espanha desde Outubro de 1933, e era manifesto que essa circunstância pesara sobremaneira na falta de amparo encontrado junto das instituições portuguesas às quais propusera a edição da obra. Tendo aproveitado os cerca de dois anos entretanto transcorridos para investigar nos arquivos espanhóis, e assim ampliar quanto possível a massa documental analisada, consolava-se com a máxima de Pangloss, a personagem do *Candide* de Voltaire: «À quelque chose malheur est bon». Fazendo-o, reiterava também o seu estatuto de herdeiro directo de Santarém, citando para o efeito o que este escrevera ao ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães desde o seu exílio francês, em 1842: «¿Que teria sido de mim sem o estudo, sem os livros, sem a verdadeira filosofia que êles inspiram na adversidade?»²⁶.

O capítulo da vida de exilado que Armando Cortesão inaugura nos finais de 1933 na Espanha republicana tanto decidiu o lançamento definitivo do seu empreendimento historiográfico, como a confirmação do homem de acção que fazia do combate político matéria permanente do seu percurso. Conhecemos hoje o essencial sobre

²⁴ LOURENÇO, 2012, pp. 137-138.

²⁵ CORTESÃO, 1935: I, pp. XXIX-XXXIV.

²⁶ CORTESÃO, 1935: I, p. XL.

as rocambolescas condições da sua fuga para Espanha, ocorrida na sequência da descoberta das suas ligações à oposição republicana ao Estado Novo e, em particular, à edição clandestina do jornal *A Verdade*, que o próprio Armando Cortesão conseguia fazer imprimir em Coimbra desde Julho de 1933. Armando Cortesão era, a um tempo, director, administrador e principal articulista deste jornal cuja distribuição também supervisionava. *A Verdade* ambicionava congregar o conjunto da oposição republicana, ao mesmo tempo que servia de fonte informativa sobre a actualidade portuguesa para a imprensa estrangeira, incluindo para tanto sínteses noticiosas em francês e inglês. O essencial da colaboração é mantida no anonimato, mas chega a explicitar o contributo de Bernardino Ribeiro, Afonso Costa e Jaime Cortesão, exilados desde a frustrada revolução de Fevereiro de 1927 que visara o derrube da ditadura e que atirara para o exílio em Espanha e França cerca de uma centena de refugiados políticos²⁷.

Se os principais cúmplices de Armando Cortesão na aventura de *A Verdade* e na travessia da fronteira sobre um açude do rio Águeda, junto a Escalhão (Figueira de Castelo Rodrigo), acabaram nas prisões políticas do Porto, do Aljube, de Peniche – e, finalmente, deportados para a fortaleza de Angra do Heroísmo –, as redes do exílio republicano em Espanha lograram resgatá-lo na aldeia raiana de La Fregenada, conduzindo-o para Madrid, onde se concentrava o núcleo oposicionista que o seu irmão Jaime liderava e tinha a seu cargo a representação dos exilados portugueses junto do governo da II República Espanhola, até algumas semanas antes encabeçado pelo socialista Manuel Azaña²⁸. Aí surgirá pouco depois a série espanhola de *A Verdade*, publicada até Fevereiro de 1934, quando a sua tiragem é suspensa, minada pelas dissensões entre os republicanos exilados e do interior e pela vulnerabilidade material do exílio português²⁹.

É de crer que boa parte dos artigos das séries portuguesa e espanhola de *A Verdade* que visavam a política colonial de Armindo Monteiro e as concessões feitas neste domínio à Inglaterra fossem da lavra de Armando Cortesão³⁰. Por outro lado, sabemos da sua própria pena que, em Setembro de 1934, escreveu para a revista *Leviatán* – dirigida pelo socialista Luis Araquistain e instrumento doutrinário da ala radical do Partido Socialista Obrero Español liderada por Francisco Largo Caballero³¹ – um longo artigo de 10 páginas intitulado «A Ditadura Portuguesa e Salazar, agente da Companhia de Jesus»³². Este enunciado, que parece decalcado do

²⁷ VILAÇA, 2002, pp. 449-459; TORRALBA, 2009, p. 574; CLÍMACO, 2017, pp. 35-49, 248-256.

²⁸ VILAÇA, 2002, pp. 461-467; VILAÇA, 2003, pp. 192-200; GOMES, 2015, pp. 133-164; CLÍMACO, 2017, pp. 179-80.

²⁹ VILAÇA, 2003, pp. 180-183; CLÍMACO, 2017, pp. 248-256.

³⁰ VILAÇA, 2002, pp. 452-453; VILAÇA, 2003, p. 183; CLÍMACO, 2017, p. 250.

³¹ CHECA GODOY, 1989, pp. 73-74; «Documentación», 1984, pp. 59-60.

³² Carta de Armando Cortesão a Jaime Cortesão, Madrid, 24.IX.1934, BNP/E25/332, pp. [1-2].

verbo anti-jesuítico de Afonso Costa³³, dá a medida da contundência que Armando Cortesão colocava na sua escrita política e que não poucas críticas havia suscitado nas próprias hostes da oposição do interior enquanto fora o redactor-chefe invisível, mas quase óbvio, de *A Verdade*. Outra particularidade tornara esta publicação um caso indissociável do espírito historiográfico do seu principal artesão: o propósito antecipado de servir como testemunho de um tempo singular, traduzido na realização de uma tiragem à parte em papel de linho de alguns exemplares «que um dia figurarão nos arquivos históricos portugueses como elementos de alto interesse para o estudo deste período da ditadura»³⁴.

Num contexto já marcado pelo acosso que a generalidade dos exilados portugueses sofre por parte das autoridades espanholas depois do afastamento de Azaña da chefia do governo e – sobretudo – na sequência das apreensões dos arsenais de armas reunidos pelos mesmos emigrados políticos republicanos em Espanha que acabaram sendo associados à Revolta das Astúrias, em Outubro de 1934³⁵, Armando Cortesão escreve ao seu irmão dizendo-lhe que as perseguições em curso o haviam levado a esconder-se há dias – «Não sei o que hei de fazer! Estou no sítio *para* onde me escreveste e se às vezes fôsse preciso telefonar-me, fá-lo *para* 43655, em francês ou inglês». Nessa carta, instrui-nos sobre os projectos que Jaime Cortesão já então acalentaria de ir para o Brasil, juntando ao que sabemos sobre os estudos de mapas antigos que Armando Cortesão fazia à época a confirmação do seu desespero pessoal: «Não seria possível agregares-me? Poderia fazer duas ou três conferências: 1ª) Importância da cartografia na ciência náutica portuguesa; 2ª) Influência da cartografia portuguesa na cartografia estrangeira; 3ª) A carta do Brasil na cartografia portuguesa. Ou se não fôssem conferências poderia fazer outra coisa qualquer, ou simplesmente ajudar-te. Quando houver oportunidade, se houver, pensa também um pouco em mim, que bem preciso»³⁶.

Passaporte para Londres

Quando a vitória da Frente Popular em Espanha, em Fevereiro de 1936, permitiu a fugaz recomposição do exílio político português nesse país que seria irreversivelmente comprometida com a eclosão da Guerra Civil, já Armando Cortesão se encontra refugiado em Londres, onde permanecerá até ao final da II Guerra Mundial. Exilado em Biarritz, é de novo Jaime Cortesão quem urge o irmão a obter um visto de saída em Rouen: «Confidencialissimo: Há aqui um consul, o de Rouen, Anahory, que tem passado recentemente passaportes aos emigrados que os

³³ TORGAL, 2009, pp. 574-584

³⁴ *A Verdade*, N.º 7, Novembro 1933, in CLÍMACO, 2017, p. 254.

³⁵ OLIVEIRA, 1985, pp. 191-209; OLIVEIRA, 2016; CLÍMACO, 2017, pp. 265-270.

³⁶ Carta de Armando Cortesão a Jaime Cortesão, s/l, 7.XI.1934, BNP/E25/335, p. [1].

desejam. Mas ha que pagar-lhe, porque ele não recebe nada do Estado. Queres que tente um para ti? Se assim for, manda os retratos e o dinheiro – 180 fr. Infelizmente estou por tal forma esgotado com as despesas de Portugal e daqui que não é possível adeantar-te o dinheiro. Assim envies as coisas a tempo, porque estão a fazer-lhe uma sindicância ou coisa parecida»³⁷. Jaime Cortesão referia-se a Israel Abraham Anahory, que foi cônsul de Portugal em Rouen entre 1925 e 1935, quando seria afastado compulsivamente das suas funções pelo governo de Lisboa pela concessão de passaportes a refugiados políticos portugueses, aos quais se viria a juntar como redactor do jornal *Unir*, publicado em Paris pela Frente Popular Portuguesa liderada por Jaime Cortesão e pelos antigos presidentes do ministério Afonso Costa e José Domingos dos Santos³⁸.

Em finais de 1935, resolvida que fora a sua passagem e instalação em Inglaterra, Armando Cortesão pede indicações ao seu irmão Jaime para uma viagem de estudo aos arquivos de Paris que então prepara. Este aconselha-o a instalar-se num espartano hotel do Quartier Latin conhecido dos bolseiros portugueses, perto das bibliotecas de Sainte-Geneviève e da Sorbonne e apenas a 10 minutos da Biblioteca Nacional, «onde podes comer um almoço modesto, mas sofrível por c. 10 fr.»³⁹. A possibilidade de realizar pesquisas históricas em Paris havia estado sempre presente na mente de Armando Cortesão, mas fora tendo de compensar a impossibilidade de pesquisa directa nos arquivos parisienses ditada pela sua precária situação em Espanha com pedidos de documentação por via postal nem sempre bem-sucedidos⁴⁰.

No curso desse ano, fora ainda em França que o mesmo Jaime Cortesão diligenciara pessoalmente junto de académicos de prestígio, como o lusitanista Georges Le Gentil e o historiador da marinha Charles de La Roncière, a publicação de resenhas críticas a *Cartografia e cartógrafos portugueses*⁴¹. «On doit rendre hommage au désintéressement et à la persévérance d'un savant qui a poursuivi en exil une tâche supérieure aux forces d'un seul homme», escreverá Le Gentil no extenso *compte-rendu* que não tardou a aparecer no *Bulletin Hispanique* (1936)⁴². Na sua correspondência para o irmão, Jaime Cortesão diz pouco mais ou menos o mesmo sobre a valia da «soma formidável de dados» oferecidos no 1.º volume da obra,

³⁷ Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, 2.VII.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1550, p. [2].

³⁸ Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 24.VII.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1545, p. [1]; OLIVEIRA, 1987, pp. 269-270; SANTOS, 1993, pp. 175-180; CLÍMACO, 1995, p. 150; FARINHA, 1998, pp. 257-259; FARINHA, 2010, pp. 58-60; Paulo, 2010, pp. 114-115; BRITO, 2013; BARRETO, 2016, pp. 695.

³⁹ Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, 17.XI.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1549, p. [1].

⁴⁰ CORTESÃO, 1978, p. 4

⁴¹ Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, Paris, 11.V.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1553, p. [1]; carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, s/d [V.1935], UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1552, p. [1]; carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, Biarritz, 1.VII.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1551, pp. [1-2].

⁴² LE GENTIL, 1936, p. 210.

ainda que não se furte a apontar «o excesso de análise, em detrimento da síntese» em que incorreria escrito. Com a franqueza própria de uma relação em que o sentimento fraternal era quase indestrinçável da camaradagem de ofício, identifica-lhe um segundo «defeito principal», como diz: «Pecas, com frequência, por nacionalismo. Estou em completo desacordo com o capítulo sobre Colombo. Partes de bases falsas. Também pouco creio que a chamada carta de Colombo seja portuguesa. Suponho até que tu estarás pouco convencido disso. Divirjo igualmente da data que lhe assinas»⁴³.

Se os elogios pontuados por francos reparos que Jaime Cortesão escreveu depois de começar a ler *Cartografia e cartógrafos portugueses* pertencem ao domínio da história privada, o livro depressa faria o seu caminho, amparado em resenhas que amplificaram o reconhecimento que Le Gentil fez por essa altura, escritas por alguns dos mais conceituados especialistas estrangeiros em cartografia antiga e história da geografia: Edward Heawood em *The Geographical Journal*, Cecil King em *The Mariner's Mirror*, Roberto Almagià na revista *Archeion* e Lucien Gallois nos *Annales de Géographie*, entre outros. *Cartografia e cartógrafos portugueses* foi também assinalado em Portugal numa curta notícia do comandante Abel Fontoura da Costa publicada na revista *Ethnos*⁴⁴ e num extenso resumo de mais de 30 páginas incluído no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, no qual o visconde de Lagoa – e, com ele, também de forma explícita a comissão de redacção do *Boletim* – se pronuncia sobre o «trabalho monumental da autoria do historiador erudito e grande patriota que é o Dr. Armando Zuzarte Cortesão»⁴⁵.

Enquanto preparava a sua ida a Paris para pesquisas, Armando Cortesão dava notícia para o seu irmão em França das investigações que realizava no Museu Britânico, as quais coincidiram com a identificação que o próprio fizera num leilão londrino do raríssimo impresso quinhentista *Cartas das nouas que vieram a el Rey nosso Senhor do descobrimento do preste Johã*, atribuído à oficina tipográfica de Germão Galharde e documento de referência para a história da propaganda na Europa dos contactos diplomáticos entre Portugal e a Etiópia no final do reinado de D. Manuel⁴⁶. Vendo frustrada a proposta de aquisição da obra pela Biblioteca Nacional de Lisboa, sugeriu a sua aquisição pelo Museu Britânico e preparou a competente edição moderna em parceria com o latinista Henry Thomas, curador do mesmo museu. Armando Cortesão conclui no início de 1937 a redacção do estudo crítico que acompanhou a reedição integral do documento, aparecida nos prelos da Seara Nova em 1938, em simultâneo com uma edição inglesa publicada pelo Museu Britânico, cujo texto principal neste caso coube a Thomas: *The discovery of*

⁴³ Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, 6.XI.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1546, pp. [1-2].

⁴⁴ ANDRADE, 2014, pp. 81-86.

⁴⁵ [LAGOA], 1936, pp. 125.

⁴⁶ Ver THOMAZ, 1990, pp. 60-61; AUBIN, 1996, p. 184; MARCOCCI, 2012, p. 167.

*Abyssinia by the Portuguese in 1520*⁴⁷. «Quanto aos teus achados no *British*, bom é: compensação de tantos dissabores», dissera-lhe o irmão Jaime quando soubera das novidades em primeira mão⁴⁸.

Em Setembro de 1937, Armando Cortesão terá enfim oportunidade de consumir em Paris a localização de um dos códices que mais perseguia: o *Livro* de Francisco Rodrigues, sinalizado pelo visconde de Santarém na terceira edição do seu *Atlas composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiques depuis le VI^e jusqu'au XVII^e siècle* (Paris, 1849-1855), mas cujo paradeiro exacto se ignorava⁴⁹. O códice em causa integra aquele é o único dos dois manuscritos conhecidos da *Suma oriental* de Tomé Pires que foi composto a partir da versão integral do manuscrito autógrafo desta obra, elaborada em Malaca entre 1512 e 1515. Cortesão deu a conhecer o seu achado no Congresso Internacional de Geografia que se realizou em Amesterdão em 1938 – «The first account of the Far East in the sixteenth century – The name *Japan* in 1513» –, anunciando aí também o propósito de realizar a respectiva edição crítica. A Hakluyt Society de Londres acolheu prontamente a ideia, mas os azares da Guerra protelariam a concretização desta edição inglesa, que apenas apareceria em 1945, em dois volumes: *The Suma Oriental of Tomé Pires (An Account and the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca in 1512-1515) and the Book of Francisco Rodrigues (Rutter of the Voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515)*.

Ao publicar a *Suma oriental* de Tomé Pires, Armando Cortesão destacou o auxílio que recebera para essa empreitada vindo de Henry Thomas e de Edgar Prestage, que ocupara por mais de uma década a Camões Chair do King's College da Universidade de Londres⁵⁰. Uma sonora dedicatória a Charles Ralph Boxer abre o livro: «A true friend, to whom the history of the Portuguese in the East owes so much»⁵¹. Gerard Roe Crone, bibliotecário da Royal Geographical Society, dedicou-lhe uma recensão laudatória no *The Geographical Journal*. Seguir-se-ão outras leituras do mesmo teor em periódicos científicos ingleses, norte-americanos e holandeses como *The English Historical Review* (pelo historiador da Ásia do sueste John Sydenham Furnivall), *Isis* (pelo historiador da ciência George Sarton), *The American Historical Review* (pelo sinólogo da Biblioteca do Congresso Arthur W. Hummel), *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* (pelo orientalista Richard Olaf Windtedt), *Imago Mundi* (pelo estudioso da cartografia Heinrich Winter) e *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* (pelo javanista H. J. de

⁴⁷ CORTESÃO, 1974: I, pp. 61-64.

⁴⁸ Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, 17.XI.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1549, p. [1].

⁴⁹ Ver J. M. GARCIA, 2008, pp. 24-28.

⁵⁰ CORTESÃO, 1978, p. 3-9; TORGAL, 1996, p. 357.

⁵¹ CORTESÃO, 1944: I, p. [VI].

Graaf), as quais reiteraram o nome internacional de Armando Cortesão⁵². Se outros motivos não houvesse, bastaria este trabalho para justificar a sua superior valia como historiador.

A «luz vermelha» e o ditador

Compreende-se que a produção historiográfica dispersa de Armando Cortesão relativa aos anos de Londres reflecta os temas centrais de cada um dos três principais livros que viu serem editados entre 1935 e 1945. Sendo certo que o assunto versado na generalidade destes trabalhos está longe de se poder considerar estanque, encontramos, desde logo, uma cópia considerável de textos dedicados à cartografia antiga. Ainda fechado em Madrid, em Maio de 1935, o artigo «Espionagem dos Descobrimentos» – publicado em Lisboa na *Vida Contemporânea* em Outubro desse ano – é, em boa medida, suprido com informações sobre exercícios de espionagem cartográfica no âmbito ibérico que retomam diversos passos de *Cartografia e cartógrafos portugueses*. Mais explícitos são o artigo no qual Armando Cortesão discute e atribui a Pedro Reinel a autoria do mapa anónimo de c. 1518 do Museu Britânico (*The Geographical Journal*, 1936), o estudo sobre a carta da ilha da Madeira de Bartolomeu João aparecida à venda num livreiro de Londres em 1937 (*The Oldest Chorographical Map of the Island of Madeira*, 1937)⁵³, a síntese sobre a cartografia portuguesa do século XVI correspondente a «Illuminated Portuguese Maps» (*The Connoisseur*, 1937, que teve tradução portuguesa publicada no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* em 1938) e a análise das representações da geografia americana do planisfério truncado atribuído a António Pereira, de c. 1545 (*Geographical Review*, 1939).

Os dois capítulos que constituíram o contributo de Armando Cortesão para o 2.º volume da *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1939), dirigido por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, partem de uma geografia e de um tempo histórico com evidentes pontos de contacto com a Ásia do sueste e a Ásia oriental que viriam a revelar-se na publicação preparada para a Hakluyt Society: «O descobrimento da Austrália e a questão das Molucas», seguido de «A expansão portuguesa através do Pacífico (Australásia, Ilhas do Oiro-Austrália, Ilha de Gomes de Sequeira, Macau, Japão)». Conforme a regra na generalidade dos seus textos, também estes se multiplicam em referências a algumas das principais fontes cartográficas trabalhadas nesses anos, sendo caso paradigmático aquelas que remetem para a obra de Francisco Rodrigues.

O *Livro* de Francisco Rodrigues estará no centro de um breve artigo que Armando Cortesão faz publicar na *Seara Nova*, em 1942, dedicado à expedição de António de

⁵² Ver ANDRADE, 2014, pp. 89-90.

⁵³ Ver CORTESÃO; MOTA, 1987 [1962]: V, pp. 92-93.

Abreu às Molucas, em 1512. Outro tanto acontece na segunda parte de um díptico que percorre a história dos contactos e da presença portuguesa no delta do Ganges: «Os Portugueses em Bengala», seguido de «A “Cidade de Bengala” do século XVI», textos surgidos em dois números consecutivos do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* de 1944 e, em versão truncada, no volume XI do *Journal of the Royal Asiatic Society of Bengal* (Calcutá, 1945). E se a sinopse do trabalho encomendado pela Hakluyt Society constituirá a matéria exclusiva do caderno da Seara Nova intitulado *Primeira embaixada europeia à China. O boticário e embaixador Tomé Pires e a sua «Suma Oriental»* (1945), já a temática e o espaço geográfico abordado no estudo que acompanhou a publicação das *Cartas das Novas do Descobrimento do Preste João* revê-se em duas das diversas recensões críticas que Armando Cortesão publicou nessa época em *The Geographical Journal*: uma sobre o 2.º tomo de *La Mer Rouge: l’Abyssinie et l’Arabie depuis l’Antiquité* de Albert Kammerer (1937); outra sobre *Portugal in quest of Prester John* de Elaine Sanceau (1944)⁵⁴.

Dir-se-á que a notoriedade científica que Armando Cortesão soube ganhar em Inglaterra apenas foi proporcional à animosidade com que continuou a ser brindado por parte do Estado Novo de Salazar durante esses anos. Desde Dezembro de 1936 que a embaixada do governo de Lisboa em Londres estava confiada a Armindo Monteiro, entretanto afastado do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, e que se afadigava em manter um controlo apertado sobre a programação e os colaboradores do Serviço Português da BBC. Em Março de 1939, Monteiro expressara a Salazar os seus receios de que Armando Cortesão transitasse para a Secção Portuguesa da BBC vindo do correspondente Secção Brasileira, onde «desempenha lugar de relevo – por protecção que conseguiu da Embaixada do Brasil, dada pelo secretário Mello Franco – a coberto das tendências esquerdistas da própria BBC»⁵⁵. O embaixador referia-se ao conselheiro Caio de Melo Franco, irmão de Afonso Arinos de Melo Franco, futuro chanceler de Jânio Quadros e quem haveria de gerir o caso do desvio do navio *Santa Maria* protagonizado por Henrique Galvão, em 1961⁵⁶.

No seguimento dos elementos transmitidos por Armindo Monteiro, Salazar obtivera garantias expressas do governo britânico de que o Serviço Português da BBC não seria chefiado por Cortesão. Porém, a questão reacendeu-se cerca de dois anos depois, quando o mesmo rumor foi posto a circular e Armindo Monteiro reiterou a Salazar a sua inquietação: «“Acendeu-se a luz vermelha” do Sr. Armando Cortesão – que é hoje quem domina as emissões para Portugal, “como representante típico da opinião do povo português”. Nos meios da BBC atribui-se-lhe até, com ou sem razão, a inspiração de um pequeno artigo que há semanas apareceu num vago jornal

⁵⁴ Ver ANDRADE, 2014, pp. 196-199.

⁵⁵ Carta de Armindo Monteiro a Oliveira Salazar, Londres, 3.III.1939, in RIBEIRO, 2014, pp. 315-316.

⁵⁶ Ver GUIMARÃES, 2013, pp. 961-967.

de esquerdas, chamado *The Tribune*, em que pedia a formação de “um governo português livre”⁵⁷.

No tempo em que isto sucede, Armando Cortesão trabalhava já neste mesmo Serviço Português da BBC, tendo a seu cargo traduzir uma publicação semanal que resumia o conteúdo das emissões da Voz de Londres⁵⁸. Armindo Monteiro apressa-se também a fazê-lo saber a Salazar, junto com a indicação de que Cortesão escrevera directamente para Lisboa depois da embaixada em Londres ter frustrado a aproximação que fizera para reatar relações formais com os representantes do governo: «O Dr. Cortesão sairia assim da sua situação de réprobo. O patriotismo podia dar para isso, nesta hora grave, excelente plataforma – com aparência de nobreza e seus compromissos políticos»⁵⁹.

Num contexto marcado pelo apoio Aliado a Moscovo que se segue à invasão da União Soviética pelo exército alemão, o caso serve de pretexto para um duro braço-de-ferro entre Salazar e o Foreign Office com o propósito de condicionar o tratamento noticioso da BBC destinado a Portugal. A figura de Armindo Monteiro é indissociável da criação de todo este enredo, ajudando a construir a percepção de que o tratamento noticioso da BBC destinado a Portugal mudara de tom nesta nova etapa da guerra, tornando-se menos amistoso para com Lisboa, e que a acção de Cortesão fora decisiva nessa mudança. Os jornais portugueses, com o *Diário da Manhã* à cabeça, encarregam-se de fazer amplo eco do «caso Armando Cortesão», começando por acusá-lo de envenenar as relações entre os dois países e acabando em acusações sobre um alegado desvio de fundos da causa republicana no exílio que visavam directamente o seu carácter. Londres cede e Armando Cortesão é demitido da BBC em Dezembro de 1941⁶⁰.

A censura de Lisboa encarregar-se-ia de cortar as cartas dirigidas ao *Diário da Manhã* em que Armando Cortesão refutava as acusações de que era alvo, mormente a de apropriação de recursos destinados aos emigrados políticos em Espanha⁶¹. Por outro lado, uma vez dispensado da BBC é-lhe também retirada a autorização para continuar a realizar *auxiliary war service* para o governo inglês, como sucedera quando os seus serviços de tradutor tinham sido requisitados pelo Ministry of Information⁶². Propõe então ao mesmo Ministério – que logo declina – a escrita remunerada de uma série

⁵⁷ Carta de Armindo Monteiro a Oliveira Salazar, Londres, 16.IX.1939, in ROSAS; BARROS; OLIVEIRA, 1996, p. 184.

⁵⁸ RIBEIRO, 2014, pp. 193-194.

⁵⁹ Carta de Armindo Monteiro a Oliveira Salazar, Londres, 10.X.1941, in ROSAS; BARROS; OLIVEIRA, 1996, p. 194.

⁶⁰ ANDRADE, 2014, pp. 46-47; RIBEIRO, 2014, pp. 315-328.

⁶¹ CORTESÃO, 1974, pp. 89-96.

⁶² Carta de Armando Cortesão a Câmara Reis, Londres, 1.I.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO- AC/702, p. [1]; carta de Armando Cortesão a K. G. Grubb, Londres, 3.IX.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/79, p. [1].

de cartas sobre a actualidade da guerra e de interesse acrescido para a propaganda inglesa, as quais poderiam ser publicadas nos principais jornais do Rio de Janeiro, contando para tanto com os bons ofícios do seu irmão Jaime Cortesão, exilado no Brasil desde 1940⁶³. Como garantia dos seus bons propósitos, evoca o serviço que prestava numa bateria antiaérea londrina: «I have always been the only “Free Portuguese” in this country, and now I am, I think, also the only “Fighting Portuguese”. There is at least one Portuguese making the saying of “The Oldest Ally” true – a saying which unfortunately sounds rather ridiculous nowadays»⁶⁴. Vendo fecharem-se-lhe todas as formas regulares de sustento, desabafa em privado: «Para tôda a parte que me viro, mesmo nas coisas que me parecem mais particulares, as primeiras impressões são as melhores; mas creio que quando depois procuram qualquer informação ou autorização, logo a mala pata se faz sentir»⁶⁵.

Armando Cortesão acabará invertendo o cerco através da escrita de artigos regulares para os jornais ingleses: «(...) mas como isto de escrever é como coçar – não se lhe pode resistir – desatei a escrever para a Imprensa daqui, que não paga nada mal. Por êsse lado era caso para agradecer aos srs. censores... Em vez de falar de Inglaterra aos portugueses[,] falo de Portugal aos ingleses. São danados os srs. censores! Agora é que êles poderão dizer “É que o senhor não sabe o que êsse senhor tem feito”. Nem eles saberão tudo, coitados!»⁶⁶. Em paralelo, entre meados de 1941 e finais de 1946 enviou regularmente para publicação na *Seara Nova* uma série de crónicas sobre o conflito mundial e a realidade política inglesa que acabaram por cumprir o propósito de propaganda Aliada que estivera presente na sua aproximação ao governo inglês, aquando do seu litígio com Armindo Monteiro e Salazar por interposta BBC.

Parcial ou integralmente cortadas pela censura portuguesa da época, estas *Cartas de Londres* de reminiscências queirosianas constituem, ainda assim, um expressivo testemunho de dois tópicos principais: por um lado, a leitura que Armando Cortesão oferece sobre a democracia e o parlamentarismo inglês; por outro, a percepção que vai construindo sobre a forma como a ordem internacional do pós-guerra alteraria os termos do «problema colonial» e o modo como Portugal se passaria a confrontar com o mesmo. Em carta ao escritor Manuel Mendes, dirá: «Para mal ou para bem[,] temos que viver dentro da órbita britânica e isso no futuro terá para nós importância ainda maior talvez que no passado. Há pois toda a vantagem em que os conheçamos melhor e não tenhamos ilusões. Direi o mais que puder e me pareça publicável; e quem me dera poder dizer muito mais do que vejo, sei, sinto e prevejo!»⁶⁷.

⁶³ Carta de Armando Cortesão a K. G. Grubb, Londres, 3.IX.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/79, pp. [1-2].

⁶⁴ Carta de Armando Cortesão a [K. G.] Grubb, [Londres], 28.IX.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/84, p. [1].

⁶⁵ Carta de Armando Cortesão a Câmara Reis, Londres, 1.I.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/702, p. [1].

⁶⁶ Carta de Armando Cortesão a Câmara Reis, Londres, 21.VIII.1945, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/679, p. [1].

⁶⁷ Carta de Armando Cortesão a Manuel Mendes, São João do Campo (Coimbra), 3.III.1944, FMS: MANUEL MENDES/MNAC - MUSEU DO CHIADO, PASTA 04635.007.011, pp. [1-2].

O fim trágico de Stefan Zweig, em Fevereiro de 1942, tornado sinónimo «da tragédia da época em que vivemos», será o tema único daquela que talvez seja a mais pessoal das cartas de Londres publicadas na *Seara Nova* (Abril de 1942). Armando Cortesão conheceu e privara com o escritor austríaco em Londres, os dois haviam-se correspondido quando Zweig se retirou em Bath, mantendo depois contacto epistolar a partir do momento em que o autor de *O Mundo de Ontem* se refugiara no Brasil. Por interposto Jaime Cortesão, Armando Cortesão recebera apenas alguns meses antes as primeiras notícias da chegada de Stefan Zweig ao Rio de Janeiro, junto com o rumor posto a circular simultaneamente por Zweig e Caio de Melo Franco que fazia crer que ele próprio descobrira e adquirira uma carta de Amerigo Vespucci⁶⁸.

Destes interesses por assuntos relativos ao descobrimento e à primeira cartografia da América do sul que convergiam para a embaixada do Brasil em Inglaterra diz-nos também uma carta endereçada a Armando Cortesão pelo sucessor de Melo Franco em Londres, Samuel de Sousa Leão Garcia: «Talvez lhe interesse saber que, visitando às pressas a biblioteca Huntington, em California, fiz fotografar todos os mapas (do Brasil) do século XVI que lá se encontram. Essas fotos eu as tenho comigo e terei o maior prazer em lh'as mostrar»⁶⁹. Sousa Leão chefiara o Arquivo, Biblioteca e Mapoteca do Itamaraty – instituição na qual Jaime Cortesão se vinculou a partir de 1942 – e virá a ser ministro interino das Relações Exteriores em 1946 e embaixador do Brasil em Lisboa entre 1947 e 1952⁷⁰. Sustentados nos anos de Londres de Armando Cortesão e naqueles do seu irmão Jaime no Rio, adensavam-se os círculos de afinidade em torno dos mapas antigos.

Paris e o mundo

Em 1945, sairá publicado em Buenos Aires o livro *La Comunidad Ibérica de Naciones*, assinado conjuntamente por Armando Cortesão, Luis Arasquistain, Manuel de Irujo e Carles Pi i Sunyer, representando estes dois últimos os exílios republicanos basco e catalão. Trata-se de uma das escassas manifestações do efémero projecto de uma confederação ibérica de nações que amparasse a instauração de uma República democrática alternativa às ditaduras de Franco e Salazar. Congeminado em Londres a instância dos nacionalistas bascos, catalães e galegos, este projecto contou com ramificações aos respectivos exílios no México, antes de ter implodido por divergências insanáveis em torno do conceito de «nação»⁷¹.

⁶⁸ Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, Rio de Janeiro, 11.I.1941, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1524, p. [1].

⁶⁹ Carta de S[amuel] de Sousa Leão [Garcie] a Armando Cortesão, Londres, 25.II.1939, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/812, p. [1].

⁷⁰ BARRETO, 2001, pp. 170-172.

⁷¹ HOYOS PUENTE, 2010; ANDRADE, 2014, pp. 47-48; HOYOS PUENTE, 2019, pp. 40-41.

Nesse momento que coincide com o final da guerra na Europa, Armando Cortesão mantém voz assídua na imprensa inglesa sobre a situação política portuguesa, caso do longo artigo «Democracy and Fascism in Portugal» impresso no *The Political Quarterly* em Outubro de 1945⁷². Como nos tempos em que tivera a seu cargo *A Verdade*, ele próprio trata de distribuir por correio semi-cifrado este texto, juntamente com a revista *Ibéria*, publicada por José Domingos dos Santos em Paris⁷³. Por outro lado, a correspondência que Cortesão manteve com Bento de Jesus Caraça nos primeiros meses de 1946 certifica a sua ligação aos sectores oposicionistas portugueses que tentaram internamente a reimplantação da República em torno do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) de Norton de Matos, José Magalhães Godinho e Fernando Piteira Santos, e do Movimento de Unidade Democrática (MUD), seu herdeiro. As mesmas cartas confirmam-nos ainda os contactos sempre fluídos que Armando Cortesão mantinha nessa altura com os representantes do governo republicano espanhol exilado em Paris por via de Domingos dos Santos⁷⁴.

Num plano só aparentemente oposto, a difusão da *Suma Oriental* de Tomé Pires, que ocorre a partir de finais de 1945, garantiu a visibilidade que faltava para que Armando Cortesão se descobrisse numa nova fase da sua vida. Tal acontece depois de ter recebido e aceite o convite endereçado por Julian Huxley e Joseph Needham para ingressar na Comissão Organizadora da UNESCO. Entre 1946 e 1952, Cortesão será sucessivamente conselheiro para a História da Ciência e da Cultura da UNESCO e chefe de divisão do Departamento de Ciência, do Departamento de Relações Exteriores e do Departamento Cultural, terminando o seu percurso na instituição como secretário-geral da Comissão Internacional para uma História Científica e Cultural da Humanidade – «Esse foi um período importante da minha vida em que, entre outras coisas, passei da quase miséria de longos anos de exílio político em Londres para a relativa opulência de funcionário superior internacional em Paris», contará mais tarde⁷⁵.

Ao que tudo indica, o convite para a UNESCO aconteceu pouco depois do «Fabian Colonial Bureau» ter indicado o seu nome para um cargo na Divisão de Territórios Não-Autónomos da Organização das Nações Unidas, que se encontrava em curso de constituição e onde seria suposto que Armando Cortesão viesse a tutelar assuntos

⁷² CORTESÃO, 1945, pp. 329-341. Ver também Armando Cortesão, «Portuguese Politics», rascunho para *The Nation* (New York), 6.I.1946, FMS. FUNDO DBC-DOCUMENTOS BENTO DE JESUS CARAÇA, PASTA 04422.004.

⁷³ Carta de Armando Cortesão a destinatária anónima, [Londres], 1.XII.1945, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/31, p. [1].

⁷⁴ Carta Bento de Jesus Caraça a Armando Cortesão, Lisboa, 15.I.1946, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1562, p. [1]; carta de Bento de Jesus Caraça a Armando Cortesão, Lisboa, 21.II.1946, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/18, pp. [1-4]; carta de Bento de Jesus Caraça a Armando Cortesão, s/l [Lisboa], s/d [1946], UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1561, p. [1]; carta de Bento de Jesus Caraça a Armando Cortesão, Lisboa, 19.IV.1946, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/19, p. [1]; SOARES, 2011, p. 40-55; PIMENTEL, 2018, pp. 177-184.

⁷⁵ CORTESÃO, 1978, p. VII; ANDRADE, 2014, p. 49.

relativos às colónias portuguesas e espanholas. Apesar de ter sentido «que poderia prestar grandes serviços à nossa Pátria em UNO, além de tudo o mais, como observador», acabou por preterir Nova York em favor da UNESCO em razão da afinidade intelectual que sentia com o trabalho que lhe propunham aí, tal como então o disse a Luís da Câmara Reis, director da *Seara Nova*. Com isto, anunciou também uma renúncia tácita: «Claro está que, dada a minha nova qualidade de alto funcionário internacional, tenho de daqui para o futuro me abster de qualquer actividade política partidária. Mas o Câmara Reys e todos os nossos amigos devem saber onde o meu coração está e estará. Nunca deixarei de ser “seareiro”. De resto não me foi feita imposição alguma, muito antes pelo contrário, deixando o meu procedimento apenas ao meu critério e consciência. E nada me poderia obrigar mais»⁷⁶.

Fosse por uma questão de empatia mental e científica, fosse por ter pesado a inevitabilidade da descolonização anunciada pela Carta do Atlântico de 1941 e o impacto que daí adviria para a acção da ONU⁷⁷, o facto é que a opção de Armando Cortesão pela UNESCO lhe permitiu retomar o tratamento das questões coloniais que vinha das *Cartas de Londres* com um à-vontade que provavelmente não teria tido se houvesse que lidar directamente com os «territórios não autónomos» em contexto onusiano. Esta linha de trabalhos sobre o tema colonial suscitada pela alteração do paradigma jurídico internacional no pós-guerra anuncia-se logo no texto «Política colonial internacional», publicado pela *Seara Nova* em Outubro de 1946. Da proximidade que mantinha com o «Fabian Colonial Bureau» da Sociedade Fabiana – e, por extensão, com o Partido Trabalhista britânico, entretanto no governo em Londres – vem também a sua colaboração numa colectânea de ensaios sobre «colonização comparada» que dá origem à publicação de *The Portuguese Colonies* (Londres, 1946).

Decorrem do mesmo *The Colonial Problem and UNESCO* (Paris, 1947) e a comunicação que apresentou «a título pessoal» à 3.^a sessão do Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas sobre «Culture-change and the “sacred trust” of colonial powers», realizado em Bruxelas em Agosto de 1948. Entre a constatação da mudança geopolítica em curso e a resistência à alteração dos termos essenciais do problema, o dilema do seu argumento fica bem expresso quando resume: «É natural que todos os territórios coloniais venham a estar sujeitos a alguma espécie de superintendência internacional, e Portugal sabe que nenhuma outra potência possui uma melhor tradição do que a sua no que respeita a protecção e promover o bem dos povos coloniais e administrar colónias (...). Mas justamente orgulhoso da sua tradição colonial e obra realizada, Portugal nunca abdicará dos seus sagrados direitos»⁷⁸.

⁷⁶ Carta de Armando Cortesão a Luís da Câmara Reis, [Londres], 29.IX.1946, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/672, p. [1].

⁷⁷ Ver ALEXANDRE, 2017a, pp. 20-21; ALEXANDRE, 2017b, pp. 32-41.

⁷⁸ CORTESÃO, 1946, p. 103.

Em todo o caso, os anos da UNESCO manifestam-se sobretudo em textos que convergem para os temas – uma vez mais por regra enredados – da história da ciência, da história da náutica e dos descobrimentos geográficos e da história da cartografia. Logo em 1947, Armando Cortesão é co-autor, com Joseph Needham, de um texto preambular ao projecto desta instituição da ONU para o primeiro desses domínios: «UNESCO and the History of Science», publicado no volume inaugural de *Archives Internationales d'Histoire des Sciences*. Aqui fará editar as principais comunicações que realiza nos Congressos Internacionais de História da Ciência de 1947, 1953 e 1956, guardando para a *Revista da Faculdade de Ciências* (Coimbra, 1953) uma ampla recensão ao livro *Horus - A Guide to the History of Science* de George Sarton.

Ainda em 1953, enquanto a UNESCO edita o seu trabalho «Nautical Science and the Geographical Revolution», Armando Cortesão anuncia nas páginas da *Imago Mundi* a descoberta da carta do Atlântico norte atribuída ao cartógrafo veneziano Zuane Pizzigano de 1424, fazendo sair pouco depois dos prelos da Universidade de Coimbra o consequente estudo: *The Nautical Chart of 1424 and the Early Discovery and Cartographical Representation of America* (1954). O título expõe o controverso argumento que este volumoso trabalho encerra em favor da tese do descobrimento pré-colombiano da América a partir de presumíveis evidências cartográficas⁷⁹. A despeito da forte polémica que logo suscitou entre os historiadores da cartografia, Armando Cortesão manter-se-ia fiel à sua leitura inicial da questão, a qual era indissociável de um cuidado com a salvaguarda da prioridade das navegações e descobrimentos portugueses, por sua vez herdeiro directo dos exercícios historiográficos nacionalistas de oitocentos.

Serão as funções exercidas na UNESCO que ditam a oportunidade de Armando Cortesão rumar à América do Sul em 1949. «Todos cá em casa receberam com alegre alvoroço a notícia da tua vinda», escreve-lhe do Rio de Janeiro o seu irmão Jaime, enquanto se empenha em preparar a sua chegada junto da imprensa do Rio e de São Paulo⁸⁰. O relatório da Mapoteca do Itamaraty não deixará de registar a passagem do «Prof. Armando Cortesão, historiador português, em missão especial da UNESCO»⁸¹. Acompanhado por Jaime Cortesão, a viagem estende-se a outros pontos do Brasil, conforme a notícia de *O Estado* de Santa Catarina de 23 de Julho, que chama à primeira página as conferências que um e outro celebrariam na Faculdade de Direito de Florianópolis – Jaime Cortesão sobre Alexandre de Gusmão, enquanto Armando Cortesão dissertaria sobre «A UNESCO e a Humanidade»⁸².

⁷⁹ Ver MARQUES, 1987, pp. 89-91; PUJADES I BATALLER, 2007, pp. 267-268; ANDRADE, 2014, pp. 97-106.

⁸⁰ Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, Rio de Janeiro, 14.VI.1949, FBN-RJ MANUSCRITOS 30.1.001 N.º 022, p. [2].

⁸¹ RJAHI – M.R.E., *Relatório*, 1951, p. 26.

⁸² *O Estado*, 1949, p. 1.

A 15 de Julho de 1949, Armando Cortesão proferiu no auditório do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, uma conferência sobre «A ciência náutica no Renascimento», que a Seara Nova se incumbirá de publicar em opúsculo nesse ano. Começou dizendo: «É este para mim um momento de grande emoção: é a primeira vez que depois de quase dezoito anos falo em público na minha própria língua. Tenho durante este, ai de mim, tão longo tempo feito conferências e proferido discursos em espanhol, em inglês, para públicos que vão desde as pequenas salas de clubes às grandes reuniões internacionais de Lake Success [sede provisória das Nações Unidas entre 1946 e 1952]: mas hoje falo novamente em português»⁸³.

Regresso à «Casa das Rosas»

Armando Cortesão deixa a UNESCO em 1952 e regressa a Portugal, fixando residência em São João do Campo, na velha «Casa das Rosas» da família. Se é um renomado funcionário internacional aposentado, sem demandas judiciais nem risco de prisão⁸⁴, pelo menos nos primeiros tempos o ostracismo não deixaria de ser real: «Bem haja por não se ter esquecido dêste velho amigo que para aqui vive cada vez mais isolado e isolando-se. Nem V. imagina como às vezes me sinto farto do mundo e de nele viver!», escreve na volta do correio que viera com um exemplar do livro de contos *Estrada* oferecido por Manuel Mendes⁸⁵.

Em qualquer caso, Armando Cortesão traz consigo um ambicioso plano editorial, que expõe pela mesma altura a Manuel Sarmiento Rodrigues, ministro das Colónias e do Ultramar entre 1950 e 1955. Este acalenta a ideia da criação de uma comissão de investigações sobre a história colonial portuguesa, que Cortesão se esforça por compatibilizar com um projecto pessoal de trabalho, para o qual reclama desde a primeira hora «plena liberdade de concepção e realização», junto com «uma fórmula que me garanta a indispensável liberdade de preocupações financeiras próprias durante o período de doze anos, necessários para a conclusão da vasta obra que me proponho». Anexa um exemplar da *Suma Oriental* de Tomé Pires e seis separatas de trabalhos seus, confiando que pudessem servir de prova documental que habilitasse a «ajuizar das minhas possibilidades»⁸⁶.

Tal é a génese dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, a monumental colecção de mapas portugueses anteriores ao século XVIII que Armando Cortesão verá

⁸³ CORTESÃO, 1949, p. 7.

⁸⁴ ANDRADE, 2014, p. 123.

⁸⁵ Carta de Armando Cortesão a Manuel Mendes, São João do Campo, Coimbra, 5.XII.1952, FMS: MANUEL MENDES/MNAC - MUSEU DO CHIADO, PASTA 04635.007.001.

⁸⁶ Carta de Armando Cortesão a Sarmiento Rodrigues, São João do Campo (Coimbra), 24.X.1952, FMS: FUNDO MANUEL MARIA SARMENTO RODRIGUES, PASTA 04290.001.042.

publicada em 5 volumes entre 1960 e 1962, depois do governo de Salazar – apenas em 1955 – ter anuído a integrá-la no plano de edições das comemorações oficiais do centenário do Infante D. Henrique, a realizar em 1960, talvez aquietado por um objecto de estudo aparentemente desprovido de implicações ideológicas⁸⁷. A coadjuvã-lo, Armando Cortesão terá o então primeiro-tenente Avelino Teixeira da Mota, próximo de Sarmento Rodrigues desde os tempos em que este fora governador da Guiné (1945-1949). Entre 1953 e 1954, Teixeira da Mota tinha realizado uma extensa recopilação fotográfica de cartografia histórica por incumbência do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fizera-o no quadro da participação portuguesa nas comemorações do IV centenário da fundação de São Paulo, que decorreram em 1955 e cuja componente histórica foi superintendida por Jaime Cortesão⁸⁸. Seria adstrito ao projecto dos *Portugaliae* em 1957, logo que se desembaraçasse das obrigações associadas ao levantamento topográfico e hidrográfico que realizava na Guiné, trazendo consigo esse importante conjunto de imagens que não haviam chegado a ser aproveitadas no Brasil. Estas juntar-se-iam àquelas outras que Armando Cortesão recolheu em cerca de 20 viagens sucessivas a colecções e arquivos europeus e norte-americanos durante o primeiro dos cinco anos que teve para entregar o corpo principal da obra⁸⁹.

Sendo a síntese de mais de trinta anos de estudos sistemáticos sobre a cartografia histórica, os *Portugaliae Monumenta Cartographica* reflectem, em primeiro lugar, o sentido muito próprio que Armando Cortesão dá ao empreendimento, propondo-se acrescentar à cópia de factos conhecidos a «conjectura inteligente» que suprisse as lacunas da documentação⁹⁰. Também por isso, mais que um catálogo ilustrado de cartas antigas, o produto final deste trabalho que Armando Cortesão delinea recupera o propósito abrangente que o visconde de Santarém emprestara aos seus já clássicos *Atlas*, nos quais o interesse por articular o estudo e análise dos mapas com a história dos descobrimentos portugueses se antepõe a qualquer outro⁹¹. Como no-lo diz na apresentação dos *Portugaliae*, «não há documentação mais explícita do que a sucessão de cartas antigas que ano após ano registam grãficamente o progresso do descobrimento geográfico; e na história da cartografia portuguesa reflecte-se a história do descobrimento da maior parte do mundo»⁹².

⁸⁷ GODINHO, 1990, p. 29; DOMINGUES, 2010, pp. 285-287.

⁸⁸ VALENTIM, 2007, pp. 34-35.

⁸⁹ CORTESÃO; MOTA, 1987 [1960]: I, pp. XXXV-XXXVII; VALENTIM, 2007, pp. 122-128; ANDRADE, 2014, pp. 123-128.

⁹⁰ CORTESÃO; MOTA, 1987 [1960]: I, p. XXXVI.

⁹¹ GODLEWSKA, 1999, pp. 142-146; GARCIA, 2005, p. 181; GARCIA, 2010, pp. 65-77; GODLEWSKA, 2012, pp. 127-128; LOURENÇO, 2012, pp. 139-140; VALENTIM, 2015, pp. 1047-1050.

⁹² CORTESÃO; MOTA, 1987 [1960]: I, pp. XVIII-XIX.

Se o ministro Sarmiento Rodrigues é o agente instrumental do projecto, Teixeira da Mota é a «mocidade» indispensável para que este se concluísse a tempo das comemorações em que o regime enredaria definitivamente a sua sobrevivência com a do «império»⁹³. Por outro lado, na vasta galeria de nomes aos quais os dois autores creditam os seus agradecimentos, dois há que se destacam: o primeiro é Raleigh Ashlin Skelton, responsável pelo *Map Room* do Museu Britânico, secretário honorário da Hakluyt Society, editor geral da *Imago Mundi* e, entretanto, fundador do grupo de trabalho sobre cartografia antiga da União Geográfica Internacional; o segundo nome é Jaime Cortesão, regressado a Portugal em 1957. Deste, os *Portugaliae* aproveitam, desde logo, muito do material relativo às representações cartográficas do espaço brasileiro que estava disponível nas cópias mimeografadas das lições sobre história da cartografia, geografia das fronteiras e formação territorial do Brasil que Jaime Cortesão ministrara no Itamaraty entre 1944 e 1950, as quais viriam a ser parcialmente transpostas para o livro semi-póstumo *História do Brasil nos velhos mapas (1957-1971)*⁹⁴. Já Skelton actuou quase como um terceiro autor: coube-lhe a revisão dos originais redigidos em inglês por Armando Cortesão, a tradução dos textos em português de Teixeira da Mota, e ainda suprir as lacunas achadas na bibliografia: – «Para viver só há dois sítios no Mundo: São João do Campo e Londres. Não há melhor sítio para estar do que aqui; não há melhor biblioteca para nos auxiliar no trabalho como a do British Museum», contava Cortesão, pouco depois de ter entregue o penúltimo volume da obra⁹⁵.

Epílogo coimbrão

Nesse ano de 1960 em que vê publicados os primeiros quatro volumes dos *Portugaliae*, Armando Cortesão serve também as comemorações henriquinas com a síntese correspondente a *Cartografia Portuguesa Antiga*, a selecção de cartas integrada no *Tabularum Geographicarum Lusitanorum* (em co-autoria com Teixeira da Mota) e a proposta de edição bilingue português-inglês do livro *Goa – Rainha do Oriente* do historiador de viagens e colecionador de mapas Boies Penrose. O próprio Cortesão se encarregará de explicar em prefácio a oportunidade dessa edição, dizendo que a ideia lhe ocorrera «neste momento especial, quando os direitos de Portugal aos seus territórios na Índia têm sido contestados»⁹⁶. Ao cair do pano desses meses preenchidos com colóquios e eventos mundanos, Armando Cortesão – «Victorian Medalist of the Royal Geographical Society» de

⁹³ Carta de Armando Cortesão a Sarmiento Rodrigues, 16.I.1955, in ANDRADE, 2014, p. 125. Ver JOÃO, 2002, pp. 106-107 e 190-195; ALMEIDA, 2015, p. 82.

⁹⁴ F. R. OLIVEIRA, 2014.

⁹⁵ VALDEMAR, 1960, p. 247.

⁹⁶ CORTESÃO, 1960, p. 10.

Londres, como agora se identifica, aludindo à distinção acabada de receber de Londres – participa ainda na IV reunião plenária da Associação para o Estudo Taxionómico da Flora da África Tropical, que decorre em Lisboa na segunda quinzena de Setembro.

Tem aqui o pesado encargo de substituir o seu irmão Jaime, falecido no mês anterior, para quem o tema da alocução teria sido pensado – «The Portuguese Discovery and Exploration of Africa». Percorrendo da cartografia tardo-medieval à busca lendária da Etiópia cristã, da travessia de Serpa Pinto aos trabalhos topográficos de Gago Coutinho em São Tomé, nos quais participara nos idos de 1910, Armando Cortesão parece distanciar-se, por uma vez, da intromissão do tempo político do Portugal contemporâneo que era claro na promoção ao livro de Penrose: «Our forefathers (...) were the first to lift the veil of mystery and awe that still surrounded the world beyond Europe at the end of the Middle Ages. Others came, and Portugal was too small to hold the vast empire she had built and, after a period of greatness and splendour, decline and disintegration followed – an inescapable lesson of history, inseparable from the condition of empire»⁹⁷. Vendo o que estava para vir, o ajuste de perspectiva foi apenas aparente.

A parceria entre Armando Cortesão e Teixeira da Mota forjada com os *Portugaliae Monumenta Cartographica* depressa se cimentou em torno do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga (AECA), organismo integrado na Junta de Investigações do Ultramar e dirigido por Teixeira da Mota desde a sua fundação, em 1958. A partir de 1960, este núcleo de pesquisas históricas passou a contar com uma secção adstrita à Universidade de Coimbra, sendo a direcção entregue a Armando Cortesão – sensivelmente na mesma altura em que este é feito doutor *honoris causa* pela Memorial University of Newfoundland, é eleito sócio honorário da Hispanic Society of America e da National Geographic Society e, sobretudo, quando recebe o doutoramento *honoris causa* pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e vê ser-lhe outorgada a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (1961), distinções portuguesas que anteciparam o convite para integrar a Academia das Ciências de Lisboa (1964)⁹⁸.

A secção de Coimbra do AECA – entretanto rebaptizado Centro de Estudos de Cartografia Antiga – constituirá o respaldo institucional para a generalidade dos trabalhos que Armando Cortesão produziu até à sua morte, ocorrida a 29 de Novembro de 1977. Entre estes, contou-se a realização durante mais de uma década de cursos formais de história da cartografia para estudantes e pós-graduados, nos quais Cortesão manteve a colaboração de Teixeira da Mota e ganhou a de Luís de Albuquerque, que leccionava matemática na Universidade de Coimbra desde

⁹⁷ CORTESÃO, 1962, p. 39.

⁹⁸ MOTA, 1978, p. 93; ANDRADE, 2014, pp. 57-58 e 67. Ver PÉREZ DE TUDELA Y BUESO, 1977, pp. 402-403.

1941. Estes cursos representaram o primeiro programa formal de ensino na área da história da cartografia realizado em Portugal, devendo ser vistos à luz da experiência pioneira ensaiada por Jaime Cortesão no Itamaraty. Da colaboração entre as secções de Lisboa e Coimbra do AECA resultará ainda a edição das séries *Separatas* e *Memórias* do mesmo organismo, correspondentes às primeiras publicações regulares no país sobre a história dos mapas⁹⁹.

Armando Cortesão consolidará extensa colaboração na área da história da náutica com Luís de Albuquerque. Nesse sentido, cabe-lhe fazer a introdução a *O Livro de Marinharia de André Pires* (1963), o volume com o qual Albuquerque inaugurou a colecção coimbrã dos estudos do AECA. Voltará a fazê-lo quando o mesmo Luís de Albuquerque lançar *Os Guias Náuticos de Munique e Évora* (1965) e o *Livro de Marinharia de Manuel Álvares* (1969). Entretanto, ambos assinam a edição crítica das *Obras Completas de D. João de Castro* (4 vols., 1968-1982), tal como o comentário e as notas a *A Arte de Navegar de Manuel Pimentel* (1969). A derradeira empresa conjunta surgirá aquando da realização daquele que, simultaneamente, foi o último grande projecto acalentado por Armando Cortesão: a edição bilingue da *História da Cartografia Portuguesa / History of Portuguese Cartography* (2 vols., 1969-1970), em cujo segundo volume Luís de Albuquerque se encarregou de dois capítulos sobre história da náutica.

O título *Descobrimientos do Atlântico e evolução da sua antiga representação cartográfica*, que apenas seria publicado em 1980, constitui uma peça que começou por ser pensada para o terceiro volume da *História da Cartografia Portuguesa*. Trata-se de um exercício afim às sínteses sobre a evolução da antiga representação cartográfica da Terra Nova e do Japão que Armando Cortesão tinha executado em 1955, «durante o período de expectativa que precedeu a decisão final sobre a publicação de *Portugaliae Monumenta Cartographica*», e que entretanto intercalara em apêndice ao volume V desta obra¹⁰⁰. Ainda a propósito da cartografia primitiva da América do Norte vale notar um dos muitos trabalhos mais concisos que Cortesão elabora nestes anos: «Is the Vinland map genuine?» (1971). O texto é redigido na sequência da polémica internacional suscitada pela publicação de *The Vinland Map and the Tartar Relation* (1965), cujo primeiro autor foi R. A. Skelton. Armando Cortesão seria chamado a participar na conferência entretanto convocada pela Smithsonian Institution (Washington) para discutir a autenticidade deste mapa alegadamente quatrocentista, o qual ainda não deixou de ser um objecto muito discutido do mundo dos leitores de mapas antigos, desde logo por interpelar a possibilidade de uma representação cartográfica da América do Norte anterior aos esboços das Caraíbas associados às viagens de Colombo¹⁰¹.

⁹⁹ OLIVEIRA, 2012, pp. 17-18.

¹⁰⁰ CORTESÃO; MOTA, 1987 [1962]: V, p. XV.

¹⁰¹ Ver WASHBURN, 1995, pp. XXI-XXVII; WITEEN II, 1995, p. XLIV.

Também *O Mistério de Vasco da Gama* (1973) – de novo, com edição paralela em inglês e com o selo do AECA – deveria ter integrado o último volume da *História da Cartografia Portuguesa*¹⁰². Parcialmente assente numa leitura de evidências cartográficas, este livro representa um dos mais controversos exercícios de especulação historiográfica ensaiados por Armando Cortesão. Tal como quando polemizara, no início da década de 1950, sobre os primórdios das navegações portuguesas às costas da América a propósito do portulano de Pizzigano de 1424 – cujas principais premissas, de resto, não só reaparecem em separatas publicadas em inglês pelo AECA e pela *Revista da Universidade de Coimbra* em 1968, como também aquando da controvérsia sobre o “mapa de Vinlândia”, em 1966-1971 –, Armando Cortesão reserva aí para a figura de Vasco da Gama um aparato de sugestões travejadas num arrojo especulativo congénere àquele que o seu irmão Jaime emprestou a um conceito muito lato de «política de sigilo»¹⁰³. Como avisou no antelóquio de *O Mistério de Vasco da Gama*, seguindo uma ideia que já lhe vimos dita, a História «não se escreve apenas com documentos indiscutíveis, e já alguém acertadamente disse que “a fronteira da ignorância é a esperançosa fronteira da descoberta”»¹⁰⁴. Este derradeiro livro de Armando Cortesão surge «fraternalmente dedicado à memória de Jaime Cortesão», estando a revisão das provas da versão portuguesa a cargo de Ivo Cortesão, o primo de ambos que viria a ser o director da revista *Vértice*.

O capítulo final da vida científica e política de Armando Cortesão ficou indelevelmente marcado pela violenta polémica que manteve com Charles Boxer, desencadeada na sequência da publicação de *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825* (1963), o livro com o qual Boxer se demarcou do regime de Salazar no momento em que o eco internacional do começo da guerra colonial tornara insustentável manter ante o seu círculo anglo-saxónico mais próximo a imagem de lusófilo amável ou até benevolente para com Lisboa¹⁰⁵. Entre o final de Dezembro desse ano e o início de 1965, Armando Cortesão envia para as páginas do *Diário Popular* uma série de artigos identificada com o título genérico «Um livro insidioso», cujo primeiro exemplar tinha um subtítulo não menos categórico: «De lusófilo honesto a lusóbofo de má fé, ou a reviravolta do Professor Boxer». Por entre a virulência das palavras – mais violentas ainda tratando-se de dois amigos de sempre, como era o caso – dois argumentos estribam o protesto de Cortesão: que escolhia a trincheira do ditador como o faria fosse qual fosse o governo uma vez que a «transcendentemente grave emergência» do momento não deixa margem para outra escolha¹⁰⁶; que a presença portuguesa

¹⁰² CORTESÃO, 1973, p. 21.

¹⁰³ Ver DOMINGUES, 1989, pp. 990-993; ANDRADE, 2014, pp. 144-146.

¹⁰⁴ CORTESÃO, 1973, p. 15.

¹⁰⁵ Ver ALDEN, 2001, pp. 373-375; RAMOS, 2005, pp. 189-218.

¹⁰⁶ CORTESÃO, 1964b, p. 4.

na África tropical não podia ser avaliada de outro modo se não fosse considerando que «ninguém como nós tratou e trata os autóctones tão cristãmente e sem preconceitos de raça»¹⁰⁷.

Sempre alinhado com a doutrina da vanguarda da velha oposição republicana, reflectida na lição de Norton de Matos, que não concebia o país sem a sua extensão colonial¹⁰⁸, o facto é que Armando Cortesão refazia o mesmo exercício que fizera na década de 1940, em Londres, quando escrevera a Salazar numa «hora grave» que se diria equivalente a essa – ainda que, nesse caso, a vendeta de Armindo Monteiro tivesse inquinado a resposta que quisera. Haveria agora uma aparente novidade: o alinhamento com as teses «lusu-tropicalistas» de Gilberto Freyre, assentes na ideia da vantagem comparativa do modelo cultural português aplicado à colonização que se podia ler em *O Luso e o Trópico*, obra publicada no âmbito do centenário de 1960, e que os ministérios consecutivos de Sarmento Rodrigues e de Adriano Moreira muito contribuíram para cimentar junto da academia portuguesa e de outros nomes da oposição democrática ao regime¹⁰⁹. Fosse como fosse, quem tivesse ouvido o que Armando Cortesão dissera na conferência que proferira em 1961 no Rotary Clube da Figueira da Foz, intitulada «Sobre alguns aspectos internacionais do problema colonial», não poderia estranhar a argumentação gilbertiana que secunda a sua amarga refrega pública com Boxer: «Adquirimos (...) uma experiência colonial, de trato com os indígenas e de compreensão dos seus problemas – para o que muito contribuiu a maneira portuguesa, amistosa, afável e despida de preconceitos raciais – único entre os povos colonizadores e em que nunca fomos alcançados e muito menos ultrapassados»¹¹⁰.

Para aquilo que era essencial, tal como de pouco valeu a resposta que Boxer ensaiou dar a Armando Cortesão no final de Janeiro de 1964, rejeitando «os insultos e as acusações tão indignas como infundadas» que recebera de Cortesão¹¹¹, também de pouco valia que este inscrevesse nas suas diatribes a Charles Boxer uma cláusula de salvaguarda ideológica: «A minha ideologia política é a social-democracia porque estou convencido de que dentro dela se poderia encontrar a fórmula conveniente para uma melhor e justa distribuição da riqueza e proporcionar o máximo possível de bem-estar para todos, em qualquer sentido, numa sociedade dirigida por um governo forte, auxiliado por um parlamento livremente eleito e eficiente, mas que não o impedisse de governar, e fiscalizado por um poder judicial supremo e absolutamente independente»¹¹².

¹⁰⁷ CORTESÃO, 1964a, p. 12.

¹⁰⁸ RAMOS, 2005, pp. 201-202.

¹⁰⁹ CASTELO, 1998, pp. 87-107; JOÃO, 2002, pp. 663-670.

¹¹⁰ CORTESÃO, 1961, p. 96.

¹¹¹ ALDEN, 2001, pp. 376-380; BOXER, 2002 [1964], p. 161.

¹¹² CORTESÃO, 1964c, p. 12.

Refém no labirinto da sua própria coerência, Armando Cortesão acabara por ser muito útil apesar de si. Sintomaticamente, Joaquim Barradas de Carvalho usou as páginas do *Portugal Democrático* de São Paulo para expressar o seu desapontamento com o «incidente-símbolo» que Armando Cortesão tivera com Charles Boxer, lamentando que o autor de *Cartografia e cartógrafos portugueses* e dos *Portugaliae Monumente Cartographica*, ontem exilado 18 anos e agora pretense social-democrata, como escreveu, «se tenha deixado alienar a tal ponto, por razões que nada têm que ver com o autêntico patriotismo ou com a verdadeira ciência»¹¹³. Fosse como fosse, consumada a transição para a democracia e resolvida a questão colonial, Mário Soares, o primeiro herdeiro da linhagem republicana e democrática que fora a de Armando Cortesão, haveria de buscar acertar a História de outro modo, outorgando-lhe a título póstumo a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant' Iago da Espada na mesma ocasião em que condecorava outros «grandes historiadores das Descobertas portuguesas que nos precederam – e que nos legaram obras ímpares, em que se atesta a prioridade dos Descobrimentos Portugueses»¹¹⁴. Não por acaso, nessa circunstância o presidente Mário Soares faz alinhar ao lado de Armando Cortesão os também já desaparecidos Jaime Cortesão, Barradas de Carvalho e Teixeira da Mota.

Muito antes deste conserto simultaneamente formal e afectivo – que, de caminho, fechava também o ciclo de uma prática científica que tinha raízes fundas no programa ideológico da historiografia dos descobrimentos que fora omnipresente no segundo quartel do século XIX e atravessara os regimes, como vimos¹¹⁵ –, a morte de Armando Cortesão logo obrigara a ver no seu complexo legado algo que por certo não seria menos importante que essa reparação política. Como então escreveu Luís de Albuquerque – que dele não só havia discordado a pretexto de certas teses cartográficas mais problemáticas, como também se sentira incomodado com os termos da polémica com Boxer¹¹⁶ –, em Armando Cortesão prevalecera sempre, para o bem e para o mal, uma «visão romântica da vida»; e agora que Cortesão tinha desaparecido, salientou Albuquerque, «nada mais sairá da sua pena ágil, vibrante e entusiasta; e isso representa uma perda irreparável para a Cultura histórica portuguesa»¹¹⁷.

¹¹³ CARVALHO, 1965, p. 2. Ver SILVA, 2006, pp. 75-76.

¹¹⁴ Mário Soares, «Comemorações. Dia de Portugal», 10.VI.1987, p. 1., FMS: ARQUIVO MÁRIO SOARES, PASTA 00397.016.

¹¹⁵ MATOS, 2008, pp. 52-53. Ver CURTO, 2000, pp. XVI-XX.

¹¹⁶ ALBUQUERQUE, 1989, pp. X-XI.

¹¹⁷ ALBUQUERQUE, 1978, pp. VI.



Armando Cortesão, retrato de família

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/rosapomar/2340455824>



Armando Cortesão recebe o doutoramento honoris causa pela Memorial University of Newfoundland (Canadá), Outubro de 1961

Fonte: Memorial University of Newfoundland, S.J. Carew Photograph Collection (Coll-012)

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – RIO DE JANEIRO

RJAH1 – [Isa Adonias], M.R.E. [Ministério das Relações Exteriores], Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Departamento de Administração, Serviço de Documentação: Mapoteca, *Relatório Anos 1945-1950*, 29.3.1951, dact.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – LISBOA

PT-AHU-AFZC-0001-00001. Armando Cortesão, *Apontamentos para um relatório duma missão de estudo a Trinidad, Sta. Lucia, Paramaribo e Camarões pelo Engenheiro Agrónomo Armando Cortesão*, Port of Spain (Trinidad), 21 Junho 1914, f. 1-34.

PT-AHU-AFZC-0001-00002. Armando Cortesão, *Missão à Guiné. Diário*, 22 Abril – 2 Agosto 1922, f. 36-83.

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC [Epistolário de Armando Cortesão. Correspondência política: I República e oposição]

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – LISBOA

BNP/E25 [Espólio Jaime Cortesão]

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO

FBN-RJ Manuscritos

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES – LISBOA

FMS: Arquivo Mário Soares.

FMS: Fundo DBC-Documentos Bento de Jesus Caraça.

FMS: Fundo Manuel Maria Sarmento Rodrigues.

FMS: Manuel Mendes/MNAC - Museu do Chiado.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís de, 1978, «Armando Cortesão (1891-1977)», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 26.

_____, 1989, «Palavras de abertura», in Charles Ralph Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, Macau, Fundação Oriente; Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, pp. VII-XII.

ALDEN, Dauril, 2001, *Charles R. Boxer. An Uncommon Life*, Lisboa, Fundação Oriente.

ALEXANDRE, Valentim, 2017a, «Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1975)», in Cláudia Castelo; Miguel Bandeira Jerónimo (org.), *Casa dos Estudantes do Império. Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*, Lisboa, Edições 70, pp. 19-33.

_____, 2017b, *Contra o vento: Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Temas e Debates.

ALMEIDA, Justino Mendes de, 2015, «Almirante Manoel Maria Sarmento Rodrigues», in *Sarmento Rodrigues*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, pp. 71-92.

- AMARAL, Ana Rita; MARTINS, Maria do Rosário; MIRANDA, Maria Arminda, 2013, «O contexto museográfico da antropologia na Universidade de Coimbra: uma síntese histórica (1972-1933)», in Carlos Fiolhais; Carlota Simões; Dércio Martins (eds.), *História da Ciência na Universidade de Coimbra (1772-1933)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 129-166.
- ANDRADE, Rui Silvestre, 2014, *Armando Cortesão (1891-1977). Ideologia e nacionalismo na historiografia portuguesa dos séculos XV e XVI*, Dissertação de Mestrado em História - Especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (polic.).
- AUBIN, Jean, 1996, *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARRETO, 2001, Fernando de Mello, *Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil (1912-1964)*, São Paulo, Paz e Terra.
- BARRETO, José, 2016, «Os destinatários dos panfletos pessoais de 1923», *Pessoa Plural*, N.º 10.
- BETHENCOURT, Francisco, 1999, «A memória da expansão», in Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 442-480.
- BOXER, Charles, 2002, *Opera Minora III*, ed. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Fundação Oriente.
- BRITO, António Paula, 2013, «Israel Abraham Cagi Anahory», *Olhão para o Cidadão*. Disponível em: <http://www.olhaocubista.pt/personalidades/TextosFFL/Israel_Anahory.htm> Consultado a 15.II.2019
- CARDOSO, Carlos Paula, 2012, «Uma estrela trágica», *Visão História*, N.º 16 (Junho).
- CARVALHO, Joaquim Barradas de, 1965, «O Obscurantismo Salazarista (IV) – Ainda a Investigação Científica», *Portugal Democrático*, N.º 90.
- CASTELO, Cláudia, 1998, «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CHECA GODOY, 1989, Antonio, *Prensa y partidos políticos durante la II República*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.
- CLÍMACO, Cristina, 1995, «L'emigration politique portugaise en France (1927-1940). Sources et bibliographie», *Exils et migrations ibérique au XXe siècle*, N.º 2.
- _____, 2017, *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927-1936)*, Lisboa, Edições Colibri.
- CORTESÃO, Armando, 1915, «Relatório de uma missão ás Indias Occidentaes», *Revista Agronómica*, Ano XI, 2.ª Série, N.ºs 21 a 24 (Setembro-Dezembro).
- _____, 1925, «O Boletim da Agência Geral das Colónias», *Boletim Geral das Colónias*, Ano I, N.º 1 (Julho).
- _____, 1927, «S. Tomé e Príncipe», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano III, N.º 21 (Março).
- _____, 1928, «A Guiné como colónia de comércio e de plantação», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano IV, N.º 37 (Julho).
- _____, 1930, «Portugal na exposição de Antuérpia», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, N.º 60 (Junho).
- _____, 1932, «Caçadas coloniais», *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, N.º 3 (Dezembro).

_____, 1935, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, 2 vols., Lisboa, Edições Seara Nova.

_____, (ed.), 1944, *The Suma Oriental of Tomé Pires (An Account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca in 1512-1515) and the Book of Francisco Rodrigues (Rutter of the Voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515), translated from the Portuguese MS in the Bibliothèque de la Chambre des Députés, Paris, 2nd series, LXXXIX and XC*, London, The Hakluyt Society.

_____, 1945, «Democracy and Fascism in Portugal», *The Political Quarterly*, Vol. 16, No. 4 (October).

_____, 1946, «Política colonial internacional», *Seara Nova*, N.º 1000-1007 (26 Outubro).

_____, 1949, *A Ciência Náutica e o Renascimento*, Lisboa, Seara Nova.

_____, 1960, «Introdução/Introduction», in Boies Penrose, *Goa – Rainha do Oriente / Goa – Queen of the East*, Lisboa, Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique; Comissão Ultramarina, pp. 9-21.

_____, 1961, «Sobre alguns aspectos internacionais do problema colonial», *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVII, N.º 434-435 (Agosto-Setembro).

_____, 1962, «The Portuguese Discovery and Exploration of Africa», in *Comptes Rendus de la IV^e Réunion Plénière de l'Association pour l'Étude Taxionomique de la Flore d'Afrique Tropicale*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, pp. 21-40.

_____, 1964a, «Vivem em sossego, progridem continuamente e amam a pátria comum», *Diário Popular* (4 Janeiro).

_____, 1964b, «Um livro insidioso (1). De lusófilo honesto a lusóbofo de má fé, ou a reviravolta do Professor Boxer», *Diário Popular* (8 Janeiro).

_____, 1964c, «Um livro insidioso. É impossível tolerar os inimigos da nossa pátria e difícil aturar os zoilos», *Diário Popular* (14 Janeiro).

_____, 1973, *O Mistério de Vasco da Gama*, Coimbra, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga-Junta de Investigações do Ultramar.

_____, 1974, *Cartas de Londres (1941-1949)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

_____, 1974-1975, *Esparsos*, 3 vols., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.

_____, (ed.), 1978, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da, 1987 [1960-1962], *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 6 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

COSTA, Nuno Silva, 2011, *Mapas de um "Portugal Imperial": Cultura e Propaganda Coloniais entre Guerras*, Porto, Livraria Figueirinhas.

CURTO, Diogo Ramada, 2000, «Introdução», in Charles Ralph Boxer, *Opera Minora III*, Lisboa, Fundação Oriente, pp. XI-XXV.

«Documentación: Las revistas literarias españolas», 1984, *Anthropos. Boletín de información y documentación*, N.º 39/40, Numero extraordinario – 5: Rafael Alberti (julio-agosto).

DOMINGUES, Francisco Contente, 1989, «Política de sigilo», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 989-993.

DOMINGUES, Francisco Contente, 2010, «Cartografia portuguesa: dos primórdios à representação do Índico», in Mariano Cuesta Domingo; Alfredo Surroca Carrascosa (ed.), *Cartografía Hispánica. Imagen de un mundo en crecimiento, 1503-1810*, Madrid, Ministerio de Defensa, pp. 277-293.

FARINHA, Luís, 1998, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa.

_____, 2010, «Revirvalho: resistência e revolução», in Heloisa Paulo (coord.), *Memória das Oposições (1927-1969)*, Coimbra, Edições Minerva, pp. 51-61.

FIOLHAIS, Carlos, 2013, *História da Ciência em Portugal*, Lisboa, Arranha-céus.

GAGO, Maria do Mar, 2009, *The emergence of genetics in Portugal: J. A. Serra at the crossroads of politics and biological communities (1936-1952)*, Dissertação de Mestrado em História e Filosofia das Ciências, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (polic.).

GARCIA, João Carlos, 2005, «Um castelo de cartas antigas. Construir e comemorar o império», in Teresa Pinto Coelho (coord.), *Os Descobrimientos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa (1880-1972)*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 167-187.

_____, 2010, «Santarém «le navigateur» à Paris. Cartes, diplomatie et sociétés savantes», in Jean-Marc Besse; Hélène Blais; Isabelle Surun (dir.), *Naissances de la géographie moderne (1760-1860). Lieux, pratiques et formation des savoirs de l'espace*, Lyon, ENS Éditions, pp. 57-82.

GARCIA, José Luis Lima, 2007, «A propaganda colonial no início do Estado Novo: a ação do agente geral das colónias Júlio Garcez de Lencastre (1932-1934)», *Estudos do Século XX*, N.º 7.

_____, 2008, «Propaganda no Estado Novo e os Concursos de Literatura Colonial. O Concurso da Agência Geral das Colónias / Ultramar (1926-1974)», in Luís Reis; Heloisa Paulo (coord.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações. Propaganda, ideologia, historiografia e memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 131-143.

GARCIA, José Manuel, 2008, *O Livro de Francisco Rodrigues. O primeiro atlas do mundo moderno*, Porto, Editora da Universidade do Porto.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1990, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel.

GODLEWSKA, Anne, 1999, *Geography unbound: French geographic science from Cassini to Humboldt*, Chicago; London, The University of Chicago Press.

_____, 2012, «Jomard: the geographic imagination and the first great facsimile atlases», in Joan Winearls (ed.), *Editing early and historical atlases*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 109-135.

GOMES, César, 2015, *Raia molhada (Rio Águeda): contrabandistas-emigrantes, exilados e deportados*, Lisboa, Edições Colibri.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, 2013, «Afonso Arinos de Melo Franco: atualidade e paradoxo», in José Vicente de Sá Pimentel (org.), *Pensamento diplomático brasileiro. Formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*, vol. 2, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 941-982.

HARLEY, John Brian, 1987, «The Map and the Development of the History of Cartography», in John Brian Harley; David Woodward (eds.), *The History of Cartography*, Vol. 1: *Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*, Chicago; London, The University of Chicago Press, pp. 1-42.

HOYOS PUENTE, Jorge de, 2010, «Pensando en Iberia: los debates en torno a la unificación hispano-portuguesa en el exilio republicano en México», *Les Cahiers de Framespa*, N.º 5. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/framespa/90>> Consultado a 15.II.2019

_____, 2019, «Los difíciles años cuarenta para el exilio republicano de 1939», *Historia y Memoria de la Educación*, N.º 9.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira, 2009, *Livros Brancos, Almas Negras. A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*, Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais.

_____, 2015, «Uma sociedade de impérios: a imaginação política imperial e o internacionalismo do entre-guerras», in Miguel Bandeira Jerónimo; José Pedro Monteiro (org.), *Os passados do presente: internacionalismo, imperialismo e a construção do mundo contemporâneo*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 235-269.

JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Memória e império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

[LAGOA, Visconde de], 1936, «Algumas observações à obra do Sr. Dr. Armando Zuzarte Cortezão», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 54ª. N.ºs 3-4 (Março-Abril).

LE GENTIL, Georges, 1936, «Le mouvement intellectuel en Portugal», *Bulletin Hispanique*, Tome 38, N.º 2.

LOURENÇO, Miguel Rodrigues, 2012, «Armando Cortezão (1891-1976)», in Francisco Roque de Oliveira (coord.), *Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, pp. 137-149.

MARCOCCI, Giuseppe, 2012, *A consciência de um império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1987, *Ensaios de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas Editores.

MARQUES, Alfredo Pinheiro, 1987, *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MATOS, Sérgio Campos, 2008, *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.

MIRANDA, Maria Arminda, MARTINS, Maria do Rosário, MADUREIRA, Tânia, GONÇALVES, M. Teresa, CASALEIRO, Pedro, 2013, «Coleções da China e Macau no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (1880-1882)», in José Pedro Paiva; José Augusto Cardoso Bernardes; Paulo Gama Mota (coord.), *Do Sul ao Sol: a Universidade de Coimbra e a China*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 31-37.

MOTA, Avelino Teixeira da, 1978, «Armando Cortezão (1891-1977)», *Imago Mundi*, Vol. 4, N.º 30.

O Estado (Florianópolis), 1949, Ano XXXVII, N.º 10.534 (23 Julho).

OLIVEIRA, César de, 1985, *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

_____, 1987, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições «O Jornal».

OLIVEIRA, Francisco Roque de, 2012, «Dois séculos de história da cartografia em Portugal», in Francisco Roque de Oliveira (coord.), *Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, pp. 11-24.

_____, 2014, «Jaime Cortesão no Itamaraty: os Cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial do Brasil de 1944-1950», *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. 18, N.º 463 [Online]. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15048>> Consultado a 15.II.2019

_____, 2016, «“Hoy me anuncian que la revolución de Portugal será mañana”: O exílio de Jaime Cortesão na Espanha republicana», *GeocritiQ*, N.º 198 (30 de enero) [Online] Disponível em: <<http://www.geocritiq.com/2016/01/hoy-me-anuncian-que-la-revolucion-de-portugal-sera-manana-o-exilio-de-jaime-cortesao-na-espanha-republicana/>> Consultado a 15.II.2019

OLIVEIRA, Pedro Aires, 2014, «O ciclo africano», in João Paulo Oliveira e Costa; José Damião Rodrigues; Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, pp. 341-549.

PAULO, Heloisa, 2010, «Da revolução ao exílio: trajetórias de vida e de combate», in Heloisa Paulo (coord.), *Memória das Oposições (1927-1969)*, Coimbra, Edições Minerva, pp. 97-130.

PAULO, João Carlos, 1999, «Da “educação colonial portuguesa” ao ensino no ultramar», in Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 304-333.

PEIXOTO, José Luís, 2012, «1912. Francisco Lázaro, a meta da maratona infinita», *Visão História*, N.º 16 (Junho).

PEREIRA, Ana Leonor, *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social (1865-1914)*, Coimbra, Almedina, 2001.

PEREIRA, Miriam Halpern, 2016, *A Primeira República: na fronteira do liberalismo e da democracia*, Lisboa, Gradiva.

PÉREZ DE TUDELA Y BUESO, Juan, 1977, «Armando Cortesão», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Tomo CLXXIV, Cuad. III (septiembre-diciembre).

PIMENTEL, Irene Flunser, 2018, *Inimigos de Salazar*, Lisboa, Clube do Autor.

PINTO, Rui Miguel Costa, 2011, *Gago Coutinho (1869-1959), geógrafo e historiador. Uma biografia científica*, Tese de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (polic.).

PUJADES I BATALLER, Ramon J., 2007, *Les Cartes portulanes: la representació medieval d'una mar solcada*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya.

RAMOS, Rui, 2005, «A erudição lusitanista perante a guerra (c. 1960-c.1970): algumas observações sobre a polémica entre Charles Boxer e Armando Cortesão», in Teresa Pinto Coelho (coord.), *Os Descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa (1880-1972)*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 189-218.

RIBEIRO, Nelson Costa, 2014, *Salazar e a BBC na II Guerra Mundial: informação e propaganda*, Coimbra, Edições Almedina.

ROSAS, Fernando, 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

ROSAS, Fernando; BARROS, Júlia Leitão de; OLIVEIRA, Pedro de, 1996, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar: correspondência política (1926-1955)*, Lisboa, Editorial Estampa.

SAMUEL, Paulo, 1990, *A Renascença Portuguesa - Um perfil documental*, Porto, Fundação Eugénio de Almeida.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, 1993, *Jaime Cortesão: um dos grandes de Portugal*, Porto, Fundação Eugénio de Almeida.

SILVA, Douglas Mansur da, 2006, *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*, Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais.

SOARES, Mário, 2011, *Um político assume-se. Ensaio autobiográfico, político e ideológico*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates.

The London Gazette, 1959, Supplement N.º 41908 (Tuesday, 27th December).

THOMAZ, Luís Filipe F. R., 1990, «L'idée impériale manuéline», in Jean Aubin (dir.), *La Découverte, le Portugal et l'Europe – Actes du Colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, pp. 35-103.

TORGAL, Luís Reis, 1996, «A história de Portugal vista de fora», in Luís Reis Torgal; José Maria Amado Mendes; Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 345-361.

_____, 2009, *Estados Novos, Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, Vol. 2, 2.ª ed. revista, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

VALDEMAR, António, 1960, «Através da nossa cartografia reflecte-se a História do descobrimento da maior parte do mundo» [entrevista a Armando Cortesão], *Ocidente*, Vol. 58, N.º 265 (Maio).

VALENTIM, Carlos Manuel, 2007, *O trabalho de uma vida: biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha.

_____, 2015, «A edição de *Portugaliae Monumenta Cartographica* e o seu significado político», in Francisco Roque de Oliveira (org.), *Cartógrafos para toda a Terra. Produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, pp. 1043-1063.

VILAÇA, Alberto, 2002, «O jornal republicano clandestino *A Verdade*», *Revista de História das Ideias*, Vol. 23.

_____, 2003, *Resistências culturais e políticas nos primórdios do salazarismo. Realidades coimbrãs e outras*, Porto, Campo das Letras.

WASHBURN, William E., 1995, «The Case of the Vinland Map», in R. A. Skelton; Thomas E. Marston; George D. Painter, *The Vinland Map and the Tartar Relation*, New edition, New Haven; London, Yale University Press, pp. XXI-XXVII.

WITEEN II, Laurence C., 1995, «Vinland's Saga Recalled», in R. A. Skelton; Thomas E. Marston; George D. Painter, *The Vinland Map and the Tartar Relation*, New edition, New Haven; London, Yale University Press, pp. XLI-LVIII.



AVELINO TEIXEIRA DA MOTA (1920-1982)

UM HOMEM DO “RENASCIMENTO” NO PORTUGAL
DO SÉCULO XX

Carlos Manuel Baptista Valentim

Reunido em sessão de trabalho, a 13 de agosto de 1981, o Conselho da Revolução decretava a promoção por distinção ao posto de Vice-almirante do Capitão-de-Mar-e-Guerra Avelino Teixeira da Mota. Com 61 anos, este oficial da Armada¹ ultrapassava o limite de idade estabelecido (59) para a promoção ao posto de oficial general, pelo que a Repartição de Pessoal da Marinha propôs o seu regresso ao quadro na atividade de serviço, a contar de 14 de agosto desse ano, para logo na mesma data transitar para o quadro de oficiais da Reserva da Armada com direito a pensão de vice-almirante, continuando na efetividade de serviço. Teixeira da Mota, encontrando-se já muito doente, era desta forma promovido ao segundo posto mais alto da Marinha de Guerra Portuguesa, cerca de oito meses antes de falecer, a 1 de abril de 1982.

Essa distinção resultava, sem dúvida, do reconhecimento, por parte do Estado português, do notável percurso científico e académico, em Portugal e no estrangeiro, deste oficial da Marinha. O que surpreende é que a carreira militar de Teixeira da Mota não fora, em grande medida, a de um oficial da Armada ao comando de navios, de forças militares ou de unidades navais em terra, mas a de um homem de ciência, professor, investigador, cuja obra se difundira para além das fronteiras portuguesas.

Ao proferir o elogio académico do Almirante Avelino Teixeira da Mota, na Academia Portuguesa de História, o Padre Francisco Leite de Faria (1910-1995) assinalava: “Com o prematuro falecimento do Almirante Teixeira da Mota, tendo apenas 61 anos de idade e estando no vigor da produtividade intelectual, a Cultura portuguesa ficou mais pobre.” O frade capuchinho concluía que “Teixeira da Mota foi em certo modo um Embaixador, ou representante, da Cultura portuguesa nas academias históricas das mais diversas nações e nos congressos que nelas, com finalidade histórica, durante estes últimos decénios se realizaram.”²

¹ Ao longo do texto irei utilizar, indistintamente, com o mesmo significado, a designação Armada/Marinha.

² FARIA, 1985, pp.17-18.

De facto, a atividade científica do Almirante Teixeira da Mota integra-se em instituições e círculos académicos – surgindo inclusive como fundador de alguns desses centros - contribuindo a sua ação para os dinamizar³.

No dia 12 de abril de 1943, Manuel Gomes dos Santos, José Aboim Ascensão e José Júlio Moreira, propõem Teixeira da Mota para sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa. Esta seria a primeira instituição académica que aquele oficial da Marinha integraria. Nos anos seguintes é convidado para membro de várias instituições científicas e académicas, nomeadamente, o Centro de Estudos da Guiné, em 1946, que, com o patrocínio do governador da Guiné Portuguesa, Sarmento Rodrigues, ajudou a fundar; é eleito membro do Conselho Superior Científico do *Institut Fundamental de l'Afrique Noir* em 1948; integra como membro do Conselho Superior Científico da África ao Sul do Saará, entre 1953 e 1955; o Centro de Estudos Ultramarinos de Lisboa, desde a sua fundação em 1954; a Academia de Ciências de Lisboa em 1959; é nomeado representante português e conselheiro da *Commission Internationale d'Histoire Maritime* desde 1960; a Sociedade Brasileira de Cartografia em 1963; eleito membro do Conselho Orientador do Centro de Antropologia Cultural, da Junta de Investigações do Ultramar, desde 1964; da Real Academia de la Historia de Madrid em 1968; membro da Comissão Nacional de História das Ciências, desde 1969; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1969; membro fundador do Instituto Internacional de Cultura Marítima, em 1970; da *Société Française d'Outremer*, de Paris desde 1977; sócio da Society of Discoveries, em 1977; da Académie Royale des Sciences d'Outre Mer, de Bruxelas, desde 1978; do *Goa Institute for Historical and Cultural Research*, da Índia, em 1978; membro da Comissão Consultiva da Associação Internacional de Estudos das Civilizações Mediterrâneas, desde Abril de 1981.

Não teve menos importância para Teixeira da Mota, como investigador, o Clube Militar Naval e a sua revista, os *Anais*, tal como a *Revista Militar*, a Secção de Lisboa do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, que dirigiu até à sua morte, e o Grupo de Estudos de História Marítima, a partir de 1969, que dará origem ao Centro de Estudos de Marinha em 1970 e, mais tarde, à Academia de Marinha, em 1978, de que foi o segundo presidente.

Em todas estas instituições, Teixeira da Mota encontrou apoio, revistas especializadas para escrever e divulgar os seus estudos, formas de estabelecer colaboração, grupos de discussão, obras coletivas para participar, projetos científicos para integrar.

Qual o método mais apropriado para escrever a biografia de Almirante Teixeira da Mota? Oficial da Marinha, autor de uma vasta obra, deputado, dirigente de centros de investigação, professor universitário, conferencista, a vida e a produção científica de Teixeira da Mota impõem-se como um assunto de complexa abordagem. “Decididamente, escrever uma vida é um exercício difícil e delicado [...]. Escrever

³ VALENTIM, 2007, p. 110.

uma vida é um horizonte inacessível que, no entanto, sempre estimula o desejo de narrar e compreender.”⁴ Avelino Teixeira da Mota foi, não há dúvida, uma personalidade marcante na Marinha Portuguesa e, na mesma medida, um protagonista com destaque na segunda metade do século XX em projetos culturais e científicos, quer no panorama nacional, quer no contexto internacional.

Importa, desde logo, assinalar que a maior parte da vida de Teixeira da Mota decorre num país que vive centrado no seu Império ultramarino. Na Ásia: Macau, Timor, o Estado da Índia; no Índico: Moçambique; na costa ocidental africana: Angola, as Ilhas de S. Tomé e Príncipe, um forte na Costa da Mina, e mais a norte: as ilhas de Cabo Verde e a pequena Guiné Portuguesa. Este era o Império pelo qual Portugal, em parte, se batera na Grande Guerra de 1914-1918; por esse Império o Estado Novo português procuraria apoios externos junto da aliada secular, a Inglaterra, e iria lutar pela sua manutenção até à revolução de 1974.

Avelino Teixeira da Mota nasceu às dezanove horas do dia 22 de setembro de 1920, em Lisboa, na freguesia de São José⁵. A mãe, Isaura de Jesus Teixeira, viera de Trás-os-Montes para Lisboa, grávida, sozinha, passando a viver numa grande cidade, violenta e turbulenta, como era no início da década de vinte do século XX a capital portuguesa. Trabalhou inicialmente nos armazéns da Lanalgo, como costureira, acabando por montar o seu próprio *atelier* de costura, ao qual recorrem senhoras, como a primeira-dama, Maria do Carmo Carmona, ou Margarida Junqueiro Sarmiento Rodrigues, mulher do oficial da Marinha Sarmiento Rodrigues, ambas transmontanãs, procuravam a indumentária apropriada para os atos solenes da alta sociedade lisboeta⁶.

No dia em que Teixeira da Mota nasceu, uma quarta-feira, o jornal *Diário de Notícias* noticiava a crise do crédito, que afetava gravemente o comércio e a indústria nacional. Era notícia, na política internacional, o conflito na Irlanda, entre os irlandeses republicanos do *Sinn Féin* e o exército britânico; na França a crise política em torno da eleição presidencial; a leste o conflito entre a União Soviética e a Polónia.

No ano seguinte ao nascimento de Teixeira da Mota, de 19 para 20 de outubro de 1921, naquela que ficaria conhecida por «Noite Sangrenta», um grupo de militares do Corpo de Marinheiros, praças e sargentos, associam-se à Guarda Nacional Republicana para levar a cabo um golpe de Estado. São executados o chefe de Governo (António Granjo), dois dos heróis da revolução de 5 de outubro de 1910 (almirante Machado Santos e comandante Carlos da Maia), o comandante Freitas da Silva, o coronel Botelho de Vasconcelos e o motorista Jorge Gentil. A indignação provocada por esta revolta militar levaria as chefias da Marinha e os governos, que sucederiam até 1926, a tentar disciplinar os escalões mais baixos da Marinha. No

⁴ DOSSE, 2015, pp. 10-11.

⁵ 6ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, *Registo de Nascimento*, livro 48, fl. 4.

⁶ Entrevista à Sr.ª D.ª Maria de Lurdes Teixeira da Mota, S. João do Estoril, 08 de novembro de 2003, entretanto falecida.

fim da Primeira República o Corpo de Marinheiros encontrava-se desarticulado e as unidades da Marinha, navais e terrestres, dispersas por Lisboa e pela sua área circundante (Vila Franca de Xira, Almada e Barreiro). Tais medidas haviam sido colocadas em prática pelo ministro Pereira da Silva, um oficial da Marinha empenhado na modernização e renovação da Marinha⁷.

Em 1927, o pequeno Avelino iniciava os primeiros estudos na Escola Primária nº44, em Lisboa. Quatro anos mais tarde, a 21 de julho de 1931, era aprovado com distinção. Prosseguiria a sua formação escolar no liceu “Passos Manuel”, distinguindo-se com excelentes notas em cada ano letivo. A ideia de aperfeiçoamento constante na sua vida assaltava-lhe o espírito, confessando para si mesmo: “*Hei-de vencer, apesar de todos os contra-tempos e de todas as dificuldades. ..., mas vida de mediocridade é que não levarei.*”⁸

Por esses anos, Teixeira da Mota integra um grupo de escuteiros, que virá a ter um peso significativo na sua formação. Iniciou a vida de escuteiro, como aspirante, em janeiro de 1935; fez o compromisso a 29 de maio do mesmo ano. Em 1937 surge como guia de uma das três patrulhas do «Grupo 75». Efetua a ponte de ligação com o chefe do grupo, trabalhando depois do período de aulas na programação das atividades. Para desenvolver melhor as suas ações, Teixeira da Mota começou a tirar especialidades. A Geografia é uma fonte de constante interesse, nos desenhos, nos croquis que esboça, na leitura do espaço. O seu interesse pela cartografia é detetável precocemente, como se pode inferir pela seguinte passagem no seu diário: “Por volta do dia 10 de Maio levei para a sede um mapa-múndi, servindo para indicar o local onde se deram as actualidades gráficas que o rodeiam.”⁹

A Astronomia é outra das disciplinas que cultiva com bastante entusiasmo e curiosidade, chega mesmo a desenhar “um mapa celeste e outro mapa com alinhamentos de estrelas e lendas do céu, para a [especialidade] de cosmógrafo.”¹⁰

Em 1938 Teixeira da Mota começa a efetuar testes para frequentar um curso na Escola Naval. Aponta no seu diário: “No dia 6 do mês passado (junho de 1938) fui ao Instituto de Orientação Profissional. Durante 8 dias prestei provas. Soube há pouco o resultado – «Indivíduo excepcionalmente inteligente – índice: 98,6. Pode seguir para oficial da Armada.» No fim de contas não adianta muito com o exame. Não sei quais são as minhas aptidões, as faculdades mais desenvolvidas, a profissão que devo seguir. Quanto ao “excepcionalmente inteligente” é um resultado falso, pois o que me torna superior não é a inteligência, que é normal, mas sim o trabalho e o modo de trabalhar.”¹¹

⁷ TELO, 1999, pp. 318-324.

⁸ Biblioteca Central da Marinha, Diário Pessoal de Avelino Teixeira da Mota (consulta reservada).

⁹ Biblioteca Central da Marinha, Caderno de Escuteiro de Avelino Teixeira da Mota (consulta reservada).

¹⁰ Biblioteca Central da Marinha, Diário Pessoal de Avelino Teixeira da Mota (consulta reservada).

¹¹ Ibidem.

Nesta passagem infere-se a forma modesta como Teixeira da Mota interpretava o seu desempenho escolar e a sua inteligência. Acaba por inscrever-se na Faculdade de Ciências de Lisboa, para frequentar as cadeiras que lhe vão permitir ingressar na Escola Naval. Efetuadas as provas de admissão, apresenta-se a 15 de setembro de 1939 na Escola Naval. Exatamente quinze dias antes tivera início a Segunda Guerra Mundial.

As revoltas no Império português e nos seus arquipélagos atlânticos, em 1930-1931, aceleraram a entrada em vigor de um programa naval. Publicado pelo decreto nº18:633, de 17 de julho de 1930, com um custo total, projetado, de 12 milhões de libras, o programa de renovação da esquadra começa a materializar-se a 1 de abril de 1933. Entram ao serviço da Marinha: 2 avisos de 1ª classe (*Afonso de Albuquerque* e *Bartolomeu Dias*), 4 avisos de 2ª classe (*Gonçalo Velho*, *Gonçaves Zarco*, *Pedro Nunes*, *João de Lisboa*), 5 contratorpedeiros (*Vouga*, *Lima*, *Dão*, *Tejo* e *Douro*), e 3 (*Delfim*, *Espadarte* e *Golfinho*).

Com o início da Guerra Civil de Espanha, a revolta dos marinheiros portugueses, em 1936, e a premente necessidade de modernização do Exército, o programa naval não é executado na sua totalidade. É somente em 1948 que chegam a Lisboa duas fragatas inglesas, a *Diogo Gomes* e a *Nuno Tristão*, navios de 1460 toneladas, e seis navios-patrolha; compram-se, por último, sete pequenas escoltas costeiras (classe PC) aos Estados Unidos da América¹². A Marinha vai manter, com ligeiras alterações, até ao fim da década de cinquenta, uma esquadra que é constituída pelo grosso das unidades que transitavam dos anos trinta e por uma renovação muito superficial que é consumada após a Segunda Guerra Mundial.

As mutações técnicas e organizacionais motivadas pela vinda dos novos meios, vão repercutir-se no ensino naval. Será a bordo das novas unidades que os cadetes incorporados na Marinha a partir de 1933 efetuarão os seus estágios e tirocínios de embarque. Entre esses cadetes da Escola Naval encontrava-se Teixeira da Mota em 1939.

No estágio de embarque a bordo do contratorpedeiro *Lima*, o comandante do navio, capitão-tenente Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, assinala a 26 de Junho de 1943: “Tem invulgares e notáveis conhecimentos sobre questões de investigação histórica acerca da sciencia náutica dos portugueses; julgo que neste ramo há muito a esperar deste guarda-marinha.”¹³

Os conhecimentos de Teixeira da Mota acerca dos navios e da forma como se organiza a Marinha vão-se ampliando rapidamente. O jovem mancebo é de poucas falas, reservado e algo tímido, mas muito estudioso. Alcumham-no de «Pigafetta»¹⁴, por estudar minuciosamente o diário redigido por António Pigafetta (Antonio Lombardo) durante a primeira viagem de circum-navegação iniciada por

¹² TELO, 1981, vol. II, pp. 235.

¹³ Arquivo da Escola Naval, Processo Individual de Avelino Teixeira da Mota do Curso do Fundador.

¹⁴ MARTINS, pp. 263-270.

Fernão de Magalhães, estudo que apresenta em 1943. A monografia, que aborda um problema técnico: o cálculo da longitude em meados do século XVI (“altura leste - oeste”), tem a mais alta classificação. Professores e oficiais da Escola Naval reconhecem, de forma unânime, a qualidade da investigação apresentada. O Capitão-tenente Alfredo Luís Soares de Melo registou no rosto da Memória: “Na parte que interessa ao 2º grupo[cadeiras], revela esta memória aplicações ao estudo, bastante conhecimento, mostrando seu autor qualidades de trabalho e de investigação. Em minha opinião, merece ser publicada como recompensa e como estímulo.”¹⁵ O trabalho é proposto para publicação, com um prefácio do almirante Gago Coutinho - algo que não era habitual entre os alunos que apresentavam a dissertação final de curso.

Na cuidada investigação de um jovem com apenas 23 anos, ficavam traçados os caminhos para uma boa parte da sua produção historiográfica: a História dos Descobrimentos; a História da Náutica e da Cartografia; a rivalidade lusa – castelhana nos séculos XV e XVI; o estudo do Atlântico, em particular, a sua geografia física.

Ao interesse pela História dos Descobrimentos, que cultivava desde o liceu, associou-se, durante o curso na Escola Naval, a História da Náutica e da Cartografia. Leitor das obras de Jaime Cortesão, Joaquim Bensaúde e António Barbosa, o ainda cadete da Escola Naval folheia com frequência a *Marinharia dos Descobrimentos* do comandante Fontoura da Costa e *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos séculos XV e XVI* de Armando Cortesão. De Joaquim Bensaúde, interessa-se pela investigação sobre D. João II e a sua época, a edição de fontes para o estudo da náutica no período dos Descobrimentos, e as propostas interpretativas sobre o peso da herança da cultura ibérica e dos judeus de origem portuguesa no desenvolvimento das navegações nos séculos XV e XVI.

A dezasseis de setembro 1943 Teixeira da Mota é aumentado ao efetivo do Corpo de Oficiais da Armada com o posto de Segundo-tenente¹⁶. No mês seguinte frequenta na Escócia um curso de guerra anti-submarina. A 21 de setembro de 1944, embarca como “oficial de guarnição” do contratorpedeiro Lima. Iria seguir-se uma nova etapa na sua vida de oficial da Marinha.

Seria nos Açores, uma das áreas mais delicadas durante a Segunda Guerra Mundial, que surgem na imprensa periódica insular os primeiros artigos de Teixeira da Mota. Publicará com o tenente Soeiro de Brito um estudo sobre a amarração de contratorpedeiros em Ponta Delgada. O comandante do navio, capitão-tenente Sarmento Rodrigues, nota desde logo que Teixeira da Mota revela um forte sentido de disciplina e cumpre rigorosamente as tarefas que tem a seu cargo. Por isso, não foi

¹⁵ Biblioteca Central da Marinha, Espólio do Almirante Teixeira da Mota, “Memória do Guarda-marinha de Avelino Teixeira da Mota”.

¹⁶ Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha, Processo Individual de Teixeira da Mota, *Livro Mestre O*, fls. 59.

surpresa, quando aquele Comandante é nomeado governador da Guiné Portuguesa, Teixeira da Mota receber o convite para integrar a sua equipa a 3 de abril de 1945. Um mês depois a guerra chegava ao fim na Europa. Os Estados-Nação europeus, a maior parte exangues pelo conflito, iniciam um período de reformas a nível interno e nos impérios que dominam.

Na Guiné Portuguesa, colónia com poucos recursos, entrincheirada entre os territórios da África Ocidental Francesa, necessitava de um amplo corpo de reformas, que a administração, arguta e dinâmica, de Sarmiento Rodrigues se encarregará de colocar em prática na segunda metade da década de quarenta¹⁷. O novo Governador recrutara para a sua equipa dois dos jovens tenentes mais promissores das fileiras da Marinha – Teixeira da Mota e Peixoto Correia – que aliavam a inteligência à dedicação dos cargos que ocupavam. A forma como Sarmiento Rodrigues governa é inovadora. Transforma a Conferência dos Administradores de posto em órgão informal de decisão; efetua visitas frequentes ao interior do território; contacta com os postos de administração; vai às circunscrições; agita as estruturas burocráticas do governo local. Avelino Teixeira da Mota, Ajudante de Campo do Governador, terá nas suas mãos a maior parte da política cultural, bem como as “ciências auxiliares” da governação da colónia: a Etnografia, a Estatística, a Cartografia, a Geografia. É nestas circunstâncias que Teixeira da Mota explora múltiplos campos científicos, que vão enriquecer o seu percurso académico. Estes são os seus anos de “descoberta”. De descoberta de outros povos, de outras culturas, de novos saberes. Para além de ser o principal obreiro da reforma cultural na Guiné Portuguesa, através da fundação de um Centro de Estudos, de um Museu, de um Boletim Cultural, e da realização em 1946 das comemorações do Centenário do Descobrimento da Guiné, ainda participa na realização da Segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, que se reúne em Bissau em 1947, e dirige um Inquérito Etnográfico, que tem como objetivo uma nova carta humana e geográfica do território¹⁸.

Teixeira da Mota estabelece contactos com personalidades da investigação científica ultramarina, na sua maioria cientistas franceses e ingleses, que integravam centros de investigação em África. Nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX, a dinamização do Centro de Estudos da Guiné, o incremento de edições de temática ultramarina, o incentivo ao trabalho prático de investigação de campo, junto das populações, inscreve-se num movimento cultural e científico mais vasto, que engloba o intercâmbio e a troca de experiências com os espaços coloniais dominados por outras potências europeias na África Ocidental, no pós-Segunda Guerra Mundial. A CCTA (Comissão de Cooperação Técnica em África) - Teixeira da Mota

¹⁷ VALENTIM, 2005, pp. 32-33.

¹⁸ VALENTIM, 2016.

integra o seu Conselho Superior Científico – ilustra de forma clara a nova dinâmica política, na medida em que se propunha encontrar um novo modelo colonial para os espaços africanos, que eram dominados pelos Estados europeus¹⁹,

A África, os seus povos, culturas, religiões, a geografia física e humana do continente negro são centrais na escrita e no pensamento de Teixeira da Mota. Os anos de serviço no continente africano vão abrir amplos horizontes no campo da investigação a este oficial da Armada. Do gosto pela História e pela Geografia passara a interessar-se por ciências como a Antropologia, Etnografia ou Topografia.

No fim do ano de 1947, Avelino Teixeira da Mota passa para a Missão Geodrográfica da Guiné²⁰. Se antes trabalhara na administração do território, agora passava a navegar nos caudalosos rios da Guiné, para sondar, erguer torres hidrográficas e cartografar as costas e litorais guineenses a bordo do navio-hidrográfico *Mandovi*. Surgirá a oportunidade de comandar este navio, em viagens a Dakar e na sua torna-viagem a Bissau, por ausência do comandante Manuel Pereira Crespo. Serão as duas únicas ocasiões em que Teixeira da Mota comanda uma unidade naval operacional.

O primeiro período africano é extraordinariamente rico do ponto de vista científico e técnico para Teixeira da Mota. É nesta fase da sua vida que trabalha efetivamente como geógrafo de campo e topógrafo, editando as cartas do território da Guiné Portuguesa, as mais exatas e minuciosas desenhadas até então, na escala de 1/1000.000²¹. Sobre a carta com a localização dos grupos étnicos, Orlando Ribeiro, conceituado geógrafo português de projeção internacional, teceu as seguintes considerações: “O mapa lê-se sem esforço, e tanto ressaltam nele os grandes conjuntos como o pormenor da distribuição étnica, com imbricação, sobreposição e descontinuidade dos diferentes grupos. Vale a pena comparar o que o jovem e prestimoso investigador conseguiu fazer durante os lazes do serviço oficial, longe dos centros e dos recursos científicos [...]”²²

Em 1954, Teixeira da Mota publica a obra *Guiné Portuguesa*, em dois volumes, que eram, em boa medida, o resultado de mais de uma década de estudo, recolha de informação geográfica, antropológica, económica e administrativa. Orlando Ribeiro, de quem Teixeira da Mota se dizia um seguidor no estudo da Geografia, felicitaria o autor pelo minucioso trabalho, referindo em postal: “Muito obrigado pela oferta do seu livro, que li em poucos dias e me mergulhou outra vez numa atmosfera guineense! Que belo trabalho: observação, riqueza da contribuição plural, sentido dos problemas, equilíbrio nas soluções. É uma autêntica monografia e, de longe, a melhor obra ultimamente publicada sobre o Ultramar. [...] Registo

¹⁹ MOREIRA, 2009, p. 156.

²⁰ VALENTIM, 2012.

²¹ VALENTIM, 2016.

²² RIBEIRO, 2017, p. 65.

também com prazer a sua evolução cada vez mais franca no sentido da geografia. Triste e abandonado campo que bem precisa de trabalhadores!”²³

Repare-se como o Império Português dava aso a estudos, por parte de um oficial da Marinha, que se encontrava em serviço num dos seus territórios. Aliás, a Marinha de Guerra surgia sempre muito associada ao domínio português dos espaços africanos.

Avelino Teixeira da Mota é promovido a primeiro-tenente a 31 de março de 1953. Nesse ano é incumbido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de efetuar o inventário e a reprodução fotográfica da cartografia portuguesa antiga e da cartografia dos territórios ultramarinos, tendo como objetivo a participação de Portugal nas comemorações do centenário da fundação da cidade de S. Paulo, agendada para 1954. Aproveitando a interrupção dos trabalhos hidrográficos durante a estação das chuvas nos anos de 1953 e 1954, entre maio e novembro, Teixeira da Mota efetua um levantamento exaustivo da cartografia portuguesa antiga em Portugal, Espanha, França, Holanda, Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Áustria e Itália. A documentação que recolhe não tem como destino a exposição de S. Paulo, mas estará na base da fundação, em 1958 da Secção de Cartografia Antiga do Centro de Documentação Ultramarina da Junta de Investigações do Ultramar, um espaço que passa a enquadrar a atividade científica de Teixeira da Mota. Aqui foi responsável por algumas iniciativas, de que se registam a série *Memórias*, iniciada em 1963 com *O Livro de Marinharia de André Pires*, edição crítica de Luís de Albuquerque, e da série *Separatas*, as denominadas “separatas verdes”, que lançaram uma nova forma de divulgar trabalhos e estudos de difícil acesso, o que atesta um “empenhado labor científico”²⁴. O seu primeiro número, publicado em 1961, é da autoria de Teixeira da Mota: *Cinco Séculos de Cartografia das Ilhas de Cabo Verde*.

Promovido a capitão-tenente, em 1958, Avelino Teixeira da Mota frequenta no ano seguinte o Curso Geral Naval de Guerra. Tinha sido, entretanto, eleito deputado à Assembleia Nacional pelo círculo da Guiné, na VII legislatura de 1957-1961. É notório que começa a ter voz nos principais debates sobre a Guiné e nas grandes linhas que se traçam para o futuro do Ultramar. Critica certas medidas tomadas pelo Governo em Bissau, e rapidamente ganha adeptos na ala liberal do regime, nomeadamente entre os comerciantes e homens de negócio, advogados e professores que vivem no pequeno território da Guiné Portuguesa. Num discurso contundente, denuncia: “É de facto lamentável que tão frequentemente se esqueça o que, para a aprender a ler e escrever numa língua que não é a materna, e através de manuais escolares concedidos para um meio tão diferente do seu, têm de fazer as crianças indígenas, para mais frequentemente enfraquecidas fisiológica e psicologicamente

²³ Biblioteca Central de Marinha, Espólio Almirante Avelino Teixeira da Mota, Postal de Orlando Ribeiro.

²⁴ MATOS, 1993, pp.9-13.

por carências alimentares, paludismo, parasitoses intestinais e tantas outras doenças tropicais.”²⁵

O Governo de Lisboa encara com desconfiança a atuação política de Teixeira da Mota. Sem o saber, certamente, é alvo de relatórios da polícia política²⁶, que mencionam que a sua eleição parece estar ao serviço da oposição em Bissau; informam ainda os agentes, que se o deputado Teixeira da Mota concorresse para um segundo mandato seria eleito com relativa facilidade, por dispor de apoios nos dois campos políticos: União Nacional e Oposição.

Teixeira da Mota não chegará a ser reeleito para um segundo mandato de deputado, mas virá a integrar o Conselho Ultramarino, pela Guiné, a partir de 1965. Neste órgão de Estado, Teixeira da Mota dará o seu parecer em matéria de política e administração ultramarinas. É aí que desenvolverá a sua atividade política até 1974, convivendo de perto com a elite que dominava a política nacional e os destinos do Império. Um desses homens, com quem tem uma relação próxima desde os tempos do colégio “Passos Manuel”, é Baltazar Rebelo de Sousa, Governador-geral de Moçambique e Ministro de Marcello Caetano.

Com as Comemorações Henriquinas a decorrerem no ano de 1960, um clima de euforia abate-se sobre os líderes do *Estado Novo* e a sociedade. Teixeira da Mota vai encontrar-se no centro da onda desse comemorativismo, apesar de não se entusiasmar por festividades. Em carta datada de janeiro de 1961 ao comandante Max Justo Guedes confessa: “Lamento sinceramente que não nos tenhamos podido encontrar em Agosto (o que, de certo modo, é culpa minha, pois voluntariamente me isolei do bulício das comemorações) [...]”²⁷

Enclausurando-se, distanciando-se do “rebuliço” das paradas festivas e das inaugurações pomposas, Teixeira da Mota seria, porém, um dos autores, juntamente com Armando Cortesão, de uma das obras mais emblemáticas das Comemorações Henriquinas: *Portugaliae Monomenta Cartographica*, edição que reunia toda a cartografia portuguesa antiga em seis volumes²⁸. Teixeira Mota participaria ainda em congressos, seria responsável por exposições, obras coletivas, daria conferências e entrevistas, viajaria até ao Ultramar. Encontra-se no auge da sua vida académica e científica aos 40 anos, enquanto o Estado Português enfrenta dificuldades acrescidas no panorama internacional face à manutenção de um império ultramarino.

Os anos sessenta serão consagrados por Teixeira da Mota, quase por inteiro, ao ensino e à investigação. De início na Escola Naval, entre 1959 e 1964, como professor

²⁵ *Diário das Sessões* nº 12 da Assembleia Nacional, de 15 de janeiro de 1958, p. 294.

²⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Arquivo da PIDE-DGS*, Avelino Teixeira da Mota, PR. 2678/61 SR.

²⁷ Correspondência que me foi gentilmente disponibilizada pelo Almirante Max Justo Guedes (1927-2011) e que se encontra no Serviço de Documentação Geral e da Diretoria do Património Histórico e Cultural da Marinha do Brasil, ainda não disponível para consulta.

²⁸ VALENTIM, 2015.

do 12º Grupo de Cadeiras. Participa ativamente na reforma curricular durante o comando do Almirante Sarmiento Rodrigues. As aulas que Teixeira da Mota ministra aos cadetes da Escola Naval não primam pelo entusiasmo. São-lhe reconhecidas qualidades de investigador, de inteligência apurada e de saber científico, mas a verdade é que a sua personalidade, introvertida, coarta-lhe os dons de oratória. O mesmo sucederá quando for professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ainda que reúna excelentes apontamentos, muito apreciados pelos alunos.

É promovido a capitão-de-fragata em 1964 e finda a sua comissão de serviço na Escola Naval nesse ano. Durante quatro anos letivos, entre 1965 e 1969, em acumulação com as suas funções na 2ª Divisão do Estado-Maior da Armada – onde se cruza com os comandantes Soeiro de Brito, Silva Horta, Coutinho Lanhoso - e, como capitão-de-bandeira do navio *Uige*, é incumbido da regência da disciplina de História da Expansão Portuguesa, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a convite da professora Virgínia Rau, para substituir o professor Manuel Heleno que se aposentara²⁹. A docência na Universidade não deixava de ser um reconhecimento público ao trabalho que vinha efetuando na investigação dos temas de história da náutica e da cartografia, numa altura em que os progressos decisivos da história das navegações se efetuavam, em boa verdade, fora dos muros da Universidade. Teixeira da Mota terá como assistente, para as aulas práticas, o promissor orientalista Luís Filipe Thomaz.

No ano de 1969 é nomeado para chefiar o Estado-Maior do Comando de Defesa Marítima da Guiné. Em carta de 21 de dezembro de 1968, enviada ao Comandante Max Justo Guedes, expõe os seus receios sobre o futuro das investigações que tinha em curso. “Assim foi, e há poucos dias foi-me dito que me cabe ir servir no Ultramar, para onde parto dentro de poucas semanas. É uma comissão de 2 anos, e não sei se quando voltar me colocarão em situação que me permita retomar os estudos de história da náutica.”³⁰

As funções exercidas por Teixeira da Mota são de planeamento, comando e controlo na retaguarda das operações militares que as forças da Marinha levavam a cabo para deter e desarticular a guerrilha do PAIGC; operações que se desenrolavam num terreno que Teixeira da Mota conhecia na perfeição. Contudo, esta comissão de serviço não teria o melhor desfecho. Muito do que Teixeira da Mota tinha construído na sua juventude, no campo cultural e científico, parecia desabar diante dos seus olhos, através de uma guerra que se eternizava nos pântanos e na savana guineense. Como se explica então a nomeação deste oficial, investigador e autor reconhecido, para a guerra na Guiné?

²⁹ Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Processo Individual de Avelino Teixeira da Mota, Contrato entre a Faculdade de Letras e Avelino Teixeira da Mota.

³⁰ Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, Espólio do Almirante Teixeira da Mota, carta de Avelino Teixeira Mota a Max Justo Guedes de 21 de dezembro de 1968, Pasta 930.

Em 1968 o brigadeiro António de Spínola chega a Bissau, disposto a alterar o equilíbrio de forças em confronto, mas sabendo que a estratégia militar teria de ser acompanhada por uma forte componente política. Em fevereiro de 1969, segue também para Bissau, no mesmo avião em que viajava Teixeira da Mota, o comandante Alpoim Calvão. Nesse encontro, como que se enfrentam as duas faces do Império Português no seu crepúsculo: a que usara as ciências e o estudo como “armas” na ocupação dos espaços de além-mar; e a outra, que através dos meios militares tentava conter a corrente do nacionalismo e a vontade de independência dos povos locais, defendendo como podia os territórios ultramarinos. As duas partes vão desentender-se de forma irreversível³¹. Acumulando as responsabilidades na Repartição de Operações Especiais do Comandante-Chefe, com as de Comandante da Força Naval do Cacheu, Alpoim Calvão reportava as operações ao almirante Luciano Bastos, que se encontrava à frente do Comando de Defesa Marítima da Guiné, e não ao chefe de Estado-Maior, o comandante Teixeira da Mota. Apesar do almirante Luciano Bastos dar instruções em sentido contrário, Calvão resignava-se a atuar desse modo, o que teve como resultado o desentendimento com Teixeira da Mota até ao fim da vida de ambos. A separar Teixeira da Mota e Alpoim Calvão, além das operações que eram efetuadas sem o conhecimento do primeiro, deve acrescentar-se que devido às dificuldades que as forças portuguesas experimentavam nas frentes Norte, Leste e Sul, planeava-se em meados de 1969 golpes-de-mão e operações aos santuários dos guerrilheiros do PAIGC no Senegal e na Guiné-Conacri, em paralelo com ataques a lanchas dos guerrilheiros em águas internacionais. Nesse ano começa a tomar corpo e forma a *Operação Mar Verde*, que tem lugar no ano seguinte (1970). Teixeira da Mota não concordava com estas operações³², que não respeitavam o Direito Internacional. Aliás, refira-se, também não haverá consenso em Lisboa em relação a estas incursões em águas internacionais e territórios estrangeiros, em particular por parte do Ministro do Ultramar, Silva Cunha.

Triste, desanimado e amargurado, Teixeira da Mota abandona a Guiné, com poucos meses de comissão, em finais de 1969. Volta a África, no ano seguinte, para completar a comissão serviço. É nomeado para desempenhar o cargo de chefe do Estado-Maior do Comando Naval de Angola a 16 de março de 1970. Aí terminará “pacificamente” a sua última passagem pelo Ultramar. De resto, o Ministro da Marinha, almirante Pereira Crespo, com quem prestara serviço na Missão Geodrográfica da Guiné, facilitara a resolução da sua difícil situação no teatro da Guiné Portuguesa³³, propiciando uma comissão de serviço que lhe permitisse continuar a pensar nos seus projetos científicos e nas suas investigações.

³¹ HORTELÃO, et al, 2012, pp. 148 e 166-167.

³² Entrevista à Sr^a D.^a Maria de Lurdes Teixeira da Mota, S. João do Estoril de 21 de fevereiro de 2004.

³³ Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, Espólio Almirante Teixeira da Mota, correspondência trocada entre Teixeira da Mota e Pereira Crespo, Pasta 437.

Fará sentido estudar a carreira militar-naval e o papel social de Teixeira da Mota, através da ligação a um grupo de oficiais que detém influência junto regime político que então vigorava em Portugal. Entre esses militares contam-se os almirantes Sarmiento Rodrigues, Pereira Crespo, Peixoto Correia. Repare-se que todos estes oficiais da Marinha acabam por alcançar lugares políticos de relevo como governadores coloniais e ministros.

Quando em 1971 regressa definitivamente a Lisboa, Teixeira da Mota é destacado em comissão especial no Ministério do Ultramar. Tem como objetivo prioritário dirigir, a tempo inteiro, a Secção de Lisboa do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga. Nesse centro de investigação pensa editar a muito curto prazo, com estudos críticos e publicação em várias línguas, fontes portuguesas para a História da África Ocidental: crónicas, relatos, descrições geográficas e antropológicas de autores dos séculos XVI e XVII. Começa por dirigir uma equipa de arquivo, de quatro pessoas, coordenando a partir do seu gabinete a investigação. Desloca-se com mais frequência a outros países, estreita os contactos internacionais com outros organismos congéneres, e profere conferências em universidades e academias.

Teixeira da Mota edita em 1972 um volume de esparsos e inéditos, com uma introdução em forma de memória, recordando os anos quarenta e cinquenta em que estivera em África, por oposição ao tempo que vivia, na sua opinião, repleto de “mesquinhez, calculismo e rancor.”³⁴ É desta forma triste e desalentada que a revolução de 25 de abril de 1974, dois anos mais tarde, o encontra.

A realidade política e social, nos meses imediatamente posteriores ao 25 de abril de 1974 torna-se agitada e volátil. Teixeira da Mota, profundo conhecedor dos organismos de investigação científica ultramarina, é nomeado, com outros quatro elementos, por despacho de 3 de julho de 1974 do Ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, de preparar um “documento de trabalho”, para uma reforma da Junta de Investigações Científicas do Ultramar³⁵. Com o intuito de recolher informação que permitisse redigir um relatório capaz de responder às prementes questões imediatas, especialmente a salvaguarda dos postos de trabalho de muitos milhares de cientistas e técnicos que haviam trabalhado nas ex-colónias, e a cooperação científica com os novos territórios independentes, Teixeira da Mota desloca-se a Paris e Londres para estabelecer contactos com dirigentes políticos e investigadores de renome que dirigiam centros e laboratórios de investigação científica similares à Junta de Investigações Científicas do Ultramar. O documento é apresentado, oficialmente, a 30 de Novembro de 1974, mas a reforma da instituição só se completará em 1983, um ano após a morte de Teixeira da Mota.

³⁴ MOTA, 1972, p. p. XXIV.

³⁵ Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, espólio Almirante Teixeira da Mota, “Reestruturação da Junta de Investigações do Ultramar”, Pasta 825.

Em setembro de 1976, com 56 anos, Avelino Teixeira da Mota passa à situação de reserva no posto de capitão-de-mar-e-guerra (promoção de 1973), ficando no entanto na efetividade de serviço. Não terá o descanso a que aspirava para se dedicar por inteiro à investigação. À medida que Portugal e as Forças Armadas se modernizam, Teixeira da Mota é nomeado, recorrentemente, para desempenhar diversas funções, pois o seu saber técnico é requerido em diferentes organismos e comissões. Não passam, igualmente, incólumes a suas valências científicas e académicas. Eis uma dualidade perene na vida de Teixeira da Mota: os conhecimentos técnicos e militares/navais a um lado; os saberes científicos e académicos a outro. Todavia, nunca dirá um *não*, nem voltará as costas à instituição que o formou. Desempenhará, sempre, os cargos para os quais é nomeado, com o orgulho de ser um oficial da Marinha. Em 1976 é nomeado Presidente do Tribunal da Marinha e Assessor do Instituto da Defesa Nacional (1976-1979), exercendo mais tarde as funções de membro da comissão de redação da revista *Nação e Defesa*, em novembro de 1977. Em despacho de 9 de maio de 1978, do Chefe de Estado-Maior da Armada, é eleito membro da Comissão de Estudos de História Militar do Estado- Maior General das Forças Armadas.

São muito significativos os convites que lhe são endereçados, nessa época, vindos de universidades e instituições internacionais, para proferir palestras e fazer parte de comissões científicas, nas Américas, na África, na Ásia, na Oceânia, na Europa, enquanto estuda uma solução que permita manter de pé a estrutura administrativa e científica da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. É inegável que lhe tolda uma certa tristeza por ver desmantelar-se instituições que transitavam do passado imperial do país. Em 1976 transparece essa revolta interior numa carta enviada ao Padre Henrique Pinto Rema:

“Consegui recentemente libertar-me da Comissão de Gestão da Junta de Investigações do Ultramar, organismo que em breve vai ser extinto (tanto tempo lá gastei nos últimos dois anos, para o tentar salvar, em vão!). O meu Centro deverá passar para outro Ministério, ainda não sei qual. É preciso ter paciência, para poder continuar a fazer alguma coisa pela salvaguarda da dignidade do passado deste esfrangalhado país, hoje vazadouro de tanto lixo alheio.”³⁶

A nova época que irrompe em 1976, com a nova Constituição da República, parece já não ser o tempo de Teixeira da Mota. Ainda assim, no Portugal da democracia representativa e da aproximação à Comunidade Económica Europeia, é convidado para vogal do Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas; na Marinha vai ajudar a fundar as estruturas culturais que hoje em dia subsistem. Faz parte da Comissão Técnica Consultiva do Museu de Marinha; e após a criação em 1969 do Grupo de Estudos de História Marítima, mudando de nome para Centro de

³⁶ Carta de 24 de junho de 1976, gentilmente cedida pelo Senhor Padre Frei Henrique Pinto Rema, a quem muito agradeço.

Estudos de Marinha, no ano seguinte, funda a Academia de Marinha, com Sarmiento Rodrigues, em 1978; e ainda se encontra presente no Grupo de Trabalho de Ação Cultural, que mais tarde dará origem à Comissão Cultural da Marinha. É aí que nasce a ideia da publicação de uma História da Marinha.

No princípio da década de oitenta começa a trabalhar para a sua última obra. É encarregado de estruturar o guião para um dos núcleos principais (o do Mosteiro dos Jerónimos) da *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, do Conselho da Europa, que iria ter lugar em 1983, mas adoece gravemente deixando praticante concluída a Exposição. O professor Luís de Albuquerque, que o substitui à frente do núcleo da Exposição afirmará mais tarde: *a “filosofia” (da concepção do núcleo é da responsabilidade de Teixeira da Mota, repitō-o) radica-se no grande acontecimento que foram os Descobrimentos portugueses dos séculos XV e XVI. [...].*³⁷

Este acontecimento cultural simbolizava o reapertar dos laços de Portugal com a Europa, reforçando as suas pretensões de vir a integrar a Comunidade Económica Europeia.

Teixeira da Mota é um dos últimos herdeiros de uma época em que a exploração geográfica e a ciência são instrumentos de poder ao serviço de um Estado-nação imperial. O impacto dessa configuração espacial na obra de Avelino Teixeira da Mota é uma realidade: nas redes de saber, na discussão teórica sobre o saber-fazer geográfico, na publicação de estudos, na renovação da historiografia portuguesa. Após a sua experiência africana, passa a cruzar diferentes ciências e saberes, socorrendo-se nos trabalhos de História, da Cartografia, Geografia, Topografia, Etnografia,

Entre 1922 e 1937, publicaram-se duas grandes histórias de Portugal. Uma com um cunho marcadamente individual, da autoria de Fortunato de Almeida; outra, coletiva, sob a direção de Damião Peres. Jaime Cortesão, David Lopes, João Lúcio de Azevedo, Joaquim de Carvalho, Queiroz Veloso, foram alguns dos autores que participaram nesta *História de Portugal. Edição Monumental*, que se tornou uma referência na historiografia portuguesa. Para além disso, registre-se a publicação, ainda nas décadas de trinta e quarenta, de três obras: a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1936-1940), com direção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias; as *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva* (1943-1946); e os *Descobrimentos Portugueses* (1944-1971) de João da Silva Marques - publicação de várias centenas de documentos, que só mais tarde ficaria concluída.

Estes eram alguns dos instrumentos disponíveis para quem se iniciava na investigação da História dos Descobrimentos, da Náutica e da Cartografia em meados dos anos quarenta do século XX. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, leitores e estudiosos não estavam interessados numa História exclusivamente nacionalista, sustentada em métodos de simples erudição. Surgiram sínteses mais explicativas,

³⁷ ALBUQUERQUE, s/d (1983?), n.º 1, p. 57.

com maior grau de rigor metodológico e auxílio de outras ciências. Teixeira da Mota participa nesse movimento renovador, estabelecendo contactos estreitos com muitos dos que haviam encetado esse trabalho. A troca de ideias e a discussão de temas com Vitorino Magalhães Godinho, Jaime Cortesão, ou a sua colaboração científica com Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, testemunham o protagonismo que lhe coube no esboçar dos novos caminhos que historiografia portuguesa percorreu na segunda metade do século XX. Acima de tudo, esclarecia, não tinha a ideia de que o passado se devia estudar para apresentar factos gloriosos, mas para ser compreendido³⁸.

Poderão destacar-se quatro estudos e uma obra em coautoria, de Teixeira da Mota, que contribuíram para a renovação da historiografia portuguesa no século XX - a) *A Descoberta da Guiné* (1946), b) *A Arte de Navegar no Mediterrâneo nos Séculos XIII-XVII e a criação da Navegação Astronómica no Atlântico e Indico* (1957); c) *A Viagem de Bartolomeu Dias e as Ideias geopolíticas de D. João II* (1958); d) *A Escola de Sagres* (1960); e) *Portugaliae Monumenta Cartographica* (1960-62).

A África, os seus povos, culturas, religiões, a geografia física e humana do continente negro são centrais na escrita e no pensamento de Teixeira da Mota. De facto os seus doze anos sucessivos em África (1945-1957), permitem uma abertura de novos horizontes no campo da investigação e dos contactos com um corpo de cientistas europeus que aí exercia cargos nas administrações ultramarinas. A renovação das ciências, e muitos dos progressos científicos, também passam por essas campanhas científicas europeias em África no pós Segunda Guerra.

Os doze anos em que viveu na costa ocidental de África contam-se entre os mais fecundos da vida intelectual de Teixeira da Mota. Do estudo da História e da Geografia passara a interessar-se por ciências como a Antropologia, Etnografia ou Topografia. “A Descoberta da Guiné”, o seu primeiro grande trabalho de investigação que veio a público em 1946, no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*³⁹, agitou as águas da historiografia portuguesa, que nesses anos se debatia entre a tradição e a renovação. O conhecimento das populações e do meio geográfico, complementado com a utilização de antigos textos, muitos desaproveitados pela historiografia, deram oportunidade ao então Ajudante de Campo do Governador da Guiné Portuguesa de resolver o problema da cronologia e dos factos que se tinham relacionado com o “descobrimento” da Guiné. O estudo de Teixeira da Mota aparecia num momento de animada controvérsia historiográfica. De um lado os historiadores afetos ao regime, do outro os que combatiam uma história transformada em propaganda, serva das ideologias políticas. O “duelo” que se vai assistir entre o Padre Dias Dinis, que se apressa a publicar *O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à Luz da*

³⁸ MOTA, 1949, p.283.

³⁹ MOTA, 1972, pp. 97-249. O estudo, reformulado e ampliado, seria inserido nesta colectânea de estudos.

Crítica Histórica e Duarte Leite, Magalhães Godinho e Damião Peres, testemunha esse confronto intelectual. Teixeira da Mota, um jovem oficial de Marinha com 26 anos, opta conscientemente por um dos lados – pela história científica que ajuda a compreender o passado e a sociedade, posicionando ao lado destes últimos historiadores. O estudo sobre a descoberta da Guiné (1946), não teve outro intuito senão contribuir para o esclarecimento do debate então em curso.

Uma das maiores transformações proporcionadas pelos Descobrimentos deu-se na técnica de navegar. Fazendo-o em mar aberto, longe das costas, sem pontos conspícuos à vista e tendo de contornar ventos e correntes adversas que os levava a engolfar-se no oceano profundo, os marinheiros tiveram de se socorrer dos astros para navegar no mar alto. Herdeiros das técnicas de navegar mediterrânicas, que se apoiavam no rumo e estima, na carta rumada e na agulha de marear, na sonda, e muito em especial na experiência (estima) do piloto, os portugueses vão desenvolver, em meados do século XV, uma nova forma de navegar baseada no recurso à altura dos astros e no cálculo de uma coordenada geográfica – a latitude. António Barbosa vai provar, a partir de 1938, que no Mediterrâneo nunca se navegou por alturas até ao século XVII. Cerca de vinte anos depois, Teixeira da Mota reforçava esta posição, com o estudo *A Arte de Navegar no Mediterrâneo nos Séculos XIII-XVII e a criação da Navegação Astronómica no Atlântico e Índico* (1957)⁴⁰, ao comparar formas de navegar nos oceanos, integrando agora na discussão a navegação árabe no Índico. Pensava-se que a navegação astronómica se iniciara no Atlântico com a determinação das latitudes e o emprego imediato de cartas náuticas graduadas. Teixeira da Mota coloca a questão de outra forma. Estudando as propostas de António Barbosa e da historiadora britânica E.G.R. Taylor infere uma fase anterior ao emprego das latitudes, muito semelhante à forma de navegar dos pilotos no Índico. Isto é, inicialmente os marinheiros portugueses utilizavam a diferença de alturas de astros no sentido norte-sul, e sul-norte, empregando as latitudes como meras conhecenças costeiras .

A Viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II (1958)⁴¹ foi publicado no ano em que se comemorava os 470 anos da passagem do cabo da Boa-Esperança por Bartolomeu Dias. O estudo debruçava-se sobre um dos reinados mais evocados na História de Portugal: o de D. João II (1481-1495). Trabalhos anteriores, alicerçados em leituras das crónicas de Rui de Pina, Garcia de Resende e de Damião de Góis, tinham enaltecido a política de D. João II, associando-a a um período áureo da História de Portugal. Esses estudos patrióticos sublinhavam as pretensões do monarca quanto ao espaço Atlântico; o seu “projeto das Índias” para atingir a Ásia, contornando a África; uma eficaz administração ultramarina desde 1474; o

⁴⁰ MOTA, 1957, pp. 453-474.

⁴¹ MOTA, 1995, pp. 615-624.

aumento dos contactos diplomáticos; a sua atuação arguta - autêntica de um príncipe do Renascimento. Faltava, todavia, uma explicação coerente, uma análise suficientemente esclarecedora sobre as reais pretensões do *Príncipe Perfeito*, capaz de problematizar as “leituras” geográficas existentes na Corte joanina e na Europa, e a política africana - central nas ambições de D. João II. Teixeira da Mota pretendeu estudar a ação e obra deste monarca, mas adverte para a elevação ao pedestal, erroneamente, de outras figuras, atribuindo-lhes feitos despropositados, não sendo seu intuito, pois tinha presente o estudo da história e não dos heroísmos e feitos. Seria, justamente, a experiência africana de Teixeira da Mota e de oficial de brigada da Missão Geodrográfica da Guiné, que lhe possibilitaram uma análise inovadora sobre a atuação de D. João II. E os seguros conhecimentos cartográficos, não trariam nada de novo? A chave interpretativa estaria, precisamente, na experiência e nos conhecimentos que adquirira no continente africano e num conhecimento profundo da cartografia antiga.

A *Escola de Sagres*, instituição académica provida dos melhores cosmógrafos, geógrafos, cartógrafos, pilotos e outros “cientistas” do tempo, apetrechada de um observatório astronómico e vocacionada para o ensino da navegação aos rudes marinheiros que partiam do Algarve em busca de novas terras, foi um tema que se alojou de forma profunda na mentalidade popular e em alguma historiografia. Intelectuais e personalidades ligadas à Cultura e às Artes, um pouco por todo o Mundo, ainda hoje consideram como válida a existência no século XV de uma academia naval erudita em Sagres. Teixeira da Mota abordou o assunto (Escola de Sagres 1960) em pleno ciclo comemorativo henriquino, perante uma assistência composta na sua grande maioria por cadetes da Escola Naval, no promontório de Sagres. E não se eximiu, logo na abertura da palestra, de dizer que a primeira parte da comunicação era a dedicada a provar que não houve “Escola de Sagres”. Uma tal posição recuava aos debates que vinham da década de vinte do século XX e que se iriam aprofundar e renovar nesse início de década(sessenta). Teixeira da Mota afastava a intromissão do mito na evocação da História, mas ao recentrar a questão da “Escola de Sagres” no seu simbolismo, deixava a porta entreaberta para as posições mais conservadoras e adeptas de uma História tradicionalista salvarem a face. Na verdade, uma constante dos discursos oficiais, de dirigentes do Estado Novo, centrava-se na imagem idealizada do Infante cientista, sábio, um romântico em Sagres, arquiteto do plano para atingir a Índia.

Portugaliae Monumenta Cartographica (1960-62), obra editada em 5 volumes, mais um pequeno volume de índices é, em parte, um ponto de chegada. É um projeto de uma vida de labor e esforço, de trabalho e investigação nas matérias relacionadas com a cartografia (geodesia e topografia) e, particularmente, no estudo da cartografia antiga. Para os seus dois autores, Armando Cortesão e Teixeira da Mota, fora um sonho tornado realidade: reproduzir e estudar toda a cartografia portuguesa antiga conhecida, até ao século XVII. Esta foi a obra de referência das comemorações henriquinas em 1960. O trabalho de Teixeira da Mota sobressaiu nos últimos volumes, ao escrever sobre a maior parte dos cartógrafos de fins do século XVI e do século XVII.

O conjunto da obra de Avelino Teixeira da Mota pode ser dividido em duas grandes áreas. Por um lado, os textos relativos ao estudo da cartografia antiga, da história da náutica e da Expansão portuguesa; por outro, os estudos pioneiros, sobre as relações afro-portuguesas, as sociedades africanas e a História de África. Duas vertentes que atestam as funções profissionais que Teixeira da Mota desempenhou. Se é uma realidade que o seu interesse pelas matérias de âmbito náutico e cartográfico despontam ainda na Escola Naval, não é menos verdade que as suas primeiras publicações relativas a África e às relações luso-africanas só aparecem anos mais tarde, entre meados da década de quarenta e o início dos anos cinquenta, quando era o principal dinamizador do Centro de Estudos da Guiné - de que foi fundador e presidente na década de cinquenta - e prestava serviço como Ajudante de Campo do Governador, passando em seguida à Missão Geodrográfica da Guiné. Quando regressa em 1971 das comissões de serviço na Guiné e em Angola Teixeira da Mota pensa publicar, com estudos críticos e edições em várias línguas, fontes portuguesas para a História da África. A tarefa revelar-se-ia irrealista para o panorama científico e cultural da altura, atendendo ao facto de o país passar nos anos seguintes por um período de transição social e política.

No dia 5 de março de 1969, o Ministro da Marinha, Manuel Pereira Crespo, sob proposta do Almirante Sarmiento Rodrigues promulgava a portaria que criava o Grupo de Estudos de História Marítima (GEHM). Exatamente dois meses mais tarde, a 5 de maio, nova portaria nomeava os dez membros que haveriam de ter um lugar importante na historiografia portuguesa ao longo do século XX. Tal como ficou registado em várias atas⁴², a proposta para a criação do GEHM partira de dois dos seus membros: Virgínia Rau e Teixeira da Mota. A pertinência da proposta assentava no desenvolvimento dos estudos de História Marítima, com realce para os domínios da náutica da cartografia, que no plano historiográfico testemunhava um trabalho científico de excelência efetuado no país⁴³, que acolhera a organização de dois importantes encontros de especialistas internacionais na década de sessenta do século XX: o Colóquio Internacional de História e Economia do Navio, com uma ação significativa da Escola Naval e da Marinha Portuguesa; e em 1968 a primeira reunião internacional da História da Náutica e da Hidrografia, que teve lugar em Coimbra, em que a organização ficou a cargo do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, através de Armando Cortesão, Luís de Albuquerque e Teixeira da Mota. A fundação do GEHM, em 1969, acentuava, justamente, a posição relevante de Portugal e da sua Marinha no estudo das questões técnicas que se relacionavam com a história da navegação. Por seu turno, a fundação de um GEHM pelo Ministro da Marinha confirmava a relevância crescente da Marinha Portuguesa nos debates de erudição, produção e edição de estudos de História Marítima. Essa importância

⁴² *Memórias*, 1974, 171-172. 36ª Sessão Plenária do Centro de Estudos de Marinha, no dia 21 de novembro de 1973.

⁴³ DOMINGUES, 2009, p. 27.

viria a ser fortalecida com o surgimento do Centro de Estudos de Marinha em 1970 e a Academia de Marinha em 1978.

Eleito segundo Presidente da Academia de Marinha em 1980, Avelino Teixeira da Mota viria a ter uma ação decisiva em todo o processo de consolidação da nova Academia, que reforçava o papel da Marinha Portuguesa na historiografia marítima e nas ciências, artes e letras ligadas ao mar, aproximando desta forma este Ramo das Forças Armadas do tecido universitário, dos centros de investigação e de outras academias.

Homenageado na toponímia das cidades de Lisboa, Oeiras e Lagos, o almirante Avelino Teixeira da Mota (1920-1982) foi um autor marcante na historiografia e na cultura portuguesa do século XX. Oficial da Marinha, investigador, professor, historiador, deputado, quadro administrativo colonial, cientista e académico, estimulou um diálogo constante e profícuo entre saberes. A extensa obra que produziu é assinalada por um cunho, muito próprio, de quem dividiu a vida entre os afazeres militares e uma intensa atividade intelectual, muito influenciada por comissões de serviço em África. Um devotado serviço à Marinha Portuguesa e um apurado sentido de cidadania, são outras facetas, bem vincadas, de um percurso biográfico, que abrangeu o mar, o além-mar e as ciências.



Guarda-marinha Avelino Teixeira da Mota
Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha



Almirante Avelino Teixeira da Mota
Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Luís de s/dt^a (1983?) “Como Nasceu um Núcleo”, in *Espaço Magazine*, n.º 1-*Especial XVII*^a, 57, p. 57.
- CORTESÃO, Armando; Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- DOMINGUES, Francisco Contente, “Lixa Filgueiras um arqueólogo naval na Academia de Marinha” in Álvaro Garrido, Francisco Alves, Coordenação, *Octávio Lixa Filgueiras – Arquitecto de Culturas Marítimas*, Lisboa, Âncora Editora, 2009,.
- DOSSE, François, 2015, *O Desafio Biográfico. Escrever uma vida*. São Paulo Edusp – Editora da Universidade de São Paulo.
- FARIA, Francisco Leite de, 1985, *Elogio do Almirante Avelino Teixeira da Mota*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- HORTELÃO, Rui, et al. 2012, *Alpoim Calvão: Honra e Dever: uma quase biografia*. Porto, Caminhos Romanos.
- MARTINS, Mário Dias, 1982, “Homenagem ao Almirante Teixeira da Mota – Primeiros Passos – No Liceu e na Escola”, In *Anais do Clube Militar Naval* Volume CXII, julho-dezembro.
- MATOS, Sérgio Campos, 1996, “O V Centenário Henriquino (1960): Portugal entre a Europa e o Império”, In António José Telo, Coordenação - *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*. Lisboa: Edições Cosmos,.
- MEMÓRIAS (Centro de Estudos de Marinha), 1974, vol. IV, 36^a Sessão Plenária do Centro de Estudos de Marinha no dia 21 de novembro de 1973, “Discurso do Presidente de CEM M.M. Sarmento Rodrigues, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha.
- MOREIRA, Adriano, 2009, *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina.
- MATOS, Artur Teodoro de, Luís Filipe Thomaz, Direção, 1993, *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina 1972-1992*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- MOTA, Avelino Teixeira da, 1949, “Notas Sobre a Historiografia da Expansão Portuguesa e as Modernas Correntes de Investigação Africana”, *Anais do Clube Militar Naval*, 79^o ano, n.º 7, 8, 9, Tomo LXXIX, 1949,
- _____, 1957, “A Arte de Navegar no Mediterrâneo nos Séculos XIII-XVII e a criação da Navegação Astronómica no Atlântico e Indico” in *Anais do Clube Militar Naval*, tomo LXXXVII, n.º 7-8 (julho-setembro),
- _____, 1995, “A Viagem de Bartolomeu Dias e as Concepções Geopolíticas de D. João II”, *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXV, outubro-dezembro.
- _____, 1972, *Mar, Além Mar. Estudos e ensaios de História e Geografia*, vol. I (1945-1947), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga.
- RIBEIRO, Orlando, 2017, “O Atlas de Portugal Ultramarino” In [...] Organização e apresentação de Suzanne Daveau, *Mestres, Colegas, Discípulos*, Volume II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TELO, António José, 1991, *Portugal na II Guerra Mundial (1941-1945)*, Lisboa, Vega.

_____, 1999, *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização, (1824-1974* (Tomo I), Lisboa, Academia de Marinha.

VALENTIM, Carlos Manuel, 2005, *Avelino Teixeira da Mota, Ajudante de Campo do Governador da Guiné Portuguesa (1945-1947)*, Lisboa, Academia de Marinha, 2005.

_____, 2007, *O trabalho de uma vida. Biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1929-1982)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha.

_____, 2012, “A Missão Geo-Hidrográfica da Guiné (1947-1957)”, *IV Jornadas de Memória Militar- Ecos na Logística, na Medicina, na Arte*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.

_____, 2012, “Avelino Teixeira da Mota”, *Leitores de Mapas. Dois séculos de história da cartografia em Portugal*, Coordenação de Francisco Roque de Oliveira, Lisboa, Biblioteca Nacional.

_____, 2015, “A edição de Portugaliae Monumenta Cartographica e o seu significado político”, *Cartógrafos para toda a Terra. Produção e Circulação do Saber Cartográfico Ibero-Americano: Agentes e Contextos*, Francisco Roque de Oliveira (Organização), Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, Volume 2. Edição eletrónica.

_____, 2016, “A Cartografia da Guiné Portuguesa 1945-1949”, *In Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



HUMBERTO DOS SANTOS LEITÃO (1885-1973)

HISTORIADOR DE TIMOR E DA NÁUTICA

Manuel Lobato

colaboração de

José Manuel Malhão Pereira

Introdução

Humberto José dos Santos Leitão nasceu a 29 de Março de 1885, em Lamego, e faleceu em 1973. Casou a 28 de Outubro de 1914 com Maria das Necessidades Felner Garcês Palha, de quem enviuvou em 26 de Novembro de 1951. Do casamento nasceu um único filho, José, em 23 de Outubro de 1915. Oficial de marinha, assentou praça em 1905 como aspirante, ascendendo a guarda-marinha em 1909 e a 2º tenente em 1911. Alcançou o posto de capitão-de-mar-e-guerra em 1940. Dedicou a sua vida à Marinha Portuguesa, que serviu com abnegação e brio. Depois de se retirar do ativo, consagrou-se ao estudo da náutica e da marinharia e à história da presença portuguesa no Oriente, especialmente nas ilhas de Solor e Timor, onde estivera destacado em comissão de serviço alguns anos. Nestas áreas destacou-se pelo seu saber e por uma vasta obra historiográfica composta por seis livros e oito artigos¹, em que revelou os grandes dotes literários e de investigador probo e incansável que lhe granjearam o reconhecimento por parte da comunidade científica, tanto dentro como fora do país.

Visitou Timor pela primeira vez durante uma breve escala de apenas três dias do cruzador *Vasco da Gama*, em 1911, quando regressava à metrópole vindo de Macau, onde servira como efetivo da Estação Naval, com o posto de guarda-marinha a que fora promovido em Maio de 1909. Nessa viagem pôde desfrutar de curtas estadias também em Moçambique, Angola e Cabo Verde (respetivamente 25, 11 e 14 dias)². A breve visita a Timor deu possivelmente ensejo a adquirir o rico *tais* timorense datado de c. 1910 que hoje se encontra no espólio que legou ao museu da sua terra

¹ MOTA, 1974, p. 257.

² Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre de Oficiais da Classe de Marinha I*, fl. 52.

natal³. Em 1911 participou ainda, como 2º tenente, ao serviço da Companhia de Marinha em Monção, nas campanhas de erradicação da chamada Monarquia do Norte, sob o comando de Afonso Cerqueira, por cuja prestação recebeu um louvor⁴. Em 1912 e a seu pedido passaria à marinha colonial, conseguindo o seu primeiro comando - a canhoneira *Macau* - em 1914⁵, tendo comandado o vapor *Dili* entre 1916 e 1919⁶. Ao todo, entre 1912 e 1925, não esteve afeto à marinha colonial apenas durante uns escassos 5 meses, de Junho a Dezembro de 1920.

Em 1919 voltaria a servir em Macau, donde, em 1921, passaria a Timor numa comissão de serviço que duraria de 4 de Abril de 1921 a 2 de Novembro de 1924. Aqui desempenhou, sendo 1º tenente, cargos de algum relevo, como o de chefe dos Serviços de Marinha e Capitão dos Portos, que acumulou com o de Encarregado do Governo, funções governativas que exerceu de Abril a Novembro de 1921⁷. Além de chefe dos Serviços de Marinha e Capitão dos Portos de Timor, que ainda exercia em Fevereiro de 1923, Humberto Leitão seria também nomeado vice-presidente do Conselho Legislativo em 19 de Janeiro desse ano⁸ e novamente indigitado para assumir interinamente o governo de Timor⁹, cargos de que se pode presumir não terá chegado a tomar posse por não constarem dos seus registos biográficos. Embora a sua ação em Timor não seja conhecida, consta, no entanto, que “as primeiras estradas rodoviárias rasgadas, neste remoto torrão português, foram efetuadas quando chefiava os destinos” de Timor¹⁰.

Regressado a Portugal, obteve vários comandos de navio e foi o 4º Diretor de Faróis, de Junho de 1936 a Junho de 1945¹¹. Capitão-de-mar-e-guerra desde 1940, como se disse, foi ainda Presidente do Tribunal de Marinha e passou à Reserva em 1945. Ao longo da sua vida ativa foi agraciado com diversos louvores e condecorações.

Timor como objeto de estudo

Aos quarenta e três anos de idade publicaria o seu primeiro artigo de índole científica sobre Timor, a colónia que melhor conhecia e a cujos destinos havia presi-

³ SEBASTIAN, 2015, p. 45.

⁴ *Livro Mestre de Oficiais da Classe de Marinha I*, fl. 52. Cf. SILVA, 2016, p. 127.

⁵ Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre de Oficiais da Classe de Marinha I*, fl. 135.

⁶ SILVA, 2016, p. 127.

⁷ FONSECA, 2017, p. 23.

⁸ *Boletim Oficial do Governo da Província de Timor*, Ano XXIV, nº. 8, 20 de Janeiro de 1923, Portaria nº 15, p. 26.

⁹ *Boletim Oficial do Governo da Província de Timor*, Ano XXIV, nº. 17, 28 de Abril de 1923, cópia do telegrama n.º 384 do Ministro das Colónias para o Encarregado de Governo em Dili, Lisboa, 20-4-1923, p. 171, pelo qual o ministro mandava “entregar o Governo vice-presidente Conselho Legislativo primeiro tenente Leitão”.

¹⁰ VAQUERO, 2015, p. 29.

¹¹ Cf. Autoridade Marítima Nacional, Direção de Faróis, Lista de Diretores de Faróis em www.amn.pt/DF/Paginas/Diretor.aspx

dido, ainda que interinamente e por curto espaço de tempo, como se disse. Nesse seu primeiro texto - “Algumas indicações sobre a nossa Colônia de Timor”¹² – a história não é ainda o tema que virá a dominar toda a sua produção literária posterior. Enquadra-se melhor no âmbito da chamada “ciência colonial” e o Almirante Teixeira da Mota rotula-o de “pequeno esboço de monografia”¹³, em que os habituais aspetos da geografia física e humana e da administração colonial são tratados a par de apreciações ditadas pelas ideias racialistas da época e por uma etnografia utilitarista. Não deixa o autor, no entanto, de revelar já um pensamento científico plenamente amadurecido, prenúncio do muito que viria a oferecer no campo historiográfico tanto ao leitor comum, a quem o artigo era dirigido, como a um público mais especializado e exigente. Apresentando-se como “Oficial da Armada - Antigo Encarregado do Governo de Timor - Antigo Capitão dos Portos de Timor”, principia por uma descrição geográfica da ilha, como era usual nos manuais da época, expondo o sistema montanhoso, as ribeiras que sulcam as serranias e se precipitam no mar, não faltando mesmo apontamentos sobre a geologia, os fundos marinhos ou o recorte da costa, abrupta ou abrigada, em articulação com a navegação e as atividades piscatórias a que dá guarida. As paisagens contrastadas são descritas num estilo vivo e pitoresco, a que não falta um certo pendor literário, sóbrio e conciso. É fácil notar que o escritor e o cientista procuram ainda uma linguagem que sirva a ambos:

“na encosta do Baucau, tudo é diferente desde a beira mar: por tôda a parte o sussurrar da água criadora; um solo de aspecto miserável a alimentar uma vegetação intensa; pelos socalcos, tapetes de arrozais ou o milho a crescer viçoso; por tôda a parte a fruta-pão, a jaca, a papaia, a bananeira, prodigalidade benfazeja, e a água sempre a correr, e, na época sêca, a correr mais abundante” (p. 9).

O colorido da descrição é acompanhado por fotografias ilustrativas e contrasta com as tabelas da distribuição ao longo do ano da pluviosidade, humidade e das temperaturas extremas e médias na missão de Soibada, na Granja República, em Raimera, em Díli ou em Hatu Bulico (pp. 12-18). Assim o colonizador se vai apropriando da paisagem pelo sentimento – o Ramelau é “a mais alta terra portuguesa” (pp. 10-11) – ao mesmo tempo que se mostra moderno, preciso, progressivo. Mais adiante é o cientista quem fala: “As regiões da parte central participam dum regime de chuvas intermédio...” (p. 13). Os dados são relativos a 1923, durante a estadia do autor em Timor. O problema da insalubridade de Díli e a preocupação com o “paludismo” endêmico nas zonas baixas ganham maior destaque (pp. 13-17). Seguem-se apontamentos muito breves sobre a estrutura administrativa, o processo de urbanismo em curso, os edifícios mais notáveis da capital, uma breve caracterização racial e estatística da população e a distribuição dos principais grupos

¹² LEITÃO, 1929.

¹³ MOTA, 1974, p. 258.

étnicos, enquanto os recursos agrícolas e florestais merecem um maior desenvolvimento (pp. 22-28). E conclui justificando o escopo que imprimiu ao artigo:

“É isto, muito resumidamente, a nossa colónia de Timor, de todas as nossas possessões ultramarinas, por certo, ainda hoje a menos conhecida, mas, como se vê, possuidora de recursos e qualidades mais que suficientes para poder atrair sobre si as atenções de todos aqueles a quem, debaixo de qualquer ponto de vista, as questões coloniais interessam” (p. 31).

Um resumo de partes deste texto, expurgadas das digressões ao gosto da literatura de viagens oitocentista, seria incluído pelo autor duas décadas mais tarde no seu *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*¹⁴.

O historiador

O Comandante Humberto Leitão tornar-se-ia num historiador de primeiro plano. Formado na escola do positivismo histórico do século XIX, a sua obra desdobra-se em duas vertentes bem definidas: enquanto marinheiro, colocaria o seu talento ao serviço da história marítima; enquanto governante e funcionário colonial, dedicaria uma grande parte do seu intenso labor ao estudo da história ultramarina, “pelo interesse que os assuntos de Timor podem merecer a quem por lá passou alguns anos da sua vida”, como ele mesmo refere logo ao abrir a sua primeira obra de maior fôlego¹⁵.

O seu amor à verdade era inquebrantável. Esse terá sido mesmo o principal motivo por que se empenhou a estudar a fundo a história da presença portuguesa em Timor. É ele quem o diz:

“os poucos documentos oficiais que a ela [conquista espiritual e temporal das ilhas de Solor e Timor] aludem não se dispensam, no geral, de estabelecer a confusão, ora dando todos os acontecimentos como ocorridos na ilha de Solor, ora pondo-os indiscriminadamente em Larentuca, ora situando-os, sem mais preocupações, na ilha de Timor. Com a maior facilidade, também transformavam em ilhas quer pequenas povoações encravadas na costa das Flores, quer reinos de extensão apreciável existentes em terras de Timor. Alguns destes erros conseguiram manter-se através dos tempos para darem ainda hoje sinal de si. Também em cartas do século XIX não é difícil encontrar provas da falta de conhecimentos que a respeito daquelas terras então havia.”¹⁶

Entendia, no entanto, que a imprecisão dos documentos oficiais poderia ser suprida com recurso a outro tipo de fontes, neste caso os escritos dos missionários dominicanos, pois considerava, segundo nos diz logo a abrir a obra, que “A conquista espiritual e temporal das ilhas de Solor e Timor foi, inicialmente, obra dos

¹⁴ LEITÃO, 1948, pp. 145-149.

¹⁵ “Introdução” a LEITÃO, 1948, p. 11.

¹⁶ *Ibid.*, p. 10.

padres de S. Domingos”¹⁷. Na leitura atenta de tais escritos ter-se-á dado conta de como a história da presença portuguesa nas pequenas ilhas de Sunda estava eivada de erros e de mal-entendidos. Embora a historiografia sobre a presença portuguesa na Ásia marítima tenha abandonado há muito as velhas fórmulas da “conquista espiritual” e da “conquista temporal”, caras a H. Leitão e à geração de historiadores da expansão portuguesa a que ele pertenceu, tal não implica que nos dias de hoje se desvalorize a importância dos escritos dos missionários. Pelo contrário, a respeito das franjas ou periferias do que se convencionou chamar o império português do Oriente, emergiu na década de 80 a imagem de um império informal em articulação com o império oficial e por vezes mesmo em oposição a este, que, como as ilhas de Timor e Solor ou a costa oriental africana, muito deve a tais escritos dos dominicanos, dos jesuítas ou dos agostinhos. Certamente o papel dos homens da Igreja ganhou maior relevo em zonas onde a ação dos agentes da coroa era mais ténue. A capacidade por parte dos missionários dominicanos em organizar militarmente a defesa das comunidades de mestiços e de convertidos ao catolicismo, a par do prestígio pessoal, da influência política e do ascendente espiritual de que gozavam, podem mesmo ter sido determinantes na integração dessas zonas nas possessões que formavam o Estado da Índia, e era essa a convicção de Humberto Leitão. As autoridades portuguesas sempre se conformaram com aquele estado de coisas, mas era uma “verdade” histórica que tinham alguma relutância em reconhecer e que, na época em que H. Leitão escrevia, não se coadunava inteiramente com os estereótipos do discurso colonial do Estado Novo.

Daí que a procura da “verdade” inspirada pelos princípios do positivismo histórico do século XIX evidencie também uma certa dose de coragem por parte de quem, como Humberto Leitão, que estivera à frente dos destinos de Timor, não enveredasse pela exaltação fácil e conveniente dos feitos dos portugueses naquelas paragens, já que oportunidade não lhe faltou, uma vez que a obra foi publicada no rescaldo da ocupação japonesa que se pautara pela tentativa de obliterar o legado material e espiritual do colonizador português. O seu rigor intelectual e o enorme esforço para levar a cabo uma tarefa tão exigente mereceria a Charles Boxer o mais rasgado elogio: “By far the best book on Timor’s history to date”¹⁸. Mais tarde, Boxer voltaria a demonstrar o seu enorme apreço pelo conjunto do trabalho desenvolvido por H. Leitão:

“This author is a retired Portuguese naval officer, who after serving for a long time on Timor, has spent the last decade in research on the relevant documents preserved in the Arquivo Histórico Ultramarino at Lisbon. His works are conscientiously written and full of new material”¹⁹.

¹⁷ *Ibid.*, p. 10.

¹⁸ BOXER, 1949, p. 63.

¹⁹ BOXER, 1965, pp. 227-228.

A história dos portugueses em Solor e Timor

Livro ambicioso, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702* retoma de uma forma mais sistemática e exaustiva muitas das questões que anteriormente haviam sido tratadas de forma avulsa por diversos autores, como muito bem realçou o almirante Teixeira da Mota:

“no ano de 1944, haviam saído dois livros de índole histórica, *Sólor e Timor*, do tenente-coronel A. Faria de Moraes, e *Timor. Subsídios para a sua história*, do coronel Gonçalo Pimenta de Castro. Mas o primeiro não constitui uma obra em que os acontecimentos estejam encadeados em relação a longo período, antes é formado de alguns capítulos desgarrados no espaço e no tempo; e o segundo é uma história dos séculos XVIII, XIX e XX, resumindo-se a meia dúzia de páginas o que diz respeito aos séculos anteriores.”²⁰

A abordagem aprofundada de H. Leitão relativa ao período inicial da presença portuguesa na região não viria mesmo a ser superada por nenhum historiador português até à fase final da época colonial, como sugere ainda T. da Mota: “Analogamente, a obra pouco posterior de Luna de Oliveira, *Timor na história de Portugal* (3 volumes, 1949, 1950 e 1952), apenas consagra uma meia centena de páginas aos acontecimentos até 1702”²¹. Não faltam, aliás, em H. Leitão, elementos de modernidade, nomeadamente quando discute a intrincada história das primeiras viagens de exploração do arquipélago malaio, que designa muito apropriadamente por Indonésia, termo então na ordem do dia, pois decorria o processo de independência daquele país, concedida pelos colonialistas holandeses contrafeitos em resultado das pressões norte-americanas a que foram sujeitos. No entanto, a historiografia portuguesa continuaria a preferir o uso de designações já antes consagradas nas línguas latinas, como Insulíndia ou Oceânia.

Seria hoje demasiado fácil rebater algumas das afirmações produzidas em *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, pois dispomos de documentos que, entretanto, nos últimos setenta anos, foram localizados e mesmo publicados e a que o seu autor não pôde ter acesso. Tais observações seriam, no entanto, bastante injustas. No que diz respeito ao longo período coberto pelo livro – os séculos XVI e XVII – a sua investigação nunca veio a ser verdadeiramente superada, permanecendo como uma das mais importantes obras de referência sobre o assunto. Poder-se-ia apontar-lhe não ter conseguido determinar com maior exatidão a data da primeira viagem portuguesa a Timor – que, ao contrário do que nos indica, teve lugar em 1516 e não em 1515 (p. 60) – nem o nome do capitão que a realizou, Jorge Fogaça, mas ainda não havia sido publicada a carta do capitão de Malaca Pero de Faria que contém tal informe²².

Solidamente documentado, H. Leitão não se coibiu de transcrever no corpo do

²⁰ MOTA, 1974, p. 258.

²¹ Idem, *ibid.*

²² Pero de Faria ao rei D. Manuel, Malaca, 5 de Janeiro de 1517, in REGO, 1967, doc. 3852, p. 355.

livro vários documentos que lhe pareceram mais significativos, uns inéditos, como as cartas de nomeação dos dois primeiros capitães da fortaleza de Solor, ambos mestiços “casados” em Malaca (pp. 82-3 e 101), outros porém, como ele mesmo indica, já publicados anteriormente, caso do regimento dos capitães que lhes sucederam (pp. 94-5). Por outro lado, o seu sentido de rigor histórico, que hoje talvez nos possa parecer um pouco ingênuo, leva-o, na ausência de fontes mais fidedignas, a retomar a narrativa das inúmeras peripécias em que se demoram os autores seiscentistas da *História de S. Domingos*. No que toca à descrição das primeiras expedições holandesas ao arquipélago malaio, ou à questão da conquista de Solor pelos agentes da VOC e ao conflito luso-holandês que se seguiu na região, Leitão recorreu ao primeiro e único volume até então publicado dos *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia. 1585-1669*, do vice-almirante Alfredo Teixeira Botelho²³, bem como a trabalhos de Boxer e de Frazão de Vasconcelos e ainda a crônicas e documentos publicados e manuscritos.

A efêmera restauração da fortaleza de Solor, a cargo de frei Miguel Rangel, é pelo autor adequadamente articulada com o papel que já então era desempenhado por Macau (p. 138) na exportação do sândalo de Timor para a China, numa época em que Malaca se mostrava cada vez menos capaz de assegurar a proteção das comunidades de origem portuguesa que sobreviviam dispersas pelo arquipélago malaio. Seguir-se-ia a inevitável decadência de Solor, finalmente reocupada pelos holandeses, em 1645, e a transferência da comunidade portuguesa para Larantuca, na “ilha grande” de Flores, mais abrigada dos ataques dos vizinhos muçulmanos de Lamaqueira e Cremá (p. 143).

É evidente a dificuldade da historiografia colonial em abordar a história da presença portuguesa na ilha de Timor no período que antecedeu o estabelecimento em Lifau, em 1702, do primeiro governador, António Coelho Guerreiro. Período demasiado ambíguo do ponto de vista da soberania imperial, a segunda metade do século XVII escapa, na verdade, às categorias de análise dessa historiografia, que nela apenas vê rebeldia perante a autoridade dos representantes da coroa e tem dificuldade em reconhecer as formas de organização política e religiosa próprias das comunidades locais de mestiços, que funcionavam simultaneamente nos dois registos culturais europeu e asiático, nos quais os seus membros se moviam com idêntico à vontade e ao sabor de conveniências momentâneas. No entanto, H. Leitão, desembaraçando-se desses preconceitos, não apenas intui o papel que os nativos e os mestiços luso-asiáticos desempenharam na construção de um Timor português, como vai ainda mais longe ao propor uma leitura da diversidade étnica da província do Servião, a metade da ilha que viria a tornar-se holandesa e, depois, indonésia, como uma consequência da “conquista temporal” de Timor empreendida por tais nativos e mestiços luso-asiáticos oriundos de

²³ BOTELHO, 1930.

Larantuca e enquadrados pelos frades de S. Domingos. As afinidades étnicas de ambos os lados do mar de Savu são por ele afirmadas da forma mais peremptória, um posicionamento em boa parte ditado pela sua experiência pessoal na colónia:

“Esta diferença de caracteres raciais entre a maioria dos indígenas que povoam os Belos e os daqueles que pertencem ao Servião parece-nos ser uma consequência de acontecimentos que se encontram na história da nossa ocupação da ilha de Timor: Foi com larantuqueiros — indígenas, precisamente, da metade oriental da ilha das Flores, ao tempo designada pelo nome de Larantuca — que os religiosos de S. Domingos entraram decididamente na conquista temporal de Timor, começando pelo Servião, no ano de 1641; com eles conseguiram impedir durante muito tempo que os holandeses avançassem para além dos limites do reino de Cupão e puderam castigar alguns reis desleais que com aqueles nossos inimigos tiveram entendimentos.(...) É no período compreendido entre 1641 e 1702 que a influência dos larantuqueiros mais acentuadamente se fez sentir no Servião, mas do contacto e ligações estabelecidas entre os indígenas dos citados territórios das duas ilhas resultaram relações que ainda há poucos anos se mantinham.” (p. 154)

As vicissitudes deste processo e a governação dos chefes dos principais clãs mestiços de Larantuca ocupam, pois, a segunda metade do livro. É nesta parte também que se pode encontrar alguns documentos inéditos transcritos na íntegra, em que entra um parecer do Conselho Ultramarino sobre o célebre Francisco Vieira de Figueiredo e uma carta deste ao rei, assim como outra de André Salema, vedor da Fazenda, e de um visitador dominicano, bem como uma carta do rei e outras de vice-reis, todas existentes em arquivos de Lisboa (Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda e Arquivo Histórico Colonial).

O nascimento de Timor português

*Vinte e oito anos de história de Timor. 1698 a 1725*²⁴ constitui o segundo trabalho histórico de Humberto Leitão. Prolongamento lógico e cronológico do anterior, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702* é um trabalho elaborado nos mesmos moldes a que já habituara os seus leitores mais atentos: a procura da verdade histórica fundada nos documentos coevos. Assim, considera que o bispo de Malaca, D. Frei Manuel de Santo António, principal figura política do período que se propõe estudar, é injustamente maltratado pela historiografia, que lhe teria atribuído atos e teria feito a seu respeito juízos de intenção que, no entendimento de H. Leitão, uma leitura atenta e imparcial das fontes disponíveis não autorizaria. De certo modo, sem surgir no título da obra, o bispo não deixa de ser o principal protagonista desta narrativa, ao longo da qual se assiste ao nascimento do estado colonial na ilha de Timor e à criação do sistema de alianças que o suportou. Como acontece com os

²⁴ LEITÃO, 1952.

períodos fundadores, é uma época riquíssima de consequências, que se projetam no futuro da colônia bem aquém do século XVIII, na verdade, até ao esgotamento do modelo de vassalidades indígenas a que as campanhas de ocupação de Celestino da Silva em finais do século XIX virão pôr termo.

O seu método é, como sempre, irrepreensível. É assim que no “Prefácio” adverte o leitor para que “Obra com pretensões a completa, só poderá escrevê-la quem tiver a fortuna de consultar os arquivos da Índia, de Macau, e a documentação da Companhia Holandesa” (p. xii). No entanto, como ficamos a saber pelos agradecimentos que constam do mesmo “Prefácio”, não se poupou a esforços para obter cópia de vários documentos existentes no então Arquivo Histórico do Estado da Índia (p. xiii). Desse labor resultaria, como sublinhou T. da Mota, um livro que “com as suas três centenas e meia de páginas é naturalmente mais pormenorizado” do que o anterior²⁵.

Timor contemporâneo: a resistência à ocupação japonesa

Humberto Leitão voltaria a publicar sobre temas da história de Timor depois de um longo interregno de dezoito anos em que se dedicou quase exclusivamente a questões de náutica e de marinharia. Trata-se de um opúsculo intitulado *O Régulo Timorense D. Aleixo Corte-Real*, editado pelo Grupo de Estudos de História Marítima, trabalho de índole inteiramente diversa daqueles que o precederam e recentemente objeto de uma reedição pela Academia de Marinha²⁶.

As biografias de chefes indígenas, mesmo daqueles que, como D. Aleixo, se mostraram favoráveis aos interesses colonialistas dos portugueses, não abundam. No entanto, a figura deste *liurai*, que, não obstante se ter convertido ao catolicismo numa idade relativamente avançada, em 1931 (p. 13), sacrificara a própria vida no combate ao ocupante japonês e em defesa de Timor português, havia atraído já a atenção de vários memorialistas que sobre ele haviam escrito, circulando diversas versões sobre o papel que efetivamente teria desempenhado nos derradeiros e trágicos momentos que precederam o seu assassinio. A sua fidelidade ao colonizador pode não ter sido alheia ao facto de que, como o autor sugere:

“No ano de 1934, D. Aleixo, acompanhado por sua mulher e pelo filho Adriano, veio a Portugal como representante do povo timorense na Exposição Colonial realizada no Porto. Desta visita e das atenções durante ela recebidas nunca mais se esqueceu” (p. 15).

Como em anteriores trabalhos, H. Leitão mostra-se uma vez mais um historiador consciencioso e totalmente devotado à procura da verdade, muito além mesmo do que se lhe poderia exigir. Indeciso perante as duas principais variantes que circu-

²⁵ MOTA, 1974, p. 259.

²⁶ LEITÃO, 1970a.

lavam a respeito da atuação de D. Aleixo, não descansou até que novos dados viessem permitir um conhecimento mais profundo a respeito dos factos sobre os quais pretendia escrever. Para tal, elaborou um inquérito que enviou a diversas pessoas com as quais ainda mantinha contacto na colónia, esperançado em que esse formulário viesse a ser distribuído junto de possíveis informantes. Os seus esforços foram recompensados quando obteve uma narrativa inédita da autoria de um dos netos do rei timorense: João César Corte-Real, autor de “Os últimos dias de D. Aleixo Corte-Real” (p. 25) e ele próprio testemunha de parte dos acontecimentos. Dessa epifania histórica nasceu um texto cujo carácter singular reside no facto de ter dado voz aos protagonistas nativos habitualmente silenciados pela historiografia colonial.

Neste opúsculo, H. Leitão começa por passar em revista os factos ligados às revoltas indígenas ocorridas em 1911 e 1912, sob o governo de Filomeno da Câmara. A rebelião eclodira em Manufai, então o mais poderoso reino de Timor português, na região central, junto à fronteira holandesa. A enérgica reacção do governador Filomeno da Câmara e dos militares portugueses no terreno assegurou a integridade do enclave de Ambeno (Oé-Cussi) e permitiu-lhes compreender as eventuais intenções dos holandeses, que favoreciam a infiltração em território português de membros de grupos étnicos exógenos. Humberto Leitão descreve a revolta com profusão de detalhes, situação com que certamente travara conhecimento aquando da sua primeira passagem pela ilha, em 1911, acima referida, escapando-lhe, no entanto, os seus antecedentes que radicam, em parte, na subida de impostos operada pelo anterior governador Soveral Martins²⁷. Em contrapartida mostra-se perfeitamente familiarizado com as realidades indígenas: “Nai-Seço – o nome nativo do régulo D. Aleixo – baslaqueou-se, ou seja, casou segundo os costumes timorenses... Tornou a baslaquear-se...” (pp. 11-12), diz-nos ele, empregando o jargão luso-timorense. Descreve os factos mais salientes da ocupação japonesa (p. 16 e ss.), servindo-se de relatos conhecidos, como os de Carlos Cal Brandão, António Oliveira Liberato, padre Martinho da Costa Lopes e José Simão Martinho e, por fim, o inédito de João César Corte-Real, motivo da publicação do estudo (p. 25).

Humberto Leitão e a história da Náutica

A produção literária de carácter histórico do Comandante Humberto Leitão foi inicialmente dedicada à história de Timor. Contudo, a partir de fins da década de 50, a sua fase mais produtiva foi a da história da náutica²⁸.

²⁷ LOBATO, 2011, p. 9.

²⁸ MOTA, 1974, p. 259.

O primeiro estudo desta fase, considerado por Teixeira da Mota como “verdadeiro modelo no género”²⁹, foi *Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino (1608-1612) - Diários de Navegação Coligidos por D. António de Ataíde no século XVII*³⁰. Seguiu-se-lhe o artigo *Da Identificação dos baixos de Pero Banhos e das Chagas*, publicado no primeiro número da *Stvdia*³¹, revista do Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, criado pelo padre Silva Rego. No mesmo ano publicaria ainda *Dois Roteiros do Século XVI, de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira Reimão, atribuídos a João Baptista Lavanha*, edição crítica de um códice que lhe fora oferecido pelo seu camarada, Comandante Ernesto Jardim de Vilhena³².

O *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, em colaboração com o Comandante José Vicente Lopes, representa um excelente acréscimo ao conhecimento da linguagem de bordo e de terra praticado em várias épocas históricas³³.

Publicado em 1966, o estudo “Uma carta de João Baptista Lavanha a respeito das agulhas de Luís da Fonseca Coutinho”³⁴, viria a anteceder um importantíssimo e volumoso estudo, *Os dois descobrimentos da Ilha de S. Lourenço mandados fazer por D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616*, o seu último trabalho de cariz náutico, publicado em 1970³⁵. Estes textos serão apreciados por ordem de data da sua publicação.

Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino (1608-1612) - Diários de Navegação Coligidos por D. António de Ataíde no século XVII

Esta obra de Humberto Leitão consiste na publicação de seis diários de navegação que abrangem a primeira década do século XVII e início da seguinte. Terá constituído na época uma publicação oportuna, por estarem em preparação as memoráveis Comemorações Henriquinas.

Os diários constam de um códice pertencente à livraria da casa Castelo Melhor, leiloadada em 1879, que, entretanto, desaparecera, sendo recuperado em 1932 depois de diversas vicissitudes que envolveram personalidades e organismos públicos, como sejam, entre outros, o Comandante Quirino da Fonseca, o Museu de Marinha, o Arquivo Histórico Militar e a Biblioteca da Marinha. Finalmente, o então Comodoro Sarmiento Rodrigues, Ministro do Ultramar, providenciou a sua publicação, tendo Humberto Leitão sido encarregado da transcrição e edição anotada.

²⁹ Cf. *op. cit.*, p. 259.

³⁰ LEITÃO, 1957.

³¹ LEITÃO, 1958c.

³² LEITÃO, 1958d.

³³ LEITÃO e LOPES, 1963 [1990]³¹.

³⁴ LEITÃO, Humberto, 1967.

³⁵ LEITÃO, 1970b.

Os autores dos seis diários - D. António de Ataíde (VI), Sebastião Prestes (I e II) e Simão Castanho Paes (III, IV e V) - são biografados por H. Leitão, que concede mais desenvolvida atenção à personalidade do primeiro. Na *Introdução* resume as seis viagens e apresenta um valioso e muito útil sumário dos métodos e instrumentos de navegação usados na época, devidamente ilustrados, que abarca cerca de 50 páginas do primeiro volume.

Resumamos o conteúdo desta parte da publicação:

- a agulha de marear, sua variação e determinação da variação, já com o método de João Batista Lavanha, utilizando as suas tábuas de amplitude ou as de Manuel de Figueiredo;
- medição do tempo pelas estrelas, relógios de areia e relógios de sol;
- cartas de marear e condução da navegação, em que se nota a aceitação da interpretação de Fontoura da Costa sobre a construção das cartas de marear, as quais obedeceriam a uma projeção geométrica, o que António Barbosa já havia eruditamente refutado, como mostraremos abaixo; descreve o modo de efetuar a navegação, interpretam-se os diversos regimentos, apresentam-se os instrumentos de observação do sol e estrelas e a sua utilização e diversos tipos de pontos;
- avaliação da distância, emendas do ponto, determinação da variação da agulha e ainda previsão do tempo, marés e correntes, ventos e derrotas da Carreira da Índia.

Note-se que este elenco corresponde a uma época em que a técnica náutica se encontrava já mais desenvolvida do que a praticada no início do século XVI, tendo o autor o cuidado de esclarecer o leitor sobre todos os princípios então utilizados para conduzir a navegação. É um magnífico estudo, que raramente se vê em publicações de manuscritos com conteúdo semelhante.

Contudo Humberto Leitão aceitava as ideias de Fontoura da Costa relativamente à construção da carta de marear, diferentes da opinião expressa por António Barbosa em 1937, em que contesta a adoção da projeção de Marino de Tiro ou ‘carta plana rectangular’, que posteriormente teria tomado a forma de ‘carta quadrada’³⁶. Barbosa, resumindo o que já havia exposto anteriormente³⁷, conclui que as cartas de marear dos séculos XIV a XVI “têm fisionomia e características próprias”³⁸.

Veja-se a opinião de Humberto Leitão sobre o valor do conteúdo dos diários de navegação, como fonte para a construção da história da náutica e das navegações de alto-mar, iniciadas pelos portugueses no século XV:

“Oferecem os antigos diários de navegação dos nossos pilotos, principalmente os dos séculos XVI e XVII, vasto campo de estudo a todos quantos pelos assuntos da Marinha daquelas épocas se interessarem. Ali poderão a cada passo encontrar posta em prática a

³⁶ BAIÃO, CIDADE, MÚRIAS, 1937, 1º vol., pp. 262 e 265.

³⁷ Ver BARBOSA, 1939.

³⁸ BARBOSA, 1937, p. 266. Joaquim A. Gaspar desenvolveu recentemente os princípios expostos por António Barbosa, atualizando a questão da geometria da carta de marear (GASPAR, 2010).

matéria contida nos roteiros de então; grande cópia de termos náuticos e de maneiras de dizer ao tempo usados; particularidades de manobras³⁹.

E já no final da *Introdução* o autor comenta ainda as vicissitudes da vida dos pilotos, que tinham à sua responsabilidade a segurança do navio e dos bens e vidas nele embarcados:

“Tinham os pilotos a atormentá-los nestas longas viagens, cujas derrotas muito resumidamente acabámos de indicar, além dos descómodos e privações, não apenas os perigos reais semeados pelos mares senão ainda, as ilhas e baixos que julgavam existir. Destes últimos perigos, são bons exemplos, no Índico do sul, as ilhas de João de Lisboa, Roque Pires de 6°, Roque Pires de 10°, Brandoa, Sete Irmãs de Leste; os baixos do Patrão e Estrela, etc., que não foram encontrados quando, séculos depois, houve maneira de fazer cuidadosas pesquisas, usando meios e processos que permitiam a determinação do ponto no mar com a necessária precisão⁴⁰.”

Os dois primeiros volumes desta obra contêm a transcrição dos diários náuticos, cuja informação, descrita por Humberto Leitão na *Introdução* e objeto de *Notas e Comentários* no volume III, é completada por valiosos instrumentos de consulta, como um *Vocabulário*, *Glossário Toponímico*, *Índices Geográfico e Onomástico* e três *Mapas*. É um importante estudo, em que Humberto Leitão demonstra, de maneira notável, a sua erudição náutica, a que não será alheia a experiência de mar e de navios.

De facto, da sua nota de assentos constam as já referidas viagens a Macau, no início do século XX, a passagem por cruzadores, fragatas, canhoneiras, o comando da lancha canhoneira *Macau* por mais de 4 anos e do vapor *Dili* por mais de três anos, bem como de muitos outros navios, como os torpedeiros *Ave*, *Guadiana* e *Sado*, tudo isto durante duas décadas, até cerca de 1935⁴¹.

A partir desta data, passou a exercer cargos predominantemente em terra, sendo a sua passagem prolongada pela *Direção de Faróis* (que englobava os faróis do continente e insulares), um outro motivo para alargamento da sua experiência de mar e de todo o ambiente marítimo. Terá sido este primeiro trabalho de Humberto Leitão, associado ao *Dicionário*, um dos que, na área da História da Náutica, mais útil foi à Marinha e ao País, dado o seu ineditismo e oportunidade.

Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual

O *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, publicado em 1963 com a colaboração de José Vicente Lopes (camarada da Armada, falecido antes da sua conclusão), pode ser considerado ainda fruto do rigoroso estudo dos termos e expressões usados pelos marinheiros portugueses do início da expansão. Muitos

³⁹ LEITÃO, 1958, p. I.

⁴⁰ LEITÃO, 1958, p. LXXVI.

⁴¹ Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre de Oficiais da Classe de Marinha M*, fls. 56 e 135.

deles haviam já sido referidos por Humberto Leitão no volume III das *Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino*, de 1958.

Logo aquando da publicação do *Dicionário*, fez-se sentir a necessidade da sua reformulação, pois o falecimento do comandante José Vicente Lopes dificultara a sistematização das inúmeras referências bibliográficas e obrigara a remeter para um “Aditamento” informação que deveria ter sido integrada no corpo da obra, completando algumas entradas ou dando origem a outras novas, como Silva Rego registou no Prefácio à primeira edição. Daí a necessidade de uma segunda edição, surgida em 1974, já depois da morte do autor, substancialmente revista e também aumentada, incorporando os resultados da investigação que Humberto Leitão entretanto continuara a desenvolver.

De facto, o próprio Humberto Leitão, logo no início da Introdução, reconhece que “As dificuldades que encontrámos para lhes descobrirmos os significados [de termos e expressões] deram origem à ideia de fazermos este dicionário ...”. Também afirma, que foi “relativamente fraca a ajuda que [lhe] deram os dois dicionários de marinha consultados – um de João Pedro de Amorim, de 1841, ... e outro de Gregório de Freitas ... 1855”.⁴² De facto, o cotejo destes com o de Humberto Leitão confirma esta afirmação. Outra fonte importante referida pelo autor são os textos sobre construção naval dos séculos XV e XVI, que incluíam um enorme volume de terminologia técnica. O resultado do seu profundo e erudito trabalho “obra de longos anos de consulta e de experiência” é, no dizer de Silva Rego, “o grande entusiasmo dos seus últimos anos de vida. Para ele foi carreando fichas e fichas e não procurava esconder o seu contentamento quando podia acrescentar mais alguma achega”⁴³.

A receptividade que esta obra alcançou entre os estudiosos da história da náutica está bem patente no reconhecimento granjeado entre os seus pares, expresso no facto de ter conhecido já uma terceira edição por iniciativa da Marinha Portuguesa⁴⁴.

Dois roteiros do século XVI, de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira Reimão, atribuídos a João Baptista Lavanha

Em 1940, Fontoura da Costa publicara uma valiosa coleção de cinco roteiros, profusamente anotados e comentados, a que deu o título de *Roteiros portugueses inéditos da Carreira da Índia do século XVI*. Atribui dois deles ao punho de Lavanha, o último dos quais intitulou “Roteiro de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira [Reimão] com assistência de João Baptista Lavanha”⁴⁵. Contudo, mais tarde, Humberto Leitão corrigiu esta opinião e provou, beneficiando da generosi-

⁴² LEITÃO, 1963, p. IX.

⁴³ LEITÃO, 1963, p. VII.

⁴⁴ LEITÃO, 1990.

⁴⁵ COSTA, 1940, p. 5.

dade do seu camarada Comandante Ernesto Jardim de Vilhena, a verdadeira autoria dos referidos roteiros, através de uma longa e rigorosa argumentação. Seria mais uma oportunidade para Humberto Leitão fornecer desenvolvidas notas biográficas de Manuel Monteiro, Gaspar Ferreira e Vicente Rodrigues.

Uma carta de João Baptista Lavanha a respeito das agulhas de Luís da Fonseca Coutinho

Tendo o nosso biografado sido convidado, em 1965, para colaborar numa homenagem a Luciano Pereira da Silva, decidi elaborar um breve estudo sobre a evolução em Portugal da determinação da longitude no mar, utilizando, para o efeito, a variação da agulha.

Chamando a atenção para o desconhecimento a que durante muito tempo a evolução da náutica nacional havia sido votada, compara-a com a de outros países, que, “aproveitando-se do silêncio” em Portugal, se arvoraram em “pioneiros de certos descobrimentos”, acrescentando que:

“tal silêncio quebrou-se quando o Visconde de Santarém, chamando a si a tarefa de contestar a prioridade de descobrimentos de qualquer parte da costa do Nordeste africano, quer pelos Normandos, quer por marinheiros de Diepa, demonstrou que tal prioridade não passava de fantasia.”⁴⁶

Depois de mencionar o papel de Joaquim Bensaúde na história da evolução da ciência náutica em Portugal, Humberto Leitão refere, finalmente, o conhecimento científico de Luciano Pereira da Silva, referenciando o grande número de trabalhos deste autor, mas confessa o seu “fraco mérito” para tomar o “encargo de fazer condigna apreciação” da sua obra, pelo que opta por “publicar [...] uma carta inédita de João Baptista Lavanha, também notável homem de ciência, que foi cosmógrafo-mor do Reino”⁴⁷. Decide, pois, homenagear Luciano Pereira da Silva com um estudo sobre a questão do uso da variação da agulha para determinar a longitude, técnica que viria a revelar-se fantasiosa.

Começando por definir variação e os métodos para a sua determinação no mar e em terra, o extraordinário incremento dado pelo método das amplitudes e pelas respetivas tábuas de Lavanha (inícios de 1600) e de Manuel de Figueiredo (c. 1608), descreve as soluções para a longitude pela variação, sugeridas por Rui Faleiro e João de Lisboa.

São também devidamente comentadas a ação do padre Cristóvão Bruno, a sua carta de isógonas, a existência na Biblioteca do Museu de Marinha de uma carta idêntica, ou pelo menos elaborada segundo o mesmo princípio (de c. 1585 e atri-

⁴⁶ Ver LEITÃO, 1966, pp. 5-6.

⁴⁷ Id., *ibid.*, pp. 6-7.

buída a Luís Teixeira), as suas teorias para determinar o ponto do navio por isógona e latitude e, finalmente, o seu fixúmbrio, instrumento para determinar a variação.

A discussão de todos estes assuntos, a par de mais alguns, foi feita noutra lugar⁴⁸, tendo sido bastante apoiada no profundo estudo e eruditas anotações de Humberto Leitão acerca dos diários náuticos da Carreira da Índia e na posterior publicação do *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Atual*.

A questão da eventual construção de uma agulha magnética que apontasse permanentemente o norte geográfico (a *agulha fixa*), foi por ele abordada, referindo, entre outros, Luís da Fonseca Coutinho, que terá “inventado” essa *agulha fixa*, “em cuja eficiência João Baptista Lavanha tantas esperanças acalentou”⁴⁹.

Desenvolve o assunto com muito detalhe ao longo de mais de 25 páginas, recorrendo a numerosas fontes existentes na Biblioteca Nacional de Espanha, Biblioteca Nacional de Portugal e Biblioteca da Ajuda, entre outras. Constatou que o problema residia essencialmente na incompreensão na época das leis físicas que regulavam o funcionamento da agulha, a sua variação consoante o tempo, o lugar e a influência de materiais magnéticos nas proximidades do instrumento, que provocaria desvio, incluindo neste caso a própria construção do navio, cujo tabuado era pregado por longas e volumosas cavilhas de ferro⁵⁰.

Sobre este assunto escreve:

“Baptista Lavanha, nas instruções destinadas a quem fosse ao mar proceder à verificação das agulhas de Luís da Fonseca, recomenda que não as tivessem juntas ou em lugar onde houvesse coisas de ferro para se não estragarem, mas nenhuma recomendação faz quanto à inconveniência de as observações com as agulhas serem feitas perto de objectos daquele metal.”⁵¹

Humberto Leitão constata que a inutilidade das agulhas de Luís de Fonseca em breve se revelara⁵², não deixando de se referir a muitas das experiências no mar e em terra, efetuadas por vários indivíduos, como Gaspar Ferreira e Gaspar Manuel, entre muitos outros famosos pilotos. A estas poderia acrescentar a viagem no Pacífico, de Acapulco a Manila, em que foram efetuadas experiências que ficaram registadas no Diário Náutico do navio que executou tal missão⁵³. Analisando muitos dos problemas colocados pela prática da condução da navegação na época, afirma finalmente:

“Enquanto homens de ciência e alguns engenhosos se esforçavam por os resolver, continuaram os nossos pilotos a servir-se das variações da agulha para ajuizarem da

⁴⁸ Ver PEREIRA, 2019, vol. 3, pp. 250-253.

⁴⁹ LEITÃO, 1966, p. 13.

⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 22.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 16.

⁵² Id., *ibid.*, p. 21.

⁵³ Ver *Derroteros*.

sua posição em longitude, e é inegável que, apesar de o processo não merecer inteira confiança, razoáveis serviços lhes prestava em determinados casos.”⁵⁴

Foi este, afinal, o método usado durante toda a expansão marítima pelos marinheiros portugueses, mesmo depois da descoberta de métodos mais fiáveis de determinação da longitude.

Na parte final, o autor transcreve a longa carta que Lavanha enviou, em 1608, a uma entidade vagamente identificada. A análise do seu conteúdo e alguns dos comentários que faz em nota de rodapé permitem, ao leitor, ficar com uma ideia muito precisa dos vários fatores físicos, mentais, científicos e inclusivamente sociais que influenciavam os práticos e os teóricos, responsáveis pelo cumprimento das suas importantes missões, não só no mar, como também em terra.

Os dois descobrimentos da ilha de S. Lourenço mandados fazer por D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616

Este importante estudo surgido em 1970 debruça-se sobre o “levantamento hidrográfico” ordenado pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo e levado a cabo na segunda década do século XVII. Humberto Leitão transcreve seis documentos sobre o assunto intitulados: *Diário da Viagem da Caravela Nossa Senhora da Esperança* (1613, 1614) de Paulo Rodrigues da Costa; *Relação da Jornada e Descobrimento da Ilha de São Lourenço que o Vice-rei, D. Jerónimo de Azevedo Mandou Fazer por Paulo Rodrigues da Costa Capitão e Descobridor*; pelo Padre Luís Mariano; Carta de Paulo Rodrigues da Costa a Filipe II, de Portugal; Carta de Filipe II de Portugal ao Vice-Rei D. Jerónimo de Azevedo; *Relação do Segundo Descobrimento no ano de 1616*, de autor desconhecido; e *Roteiro da Ilha de S. Lourenço* pelo Padre Luís Mariano⁵⁵.

Descrevendo inicialmente o contributo português para o conhecimento da grande ilha, analisa as fontes e descreve longamente as expedições que terão originado a evolução da sua cartografia, considerando ainda que o primeiro português a visitá-la foi Diogo Dias. Baseia-se não só nas fontes nacionais, mas também nos importantes estudos de Alfred Grandidier e Albert Kammerer, obtendo deste último a informação de que um roteiro da costa ocidental da ilha de S. Lourenço, do padre Luís Mariano, estava contido num dos estudos de Grandidier⁵⁶. A tradução para português deste roteiro constitui o último dos seis documentos acima referidos.

Os documentos são amplamente estudados, comentados e anotados, e as expressões menos claras para o leitor são explicadas na parte final do volumoso trabalho. Note-se que este útil sistema, já aplicado em anteriores estudos, constituía um exce-

⁵⁴ LEITÃO, 1966, p. 21.

⁵⁵ Ver LEITÃO, 1970b, p. 12.

⁵⁶ Ver GRANDIDIER, 1902; GRANDIDIER, 1885; KAMMERER, 1949.

lente meio de recolher informação para o *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* cuja segunda edição Humberto Leitão afincadamente preparava.

Toda esta obra é extremamente útil para o estudo da evolução dos roteiros portugueses. Permite obter elementos para melhor interpretar as condições em que os pilotos e outros agentes colhiam a informação geográfica e hidrográfica, em época em que os instrumentos eram rudimentares, os navios de difícil manobra e as condições de trabalho bastante difíceis. Estas não só o eram no aspeto meteorológico, como também no da segurança física do pessoal, atendendo à frequente animosidade das populações locais. Dado o carácter dos seus anteriores trabalhos de cariz náutico, Humberto Leitão estava muito bem preparado para publicar e comentar tão importantes documentos⁵⁷.

Conclusão

Homem do mar e homem de ciência, Humberto Leitão foi o exemplo acabado de marinheiro que aliou a experiência ao estudo, dedicando as suas energias e zelo ao cumprimento das diversas missões que lhe foram confiadas e daquelas que ele próprio se atribuiu, como historiador do império colonial e da marinharia portuguesa. As obras que nos legou continuam a ser um marco incontornável para aqueles que retomam as temáticas nelas abordadas. Com persistência e minucioso espírito analítico, construiu sólido e duradouro fundamento do conhecimento dos primeiros dois séculos de presença portuguesa nas ilhas de Timor e Solor, e o mesmo se pode dizer a respeito do seu *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, instrumento de trabalho inexcedível, como comprovado por sucessivas edições e numerosas citações por parte dos estudiosos desta área. Na sua época, foi também o autor que mais se esforçou por dar visibilidade às explorações portuguesas do litoral malgaxe, um capítulo da história dos descobrimentos portugueses no oceano Índico até então bastante menosprezado pela historiografia nacional, mas já antes valorizado pela historiografia francesa.

⁵⁷ Ver PEREIRA, 2017, pp. 172-182.



Humberto Leitão.

Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha



Capitão-de-mar-e-guerra Humberto Leitão.

Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, António, 1937, “Arte de navegar dos portugueses na época dos descobrimentos”. In A. BAIÃO, H. CIDADE e M. MÚRIAS (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, Ática, pp. 231-267.

_____, 1939, “Novos Subsídios para a História da Ciência Náutica Portuguesa da Época dos Descobrimientos”, sep. de *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1ª secção, “Descobrimientos”, Lisboa, Ministério das Colónias.

BOTELHO, Vice-Almirante Alfredo Teixeira, 1930, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia. 1585-1669*, Lisboa, Imprensa da Armada.

BOXER, C. R., 1949, “Some Sources for the History of Timor”, *The Far Eastern Quarterly*, 9, n. 1, pp. 63-65.

_____, 1965, “Some Portuguese Sources for Indonesian Historiography”, in M. A. SOEDJATMOKO, G. J. RESINK e G. McT. KAHIN (eds.), *An Introduction to Indonesian Historiography*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press, pp. 217-233.

COSTA, A. Fontoura da, 1940, *Roteiros Portugueses Inéditos da Carreira da Índia do Século XVI*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

Derroteros de navegación de la India, Islas Primeras, Nueva España, Islas Filipinas, Cabo de Buena Esperanza, Malaca, Borneo y otros, Biblioteca Nacional de Madrid, Mss. 3176, fls. 215-220.

FONSECA, João Abel da, 2017. “Revisitar dois estudos sobre Timor no tempo do Grupo de Estudos de História Marítima e do Centro de Estudos de Marinha. 1970-1971”, in José dos Santos MAIA e Luís Couto SOARES (coord.). *Timor. Comemorações da chegada dos Portugueses em 1515*. Lisboa: Academia de Marinha, pp. 23-28.

GASPAR, Joaquim Alves, 2010, *From the portolan chart of the Mediterranean to the Latitude Chart of the Atlantic. Cartometric Analysis and Modeling*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

GRANDIDIER, Alfred, 1885, *Histoire Physique, Naturelle et Politique de Madagascar*, Paris, Hachette.

_____, 1902, *Histoire de la Découverte de l'Île de Madagascar par les Portugais pendant le XVIIe Siècle*, Separata da *Revue de Madagascar*, Paris, C. Lamy.

KAMMERER, Albert, 1949. “La Découverte de Madagascar par les Portugais”, Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia* n° 9-10 (Set.-Out.), pp. 521-627.

LOBATO, Manuel, 2011, “O caminho do rei de Portugal não é este: as fronteiras de Timor-Leste, dos processos identitários à demarcação territorial”. *Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial*. Atas do Colóquio Internacional, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, pp. 1-13.

MOTA, Avelino Teixeira da, 1974, “O Comandante Humberto Leitão, historiador da Náutica e do Ultramar” in *Anais do Clube Militar Naval*, 104 (4-6, Abr.-Jun.), pp. 257-263.

PEREIRA, José Manuel Malhão, 1996, *A Transição da Navegação Mediterrânica para o Atlântico e o Início da Navegação de Alto-mar*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (polic.)

_____, 2008, *Norte dos Pilotos, Guia dos Curiosos. Um Livro de Marinharia do Século XVIII*, Ericeira, Mar de Letras.

_____, 2017, “Roteiros Portugueses, Séculos XVI a XVIII. Sua Génese e Influência no Estudo da Hidrografia, da Meteorologia e do Magnetismo Terrestre”, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

_____, 2019, *Estudos de História da Náutica e das Navegações de Alto-Mar*, vol. 3, Lisboa, Academia de Marinha.

REGO, António da Silva (ed.), 1967, *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

SEBASTIAN, Luís (dir), 2015, *Memórias de Timor em Lamego*. Catálogo da exposição. Museu de Lamego, disponível em www.museudelamego.gov.pt/wp-content/uploads/2015/09/MemoriasTimorLamego_catalogo.pdf

SILVA, Capitão-de-fragata Jorge Manuel Moreira, 2016, *A Marinha e a História. Dois Séculos de Historiografia Naval*. Edição de autor. Disponível em linha em Academia.edu

VAQUERO, Manuela, 2015, “Biografia de Humberto Leitão”, in Luís SEBASTIAN (dir),. *Memórias de Timor em Lamego*. Catálogo da exposição. Museu de Lamego, p. 29, disponível em www.museu-delamego.gov.pt/wp-content/uploads/2015/09/MemoriasTimorLamego_catalogo.pdf

BIBLIOGRAFIA DE HUMBERTO LEITÃO

1929, “Algumas indicações sobre a nossa Colónia de Timor”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, V, 54, Dez., pp. 3-31.

1948, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

1952, *Vinte e oito anos de história de Timor. 1698 a 1725*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

1955, “A Fundação da Cristandade de Solor”, *Portugal em África*, XII, 71, Set. -Out., pp. 394-396.

1957, 1958a, 1958b, *Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino (1608-1612)- Diários de Navegação Coligidos por D. António de Ataíde no século XVII*, 3 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

1958c, “Da Identificação dos baixos de Pero Banhos e das Chagas”, *Stydia*, 1, pp. 118-122.

1958d, *Dois roteiros do século XVI de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira Reimão, atribuídos a João Baptista Lavanha*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

1963, com José Vicente LOPES, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (2ª ed. do CEHU em 1974 e 3ª ed. de 1990 das Edições Culturais da Marinha).

1966, *Uma carta de João Baptista Lavanha a respeito das agulhas de Luís da Fonseca Coutinho*, Coimbra, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigações do Ultramar [reimpressão fac-similada como Separata XI da série conhecida por *Separatas Verdes* do artigo originalmente publicado na *Revista da Faculdade de Ciências*, 39 (1966), pp. 163-194].

1970a, *O Régulo Timorense D. Aleixo Corte-Real*, Lisboa, Grupo de Estudos de História Marítima [2.ª ed. fac-similada in José dos Santos MAIA e Luís Couto SOARES (coord.), 2017, *Timor. Comemorações da chegada dos Portugueses em 1515*. Lisboa, Academia de Marinha, pp. 45-71].

1970b, *Os dois descobrimentos da Ilha de São Lourenço mandados fazer pelo Vice-Rei D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

1971, “Um notável episódio do primeiro cerco de Moçambique em 1607”, *Ultramar*. 12 (45), pp. 5-13.



JOAQUIM ALBERTO IRIA JÚNIOR (1909-1992)

ARQUIVISTA, HISTORIADOR E ACADÉMICO

Maria de Fátima Reis

colaboração de

Artur Teodoro de Matos

Joaquim Alberto Iria Júnior nasceu em Olhão, a 27 de Dezembro de 1909, falecendo em Paço de Arcos, a 24 de Fevereiro de 1992. Filho de Joaquim Alberto Iria e de Felicidade Pereira Iria, família ligada ao mar, Alberto Iria, de nome literário, frequentou o Liceu de Faro, onde teve como professor um médico de Olhão, de vasta cultura, Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), que terá tido influência na sua inclinação para a investigação histórica e com quem manteve estreito contacto intelectual, como ressaí da correspondência mantida ao longo do tempo¹. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas, na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1936, com uma tese sobre o Algarve no período da Guerra Peninsular, da qual logo publicou uma parte intitulada *Do Algarve ao Brasil no caíque de pesca “Bom Sucesso”, em 1808. Um episódio à margem da Guerra Peninsular*, saindo um lustro depois, o correspondente estudo alargado com o título *A Invasão de Junot no Algarve: Subsídios para a História da Guerra Peninsular, 1808 –1814*.

Na sequência do desempenho das funções de aspirante no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, desde 1938, foi nomeado, em 1940, terceiro-bibliotecário da Biblioteca da Ajuda. No ano seguinte, já com o curso de Bibliotecário-Arquivista, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, assumiu funções na Biblioteca da Assembleia Nacional, com marca no catálogo do respectivo Museu Histórico-Bibliográfico. A convite de Marcelo Caetano – então ministro das colónias – passaria a dirigir, desde 1946, o Arquivo Histórico Colonial, depois Arquivo Histórico Ultramarino, cargo em que se mantém até 1975². Desde 1955 é vogal-nato do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos sediado no Arquivo e,

¹ IRIA, 1986.

² Tomou posse em 3 de Setembro de 1946, sendo exonerado a 12 de Fevereiro de 1975. Cf. A.H.U., *AAHU. PT.938*, vol. I e *AAHU.PT.947*, vol. VIII.

por inerência de funções, a partir de 1966, o de vogal-nato da Junta Nacional de Educação – 3.^a secção³. Seria ainda inspector das bibliotecas e arquivos das antigas colónias portuguesas, com intervenção importante na organização dos arquivos de Angola e Moçambique, onde se deslocou algumas vezes⁴. Aí evidenciou actualizada informação sobre métodos e técnicas da arquivística, até porque conhecedor de instituições congéneres, como no “National Archives” dos Estados Unidos da América. Entre 1942 e 1950 foi bolseiro, no país, do Instituto de Alta Cultura⁵.

Homem de afectos, que nunca esqueceu a experiência oceânica no caíque do avô e do pai, sempre lembrando e enaltecendo pela escrita Olhão e o território do Algarve, sofreu o desgosto da perda da esposa, Maria Teresa Stichaner Lacasta Iria, em 1967⁶, de quem teve três filhos, Carlos Alberto Stichaner Lacasta Iria (†2004), Maria Teresa Stichaner Lacasta Iria e Ana Maria Stichaner Lacasta Iria von Marschall; o segundo casamento com Clotilde das Dores Boto Iria trouxe-lhe serenidade, apoio e conforto noutra contexto da vida.

O empenho na investigação histórica, patente na alargada produção editorial, designadamente sobre a sua região natal, teve desde cedo reconhecimento, com a sua admissão em diversas instituições científicas nacionais, vindo até a exercer, em duas delas elevados cargos: Academia Portuguesa da História e Academia das Ciências de Lisboa⁷.

A projecção da sua obra levou também a que fizesse parte de vários institutos internacionais, nomeadamente dos de muitas cidades brasileiras. Aqui ascenderia a sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo e do Liceu Literário Português em 1949 e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quatro anos depois. Mas também de outros Institutos e Academias de outros países, como do Uruguai, Colômbia, Espanha e Washington⁸. Com muitos membros destas instituições estabeleceu Alberto Iria laços de amizade, de que memoro Lourenço Luiz Lacombe, do Instituto Histórico de Petrópolis, com quem se correspondia, e que lhe prestou sentida homenagem, em 1996, relembando o amigo⁹. Expressão ainda

³ CEPEDA, 1966, p. 72.

⁴ A.C.L., Processo Académico de Alberto Iria, pasta n.º 3.

⁵ A.P.H., Processo Académico, n.º 158; MARTINS, 2018, p. 44.

⁶ As manifestações de pesar, seja da Academia Portuguesa da História pela “inesperada perda” ou da imprensa periódica local, testemunham a elevada consideração de Alberto Iria. A.P.H., Processo Académico, n.º 158, ofício n.º 141, de 1967, e, por exemplo, *Notícias de Albufeira*, ano I, n.º 3, 1 de Outubro de 1967, p. 8, que assinala a “triste surpresa” dias depois da presença do casal no Congresso Internacional do Beato Vicente, em Albufeira.

⁷ Vejam-se os processos académicos de Alberto Iria na A.P.H. n.º 158; A.M. n.º 1992; A.C.L., pastas n.º 1 e 3; A.H.U., *AAHU.PT. 938, 941 a 947*. À Doutora Ana Isabel Silva Canas da Cunha Delgado Martins, ilustre directora do Arquivo Histórico Ultramarino, agradecemos a permissão da consulta das pastas que constituem todo o longo processo individual de Alberto Iria.

⁸ Processos académicos existentes na A.P.H. n.º 158; A.M. n.º 1992

⁹ Vide http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/11119960511.htm.

da relevância da sua actividade são os louvores, distinções e condecorações com que foi agraciado, não só em Portugal, como no Brasil. Aqui ser-lhe ia imposta a Comenda da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em 1954 e, no seu país, ascenderia a Grande Oficial de Ordem do Infante D. Henrique em 1974, para citar apenas algumas.

Referência de arquivista e de historiador neste país, quando já prestes a afastar-se das obrigações oficiais, por parecer da Junta de Saúde do Ultramar de Janeiro de 1975, por ele solicitada, faz chegar ao Presidente da Comissão de Saneamento e Reclassificação do Ministério da Coordenação Interterritorial a notícia e a reprodução do artístico diploma de “sócio honorário pelos muitos serviços que tem feito no campo da arquivologia”, atribuído pelo Conselho Deliberativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 20 de Março de 1974¹⁰. Tal galardão havia-lhe sido entregue em mão, aproveitando a deslocação a Portugal “em missão cultural”, da Prof.^a Carminda Nogueira de Castro Ferreira, célebre bibliotecária luso-brasileira. Declarava o Presidente da Associação, José Pedro Pinto Esposel, que a distinção expressava “os sentimentos de respeito e admiração que os profissionais do arquivo do Brasil devotam ao seu eminente colega de Portugal”¹¹. De relevar, que o prestígio dos seus estudos mereceram a atribuição de vários prémios e louvores¹².

Homem de uma vida recheada de trabalho e de apreço pelos seus congéneres, integrou programas celebrativos, antes ainda de pertencer às principais academias do país, delegações portuguesas ao Brasil, comissões que prepararam diferentes exposições em Portugal e no estrangeiro, participando também em vários congressos, nacionais e estrangeiros¹³. O seu percurso científico foi ainda marcado por convites para proferir conferências, como, em 1947 e em 1948, na Universidad Hispanoamericana de Santa María de La Rábida (Huelva), no âmbito dos designados “cursos americanistas”, V e VI cursos, consagrados respectivamente às temáticas “Hernán Cortés y su época. IV Centenário de la muerte de Hernán Cortés” e “Sevilla y América”.

Sempre bem-querendo à sua terra, fez parte da Comissão Organizadora da Casa do Algarve, em Lisboa (1946), da qual foi Presidente da Comissão Cultural (1952) e Delegado de Olhão no Conselho Superior Regional (1952), vindo a ser distinguido, em 1959, com a categoria de sócio benemérito, devido aos elevados serviços prestados à investigação histórica do Algarve e, em 1978, com a de sócio honorário. Neste preito, prestado a 13 de Dezembro, lograram as palavras então proferidas por Manuel Viegas Guerreiro – outro académico algarvio ilustre – publicadas em forma de separata do *Correio do Sul*, evocando o autor, do “amigo dedicadíssimo”, a

¹⁰ A.H.U., AAHU.PT.947, Ofício de 30 de Dezembro de 1974.

¹¹ A.H.U., AAHU.PT.947, Ofício de 15 de Outubro de 1974.

¹² Processos Académicos: A. P. H., n.º 158; A.M., n.º 1992; A.H.U., AAHU, PT.947 e COSTA, 1994, p. 51.

¹³ VIVAS e OLIVEIRA, 2015, p. 5.

“operosa vida intelectual” do homenageado, que, “como homem, enobrece” Olhão e “como historiador, a ilustra”¹⁴. Renovou a Casa do Algarve a sua homenagem a Alberto Iria, em 1990, pela apresentação da segunda edição que fizera do seu livro *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*. É que fixando residência em Lisboa, Alberto Iria manteve sempre fortes ligações ao local de nascimento, quer dando continuidade aos estudos regionais, de que é nome cimeiro, quer colaborando regularmente em quase todos os jornais algarvios: *Correio Olhanense*, *O Algarve*, *O Louletano*, *Jornal de Lagos*, *Correio do Sul*, *Voz do Sul*, *Folha do Domingo*, *Povo Algarvio*, *A Gazeta de Olhão*. Estes contaram com textos de sua autoria, em que divulgava documentos relativos à região, em série de artigos, que intitulou sugestivamente “Algarbiorum Monumenta Historica”, “Algarve: Memórias Históricas e Etnográficas”, “Arqueologia, História e Etnografia do Algarve”, “Folhetins Históricos do Algarve”, “Algarve: Estudos Históricos” e “Algarve: Memórias Histórico-Genealógicas”. Também é verdade que os seus conterrâneos corresponderam a essa dedicação, em vida e depois do seu falecimento, com algumas homenagens, nomeadamente a de dar o seu nome a um agrupamento de escolas de Olhão¹⁵, a uma rua, que, em Olhão leva o epíteto de “ilustre historiador”, em Lagos, de “historiador do Algarve” e, em Loulé, de “historiador algarvio”, e a aposição de uma placa na casa onde nasceu, em Olhão, na rua Diogo Cristina.

As homenagens locais tiveram eco e empenho na Academia Portuguesa da História, como as prestadas pelo município de Olhão em 1977¹⁶, 1979 e 1985. A deste último ano contou com a presença do então presidente desse município, João Bonança, que lhe entregou a medalha de honra de ouro atribuída pela edibilidade, pelos bons serviços prestados, como cidadão e homem de cultura, à terra onde nasceu e sobre a qual escreveu numerosos livros. Os 80 anos seriam igualmente aqui também lembrados, a que se associaram muitos académicos e vários comprovincianos.

Surpreende a forma como os periódicos algarvios sempre acompanharam a actividade intelectual do seu conterrâneo, em plena comunhão de saber e de agradecimento. A Academia Portuguesa da História e a Academia das Ciências de Lisboa guardam muitos recortes dessas notícias, marca do trabalho constante, dos méritos e da sua notada distinção.

Mas Alberto Iria, além de historiador distinto, foi um profissional destacado, não só como arquivista, mas como director de um dos mais importantes arquivos nacionais portugueses. Aí acorriam com frequência historiadores e estudiosos portugueses, mas também estrangeiros, com especial procura de brasileiros. Em 1950 edita o vol. I do *Boletim do Arquivo Histórico Colonial*, onde pela primeira

¹⁴ GUERREIRO, 1979.

¹⁵ <http://www.agrupalbertoiria.edu.pt/>.

¹⁶ A.P.H., Processo Académico, n.º 158, telegrama, 16 de Junho de 1977.

vez surge um roteiro deste arquivo – depois denominado Histórico Ultramarino – com indicação dos conteúdos das diferentes secções e de algumas das espécies mais notáveis nele existentes. Posteriormente fará divulgar alguns inventários e catálogos de exposições¹⁷.

Em 1960, a convite do Encarregado de Negócios dos Estados Unidos da América do Norte, Senhor John Goodyer, é convidado a deslocar-se aquele país por um período de dois meses. Aceite e autorizada a deslocação, Alberto Iria teve oportunidade de visitar os arquivos nacionais e estatais, bem como bibliotecas e escolas de ensino de biblioteconomia dos EUA, em Abril e Maio do ano seguinte¹⁸. Nessa visita o então vice-presidente dos Nacional Archives de Washington, Dr. Theodore R. Schelleberg fez exhibir ao convidado um filme sobre tais arquivos que deveras o terá impressionado. Meses depois, na sessão plenária do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, ocorrida em 10 de Dezembro de 1961, Alberto Iria fará uma conferência sobre “Portugal e as suas Províncias Ultramarinas nos principais arquivos e bibliotecas dos Estados Unidos da América do Norte”. Aqui tentou ainda apresentar a versão portuguesa do filme visto nos EUA. O adido cultural da Embaixada dos EUA em Lisboa acabaria por não poder satisfazer esse pedido.

A sua reconhecida competência na área da arquivística, levou o Prof. António da Silva Rego, então Presidente da Comissão Executiva do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, a formalmente convidá-lo, em 1964, a elaborar um *Manual de Arquivística* destinado à colecção que o CEHU deveria lançar sob o título genérico de “Ciências Auxiliares da História”. Alberto Iria não só ficaria grato pelo desafio, como acrescentou que há muitos anos carreava materiais para tal fim. Acrescentava ainda que havia sido de grande utilidade a sua presença, na qualidade de representante de CEHU, às recentes e “notáveis lições do Prof. Robert-Henri Bautier ilustre mestre da École des Chartres, de França” e proferidas na Faculdade de Letras de Coimbra. A sua competência arquivística, além de confiança política, levaram a que fosse requisitado para prestar serviço em 1953, durante algum tempo, na Presidência do Conselho de Ministros¹⁹.

Se a organização do arquivo, o tratamento e predisposição dos documentos terão sido uma das principais preocupações de Alberto Iria, o bem-estar de quantos os utilizavam e dos que lá trabalhavam diariamente, parecem também ter merecido o seu empenhamento e determinação. Em Novembro de 1960 agradecia à Junta de Exportação do Café e à Refinaria do Ultramar, em nome pessoal, dos funcionários e dos investigadores, a concessão de café e de açúcar que permitiria a todos “benefi-

¹⁷ Sobre o assunto veja-se, a título de exemplo, o relatório que elabora sobre “Actividade do Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, desde 1966 a 1972”. Cf. A.H.U., *AAHU. PT. 947*, vol. VIII.

¹⁸ A.H.U., *AAHU. PT. 943*, vol. IV.

¹⁹ A.H.U., *AAHU. PT. 938*, vol. I.

ciarem diariamente de uma chávena do tão saboroso estimulante para o trabalho²⁰. Tal gesto havia de perpetuar-se ainda na década de 70, já à volta de uma chávena de chá, sendo ocasião de agradável e frutuoso convívio entre os poucos investigadores portugueses e estrangeiros que então frequentavam o AHU. No ano seguinte, em 3 de Julho, são os dezoito funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino que agradecem ao seu director a concessão de ventoinhas para colocarem nas suas mesas de trabalho²¹.

Mas as funções de Alberto Iria não se esgotavam nos serviços burocráticos. Iam muito além do que se poderia pedir a um director de arquivo. Ele nunca deixou de ser o historiador distinto da temática algarvia, como da do vasto Império Português. A ele recorriam estudantes de graduação e pós-graduação portugueses e brasileiros, solicitando informações e orientação para as suas teses de licenciatura e doutoramento. Até sugestões de temas lhe imploravam, tendo em atenção os ricos acervos que estavam à sua guarda e que conhecia como ninguém. São várias, aliás, as instituições do Brasil como até de Portugal que oficialmente formalizam tais pedidos, ou gratulam a colaboração prestada. Será, por exemplo o pedido do director da Faculdade de Ciências e Letras de Rio Claro, no Estado de S. Paulo, que lhe solicitara apoio e orientação em doutoramento em História, para teses dirigidas por Sérgio Buarque da Holanda, ou da Universidade de Vitória, no Espírito Santo, do mesmo país, para só citar alguns²².

Salvador Dias Arnaut, então director do Instituto de Estudos Ultramarinos da Faculdade de Letras de Coimbra e detentor da cátedra de Expansão Portuguesa, em Novembro de 1965 expressava-lhe gratidão pela ajuda concedida aos seus alunos na preparação das dissertações de licenciatura, recomendando-lhe uma vez mais novos estudantes:

“Quero agradecer vivamente a preciosa colaboração que o Senhor Doutor me tem dado! Graças a ela tem sido possível pôr a trabalhar sobre a história do nosso Ultramar, alguns alunos. [...] Como professor de história da Expansão Portuguesa esforço-me por inculcar nos meus alunos o amor pelo além-mar português. Alguns querem depois fazer dissertações sobre a sua história. Muito, muito obrigado, meu prezadíssimo amigo, pela colaboração – que tem ido muito além do que do que, burocraticamente falando, seria de esperar de um Director de Arquivo. O Senhor Doutor tem criado em cada um dos meus alunos um amigo. Eles vêm sempre encantados daí. Trabalham com gosto. Sentem-se amparados num Arquivo por um Director verdadeiramente modelar – eles que são uns principiantes, sujeitos naturalmente a desânimos se não tiverem auxílio. Assim venho pedir-lhe a continuação da colaboração. Aqui não é possível encontrar matéria para dissertações sobre o Ultramar. [...] Atrevi-me [...] a recomendar aos referidos alunos

²⁰ A.H.U., *AAHU. PT.942*, vol. III.

²¹ A.H.U., *AAHU. PT.943*, vol. IV.

²² A.H.U., *AAHU. PT. 945*, vol. VI.

que se desloquem ao Arquivo e peçam sugestões ... para os seus trabalhos – em face da documentação lá existente. Tal como tem sucedido noutros casos ... Perdoe-me [...] não sei como agradecer tudo. Creia que tenho um vivíssimo prazer em citar o seu nome, tão frequentemente como o faço nesta casa”²³.

Perante essa “tão honrosa e singular manifestação de apreço”, como escreve, dela daria conhecimento em “Ordem de Serviço” a todos quantos trabalhavam na Casa “e se esforçam por cumprir, melhor ou pior, o seu dever, tal como o signatário”. Mas, expressões de gratidão e encómio, ao director do Arquivo Histórico Ultramarino, exuberam no seu voluminoso e rico arquivo pessoal, vindas de universitários portugueses e brasileiros. Tal acervo, além de guardar documentos de natureza institucional, conserva muitos outros que respeitam ao arquivista, ao historiador, ao cidadão Alberto Iria, durante três décadas de vida.

Historiador idóneo e probo, respondendo a Salvador Dias Arnault e honrado com a solicitação, assegura-lhe a continuidade do apoio “na metodologia histórica e arquivística” que dele sempre tiveram, “para valorizarem, com as suas teses, o valioso Património Documental da Nação”²⁴. Disponível e generoso – segundo vários testemunhos – sempre pronto a receber quem o procurava, ao seu gabinete acorriam os jovens finalistas de história em demanda dos temas que eram objecto de estudo nos seminários de Expansão Portuguesa. E se o assunto se relacionasse com algum já por ele abordado, eram logo presenteados com livro ou separata sua, com longa, generosa e estimulante dedicatória, escrita em caligrafia inconfundível, que hoje são lembrança saudosa do autor e orgulho dos seus titulares.

Director de arquivo, mas também historiador assumido, divulgou muitas das fontes que estavam à sua guarda em obra que editou. Todavia, sempre terá distinguido o cargo, da profissão de historiador que pessoalmente também arrogou, embora a segunda terá certamente contribuído para dignificar a função de chefia que desde cedo assumiu. São abundantes os recibos de pagamento de reproduções em negativo e fotográficas, sobretudo durante a década de 60 do século passado²⁵. Servia e promovia a Instituição, mas não se servia dela!

Não tendo chegado a conhecer pessoalmente Alberto Iria, mas leitora do muito que ele deixou como rica herança da historiografia portuguesa, designadamente da mais ampla bibliografia do século XX sobre a história do Algarve, o diálogo que estabeleci com a correspondência à guarda do arquivo histórico da Academia Portuguesa da História deixa-me a imagem de um homem cordial, respeitoso e respeitado, probo e sabedor, amigo e subidamente prestante. Agradecido desde o primeiro momento pelo apreço manifestado por essa instituição pelos seus trabalhos, não tarda a indicar títulos para comunicações a apresentar, numa regu-

²³ A.H.U., *AAHU. PT.944*, vol. V.

²⁴ A.H.U., *AAHU. PT.944*, vol. V.

²⁵ A.H.U., *AAHU. PT. 942-945*, vols. III-V.

laridade anual que gera dezenas de participações²⁶. Responsável e de superior sentido do dever, em Dezembro de 1978 cumpria o esperado pelos académicos – a entrega de alguns dos seus trabalhos, que designa de “modestos”, à biblioteca da Academia, num total de quarenta e um títulos²⁷.

Rigoroso na pesquisa e persistente na acção, sempre correspondeu com a celeridade e a exigência requerida aos pareceres e incumbências solicitados pela Academia. Merece que se registre este labor, expressão também da consideração da Academia Portuguesa da História nos organismos que superintendem à cultura nacional e da dinâmica das suas actividades. Em 1963 a instituição agradeceu-lhe a “forma como se desempenhou do encargo” de consulta feita por António de Sousa Pontes (1908-1994)²⁸ sobre a introdução da cultura da cana-de-açúcar na ilha da Madeira pelos algarvios²⁹. Em 1965, o Conselho Académico incumbiu-lhe a representação da Academia no Comissariado Geral da Exposição de Portugal no Rio de Janeiro, pelas cerimónias comemorativas do IV Centenário da fundação dessa cidade³⁰. Em 1966, prestou “valioso auxílio” na “forma cuidada” como respondeu à informação sobre os nomes e datas de falecimento dos priores da Ordem Militar de Cristo que exerceram funções entre 1505 e 1534, para satisfazer um pedido feito pelo Arcebispo de Colombo, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Legação de Portugal em Colombo³¹. O seu nome foi indicado, em 1967, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para deslocação ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, com o propósito de inventariar e filmar a documentação portuguesa relativa ao período de 1793 a 1821³². No ano seguinte, deliberou o Conselho Académico que Alberto Iria integrasse a Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Vasco de Gama, “visto o seu auxílio ser grandemente proveitoso”³³. Em 1970 emitiu “minucioso e erudito parecer” sobre as questões colocadas por Rolf K. Günther a propósito da acção do infante D. Henrique e da Escola de Sagres, sabendo ter-se “dedicado devotadamente ao assunto”³⁴. Em Fevereiro de 1975, já num movimento de democratização e descolonização, a pedido da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, a Academia dirige-lhe convite para colaborar na elabo-

²⁶ A.P.H., Processo Académico, n.º 158, carta de 27 de Janeiro de 1983.

²⁷ *Ibidem*, carta e relação de trabalhos de Alberto Iria, 15 de Dezembro de 1978.

²⁸ Natural da Quarteira, licenciado em Ciências Económicas e Financeiras, autor de estudos sobre a economia de Loulé e a história do morgadio de Quarteira, foi agraciado, em 1995, com a Medalha de Mérito Grau Prata do Município de Loulé. Vide <http://www.cm-loule.pt/pt/menu/299/1995.aspx>.

²⁹ A.P.H., Processo Académico, n.º 158, ofícios n.º 61 e n.º 93, de 1963.

³⁰ *Ibidem*, ofício n.º 61, de 1965.

³¹ *Ibidem*, ofícios n.º 147 e n.º 159, de 1966.

³² *Ibidem*, ofício n.º 145, de 1967.

³³ *Ibidem*, ofício n.º 114, de 1968.

³⁴ *Ibidem*, ofícios n.º 148, de 1969 e n.º 53, de 1970.

ração de um “Roteiro” das Bibliotecas e Arquivos portugueses com documentação relativa à história do Brasil e dos “novos países de expressão portuguesa”, para a parte referente ao Maranhão, Amazonas, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo³⁵. Como “notável historiador do Algarve” respondeu, em Julho de 1978, ao pedido formulado à Academia pela Direcção-Geral dos Negócios Políticos, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, relacionados com a região de São Vicente (Sagres e Lagos), a solicitação de Rebecca M. Jackson, através da Embaixada de Portugal em Washington³⁶. Tendo o Ministério da Cultura incumbido a Academia Portuguesa da História de proceder, em 1983, à preparação das comemorações do V Centenário do Descobrimento da América, entendeu o Conselho Académico designar Alberto Iria presidente da subcomissão nomeada para o efeito³⁷. Em 1986 foi o mesmo indicado para representar a Academia Portuguesa da História na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses³⁸.

Havendo que considerar o destacado papel que teve no Arquivo Histórico Ultramarino, durante quase três décadas, o afastamento forçado terá resultado no benefício da dádiva a outras instituições de cultura. Razão para em 1987, na passagem do cinquentenário da restauração da Academia Portuguesa da História, o seu nome ser proposto para Presidente de Honra, distinção até então atribuída apenas a dois académicos, em 1970, a Marcello Caetano, e em 1983, a António da Silva Rego. A “permanente dedicação”, o exercício de cargos directivos ao longo de quinze anos “com inexcusável vontade de bem servir”, o exemplo de “trabalho fecundo” e de “apego à cultura” e a “obra notável” foram credores de “respeito” e “gratidão” na outorga concedida no ano em que perfaziam trinta anos de membro da Academia³⁹.

O desempenho de cargos na Academia Portuguesa da História e na Academia das Ciências de Lisboa resultaram numa entrega maior, difícil de igualar noutras academias nacionais, como admite em relação à Academia de Marinha, quando eleito membro emérito, pelo seu “prestígio e dedicação”; se bem que se predisponha, dentro das “limitadas possibilidades” a continuar a dar a “mais devotada colaboração”⁴⁰. Registo existe da apresentação de quatro comunicações na Academia de Marinha, entre 1970 e 1990⁴¹, de sessenta e sete comunicações na Academia Portuguesa da

³⁵ *Ibidem*, ofício n.º 50, de 1975.

³⁶ *Ibidem*, ofício n.º 271, de 1978 e resposta anexa.

³⁷ *Ibidem*, ofício n.º 278, de 1983.

³⁸ *Ibidem*, ofício n.º 699 de 1986.

³⁹ Vide A.P.H., Processo Académico, n.º 158 a proposta de Joaquim Veríssimo Serrão, de 24 de Abril de 1987, a carta que lhe dirigiu a 22 de Janeiro desse ano, ofício n.º 75, de 1987 e a de 29 de Abril, ofício n.º 282, de 1987.

⁴⁰ *Ibidem*, carta do Presidente da Academia de Marinha, de 26 de Janeiro de 1984 e carta de Alberto Iria, de 13 de Fevereiro de 1984 e A.M., Processo Académico, n.º 1992.

⁴¹ A.M., Processo Académico, n.º 1992

História, entre 1959 e 1990 e de oito comunicações na Academia das Ciências de Lisboa, entre 1968 e 1977⁴². Aqui teve Alberto Iria presença constante e trabalho intenso, designadamente como Inspector da Biblioteca, apresentando poucos meses depois do provimento no cargo um detalhado relatório, em que apontava a urgência de intervenção no edifício e no acondicionamento, tratamento e catalogação das espécies, “carecidas da terapêutica adequada”⁴³. Cuidando também, no ano seguinte, em 1983, de elaborar um ante-projecto de regulamento da biblioteca, deteve-se de forma circunstanciada nas antigas regulamentações de 1869 e de 1908, incumbindo-lhe o Conselho Administrativo de elaborar “as normas reconhecidas indispensáveis”⁴⁴.

De trato cordial e afável, assim o expressavam muitos que com ele se correspondiam, como Manuel de Paiva Boléo, destacado filólogo e linguista, que, em 1988, lhe agradecia “a amabilíssima carta” que lhe dirigira pela ocasião de entrega do diploma de confrade⁴⁵. Também não deixava Alberto Iria de trocar correspondência com estudiosos, como aconteceu com Kraig Adler, actual professor emérito do Departamento de Neurobiologia e Comportamento, da Universidade Cornell (Ithaca), dos Estados Unidos da América, respondendo a informações sobre o naturalista português do século XIX, José Vicente Barbosa du Bocage, para trabalho a ser apresentado no “World Congress of Herpetology”, em 1989⁴⁶. Em Maio desse ano, reconhecendo que dera à Academia das Ciências de Lisboa “o melhor” do seu “esforço e empenhamento” e, sentindo não ter condições de saúde para continuar a assegurar as obrigações inerentes ao cargo de Secretário-Geral, entendendo e agradecendo o respectivo presidente, José Pinto Peixoto, o zelo e a competência agradecia o zelo e a competência, “trabalho insano de reestruturação e de defesa dos altos valores” da Academia, verdadeiro “exemplo de competência e de dignidade” no desempenho das funções, mantendo todas as prerrogativas do seu estatuto de sócio efectivo e de decano da secção de História e Geografia (3.ª secção)⁴⁷.

Findou o labor intenso do insigne historiador algarvio em Fevereiro de 1992, deixando um legado bibliográfico de centenas de títulos, elencados pelo seu sucessor na cadeira n.º 22, Mário Alberto Nunes Costa, no *Elogio* que lhe consagrou; emocionado retrato do homem “sensível”, de “espírito cortês”, “erudito com simplicidade” e um dos “mais sólidos e fecundos historiadores contemporâneos”⁴⁸. Alberto Iria, “modelo de Confrade e de Amigo”, nas palavras de Joaquim Veríssimo

⁴² A.C.L., Processo Académico, pasta n.º 1.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*, pasta n.º 2.

⁴⁵ *Ibidem*, pasta n.º 3.

⁴⁶ *Ibidem*, ofício n.º 562, de 1988.

⁴⁷ *Ibidem*, carta de Alberto Iria, de 12 de Maio de 1989 e ofício n.º 232, de 1989, de 23 de Junho.

⁴⁸ COSTA, 1994, pp. 52-53.

Serrão⁴⁹, teve votos de pesar nos municípios algarvios, nas academias e associações a que pertenceu e sentidos panegíricos na imprensa regional, testemunho da consideração e afecto de muitos admiradores. O distinto algarvio deixara uma obra colossal, fruto de uma vida de estudo, de trabalho, de serviço, de dedicação à pesquisa e divulgação da nossa História e que justamente o elevou no campo académico. De procedimento modelar e finura no trato, assim o lembra quem com ele conviveu, apreciando a sua dignidade e lhanza. Satisfazendo a sua vontade, cuidou a Câmara Municipal de Olhão de trasladar os seus restos mortais para a terra natal, num gesto que teve o aplauso de conterrâneos, amigos e familiares.

No primeiro aniversário do seu falecimento, em Janeiro de 1993, foi Alberto Iria homenageado na Academia Portuguesa da História com o referido *Elogio* de Mário Alberto Nunes Costa. Sessão sentida, em que estiveram presentes familiares, amigos e destacadas individualidades do Algarve, e que contou com uma exposição e catálogo de obras e estudos de sua autoria, bem como de diplomas e condecorações com que foi agraciado. Em tributo de gratidão, à sala foi dado o seu nome, assim mantendo redivivo Alberto Iria na Academia Portuguesa da História. Meticuloso na análise, o novo titular da cadeira traçou o perfil do homem, do investigador, do historiador numa existência de inteira consagração ao saber. Em 1996, delineou Justino Mendes de Almeida em Olhão a tripla feição do académico, do historiador e do cidadão e em 1997 e no centenário do seu nascimento recebeu Alberto Iria novas dedicações na sua Olhão natal, tendo, em 2009, a Presidente da Academia Portuguesa da História, Manuela Mendonça, aí recordado o homenageado na sua dedicação e ecos na instituição e salientado a importância dos seus estudos.

A valia dos seus estudos impôs publicações póstumas. Em 1995, em forma de homenagem à eminente figura de Alberto Iria, a Câmara Municipal de Silves, nas comemorações do Dia da Cidade, lançou a obra *A Liderança Social de Silves na Região do Algarve nos séculos XIV e XV*, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Em 1996 editou a Comissão Municipal dos Descobrimentos de Lagos o livro inédito da autoria de Alberto Iria, intitulado *O Infante D. Henrique e o Algarve*, apresentado nas cerimónias do 423.º aniversário da elevação de Lagos a cidade. A expectativa editorial do segundo volume das *Cortes Medievais Portuguesas*, respeitante a 1450-1490, ao qual dedicou os tempos finais de vida, ficando incompleto, não permitiu a aguardada publicação.

Não é só a sua família que hoje quer lembrar e levar ao mundo Alberto Iria, como bem dizem suas filhas na página eletrónica criada em 2018⁵⁰, é à academia que cumpre manter viva a sua mensagem e perpetuar a sua memória, testemunho de modelo de honestidade, de arquivista preocupado em preservar, organizar e incor-

⁴⁹ A.P.H., Processo Académico, n.º 158, ofício n.º 201, de 1992.

⁵⁰ <https://iriaparaomundo.com/portugues/NOTA-PREVIA>.

porar um património histórico de vulto, de investigador esforçado e de historiador zeloso. Guardam as academias a que pertenceu perene lembrança de Alberto Iria. Se a alargada produção bibliográfica não deixa dúvidas quanto ao trabalho histórico e tendência arquivística de Alberto Iria, lídimo e ilustre algarvio, distinto olhanense da mais verdadeira grei da gente do mar, de que muito se orgulhava, a recorrente recuperação dos seus estudos ao longo do tempo é prova do alcance do seu entendimento e da ainda actualidade de muitas das interpretações propostas. A sua obra é uma referência para múltiplas temáticas: a henriquina, as pescas, os caíques, os descobrimentos, o Algarve, os algarvios, as cortes, as invasões francesas, o além-mar português, a geopolítica... Estudos de exemplar maestria que definem o fecundo investigador, na sua seriedade, zelo e eloquência, e que engrandecem o património bibliográfico português.



Alberto Iria em 1952, com o Director da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e com Jaime Cortesão.
Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico Ultramarino



Joaquim Alberto Iria com o Presidente da República Craveiro Lopes.
Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico Ultramarino

BIBLIOGRAFIA

- “Alberto Iria”, [s.d.], *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIV, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, pp. 9-10.
- “Alberto Iria”, 1999, *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI*, vol. 16, Lisboa, São Paulo, Editorial Verbo, coln. 138.
- CAVACO, Edgar, 2009, “Introdução”, *O Novo Argonauta*. Adaptação, anotação e introdução de [...], Olhão, Edição electrónica da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão, disponível em <http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/NovoArgonauta.pdf>, pp. 1-6.
- CEPEDA, Isabel Vilares, 1966, “Comentários e Notícias”, *Cadernos BAD – Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, vol. 3, n.º 2, Coimbra, Abril, pp. 71-74, disponível em <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/962>.
- COSTA, Mário Alberto Nunes, 1994, *Elogio do Dr. Alberto Iria*, por [...]. Resposta de Justino Mendes de Almeida. Encerramento: Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- FERREIRA, Licínia Rodrigues, 2012, *Sócios do Instituto de Coimbra (1852-1978)*, Coimbra, [s.n.], disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/21258>.
- FIDALGO, Andreia Lopes, 2012, *Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), historiador do Algarve. Contributo para a historiografia henriquina*. Dissertação de Mestrado em História do Algarve, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, [s.l.], disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/5965> = Andreia Fidalgo, *Francisco Fernandes Lopes: historiador do Algarve*, Olhão, Sul, Sol e Sal, 2016.
- _____, 2013, “Francisco Fernandes Lopes, um invulgar médico olhanense”, *Contributo para a história da Saúde no Algarve*, Faro, Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, pp. 123-137.
- GUERREIRO, M. Viegas, 1979, *Alberto Iria. Palavras proferidas na sessão de homenagem, realizada na Casa do Algarve, em Lisboa, a 13-XII-1978*, Faro, separata do *Correio do Sul*, números 3027 e 3028, de 1 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1979, disponível em <http://www.fundacao-mvg.pt/uploads/page/Binder12.pdf>.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, 2004, “IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949)”, *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n.º 48, São Paulo, pp. 145-170, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000200007>.
<http://www.agrupalbertoiria.edu.pt/>.
- IRIA, Alberto, 1965, *Elogio do Doutor Júlio Dantas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- _____, 1971, “Resposta” in *Elogio do Ten.-Cor. Augusto Botelho da Costa Veiga*. Pelo Académico de Número Armando Nobre de Gusmão, Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 50-62.
- _____, 1979, “Resposta” in *Elogio do Doutor Francisco José Caeiro*. Pelo Académico de Número Luís de Bivar Guerra, Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 38-61.
- _____, 1986, *Centenário de Francisco Fernandes Lopes: cartas*. Coligidas e comentadas por [...], Faro, Universidade do Algarve.
- _____, 1989, “Resposta ao Recipiendário” in *Elogio do Dr. José Timóteo Montalvão Machado*. Por Carlos Bessa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 50-62.

_____, 1989a, “Resposta ao Recipiendário” in *Elogio do Padre António Brásio*. Por José Pedro Machado, Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 64-75.

LACOMBE, Lourenço Luiz, 1995, 11 de Maio de, *Relembrando amigos...*, disponível em http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/III19960511.htm.

MARREIROS, Glória Maria, 2000, “Joaquim Alberto Iria”, *Quem foi quem? 200 Algarvios do Séc. XX*, Lisboa, Colibri, 1.ª ed., pp. 263-264 e 2001, 2.ª ed.

MARTINS, Ana Canas Delgado, 2018, “A documentação do Conselho Ultramarino como património arquivístico comum: subsídios à sua história”, *Revista Brasileira de História*, vol. 38, n.º 78, São Paulo, Maio-Agosto, pp. 39-54. <https://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-02>.

MUÑOZ BORT, Domingo, 1993, *La Universidad Hispanoamericana de Santa María de La Rábida. Medio Siglo de Historia*, Huelva, Universidad Hispanoamericana Santa María de La Rábida, disponível em <http://hdl.handle.net/10334/552>, em especial, p. 42.

VIVAS, Diogo e OLIVEIRA, Silvana Roque de, 2015, “Os Encontros de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1965-1983): estudo histórico e bibliométrico”, *paper* apresentado ao 12.º Congresso Nacional BAD, disponível em https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/45007/1/Vivas_Oliveira_Congresso_BAD_2015.pdf, pp. 1-12.

VON MARSCHALL, Ana Maria, “Alberto Iria. O Homem e a sua Obra”, <https://iriaparaomundo.com/portugues/PERCURSO-BIOGRAFICO>, 18 de Outubro de 2018.



JORGE MAIA RAMOS PEREIRA (1901-1974)

OFICIAL DE MARINHA, HOMEM DE CULTURA E CIDADÃO

Fernando David e Silva

Do berço à Escola Naval

Jorge Maia Ramos Pereira nasceu em 6 de Abril de 1901, na freguesia de Gontinhães, concelho de Caminha, distrito de Viana do Castelo, filho de Luís Inocêncio Ramos Pereira (1870-1938) e de Cecília Maia Ramos Pereira.

Seu pai era médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, a sua cidade natal, tendo exercido em Coimbra, Lisboa e Vila Praia de Âncora. A sua acção benemérita, valeu-lhe, em Âncora, ficar conhecido como “médico dos pobres”. Luís Inocêncio aderiu ao Partido Republicano Português por alturas do Ultimato, quando era presidente da Comissão Municipal de Caminha. Maçon¹, foi também membro de Junta Local da Liga Naval Portuguesa, associação que se dedicou à propaganda das actividades marítimas, entre 1900 e 1939. A partir de Novembro de 1910, foi administrador por parte do governo na Companhia do Niassa. Eleito deputado à Constituinte em 1911, foi Senador em todas as legislaturas da República, excepto em 1918, pelo círculo de Viana do Castelo, nas listas do Partido Republicano Português². Pertenceu a Luís Ramos Pereira a iniciativa, tomada em 1924, da elevação de Gontinhães, onde nascera o seu filho Jorge, à categoria de vila, com o nome de Vila Praia de Âncora³, a que o seu nome ficou ligado, sendo recordado na toponímia e num busto inaugurado em 1970, entre outras homenagens evocativas da sua acção profissional, política e cívica⁴.

Jorge Ramos Pereira fez os estudos liceais no Colégio Militar, onde foi admitido em 1911 e teve o nº 43⁵. Uma vez completada essa fase da sua formação, assentou praça em 6 de Julho de 1918, como primeiro sargento-cadete do Regimento de Artilharia nº 5, de Vila Nova de Gaia.

¹ VENTURA, 2013, p. 479.

² MARQUES, 2000, p. 343.

³ Lei nº 1616, de 5 de Julho de 1924.

⁴ MARREIROS, 2001, pp. 13-18.

⁵ FALCÃO, 2003, pp. 56, 158.

Pela sua biógrafa Glória Marreiros, sabe-se que, estudante do 1º ano do Instituto Superior Técnico, integrou o Batalhão Académico de Lisboa, constituído para combater o movimento que ficou conhecido como “monarquia do Norte” ou como “reino da Traulitânia” - na designação popularizada pelos republicanos - que, entre 19 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1919, procurou reinstaurar a monarquia. O batalhão de Lisboa, formado a par de semelhante formação em Coimbra, começou por participar na refrega de Monsanto, partindo depois para o Porto, cidade em que tinha sido desencadeada a acção contra a República.

No ano seguinte, em 19 de Novembro de 1920, feitos os indispensáveis estudos preparatórios na Escola Politécnica de Lisboa, entrou para a Escola Naval como aspirante. A sua admissão ocorreu depois de deferido um requerimento assinado pelo pai, dirigido em 16 de Novembro ao ministro da Marinha. Nele pedia Luís Inocêncio autorização para que o filho fosse admitido na Escola Naval, ainda que não tendo concorrido no prazo legal, por não ter conseguido fazer alguns exames necessários. A razão invocada, uma “greve ferroviária”, e a conveniência da Marinha em admitir mais candidatos, “em face da manifesta falta de subalternos nos respectivos quadros”, admitida pelo ministro, valeram o deferimento do pedido e o início da sua carreira na Marinha.

Em 30 de Junho de 1923, Jorge Ramos Pereira terminou o curso da Escola Naval, com a classificação final 14,1 valores.

A seu pedido, foi colocado no transporte da Marinha “Gil Eanes”, ex “Lahneck”, um dos navios de bandeira alemã apresados em 23 de Fevereiro de 1916, acção que o Reich invocou para a declaração de guerra a Portugal, em 9 de Março. O “Gil Eanes” integrava então a Divisão Naval Colonial, criada em 1 de Setembro de 1924. Composta pelo cruzador “República” e as canhoneiras “Bengo”, “Beira” e “Ibo”, a Divisão estava destinada a realizar um périplo de África para, como se escreveu decreto que a criou, “identificar o nosso pessoal com as nossas colónias”, e proporcionar instrução a oficiais, guardas-marinhas, aspirantes, sargentos e praças⁶. O navio em que Ramos Pereira partiu de Lisboa, no dia 28 de Outubro de 1924, tinha como missão o transporte de carvão para abastecimento da divisão naval, dispondo de um hidroavião e máquinas fotográficas, para realizar reconhecimentos do litoral dos portos coloniais portugueses.

Durante a viagem em redor de África, o guarda-marinha Jorge Ramos Pereira, embarcou nos diferentes navios da divisão naval, regressando a Lisboa, cerca de oito meses mais tarde, a bordo do cruzador “República”, depois de escalados os portos das colónias portuguesas, começando por Cabo Verde e terminando em Porto Amélia, no norte de Moçambique.

Completo assim o tirocínio, sendo aumentado ao corpo de oficiais da Armada

⁶ Decreto nº 1040, de 27 de Agosto de 1924.

em 29 de Agosto de 1925, data em que foi promovido a segundo-tenente. Continuou então a sua carreira embarcado, regressando ao transporte “Gil Eanes”.

Combater a Ditadura e defender a República: a insurreição de Fevereiro de 1927

A primeira insurreição contra a ditadura instaurada em 28 de Maio de 1926, aconteceu entre 3 e 9 de Fevereiro de 1927. Esta acção teve lugar num quadro político complexo, de aliança da direita antiliberal com facções do republicanismo conservador⁷, que isolavam os Democráticos, acusados de pretenderem perpetuar-se no poder, como um “partido único” do regime, argumento que foi usado ao longo do tempo, para pretender legitimar o golpe militar de 28 de Maio.

O movimento, iniciado com uma proclamação subscrita pelo general Sousa Dias, pelo capitão-tenente médico naval Jaime de Moraes e três outros oficiais do Exército, teve início no Porto, estendendo-se depois a Lisboa, com episódios em diversas cidades, de Norte a Sul do país. Estiveram envolvidos o cruzador “Carvalho Araújo” e a canhoneira “Ibo”, na capital, a canhoneira “Bengo”, em Faro, não havendo notícia da participação activa de outras unidades navais. As acções revolucionárias, que fizeram perto de 200 mortos e 800 feridos, foram sendo derrotadas pelas forças do governo da Ditadura, iniciando-se, logo depois, um vasto conjunto de punições, deportações e demissões dos serviços públicos, bem como da extinção de unidades do Exército e da polícia. Da Marinha, foram separados do serviço diversos oficiais, entre os quais o contra-almirante D. Luís da Câmara Leme, sendo outros demitidos e deportados.

O segundo-tenente Ramos Pereira prestava então serviço na canhoneira “Mandovi”, atribuída ao serviço de fiscalização da pesca no Norte do país. Sabemos que, meses mais tarde, em Setembro do mesmo ano de 1927, foi mandado arquivar um processo que lhe tinha sido levantado na sequência dos acontecimentos revolucionários⁸. No entanto, está ainda por estabelecer qual terá sido o seu envolvimento, no que constituiu o primeiro movimento do conjunto de revoltas contra a Ditadura e o Estado Novo, que ficaram desde então conhecidas como Revirinho.

Considerando os objectivos do movimento revolucionário – a reposição da ordem constitucional de 1911, a amplitude que assumiu, bem como as convicções e a tradição familiar do jovem segundo-tenente Ramos Pereira, é plausível admitir que tenha manifestado, publicamente ou através da hierarquia, a sua oposição à Ditadura ou disso tenha sido meramente suspeito. No entanto, o processo de que foi alvo, mandado arquivar, não deu lugar a qualquer referência mais explicativa nos seus assentos biográficos na Marinha.

⁷ FARINHA, 1998, p. 18.

⁸ *Ordem da Armada* n.º 18, 30 de Setembro de 1927.

Precursor das telecomunicações

Em 1928, ano em que foi aprovado na especialização em “radiotelegrafia e motores de combustão interna”, começou, por sua iniciativa, actividades práticas ligadas às comunicações. Jorge Ramos Pereira construiu e montou, em sua casa, um posto emissor de ondas curtas, cujas potencialidades nas comunicações a grandes distâncias datavam de meados da década. Foi com este aparelho que iniciou experiências de comunicações com radioamadores de todo o mundo e com diversos navios da Armada, entre os quais se contaram a canhoneira “Quanza”, então em Angola, o navio-escola “Sagres” (1924-1962) e os transportes “Gil Eanes” e “Pero de Alenquer”, navegando no Atlântico. Estando embarcado no cruzador “Vasco da Gama”, transferiu para bordo os seus equipamentos de onda curta, e aí continuou os seus estudos e experiências, que incluíram a adaptação de um dos radiotransmissores do navio, que assegurou depois as comunicações com Lisboa, durante a comissão que realizou em Angola, até finais de 1929º.

A “Comissão de Propaganda da Marinha” para o programa naval de 1930

Regressado a Lisboa, o ainda segundo-tenente Jorge Ramos Pereira fez uma intervenção na assembleia geral do Clube Militar Naval de 17 de Janeiro de 1930, para propor a realização de um conjunto de “conferências técnicas”, no contexto das actividades de divulgação da Marinha, quando se preparava o lançamento de um ambicioso plano de aquisição de navios, destinados a suprir as dificuldades com se debatiam os meios existentes.

Em Julho de 1929 e Janeiro de 1930, tomaram posse os sexto e sétimo ministérios da Ditadura, respectivamente presididos pelos generais Artur Ivens Ferraz e Domingos Oliveira. A Marinha ficou entregue, em ambos os governos, durante os três anos seguintes, ao então capitão-de-mar-e-guerra Luís Magalhães Correia. O plano naval, aprovado no ano seguinte com a sua assinatura, assentava no trabalho anteriormente realizado debaixo da orientação do então capitão-de-fragata Fernando Pereira da Silva, seis vezes ministro da Marinha, entre 1923 e o derrube do governo de António Maria da Silva, pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926. Pereira da Silva tinha proposto, em Maio de 1925¹⁰, um vasto plano de reorganização do material naval, que não tinha chegado a entrar em execução.

Coube ao governo da Ditadura aprovar a aquisição dos novos navios, sendo nesse contexto lançada uma vasta operação de propaganda, que tirou partido do prestígio de associações como o Clube Militar Naval e a Liga Naval Portuguesa, e a que se associou uma certa vaga de entusiasmo dos oficiais de Marinha. As acções

⁹ FONSECA, 1967, pp. 321-369.

¹⁰ OLIVEIRA, 1943, p. 25.

desenvolvidas contaram com a influência exercida em jornais, designadamente *O Século*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa* e *A Voz*.

O segundo-tenente Ramos Pereira foi eleito para integrar a Comissão de Propaganda da Marinha, criada pelo Clube Militar Naval (CMN), na linha da sua já referida proposta. Esta iniciativa ficou inicialmente marcada por um incidente, resultante da circunstância de, paralelamente, no mesmo mês de Janeiro de 1930, ter sido instalada uma outra comissão que, com os mesmos propósitos, tinha resultado de uma diligência do jornalista e publicista Maurício de Oliveira, envolvendo o ministro Magalhães Correia e o comandante Pereira da Silva. Os melindres então gerados e nunca verdadeiramente explicados¹¹, terão sido entretanto esclarecidos e houve lugar à fusão das duas comissões, sendo promovida a realização das conferências originalmente propostas por Ramos Pereira, a propaganda na imprensa e nos teatros, bem como uma grande Exposição de Marinha que, patente na Sala do Risco do Arsenal, entre 10 e 16 de Novembro de 1930 foi visitada por mais de cinquenta mil pessoas¹².

Em comissão na China

Jorge Ramos Pereira não prolongou a sua participação na Comissão de Subscrição, pois foi nomeado para uma comissão embarcado no cruzador “Adamastor”, no Extremo-Oriente.

O navio, construído em Itália com parte dos fundos angariados pela “Grande Comissão de Subscrição Nacional Pró-Marinha de Guerra”, constituída como reacção ao Ultimato, foi aumentado ao efectivo da Armada em 1897. Era um navio pequeno e relativamente lento e mal armado, para pertencer à categoria de cruzador. O navio fez diversas comissões no ultramar, antes e depois da sua participação na revolução de 5 de Outubro de 1910. Entre elas, merecem relevo as cinco que realizou no Extremo-Oriente, baseado em Macau, já durante a República, a última das quais entre 1929 e 1933, de cuja guarnição Ramos Pereira fez parte.

Depois de uma viagem num navio de passageiros que durou cerca de cinco semanas, o segundo-tenente Ramos Pereira chegou a bordo do “Adamastor” no dia 8 de Abril de 1930. Logo no início desta comissão, no dia 20 de Abril, foi promovido a primeiro-tenente. A bordo do “Adamastor”, continuou a contribuir para o avanço na utilização das ondas curtas, assegurando as comunicações entre o navio e o Ministério da Marinha, designadamente durante uma estada em Shanghai, onde o navio permaneceu para dar apoio à comunidade portuguesa ali estabelecida, no quadro da instabilidade que a China atravessava.

¹¹ Para uma interpretação possível, ver TELO, 1999, p. 331.

¹² OLIVEIRA, 1936, p. 218.

Jorge Ramos Pereira regressou a Lisboa em 12 de Junho de 1932, tal como grande parte da guarnição do cruzador “Adamastor”, que ficou ainda em Macau, reclassificado como um mais modesto Aviso de 2ª classe. O navio iria ainda empreender uma discutida e acidentada viagem de regresso a Lisboa, com início em Março de 1933, tendo sido abatido ao efectivo dos navios da Armada e vendido em leilão, em Novembro daquele ano.

Técnico e pedagogo inovador

Em 1932, com a sua nomeação para instrutor na Escola Radiotelegráfica e de Comunicações, funções que desempenhou durante três anos, iniciou um percurso que, até 1954, tornou Jorge Ramos Pereira numa das mais importantes personalidades do desenvolvimento das Comunicações na Marinha no séc. XX.

A escola onde passou a prestar serviço tinha sido criada em 1928, na dependência da Direcção do Serviço de Electricidade e Comunicações, como se designava desde 1924 o organismo responsável pelo apoio técnico e logístico das actividades radioeléctricas e electrónicas da Marinha¹³. Estava então instalada em Monsanto, e garantiu o ensino da TSF até 1937, quando as suas tarefas passaram para a da Escola de Mecânicos, em Vila Franca de Xira. O primeiro-tenente Ramos Pereira foi o primeiro director desta nova escola, à qual imprimiu uma organização pedagógica modelar, que marcou o ensino das Comunicações em Portugal no decorrer das décadas seguintes¹⁴.

Em acumulação com as suas funções pedagógicas foi, em 1935, chamado a integrar a missão de fiscalização da construção dos contratorpedeiros “Tejo” e “Douro”, os dois primeiros navios mandados construir em Lisboa, no estaleiro da Sociedade de Construções e Reparações Navais, como parte do programa naval de 1930. A vida profissional de Ramos Pereira ficou marcada por estes novos navios da Armada: através da sua iniciativa, na qualidade de sócio do Clube Militar Naval, no contexto das já referidas actividades de propaganda para a renovação da Esquadra, pela integração nas missões de fiscalização de dois dos navios da nova classe e, finalmente, pelo desempenho sucessivo das funções de chefe do serviço de electricidade e comunicações e Oficial Imediato, em diferentes navios.

O casamento

Jorge casou em 11 de Maio de 1939, quando tinha trinta e oito anos, com Maria da Graça Lopes de Mendonça (1919-1979). A sua mulher era filha do engenheiro

¹³ Biblioteca Central da Marinha, Alguns elementos da vida do comandante Jorge Maia Ramos Pereira.

¹⁴ FONSECA, 1967, pp. 321-369.

militar Vasco Lopes de Mendonça e de Maria Amélia Bordalo Pinheiro, e neta do capitão-de-mar-e-guerra Henrique Lopes de Mendonça, historiador e autor da letra d'A Portuguesa, que a República tornou em Hino Nacional. Maria da Graça seria membro do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), entre 1941 e 1947. Fundado em Março de 1914, sob a égide da médica Adelaide Cabete, o CNMP tornou-se na mais importante e duradoura organização de mulheres da primeira metade do século XX português. A maioria das suas associadas foram mulheres republicanas e oposicionistas ao regime contando-se, entre elas, membros da Maçonaria feminina. A partir de 1945, no final do período em que Maria da Graça Ramos Pereira foi membro, o Conselho passou a ser presidido por Maria Lamas, acentuando-se as suas linhas de força de combate ao analfabetismo feminino e as preocupações com a situação profissional, económica e cultural das mulheres de todas as condições sociais. As actividades oposicionistas de Maria Lamas, bem como as de muitas associadas do CNMP, terão decerto contribuído para a sua extinção, determinada em 1947 pelo Governador Civil de Lisboa, a que se seguiram recursos, decididos em favor do regime, em última instância, pelo Supremo Tribunal Administrativo¹⁵.

Os valores republicanos, que Jorge Ramos Pereira herdou do seu pai, foram assim complementados por sua mulher, assumindo ambas posições contra o regime autoritário de Oliveira Salazar.

Uma década na chefia das Comunicações da Marinha

Promovido a capitão-tenente, depois de, no ano lectivo de 1939-1940, ter frequentado o então designado Curso Elementar Naval de Guerra, Jorge Ramos Pereira foi, em Outubro de 1941, nomeado sub-director do Serviço de Electricidade e Comunicações (DSEC), ascendendo a director exactamente três anos depois, cargo que exerceu durante dez anos, até Fevereiro de 1954. Foi durante esta longa chefia de Ramos Pereira na DSEC, que foram construídas, ampliadas e instaladas diversas estações radionavais no Continente e Ilhas, e realizada a formação do pessoal destinado à sua operação. De acordo com o testemunho de quem conheceu bem o nosso biografado e a sua acção, este vasto, complexo e importante conjunto de iniciativas ficou a dever-se “sobretudo, à capacidade directiva e larga visão, do actual Almirante Ramos Pereira [...] Primeiro contribuindo [...] para o progresso e utilização da onda curta na Armada, depois como professor, didacta e técnico e, finalmente, exercendo as funções de director da DSEC [onde se afirmou] dirigente hábil e de total dedicação ao superior interesse do serviço e da Marinha”¹⁶.

¹⁵ CORREIA, 2013, *passim*.

¹⁶ FONSECA, 1967, p. 360.

O período da II Guerra Mundial impôs responsabilidades especiais àquela direcção, designadamente no domínio das telecomunicações com o Ultramar e com a frota mercante portuguesa, bem como no das acções realizadas no contexto do protocolo luso-britânico de 1943, para a utilização da base aérea das Lajes pela Royal Air Force. O contributo das comunicações portuguesas foi reconhecido com a concessão, pelo Reino Unido, do grau de Oficial da “Most Excellent Order of the British Empire”, cuja insígnia Ramos Pereira foi autorizado a usar em 1947¹⁷.

Durante o período em que prestou serviço na DSEC, o comandante Jorge Ramos Pereira representou o país em grandes reuniões internacionais de telecomunicações: em 1948, em Copenhaga, na Conferência Administrativa Regional Marítima de Radiocomunicações e Radiodifusão; no mesmo ano, na 5ª reunião da Comissão Consultiva das Radiocomunicações, em Estocolmo; e, em 1952, como delegado de Portugal à Conferência Plenipotenciária da União das Telecomunicações, realizada em Buenos Aires.

Em 1951, entre 2 e 25 de Junho, integrou a Missão Naval Portuguesa a Inglaterra que, chefiada pelo capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Marques Esparteiro, visitou estabelecimentos navais de instrução, técnicos e operacionais da Royal Navy, e manteve conversações no Almirantado¹⁸.

O fim da guerra e a perspectiva de mudanças políticas

O fim da guerra deu lugar a um impulso no movimento democrático em Portugal. Dias antes de Salazar ter afirmado, numa entrevista dada em 14 de Novembro de 1945, simultaneamente a *O Século* e ao *Diário de Notícias*, que as próximas eleições seriam “tão livres como na livre Inglaterra”, realizou-se em 8 de Outubro, uma sessão pública no Centro Escolar Almirante Reis, em Lisboa, que reclamou o adiamento das eleições por seis meses, para permitir a actividade de partidos políticos, um novo recenseamento eleitoral, o fim da censura e garantias para as liberdades individuais. Foi então lançado um abaixo-assinado com estas reivindicações, que recolheu mais de cinquenta e sete mil assinaturas. Ficaram conhecidas como as “listas do MUD”, do Movimento de Unidade Democrática, então criado. Muitas assinaturas pertenceram a oficiais e sargentos de Marinha e uma delas foi do então capitão-tenente Jorge Ramos Pereira.

O acto eleitoral foi realizado no dia 18 de Novembro, e a União Nacional, o partido único do Estado Novo, obteve a totalidade dos votos. As listas do MUD foram entregues à polícia política, a PIDE.

¹⁷ *Ordem da Armada* n.º 24, 31 de Outubro de 1947.

¹⁸ Arquivo Histórico da Marinha, *Arquivo particular do almirante Ramos Pereira* - Caixa 1523, Relatório do Chefe da Missão.

Um comando na Índia

Promovido a capitão-de-fragata em 1953, Ramos Pereira recebeu, no ano seguinte, o comando do Aviso de 2ª classe “João de Lisboa”. Aumentado ao efectivo em Outubro de 1937, tinha sido a última construção do Arsenal da Marinha, na Ribeira das Naus, um dos navios do programa naval de 1930, vocacionado para as estações coloniais. Partiu em 1954 para uma longa comissão no Oriente, durante a qual permaneceu cerca de quinze meses na Índia, intercalados por nove meses em Macau.

Durante a sua integração nas Forças Navais do Estado da Índia, foi acompanhado pelo Aviso de 1ª classe “Afonso de Albuquerque”, que se haveria de perder em combate, em 18 de Dezembro de 1961. A navegação nas águas da Índia, outrora calma, começava a agitar-se com a pressão da União Indiana, que resultava em pequenos incidentes, precursores da tomada pela força dos territórios portugueses de Goa, Damão e Diu. O “João de Lisboa” tinha chegado à Índia nos primeiros dias de Novembro, pouco mais de dois meses depois da tomada dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, por forças policiais da União Indiana. Estes pequenos territórios, próximos de Damão, não dispunham de forças militares portuguesas.

O comandante Jorge Ramos Pereira exerceu o comando do Aviso “João de Lisboa” até Fevereiro de 1956 e, regressado à capital, passou a prestar serviço no então chamado Estado-Maior Naval, inicialmente na chefia da Divisão de Informações, e depois como sub-chefe interino.

O primeiro oficial português no “Naval Command Course”

Em 1958, de regresso a Lisboa, vindo dos EUA, onde tinha frequentado o “Naval Command Course”, Ramos Pereira tomou conhecimento de uma longa carta que o “Chief of Naval Operations” (CNO), o comandante da Marinha dos EUA, tinha enviado ao almirante Guerreiro de Brito, Chefe do Estado-Maior Naval (CEMN), como então era designado o seu equivalente português.

O curso, inaugurado em 1956, era destinado a oficiais superiores estrangeiros e ministrado no “Naval War College”, substituindo, em Portugal, a frequência do Curso Superior Naval de Guerra, necessário à promoção ao posto de contra-almirante. O capitão-de-mar-e-guerra Ramos Pereira frequentou o segundo “Naval Command Course”, no ano lectivo 1957-1958, sendo o primeiro português nomeado para satisfazer esta condição de promoção nos EUA. Terminou o curso no primeiro lugar, entre os 28 oficiais de outros tantos países.

A carta dirigida ao Chefe do Estado-Maior Naval era altamente elogiosa para o capitão-de-mar-e-guerra Ramos Pereira, referindo a sua fácil adaptação ao ambiente académico, o relacionamento com oficiais de outras vinte e sete nacionalidades, com os membros do “College” e com a comunidade local. Foi também salientada a sua fluência e capacidade de expressão em língua inglesa. Especialmente enaltecida, foi a qualidade do estudo que cada um dos alunos devia apresentar,

para além de outros trabalhos de investigação que compunham o curso, entre os quais um “Study of Portugal”, que mereceu rasgados elogios do director do “Naval Command Course”¹⁹. O estudo, que envolveu a análise do sistema educativo na União Soviética coeva, ficou com o título “The Educational and Scientific Aspects of the Communist Threats” e foi considerado de muito alto nível. Para além da saliência particular que foi dada a este estudo, foi igualmente referida a capacidade académica e social do comandante Ramos Pereira, ao longo da frequência do curso.

O CNO que assinou a carta para o CEMN, era então o almirante Arleigh Burke, um notável oficial da Marinha dos EUA, que tinha servido em combate durante a II Guerra Mundial e a Guerra da Coreia. O almirante americano terminou a sua carta para o almirante Guerreiro de Brito, agradecendo-lhe o facto de ter enviado para a frequência do curso, um oficial com as qualidades que o comandante Jorge Ramos Pereira tinha evidenciado²⁰.

Na direcção do Instituto Superior Naval de Guerra: uma comissão com fim prematuro

No regresso dos EUA foi, em 29 de Julho de 1958, nomeado sub-director do Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG), assumindo a direcção em 15 de Junho de 1960, depois de ter sido promovido a contra-almirante. Criado em 1948, o ISNG tinha então acabado de se mudar para a Junqueira, onde funcionava ainda em condições provisórias, de alguma precariedade.

Na cerimónia de abertura solene do ano lectivo 1961-1962, realizada em 12 de Março deste último ano, o contra-almirante Ramos Pereira começou a tradicional alocução, saudando a audiência e salientando alguns aspectos relativos à vida e actividade do Instituto. Referiu depois “as perturbações e as exigências provocadas, no campo de defesa nacional, pelos graves acontecimentos ocorridos em Angola [...] Os ecos que nos chegam das tristes ocorrências de Goa, Damão e Diu e episódios conhecidos da luta nas terras ardentes de Angola revelam-nos que as nossas Forças Armadas e entre elas a nossa valorosa Marinha de Guerra [...] não esqueceram as velhas tradições de bravura”. Ao falar da Índia, referiu ainda “quantos assomos de indignada decepção ocorrem ao espírito dos marinheiros ao meditarem nos terríveis acontecimentos”. Para apoiar as suas palavras, lembrando as circunstâncias que tinham rodeado o dia 18 de Dezembro de 1961, designadamente as vulnerabilidades decorrentes dos meios navais ali em comissão, citou uma recente intervenção do então deputado almirante Henrique Tenreiro, na Assembleia Nacional, na qual

¹⁹ Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1418/A, Carta do Head Naval Command Course Department ao Captain J. Ramos Pereira, 18 de Dezembro de 1957, Naval War College, Newport, R. I.

²⁰ Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1418/A, Carta de 17 de Julho de 1958, do almirante Arleigh Burke ao almirante Guerreiro de Brito.

tinha reclamado a constituição de uma “força operacional [...] com meios aéreos e anti-submarinos [...] que possa deslocar-se de uma parcela do território nacional para outra livremente, a dar em caso de necessidade apoio aeronaval para operações terrestres”²¹.

O ministro da Marinha, almirante Quintanilha Mendonça Dias, discursou a seguir ao director do Instituto, como era hábito. Falou de improviso, mas as suas palavras não deixaram de figurar num pequeno volume de 8 páginas, editado no mesmo ano e destinado sobretudo a registo e leitura interna na Marinha²². Para além dos elogios da praxe e de uma referência à necessidade de substituir os navios “que a pouco e pouco vão sendo postos de lado [...] devido à sua longa idade”, o ministro alargou-se em referências à invasão dos territórios de Goa, Damão e Diu, pelas Forças Armadas e pela polícia da União Indiana. Sobre os acontecimentos de 1961 em Angola e na Índia, referiu: “O processo é sempre o mesmo. Antigamente esbulhavam-se as Nações à volta de uma mesa redonda, intervalada com chécaras de chá. Hoje é ao som dos batuques macabros, intervalados com bebidas fermentadas e Vodka”.

Estendeu depois os seus comentários ao que o Estado Novo considerava a frente interna da guerra, num evidente reparo dirigido ao director do ISNG: “A responsabilidade do Instituto é grande, mormente na época presente em que ideias aliantes adormecem vontades, misturam, confundem, deformam a verdade, de modo a aparecer misturada com aquilo que nós sabemos perfeitamente que assim não é [...] há que velar de uma forma intransigente pela integridade da Nação [...] Chamo a especial atenção de V. Ex^a, Sr. Director, para este ponto. Não pode ser outro o caminho, nem nos podemos desviar um milímetro, sob pena de estarmos a trair a nossa função”.

Dois dias depois, Ramos Pereira escreveu uma carta²³ ao Chefe do Estado Maior da Armada, o vice-almirante Armando Roboredo e Silva, na qual exprimiu a “sensação de falta de confiança [...] de que todos os que estiveram presentes na cerimónia tomaram conhecimento”, manifestando que lhe não era possível “continuar a desempenhar o cargo de Director do ISNG por forma a merecer o respeito e a confiança dos [seus] subordinados”. Fundamentou então o pedido de demissão no conteúdo e na forma do discurso do ministro: “Estes dois períodos finais [da chamada de atenção] foram pronunciados [...] com veemência, destacando bem as palavras e acentuando-as com gestos da mão, ao mesmo tempo que olhava na

²¹ Arquivo Histórico da Marinha, *Arquivo particular do almirante Ramos Pereira* - Caixa 1523, Alocução proferida pelo Director do Instituto contra-almirante Jorge Maia Ramos Pereira na sessão de abertura dos Cursos Navais de Guerra, ISNG, 12 de Março de 1962.

²² Arquivo Histórico da Marinha, *Arquivo particular do almirante Ramos Pereira* - Caixa 1523, *Cursos Navais de Guerra*, Lisboa, [s.e.], 1962.

²³ Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação avulsa* - Caixa 1418/A, Carta do contra-almirante Jorge Maia Ramos Pereira ao Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, Lisboa, 14 de Março de 1962.

minha direcção [...] A situação em que me encontrava, face a face com [...] a quase totalidade dos oficiais generais da nossa Armada [...] os adidos navais de Itália, EUA, de Espanha e Inglaterra [...] além de representantes da imprensa, da rádio e da TV [...] a circunstância de o fazer perante tão selecto auditório, criaram no meu espírito a dolorosa e humilhante sensação de que estava recebendo uma solene advertência [...] As palavras de S. Ex^a o Ministro feriram-me profundamente”.

O ministro fez publicar na Ordem da Armada o seu despacho nº 36, de 16 de Março de 1962, no qual tornava público e dava “satisfação” ao pedido de demissão que o director do ISNG lhe tinha apresentado no final da sessão solene.

“Só com uma forte guinada de leme”: Ramos Pereira, a situação política e umas festas sem a Marinha

No dia 22 de Março de 1962, o almirante Ramos Pereira escreveu ao “caro Almirante e Velho Amigo” João Moreira Rato, agradecendo uma sua carta, longa de 17 páginas, a propósito do incidente com o ministro da Marinha, na “infeliz tarde” de 12 de Março de 1962: “Assim [com a sua demissão] se resolveu um insólito acontecimento, com total desprezo pela elementar justiça e pelos serviços prestados por um oficial que não recebe compensações chorudas que [...] misturam e confundem a integridade de caracter!”.

Agradecendo as “palavras amigas” que o seu interlocutor lhe tinha endereçado, Ramos Pereira manifestava-lhe também a sua preocupação relativamente ao que lhe vinha sendo contado sobre o momento político. A “origem de todos os males”, escreveu então, estava na metrópole e não no Ultramar. A sua resolução dependia de “uma franca e ampla guinada de leme aplicada à acção governativa”, bem como do despertar do “amolecimento dos espíritos e cobardia que a todos domina”²⁴. Em confirmação do que se lia nesta carta, não se conhece qualquer manifestação pública de Ramos Pereira relativamente ao problema colonial, admitindo-se que tal se tenha ficado a dever à sua inscrição na linha de pensamento do republicanismo tradicional, que não discutia a presença portuguesa no Ultramar.

As festas de Nossa Senhora da Bonança, votivas da protecção aos homens do mar, realizavam-se desde a década de 1880 em Vila Praia de Âncora, então designada Gontinhães, freguesia natal de Jorge Ramos Pereira. A Marinha costumava, desde havia já algumas décadas, enviar um navio de guerra para participar nas festividades, uma tradição que foi interrompida em 1962. As festas de Âncora tinham lugar em Setembro, e Ramos Pereira tinha deixado a direcção do Instituto Superior Naval em Março, em conflito aberto com o ministro Fernando Quintanilha. Sabe-se que a decisão de não fazer representar a Marinha naquele ano, foi tomada pelo

²⁴ Arquivo Histórico da Marinha, *Arquivo particular do almirante Ramos Pereira* - Caixa 1523, Carta de Jorge Ramos Pereira ao almirante [João] Moreira Rato.

membro do governo, por temer que as festas da sua Vila Praia de Âncora natal fossem palco de uma qualquer expressão de apoio ao almirante Ramos Pereira, depois da sua rotura com o ministro²⁵.

Ainda a oposição ao Estado Novo: entre a lealdade hierárquica e a ética republicana

Já na situação de Reserva, para a qual transitou em 1966, o almirante Ramos Pereira integrou a lista da Comissão Democrática Eleitoral às eleições para deputados à Assembleia Nacional de 1969, representando o círculo de Viana do Castelo. O candidato apresentava-se, em contexto difícil, no círculo pelo qual seu pai tinha sido Senador, durante a República,

Ainda que estivesse, de novo, sujeito a responsabilidades de obediência hierárquica directa – era director do Museu de Marinha desde o ano anterior, Ramos Pereira cumpriu o que entendeu ser o seu dever cívico, apresentando-se em clara oposição ao regime criado por Salazar, então ainda vivo, mas já incapacitado e substituído por Marcelo Caetano.

A presença destes candidatos nas eleições para a Assembleia Nacional apenas tinha sido admitida a partir de 1945, uma decisão que o presidente do Conselho pretendeu caracterizar como uma opção interna, ainda que tivesse admitido que a conjuntura internacional emergente no pós-guerra não pudesse então ser ignorada. A quantidade de candidatos e os círculos pelos quais se apresentaram, tiveram uma expressão tendencialmente crescente, ainda que com oscilações: de 17 candidatos por 8 círculos, em 1945, até 182 por 22 círculos, em 1969, nas primeiras eleições realizadas no contexto de abertura política prometida pelo novo presidente do Conselho. Este ano eleitoral foi também marcado pela presença de grupos oposicionistas com posições divergentes entre si – a Comissão Democrática Eleitoral (CDE), e a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), um resultado do malogro da tentativa de constituição de uma frente unida, no próprio ano das eleições. O almirante Ramos Pereira candidatou-se pela CDE, a formação da oposição presente em Viana do Castelo, encabeçando a lista de candidatos de que faziam parte um jornalista e professor, e dois advogados, com militância antiga na luta pelas liberdades e direitos dos cidadãos.

Os quatro candidatos, subscreveram uma declaração, que sublinhou o momento grave com que os portugueses se defrontavam, bem como a situação de subdesenvolvimento económico e social, baixo nível de vida e êxodo migratório do distrito de Viana. Defendiam que fossem restituídos ao povo português os direitos e as responsabilidades de “maioridade política”, exigindo uma política de valorização e progresso económico.

²⁵ MARREIROS, 2001, p. 89.

Nos resultados do escrutínio divulgados pelo governo, a CDE obteve cerca de 10% dos votos, a nível nacional, e um pouco mais de 13% no círculo de Viana do Castelo. No entanto, em Caminha, concelho de naturalidade do almirante Ramos Pereira, a oposição ao Estado Novo conseguiu, na contagem oficial, uns expressivos 45%.

Um percurso na Cultura: Anais do Clube Militar Naval, Museu de Marinha, Grupo de Estudos de História Marítima e Centro de Estudos de Marinha

No seu regresso do Oriente, em 1956, foi eleito membro da Comissão de Redacção dos *Anais do Clube Militar Naval*, revista publicada ininterruptamente desde 1870, então com periodicidade quadrimestral. Três anos mais tarde, também no âmbito do processo eleitoral para os corpos sociais do Clube, junto dos quais a Comissão de Redacção gozava de autonomia, passou a ocupar a sua presidência, em que se conservou até Março de 1971.

Ao longo destes onze anos, o capitão-de-mar-e-guerra Jorge Ramos Pereira teve como colaboradores, na missão de conduzir os destinos dos *Anais*, nomes como Manuel Pereira Crespo, Avelino Teixeira da Mota, Guilhermino Vila Real, Henrique Silva Horta, Guilherme Conceição Silva, Joaquim Soeiro de Brito, Eduardo Serra Brandão, Carlos Oliveira Lemos, João Cristóvão Moreira e José Moreira de Campos, para referir apenas alguns dos mais notáveis.

Durante a sua longa permanência como membro da Comissão de Redacção dos *Anais do Clube Militar Naval*, colaborou nas comemorações do seu centenário, em 1970, bem como, três anos antes, nas do centenário do Clube, com a edição de volumes dedicados às efemérides.

A edição evocativa dos primeiros cem anos dos *Anais* constituiu um repositório da história das vertentes estratégica, de liderança, logística e tecnológicas presentes nos navios de guerra, com textos que são, ainda hoje, indispensáveis ao seu historial.

As mais de setecentas páginas do volume que evocou o centenário do Clube, foram preenchidas com textos de oficiais de Marinha e autores convidados, como o próprio Jorge Ramos Pereira, Joaquim Marques Esparteiro, Vitorino Nemésio, Hernâni Cidade, Alexandre Lobato e José Pinheiro de Azevedo, nomes que seleccionámos com o único intuito de representar o escol de personalidades que colaboraram no número especial dos *Anais do Clube Militar Naval*, tornando-o num repositório da participação do Clube e dos oficiais da Armada, nos destinos da Marinha e do País, no primeiro século da sua existência.

Depois de uma longa contribuição de natureza vincadamente científica e cultural, o contra-almirante Ramos Pereira abandonou a Comissão de Redacção em 1971, ano em que passou à situação de reforma, porventura por ter então considerado que era tempo de transferir para outrem as responsabilidades de manobrar o leme dos *Anais*.

A edição dos *Anais do Clube Militar Naval* de Abril-Junho de 1970, uma das últimas que dirigiu, inseria uma entrevista com três guardas-marinhas recém-pro-

movidos, resguardados pelo anonimato. As perguntas eram directas, as respostas, curtas e objectivas, foram francas, e nem todas terão sido do agrado da hierarquia. Estas características não terão constituído uma novidade, representando a expressão de uma prática de discutir tudo, com à vontade, no ambiente restrito das câmaras dos navios. Mas a sua publicação mostrou que se vivia um tempo novo, não por acaso, com a colaboração, senão mesmo a inspiração do almirante Ramos Pereira.

Em Agosto de 1968, cerca de duas semanas antes do acidente que viria a incapacitá-lo, Oliveira Salazar procedeu a uma ampla remodelação do governo, que abrangeu o ministro da Marinha, almirante Quintanilha Mendonça Dias, substituído pelo então comodoro Manuel Pereira Crespo, profundo conhecedor da Marinha e homem de espírito aberto. Dois dias antes da posse de Marcelo Caetano como chefe do governo, o novo titular da pasta recebeu o almirante Ramos Pereira, a quem pediu que assentisse dirigir o Museu de Marinha. Aceitou, depois de ter oposto alguma resistência, mas sabendo que se prometiam tempos de céu menos carregado. Em Dezembro seguinte, tomou posse do novo cargo, sendo já sob a sua orientação que o Museu inaugurou, em Abril de 1969, uma grande exposição evocativa do centenário do nascimento do almirante Gago Coutinho. Aos 70 anos de idade deveria, por imposição estatutária, passar à situação de Reforma. Aproximando-se a data foi, em 24 de Março de 1971 e por essa razão, substituído na direcção do Museu de Marinha.

Dois anos antes, sob proposta do almirante Sarmento Rodrigues, da professora Virgínia Rau e do comandante Teixeira da Mota, o ministro Manuel Pereira Crespo tinha assinado a portaria que criou o Grupo de Estudos de História Marítima (GEHM)²⁶, fundamentando-a no decreto orgânico do Museu de Marinha, que lhe atribuía o encargo de funcionar como “centro de estudos histórico-navais”²⁷.

O almirante Ramos Pereira era, desde o ano anterior, director do Museu de Marinha, cujo Conselho Consultivo iria assegurar o apoio administrativo ao novo Grupo de Estudos. Um despacho do ministro designou depois os seus membros iniciais²⁸. O almirante Jorge Ramos Pereira era um deles e participou na sua primeira reunião do GEHM, com a professora Virgínia Rau, os comandantes António Marques Esparteiro e Humberto das Santos Leitão, o doutor Alberto Iria e o almirante Manuel Maria Sarmento Rodrigues. Estiveram ausentes o professor Armando Cortesão, por doença, e o professor arquitecto Octávio Lixa Filgueiras, o doutor Luís de Albuquerque e o comandante Teixeira da Mota, por estarem ausentes de Lisboa. Sarmento Rodrigues foi então eleito presidente, pelos seus pares.

O almirante Ramos Pereira participou activamente nos trabalhos do GEHM desde as reuniões iniciais propondo, designadamente, a reedição de obras do coman-

²⁶ Portaria nº 23958, de 5 de Março de 1969.

²⁷ Decreto-lei nº 42412, de 24 de Julho de 1959.

²⁸ Despacho do ministro da Marinha nº 39, de 5 de Maio de 1969.

dante Quirino da Fonseca, do almirante Gago Coutinho e do comandante Henrique Lopes de Mendonça²⁹. Promoveu sempre a ligação entre o Grupo de Estudos e o Museu, muitas vezes através da partilha do conhecimento científico, nos domínios da museologia, da história da náutica, dos navios e das marinhas, pelas suas ligações com instituições congéneres estrangeiras.

Jorge Ramos Pereira foi, igualmente, um dos membros iniciais do Centro de Estudos de Marinha, criado em 1970³⁰, em substituição e numa evolução natural do Grupo de Estudos de História Marítima, antecessor da Academia de Marinha, criada por despacho de 27 de Dezembro de 1978, do Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante António Sousa Leitão.

Conclusão

A longa carreira do almirante Ramos Pereira foi publicamente reconhecida através de louvores e condecorações. Tal como todos os outros militares da Marinha, Jorge Ramos Pereira foi objecto das informações periódicas estatutárias, sobre o seu desempenho militar, técnico e de liderança. No seu tempo com periodicidade bianual, registaram o seu perfil, tal como avaliado pelos seus superiores hierárquicos, que o consideraram consistentemente, um oficial de valor “elevado” ou “excepcional”, “muito distinto e trabalhador”, dotado de “invulgares qualidades”³¹. Em 1934, quando era um jovem primeiro-tenente com dez anos de carreira e prestava serviço como instrutor na Escola Radiotelegráfica e de Comunicações, o capitão-tenente Fortunato Pires da Rocha anotou, nos impressos próprios, que “tem bastante competência profissional, mas não tanto como julga ter e dahi a pretensão de poder cumprir melhor do que outros”. Sete anos mais tarde, quando era instrutor de TSF da Direcção de Serviço de Electricidade e Comunicações, foi a vez de o capitão-de-fragata Negrão Neto considerar que o capitão-tenente Ramos Pereira “mostra [...] deficiente espírito de disciplina: certa negação para aceitar tudo o que signifique autoridade ou comando de quem de direito; predilecção por fazer como e quando entende”.

A passagem do tempo pode tê-lo amadurecido, amaciando arestas no seu carácter, pois deixam de aparecer nas Informações alguns aspectos mais agrestes do passado. São então colocadas à superfície as suas qualidades invulgares, recebendo a opinião “melhor possível” dos seus superiores, que consideraram que, em 1954, revelava “excepcionais capacidades de trabalho e competência” e, em 1957, era dotado das “melhores qualidades de Chefe”. Quando, finalmente, foi sub-director do Instituto

²⁹ Centro de Estudos de História Marítima, *Actas das Sessões de 1969 e 1970*.

³⁰ Portaria n.º 482/70.

³¹ Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1418A-1-2, Informações Periódicas de Jorge Maia Ramos Pereira.

Superior Naval de Guerra, o almirante Joaquim Marques Esparteiro, seu director, considerava-o “um oficial brilhante e distinto”.

A edição de Abril-Junho de 1973 dos *Anais do Clube Militar Naval*, incluiu uma curiosa entrevista com o almirante Ramos Pereira. O diálogo datava de 1969, então destinado a ser publicado numa revista que nunca chegou a ver a luz do dia. Anunciada com periodicidade semanal, teria como título *A Voz da Electrónica*, e a conversa com Ramos Pereira estava destinada ao seu malogrado número inicial. Nela resumia seis décadas, então decorridas, de evolução da electrónica e das comunicações na Marinha e no País, recordando a sua vocação, nascida na Escola Naval, que “[absorveu] totalmente e com paixão, a nossa actividade e o nosso espírito, uma e outro ligadas a serviço exigente e em que dificilmente se perdoam falhas e muito menos extravios ou deficiências, como é o caso das radiocomunicações”. Esta frase constituía como que uma síntese da sua forma de encarar o serviço na Marinha, independentemente da sua natureza: técnico, comandante ou director e cidadão.

Noutra vertente, o último acto político em que participou activamente, num exercício de cidadania republicana, foi o III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, entre 4 e 8 de Abril de 1973, integrando a sua Comissão Nacional, em representação do distrito de Viana do Castelo. Escreveu então a um familiar, referindo as medidas intimidatórias da polícia política sobre as actividades dos opositores ao Estado Novo: “Do Congresso de Aveiro, oposição fala o mais que pode sobre o assunto, mas os governantes [...] só o difamam e apregoam como reunião de comunistas [...] Puros fascistas, traidores”³².

A saúde do almirante Ramos Pereira declinou a partir de finais de 1973. Transportado de urgência para o Hospital da Marinha, foi atendido pelo hoje contra-almirante médico naval, reformado, Joaquim Félix António, seu companheiro de comissão no “João de Lisboa”. Foi operado, mas a doença não perdoou. Morreu no hospital da sua Marinha, em 16 de Março de 1974, ficando sepultado no cemitério de Vila Praia de Âncora.

A edição do primeiro trimestre de 1974 dos *Anais do Clube Militar Naval*, que o almirante tinha marcado como membro e depois como presidente da sua Comissão de Redacção, inseriu uma curta nota de pesar pela sua morte. No número seguinte, assinada por um seu antigo companheiro de comissão no Aviso “João de Lisboa”, os *Anais* publicaram uma desenvolvida nota necrológica, na qual se afirmava que só “um rude golpe materializado por doença incurável” tinha evitado que Jorge Ramos Pereira vivesse os tempos de esperança nascidos com o 25 de Abril e tivesse podido dar o seu contributo na reconstrução do País “como corolário duma longa vida dedicada a um ideário político que sempre cumpriu e dignificou”³³.

³² MARREIROS, 2001, p. 117.

³³ Capitão-de-mar-e-guerra Mário Dias Martins, *Anais do Clube Militar Naval*, Abril-Junho de 1974, pp. 495-498.

Derrubado o Estado Novo, escassos quarenta dias depois do desaparecimento de Jorge Ramos Pereira, ficaram criadas as condições para que a sua figura de oficial de Marinha e cidadão pudessem ser apontadas como exemplo ao País e às gerações futuras.

Foi assim que a Estação Radionaval da Apúlia, criada em 1950 como estação radiogoniométrica, recebeu em 1976 o nome do almirante Jorge Ramos Pereira³⁴.

Em 1982 foi-lhe atribuída a Ordem da Liberdade, grau de Comendador. Estabelecida em 1976, destinava-se a “a distinguir e galardoar serviços relevantes prestados à causa da democracia e da liberdade”. Aquele foi também o ano em que lhe foram dedicados outros dois actos memorialistas, com a inauguração de um busto na Estação Radionaval que tinha o seu nome, e de uma outra efígie, na Praça da República de Vila Praia de Âncora. Ambas as cerimónias contaram com a presença do Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante António Sousa Leitão, representando a Marinha e, no segundo caso, também o presidente da República general António Ramalho Eanes.

O almirante Ramos Pereira está ainda presente na toponímia local, tal como o seu pai, o médico e Senador da República Luís Ramos Pereira, igualmente homenageado em monumento, erigido em 1969.

Durante a “Presidência aberta” que realizou em Viana do Castelo, em 1992, Mário Soares visitou Caminha e esteve presente em nova homenagem prestada a Ramos Pereira, junto do busto inaugurado dez anos antes. Na ocasião, na alocução evocativa que então proferiu, o contra-almirante Victor Crespo traçou um retrato de Ramos Pereira, como alguém que acreditava na capacidade de liberdade do espírito, e na capacidade do homem em se autodeterminar, sem constrangimentos, apenas por via da razão, cujos escritos eram perpassados por um profundo sentido espiritualista e humanista.

Em 1999, na passagem do 25º aniversário da sua morte, foram realizadas diversas actividades evocativas, por iniciativa conjunta de antigos militares da Armada, da autarquia de Vila Praia de Âncora e do Forum Ancorense.

A Academia de Marinha, de cujo antecessor foi membro fundador, evocou o primeiro centenário do seu nascimento, com uma sessão solene realizada no dia 5 de Abril de 2001, na qual usaram da palavra o seu presidente contra-almirante Rogério de Oliveira, o vice-almirante Almeida d’Eça, que tinha estado ligado ao homenageado na DSEC, que se ocupou da comunicação “Vice-Almirante Ramos Pereira – Um valor no campo da radioelectricidade”; o contra-almirante médico naval Joaquim Félix António e o capitão-de-fragata Guilherme Conceição Silva, ambos seus companheiros de comissão na Índia e Macau, a bordo do Aviso “João de Lisboa”, que fizeram, respectivamente, as comunicações “Vice-Almirante

³⁴ Portaria nº 671/76, de 14 de Outubro.

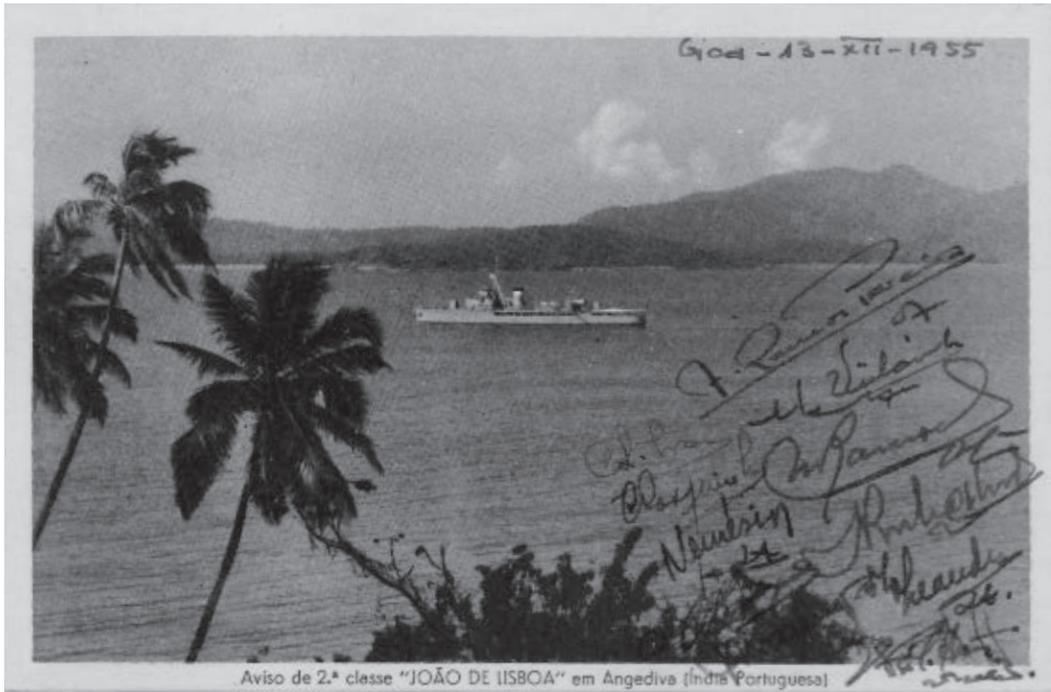
Ramos Pereira – Uma vida devotada à Pátria e à Marinha” e “Vice-Almirante Ramos Pereira – o Comandante”.

Jorge Ramos Pereira foi um oficial de Marinha completo: militar, técnico inovador, líder, homem de cultura e cidadão, de lealdade exemplar para com a Marinha e o País que serviu, com integridade e coragem.

Nota

Este texto não foi escrito segundo o acordo ortográfico de 1990.

O autor agradece o apoio prestado pela dra. Isabel Beato, do Arquivo Histórico da Marinha, bem como as informações fornecidas pelo professor John B. Hattendorf e doutor Robert Cembrola, do Naval War College.



O Aviso João de Lisboa em Angediva – bilhete postal assinado pelos oficiais do navio.

Fonte: Arquivo Histórico da Marinha



Oficiais que frequentaram o “Naval Command Course” em 1957-1958.

Fonte: Naval War College

BIBLIOGRAFIA

- ANTÓNIO, Joaquim Félix, Maio de 2001, “Sessão Solene Evocativa do Vice-Almirante Jorge Maia Ramos Pereira por ocasião do 1º Centenário do seu Nascimento”, *Revista da Armada*, nº 341, pp. 14-17.
- CORREIA, Rosa de Lurdes Matias Pires, Julho de 2013, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: A Principal Associação de Mulheres da Primeira Metade do Século XX – 1914-1947*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, não publicada.
- COSTA, Adelino Rodrigues da, 2006, *Dicionário de Navios & Relação de Efemérides*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha.
- FALCÃO, Mário Margarido e Silva, 2003, *História do Colégio Militar – Edição Comemorativa do 2º Centenário*, Lisboa, Estado Maior do Exército.
- FARINHA, Luís, 1998, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FONSECA, José da Cruz Moura da, capitão-de-mar-e-guerra, 1967, “Subsídios para a história da TSF na Armada”, *Anais do Clube Militar Naval*, Número Especial Comemorativo do 1º Centenário do Clube Militar Naval. 1866-1966.
- HATTENDORF, John B., SIMPSON, B. Mitchell III, WADLEYGH, John R., 1984, *Sailors and scholars: a centennial history of the U.S. Naval War College*, Newport, Naval War College Press.
- LEITÃO, António Sousa, 2008, *Homens, Doutrina e Organização 1824-1974 (Tomo II)*, Lisboa, Academia de Marinha.
- LEMONS, Mário Matos e, 2009, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, Lisboa, Assembleia da República, Texto Editores.
- MARQUES, A. H. Oliveira Marques (Coordenador), 2000, *Parlamentares e Ministros da 1ª República Portuguesa (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República.
- OLIVEIRA, Maurício de, 1936, *Parceria 1936, Armada Gloriosa. A Marinha de Guerra Portuguesa no séc. XX (1900-1936)*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- _____, 1943, *A Bordo do Navio-Chefe. I – Episódios políticos e militares da vida da Armada Nacional (1925-1935)*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- _____, 1966, *Os Cruzadores na Marinha Portuguesa. Breve esboço histórico*, Lisboa, Editora Marítima e Colonial.
- TELO, António José (Coordenador), 1999, *Homens, Doutrina e Organização 1824-1974 (Tomo I)*, Lisboa, Academia de Marinha.
- SILVA, Helena Moreira da, 2008, *Monarquia do Norte 1919*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/ Quidnovi.
- VENTURA, Ventura, 2013, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, Lisboa, Círculo de Leitores.

APÊNDICE

Síntese de vida e carreira: nascimento e morte, postos e condecorações

Nasceu em 16 de Abril de 1901.

Aspirante de Marinha (admissão na Escola Naval), 19 de Novembro de 1920; Guarda-marinha, 8 de Abril de 1924; Segundo-tenente, 29 de Agosto de 1925; Primeiro-tenente, 20 de Abril de 1930; Capitão-tenente, 23 de Julho de 1940; Capitão-de-fragata, 31 de Março de 1953; Capitão-de-mar-e-guerra, 11 de Julho de 1956; Comodoro, 19 de Julho de 1959; Contra-almirante, 28 de Abril de 1960. Passou às situações de Reserva em 6 de Abril de 1966 e de Reforma em 6 de Abril de 1971.

Morreu em 16 de Março de 1974.

Ao longo dos seus quarenta e sete anos de serviço na Marinha, Jorge Ramos Pereira foi distinguido com vinte louvores, e agraciado com condecorações e graus de Ordens Militares, que se indicam, com a data da sua atribuição: Medalha Militar de Prata de Comportamento Exemplar – 28 de Julho de 1928; Oficial da Ordem Militar de Aviz – 7 de Fevereiro de 1941; Comendador da Ordem Militar de Aviz – 6 de Setembro de 1943; Medalha de Ouro de Filantropia e Caridade do Instituto de Socorros a Náufragos – 23 de Novembro de 1945; Oficial da Ordem do Império Britânico – autorizado a usar a insígnia em 31 de Outubro de 1947; Medalha Militar de Prata dos Serviços Distintos – 29 de Abril de 1948; Medalha Militar de Mérito Militar de 1ª classe – 26 de Abril de 1950; Medalha Militar de Prata dos Serviços Distintos – 26 de Fevereiro de 1954; Medalha Militar de Ouro de Comportamento exemplar – 21 de Setembro de 1954; Medalha Comemorativa das Campanhas no Estado da Índia – 15 de Maio de 1958; Comendador da Ordem de Mérito Naval do Brasil - ?; Medalha Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Ouro) – 1960.

BIBLIOGRAFIA DO ALMIRANTE JORGE MAIA RAMOS PEREIRA

1934, “A propagação das ondas electromagnéticas em torno da superfície da terra”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 64, pp. 453-469.

1937, “A evolução da técnica dos sistemas de radiocomunicações”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 67, pp. 771-807.

1941, “O fading nas ondas médias e curtas. Tipos de fading e suas causas. Possíveis remédios para combater o fading”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 70, 1940, p. 411-420, 493-510; Volume 71, p. 77-87.

1945, “Considerações sobre o ensino da radioelectricidade na Escola Naval”, Volume 75, pp. 221-230.

_____, “Radar. (Conferência)”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 75, pp. 605-617.

1951, “Crónica internacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 81, pp. 257-262.

1952, *Radioelectricidade Elementar*, Lisboa, Barcelona e Rio de Janeiro, Livraria Luso-Espanhola.

1959, “A educação e a ciência na competição comunista”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 89, pp. 233-295.

_____, “A preparação dos oficiais superiores da nossa armada”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 89, pp. 699-739.

1960, “A carreira naval na era nuclear”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 90, p. 3-24.

_____, “O Ministério da Marinha e as suas precárias instalações”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 90, pp. 733-748.

1961, “Breves considerações feitas na sessão solene de abertura do ano lectivo de 1960-1961, no Instituto Superior Naval de Guerra”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 91, pp. 3-11.

1962, “Instituto Superior Naval de Guerra. Alocução proferida na sessão solene de abertura do ano lectivo de 1961-62”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 92, pp. 255-266.

1963, “As longas comissões de serviço da marinha de guerra nas águas da Índia Portuguesa. Palestra proferida no Rotary Clube de Viana do Castelo, em 19 de Setembro de 1962”, *Anais do Clube Militar Naval*. Volume 93, pp. 23-37.

1964, “A marinha americana e o espírito do Infante D. Henrique”, *Anais do Clube Militar Naval*. Volume 94, pp. 439-442.

1965, “Subsídios para a História dos Cursos de Radioelectricidade e Comunicações da nossa Armada”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 95, pp. 691-752.

1966, “Os caprichos das ondas curtas nos anos de 1928 e 1929. (Subsídios para a história das radio-comunicações navais)”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 96, p. 657-665.

1967, “Divagando sobre o passado e o futuro do Clube Militar Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Número Especial Comemorativo do 1º Centenário do Clube Militar Naval – 1866-1966, pp. 43-62.

_____, “Os trágicos erros da batalha da Ilha Savo”, *Anais do Clube Militar Naval*. Volume 97, pp. 555-571.

_____, “Subsídios para a História do ISNG”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 97, pp. 27-60, 357-392, 721-753.

1968, “A instrução, base do progresso dos povos. Conferência realizada no Rotary Clube de Braga”, Braga, Rotary Clube.

_____, “Deverá o jaque nacional ser substituído?”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 98, pp. 139-146.

1970, “Nos velhos tempos das estações navais no Ultramar...”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 100, pp. 335-338.

_____, “Velhice Valorosa e Honrada de que nos Orgulhamos (Cem Anos de vida dos Anais)”, *Anais do Clube Militar Naval*, Número Especial Comemorativo do Primeiro Centenário dos Anais dos Clube Militar Naval, pp. 7-16.

1973, “Fontoura da Costa, professor insigne, matemático categorizado, marinheiro brioso, mas inconformado, que muito dignificou a Marinha e honrou a Pátria. Comunicação apresentada no Centro de Estudos de Marinha, 13 de Dezembro de 1972”, Academia de Marinha, *Memórias*, Lisboa, pp. 239-253 e *Anais do Clube Militar Naval*. Volume 103, pp. 55-72.

1973, “Vice-almirante Luís António de Magalhães Correia (1873-1973)”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 103, pp. 275-277.

_____, *Gago Coutinho, Geógrafo*, Lisboa, Direcção-Geral da Educação Permanente.

1974, “Henrique Lopes de Mendonça, Investigador e Historiógrafo de alto nível intelectual que muito honrou o País e dignificou a Armada. Comunicação apresentada no Centro de Estudos de Marinha, 2 de Maio de 1973”, Academia de Marinha, *Memórias*, Lisboa, pp. 21-45 e *Anais do Clube Militar Naval*, Volume 104, pp. 7-33.

Nota - Jorge Ramos Pereira foi também autor de diversos manuais de equipamentos de electricidade e comunicações, tendo ainda deixando textos manuscritos sobre assuntos de natureza técnico-profissional, depositados na Biblioteca Central de Marinha.



LUÍS MENDONÇA DE ALBUQUERQUE (1917-1992)

HISTORIADOR DOS DESCOBRIMENTOS E DA NÁUTICA

Francisco Contente Domingues

Dados pessoais e percurso académico

Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque nasceu em Lisboa a 6 de Março de 1917, na freguesia de Monte Pedral (actualmente Santa Engrácia), filho primogénito de Eduardo Castilho de Albuquerque, oficial do Exército da arma de Cavalaria, e Emília Sá Mendonça Furtado de Albuquerque. Teve como avós paternos Luís de Albuquerque e Virgínia Júlia de Castilho de Albuquerque.

Nos anos lectivos de 1927-8/28-9 frequentou em Coimbra os Liceus José Falcão e Júlio Henriques, ingressando depois no Colégio Militar (onde teve o número 89), e conclui o curso geral dos liceus em 1934.

Foi aluno de Matemática na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, até ao penúltimo ano da licenciatura, a qual viria a terminar na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 1939, com 16 valores, e logo em 1940 a licenciatura em Engenharia Geográfica.

Por contrato datado de Março de 1941 foi nomeado assistente do 1º grupo (Análise e Geometria) da 1ª secção da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; veio a ser encarregue dos cursos e cadeiras de Geometria Descritiva, Álgebra Superior, Cálculo Infinitesimal, Geometria Projectiva e Complementos de Álgebra, Desenho de Máquinas, Desenho Rigoroso e Desenho Tipográfico. Depois da passagem a Professor e em anos sucessivos, regeu todos os cursos de Desenho da Faculdade; e em etapas posteriores da sua carreira viria ainda a ser responsável por outros cursos e cadeiras.

Em 1943 contraiu matrimónio com Maria Benedita Lares de Moraes; no ano seguinte nasceu a única filha do casal, Maria Helena Moraes de Albuquerque.

Em 1946 foi eleito Presidente da Associação Académica de Coimbra, não lhe sendo permitido que venha a tomar posse efectiva do cargo por motivos políticos.

Dois anos volvidos foi aprovado por unanimidade no concurso para Professor de cadeiras e cursos anexos de Desenho na Faculdade de Ciências, vindo a ser provido em 11 de Janeiro de 1949. Dez anos depois obteve o doutoramento em Matemática

com 19 valores, na Universidade de Coimbra. Apresenta a tese *Sobre a Teoria da Aproximação Funcional*. A realização desta prova, essencial ao bom prosseguimento da sua carreira académica, foi-lhe dificultada e protelada de diversas formas, durante anos (a tese estava de facto concluída desde 1949), dado as suas ideias políticas não serem concordes com a ideologia oficial do regime, situação que veio a ser desbloqueada de modo a poder apresentar-se ao júri por intervenção de Manuel Lopes de Almeida, ao tempo diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e figura grada da Situação (chegou a ser ministro da Educação em 1961-2), amigo de uma vida de Luís de Albuquerque e que por ele se responsabilizou perante a polícia política. As condições adversas que lhe criaram na Universidade fizeram-no chegar a leccionar mais de trinta horas por semana.

No ano lectivo de 1959-1960, já doutorado, estudou Métodos Estocásticos na Universidade de Göttingen (Alemanha Federal) com uma bolsa do Instituto de Alta Cultura, seguindo os seminários do Professor Konrad Jacobs. No regresso a Faculdade vedou-lhe o retorno à cadeira de Cálculo das Probabilidades, cujo ensino inovara anteriormente e para a qual se especializara. É-lhe então entregue a cadeira de Álgebra; virá a ser um dos impulsionadores da mais tarde chamada Escola Portuguesa de Álgebra Linear, que alcança grande prestígio internacional.

Nos meados dos anos cinquenta Armando Cortesão iniciou os trabalhos preparatórios da monumental obra intitulada *Portugaliae Monumenta Cartographica*¹; sabendo-se que Luís de Albuquerque colaborou na sua execução, desconhece-se exatamente em que termos e até que ponto. O mesmo sucede, aliás, com outros colaboradores da equipa reunida por Cortesão, com exceção de Avelino Teixeira da Mota, cuja proeminência foi tal que assumiu a co-autoria e acabou por ser o principal responsável pelos últimos volumes. A obra em si perdura como um marco na disciplina, a ponto de David Woodward a considerar sem paralelo, apesar de ser ele próprio co-responsável (com John Brian Harley) por uma revolução epistemológica na História da Cartografia que desactualizou a matriz que enformara a realização dos *PMC*. Trata-se todavia em si mesmo de um monumento, como os monumentos cartográficos que estuda.

Um dos efeitos mais duradouros do labor dessa equipa resultou na institucionalização do trabalho científico na área da História da Cartografia – uma novidade para o tempo em Portugal – com a criação do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar (em duas secções). Em 1961 surge a Série de Separatas do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, que é inaugurada pela Secção de Lisboa do Agrupamento com um trabalho de Teixeira da Mota sobre a cartografia de Cabo Verde², e pela de Coimbra com o estudo de Luís Albuquerque intitulado *Os Almanagues Portugueses de Madrid*³.

¹ CORTESÃO, MOTA, 1960.

² MOTA, 1961.

³ ALBUQUERQUE, 1961.

Esta Série, da qual foram publicados 249 títulos, conhecida por «separatas verdes» (em alusão à cor da capa), consistia na tiragem à parte de artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, sobretudo em torno da História da Cartografia, da Náutica e da Expansão Portuguesa. Tornar-se-á numa das colecções de publicações portuguesas de maior projecção internacional; William Randles deu conta de que era a coleção de títulos mais requisitada na secção de cartografia da Biblioteca Nacional de França. O Agrupamento vir-se-ia a denominar Centro, e depois Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, altura em que o foco da investigação aí desenvolvida, sob a direção de Maria Emília Madeira Santos, que sucede a Luís de Albuquerque em 1987, se vai centrar na História de África.

Enquanto Avelino Teixeira da Mota dirigia a Secção de Lisboa, Armando Cortesão e Luís de Albuquerque davam corpo à de Coimbra. Juntava-os o interesse comum pela História da Arte de Navegar, um com maior pendor para a Cartografia Náutica, outro para a Náutica propriamente dita. Uma colaboração próxima mas crítica, pois os separavam concepções profundamente divergentes em relação a aspectos chave da História da Expansão Portuguesa: bastará recordar a questão da política de sigilo, de que Cortesão foi um estrênuo defensor, na linha de seu irmão Jaime, enquanto Albuquerque afinava mais por um diapásão crítico e pouco dado a fantasias, criativas que fossem, que vinha mais na linha da intervenção de Duarte Leite na matéria⁴. Todavia, logo nos primeiros tempos de funcionamento do Agrupamento proferiu o discurso de elogio do Apresentante, Prof. João Carrington Simões da Costa, na cerimónia de doutoramento *Honoris Causa* de Armando Cortesão.

Foi neste enquadramento que Luís de Albuquerque percorreu três dos passos mais importantes da sua carreira: a edição dos livros de marinharia, a que nos referiremos mais à frente, a colaboração da edição das *Obras Completas* de D. João de Castro, e a organização da [I] Reunião Internacional de História da Náutica.

A obra de D. João de Castro e os seus estudos sobre o magnetismo terrestre foram continuamente objeto da sua atenção e de vários trabalhos, e é por isso natural que a idealização da edição das *Obras* tenha sido sua, apesar de ser também assinada por Armando Cortesão, que ainda teria tido alguma participação nos dois primeiros volumes. O terceiro e o quarto (o terceiro com a correspondência, o quarto com a reunião de alguns estudos)⁵, são da responsabilidade exclusiva de Luís Albuquerque. O livro, de grande qualidade editorial, foi patrocinado pela recém-criada Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Entretanto Michel Mollat du Jourdin vinha organizando os *Colloques Internationaux d'Histoire Maritime* desde os meados dos anos 50. Constatava-se que os *Colloques* praticamente não tratavam dos aspectos técnicos da navegação: a excepção fora o Colóquio

⁴ DOMINGUES, 1987; PINTO, 2016.

⁵ Entre os quais pontifica o excepcional *Science in Manueline Style* de Reyer Hooykaas. Cf. HOOYKAAS, 1981.

que teve lugar em Lisboa em 1960, no quadro das comemorações henriquinas, onde os temas técnicos dominaram, revelando a influência da historiografia portuguesa pela atenção dada a esta vertente das navegações. Aliás a *Commission Internationale d'Histoire Maritime* tem o seu começo formal no dia 14 de Setembro desse ano, nesta cidade, vindo a ser registada cinco anos depois em Paris, assumindo-se como sucessora da *Commission Internationale pour l'Histoire des Grandes Découvertes*. Mas do ponto de vista do programa científico estes congressos continuaram a tratar essencialmente de portos, comércio marítimo, e outros capítulos de uma história económica marítima que tem sido até hoje a tendência dominante internacionalmente. De resto, esta Comissão passou a ser substituída como promotora dos congressos desde a década de 1990, pela então criada *International Maritime Economic History Association*, remanescendo a anterior como uma *umbrella-organization* para as Comissões Nacionais de História Marítima, tendo estas perfis muito diferenciados.

A Cartografia e a Náutica continuavam porém a merecer a melhor atenção dentro do Agrupamento de Cartografia Antiga, faltando elevá-las à condição de tema central da historiografia contemporânea, para o que careciam de um espaço de afirmação próprio: foi isso que levou Luís de Albuquerque a promover a realização da Reunião Internacional de História da Náutica em 1968, que teve lugar no Departamento de Matemática de Coimbra.

Naturalmente que a idade e a condição de responsável pela secção de Coimbra do Agrupamento davam a precedência a Armando Cortesão, mas foi o próprio que logo no discurso inaugural deixou todos os créditos ao seu colega mais novo: “Devo porém, dizer, em abono da justiça, que embora a conveniência e possibilidade de a realizar tenha surgido durante as muitas conversas que eu e o Prof. Luís de Albuquerque naturalmente temos sobre estes assuntos, a ideia original, mais do que a mim, a ele pertence. Na verdade algo do que de bom por ventura se tenha feito nesta Secção em grande parte se deve à assombrosa actividade intelectual deste homem excepcional”⁶

As *Actas* foram editadas em volume da *Revista da Universidade de Coimbra* e incluíram colaborações dos principais nomes de entre os estudiosos que por essa altura se dedicavam à história da Arte de Navegar: entre outros, Guy Beaujouan, Emmanuel Poule, Ursula Lamb, Francis Maddison, Ernst Crone, Marcel Destombes, Wilcomb Washburn, G. R. Tibbetts, David Waters, R. A. Skelton, Max Justo Guedes, Reyer Hooykaas e Rolando Laguarda Trías⁷.

Inicialmente pensado como um evento único, o sucesso deste encontro científico levou à sua repetição, embora fosse doutrina que a realização de eventos similares se adaptaria a circunstâncias específicas que tornassem viável o seu financiamento, como os ciclos comemorativos. Assim se compreende que Max Guedes e Luís de

⁶ CORTESÃO, 1971, p. 4.

⁷ DOMINGUES, 2014.

Albuquerque tenham organizado as Reuniões subsequentes com um calendário irregular: 1976, 1979, 1983, 1984, 1987. Mas foi possível realizar a XIV Reunião no Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, exactamente quarenta anos depois, coincidindo o local, o mês e as datas exactas com a I Reunião: dedicada, naturalmente, à memória de Luís de Albuquerque. Mais uma vez estiveram presentes nomes cimeiros da historiografia internacional, tendo o discurso de encerramento cabido a John Hattendorf⁸: uma contribuição importante para a compreensão do lugar da História da Náutica no campo mais vasto da História Marítima.

Este ano excepcional de 1968 teria o seu corolário no biénio seguinte, quando Armando Cortesão publica os dois volumes da sua *História da Cartografia Portuguesa*⁹ (1969-1970), fechando assim o excepcional período inaugural das atividades da Secção de Coimbra do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga.

A carreira universitária de Luís de Albuquerque ia entretanto prosseguindo: foi aprovado em 1963 no concurso para Professor Extraordinário da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, é Professor Agregado no mesmo ano e em 1966 foi aprovado no concurso para Professor Catedrático.

A actividade de Luís de Albuquerque foi sempre marcada pela assunção de responsabilidades múltiplas em planos diversos: o professor de Matemática foi também professor de História, o académico serviu a Universidade em vários cargos da maior importância, o cidadão serviu a cidade na qual viveu quase toda a vida com a mesma intensidade. Este empenho no serviço das instituições a que esteve ligado ou a pluralidade das contribuições universitárias reflectem bem tanto o seu carácter como a forma empenhada com que assumia os seus cometimentos. Pouco antes de uma década intensa ao serviço da Universidade foi Governador Civil do Distrito de Coimbra (1974-76), único cargo de natureza política que ocupará alguma vez, tendo tido uma meritória acção na cidade.

Além de vários cargos na Faculdade de Ciências, foi vice-reitor da Universidade de 1978 a 1982, e desde 1978 foi ainda Director da Biblioteca Geral da Universidade (BGUC) até à data da jubilação, cargo de sua particular predilecção e durante o exercício do qual promoveu uma importante série de publicações sobre os seus temas de referência, a Náutica e a Cartografia. A título de exemplo mencionem-se os três volumes com que a *Revista da Universidade de Coimbra* (editada pela Biblioteca Geral) homenageou Armando Cortesão¹⁰, porventura o mais importante repositório conjunto de artigos publicados em Portugal nessa matéria (com maior diversidade temática o seu sucessor na BGUC, Aníbal Pinto de Castro, preparou-lhe igualmente três volumes de homenagem da mesma publicação, ainda em vida¹¹).

⁸ HATTENDORF, 2011.

⁹ CORTESÃO, 1969-70.

¹⁰ *Revista da Universidade de Coimbra*, 1978-1980.

¹¹ *Revista da Universidade de Coimbra*, 1989-1992.

Um elevado sentido ético no desempenho de cargos públicos não surpreende, atendendo ao seu perfil pessoal. Em 1974, Luís de Albuquerque iniciou a publicação dos seus *Estudos de História* na série *Acta Universitatis Conimbrigensis* editada pela BGUC¹², uma compilação de artigos esparsos, cujos volumes III e IV incluíam as colaborações na *História da Cartografia Portuguesa* de Armando Cortesão¹³. Editado o volume VI em 1978, suspendeu a publicação da série para não usar a posição que detinha na publicação dos seus próprios livros.

Os anos oitenta foram de grande atividade para Luís de Albuquerque: a colaboração com instituições externas à Universidade intensificou-se, a docência multiplicou-se por várias universidades: nos últimos de vida académica activa e logo depois da jubilação leccionou na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde participou no arranque dos estudos pós-graduados de História dos Descobrimentos, nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra, e ainda na Universidade Autónoma, não contando os numerosos seminários e cursos de curta duração que dirigiu em universidades portuguesas e estrangeiras. Cumpre destacar a longa colaboração na docência e na organização dos *curricula* com a Escola Superior de Formação de Professores de Cabo Verde, tudo isto depois de um período de serviço na Universidade de Lourenço Marques, onde um significativo número de historiadores portugueses leccionou pelos inícios dos anos setenta; enfim, foi a época do reconhecimento público e da grande projecção da sua obra, com um rimo editorial intenso. Do ponto de vista científico é também uma época marcada pela assumpção clara de um papel pedagógico na divulgação da História dos Descobrimentos e das Navegações, mais que da História da Náutica e da Cartografia, voltado para um público mais alargado que o do leitor dos escritos científicos. Sucederam-se assim colectâneas de estudos e a publicação de livros e artigos em número apreciável, despoletados pela conjugação de vários factores.

Em primeiro lugar importa lembrar a acção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (existente entre 1987 e 2002), que projectou a imagem deste período histórico com grande pujança, tanto interna como externamente. Esta compreendia a realização de exposições, promoção de conferências, financiamento de projectos de investigação (este aspecto mais longe dos olhos do grande público) e editando ou apoiando um grande número de publicações, tanto científicas como de divulgação. Atenção especial mereceram as camadas mais jovens, para a qual se direccionou o então criado Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – criado por Roberto Carneiro - com ampla acção editorial, nomeadamente da autoria de Luís

¹² ALBUQUERQUE, 1974-78.

¹³ ALBUQUERQUE, 1970a; ALBUQUERQUE, 1970b.

de Albuquerque, co-responsável por este Grupo. Do âmbito destas comemorações um dos aspectos mais importantes da sua intervenção foi todavia a criação da *Mare Liberum. Revista de História dos Mares*, uma revista publicada em formato inusual (A4) com o objetivo de possibilitar a edição de artigos que exigissem ilustração incompatível com a dimensão normal dos periódicos científicos, ou seja, sobretudo estudos de Cartografia e Náutica, também; a *Mare Liberum* foi até à extinção da CNCDP o órgão científico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, dirigida desde o início por Luís de Albuquerque e complementada pela revista *Oceanos*, idealizada e inicialmente dirigida por António Mega Ferreira. Uma aposta também na internacionalização, como o revela a panóplia de autores logo desde o número 1, e a recepção de textos em seis línguas (incluindo o alemão e o italiano), facto até então inédito nas revistas de História em Portugal.

De alguma forma continuava-se o impulso de grande focagem e promoção da História e da Cultura Portuguesas na época dos Descobrimentos que já fora objeto da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, a qual se desenvolvera em torno de cinco núcleos, tendo sido Luís de Albuquerque, com Teixeira da Mota, os responsáveis pela exposição dos Jerónimos. Desta feita com maior visibilidade e impacto, a atenção do público encontrou o seu historiador de eleição, não só pela qualidade intrínseca dos seus escritos, como pelo facto de se debruçar sobre temas com muito pouca visibilidade, até dentro do meio profissional da História, como ainda pela capacidade expositiva de uma escrita elegante, escorreita e ao alcance de um público culto não especialista, por mais intrincado que fosse o assunto (o bom exemplo é precisamente a História da Náutica, matéria complexa mesmo para o leitor profissional), uma escrita que todavia não sacrificava em nada o rigor científico.

A década de oitenta é bem o momento em que culmina um trabalho de grande projecção científica (que vinha desde os anos cinquenta) compaginado agora com uma importante vertente divulgativa. Em ambos os níveis dando razão a uma apreciação crítica de W. G. L. Randles: “For future scholars of the Renaissance period, he has raised nautical astronomy the status of an arcane subject to become an ‘incontornável’ core feature of the History of the Discoveries”¹⁴.

Foi por esta altura também, e em consequência, que Luís de Albuquerque dirigiu alguns projectos colectivos de grande impacto, como a obra de seis volumes de grande aparato intitulada *Portugal no Mundo*¹⁵, a qual foi acompanhada pela edição (com o mesmo aspecto gráfico) de uma obra intitulada *Os Descobrimentos Portugueses*¹⁶, que viria a ser a sua grande elaboração de síntese sobre o período das navegações.

¹⁴ RANGLES, 1998, p. 135.

¹⁵ ALBUQUERQUE (dir.), 1989.

¹⁶ ALBUQUERQUE, 1985.

Esta década assistiu também ao ressuscitar de uma questão antiga, tão antiga como errónea e fantasista: “uma torrente de especulações e fantasias” como acertadamente disse Luís Filipe Thomaz da publicação em 1986 de um livro que, com extensa cópia da obra do escritor e bibliotecário Patrocínio Ribeiro (embora sem nunca o citar), quis fazer renascer o mito do “Colombo português”.

Importa reconhecer que a questão transcende a dimensão historiográfica do suposto problema, dada a conotação política que um sector específico lhe quis atribuir. Mas Luís de Albuquerque ateu-se exclusivamente àquele aspecto, como seria de esperar, e de alguma forma a “polémica” foi o pretexto que despoletou a intervenção mais directa numa vertente que é constante na sua obra: a crítica aos (muitos) aspectos fantasistas de que enferma a História dos Descobrimentos, prenhe de glórias imaginárias porque imaginadas, como alguém escreveu. Não nos esqueçamos que um historiador com importantes responsabilidades no domínio institucional da História chegou a escrever que a falta de documentos sobre um descobrimento, devida à política de sigilo, era afinal a prova de que os portugueses o tinham feito: formulação, como se vê, de alcance inimaginável! Num plano estritamente científico Luís de Albuquerque, na senda de um Duarte Leite, foi crítico de Armando Cortesão, próximo das formulações de seu irmão Jaime nas concepções diferentes que os opuseram àqueles professores de Coimbra. Neste plano mais alargado inscreve-se o livro em dois volumes intitulado *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*¹⁷, obra com uma vertente dupla: a das Dúvidas (o volume I) em crítica às questões hipotéticas e fantasistas dos Descobrimentos, as Certezas sobre as realidades que denotam a sua importância efectiva para a história portuguesa e mundial.

Neste mesmo sentido da grande divulgação cumpre ainda destacar a publicação em 1989 da Biblioteca da Expansão Portuguesa, a par do *Portugal no Mundo*, em nada menos que 50 volumes de textos históricos de feição a mais diversa, publicados em português moderno e com estudos explicativos, facilitando quando não propiciando o acesso fácil a um enorme manancial de documentos, mesmo aos profissionais do ofício.

Um labor incansável, mesmo que os seus frutos tenham sido mais tardios, como foi o caso da publicação póstuma do *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*¹⁸, primeira obra de grande fôlego do género, reunindo 92 colaboradores que redigiram 1010 artigos.

Por fim, neste destaque do trabalho de uma década operosa, cumpre mencionar a iniciativa de maior impacto internacional: em 2 de Junho de 1990 inaugurou-se a Exposição *Portugal-Brasil. A Era dos Descobrimentos Atlânticos*, na The New

¹⁷ ALBUQUERQUE, 1990-91.

¹⁸ ALBUQUERQUE, 1994.

York Public Library. Foi um dos curadores desta Exposição de grande projecção, e colaborou activamente no Catálogo com a Introdução escrita em parceria com Max Justo Guedes, um ensaio, um apêndice, e a autoria de boa parte das 161 legendas de peças¹⁹. A exposição teve um quarto de milhão de visitantes e uma recepção entusiástica na imprensa local durante o trimestre em que esteve patente ao público.

A década de 1980 foi também e com naturalidade a do reconhecimento académico: em 1985, a Universidade de Lisboa concedeu-lhe o grau de Doutor *Honoris Causa* em História, por iniciativa de Francisco de Salles Mascarenhas Loureiro, então Professor Catedrático do Departamento de História da Faculdade de Letras daquela Universidade. Por essa altura ia já medrando a ideia de se lhe dedicar um Livro de Homenagem que fosse espelho do tributo de colegas, discípulos e amigos. Com publicação prevista para 1985, a resposta às solicitações de colaboração obrigou a desdobrar em dois o volume inicial e a adiar a data de edição, que teve lugar em 1986 e 1987²⁰, compilando a contribuição de nomes do maior prestígio internacional nas matérias relativas à História da Ciência e da Exploração Geográfica na época moderna.

1987 foi o ano da jubilação universitária, sendo-lhe dedicadas diversas cerimónias de homenagem em Lisboa e Coimbra, e um grupo de colegas e discípulos ligados a diversas instituições promove um jantar de homenagem na Sala Ogival do Castelo de São Jorge, em Lisboa, para o qual se inscreveram centenas de pessoas. No dia 10 de Junho desse ano foi condecorado pelo Presidente da República com o Grande Oficialato da Ordem do Infante D. Henrique.

Em Outubro de 1991 é hospitalizado em consequência de um acidente cardiovascular, de cujas sequelas não se recomporá. Veio a morrer no Hospital de Marinha, em Lisboa, a 22 de Janeiro de 1992.

Em Novembro, perdida entretanto a esperança de um completo restabelecimento, um grupo de colaboradores e discípulos inicia a preparação do livro de homenagem intitulado *Luís de Albuquerque Historiador e Matemático*²¹. Para além dos depoimentos pessoais, valiosos para uma melhor compreensão do que foi o Homem e o Cidadão, sete estudos sobre diversos aspectos da obra ajudam a entender melhor a qualidade e o impacto no tempo e nas gerações futuras do seu trabalho científico. O volume contém ainda quatro trabalhos inéditos do homenageado e a sua bibliografia.

Integrada nas comemorações do 25 de Abril de 1993, os Serviços Culturais da Câmara Municipal da Figueira da Foz promovem a Exposição “Luís de Albuquerque. O Homem e a Obra”, e no ano seguinte o Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra publica com a sua chancela o volume

¹⁹ *Portugal-Brasil. A Era dos Descobrimentos Atlânticos, 1990.*

²⁰ DOMINGUES, BARRETO, 1986-87.

²¹ *Luís de Albuquerque Historiador e Matemático, 1998.*

intitulado *Estudos de Matemática em Homenagem ao Professor Doutor Luís de Albuquerque* (Coimbra, 1994).

A Academia de Marinha homenageou o seu vice-presidente e presidente da Classe de História Marítima em 1987 e 1992, e novamente em 2017, por ocasião do centenário do nascimento²².

De todas os preitos e manifestações *in memoriam* talvez haja uma que se sobrepõe, uma distinção rara no percurso de vida de um historiador: em 1991, no seu 101º encontro anual, a *American Historical Association*, a maior agremiação mundial de profissionais do ofício, elegeu Luís de Albuquerque como seu 76º membro honorário, uma distinção que foi dada pela primeira vez a Leopold von Rank. Foram seus proponentes Ursula Lamb e Wilcomb Washburn.

A escrita da História

A obra científica e literária de Luís de Albuquerque é mais vasta e diversificada do que poderia parecer: é como se tudo lhe tivesse interessado, tudo tivesse estudado e suscitado a sua atenção, contando-se na sua bibliografia mais de um milhar de títulos²³ reflexo de uma atividade que se manifestou em quatro grandes planos.

Conhece-se bem a obra do matemático, graças aos estudos de J. J. Dionísio, Graciliano de Oliveira, José Vitória, Natália Bebiane e, mais recentemente, Nazaré Mendes Lopes (todos professores do Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra), vendo-se com vantagem esta última autora²⁴ - com referência na bibliografia aos autores citados atrás - para compreender o caminho de Luís de Albuquerque na disciplina e a forma como nela inovou, nomeadamente pela sua responsabilidade no advento da Escola Portuguesa de Álgebra Linear.

Logo desde as primeiras publicações científicas, Luís de Albuquerque foi paralelamente escrevendo sobre temas os mais diversos, desde a economia de Angola às potencialidades da energia nuclear, da crítica literária (sobretudo poesia) a notas e comentários sobre os mais diversos assuntos: um livro acabado de sair ou um congresso de engenheiros, o desporto e o olimpismo, o cinema ou os problemas do ensino primário. Adivinha-se uma curiosidade imensa e insaciável por todos os aspectos da realidade que o circundava, e uma vontade irresistível de intervir pela escrita: não por acaso se autodefiniu como grafómano.

A grande maioria destes textos apareceram na revista *Vértice*, órgão quase oficioso do movimento do neorrealismo português, e que congregou parte importante dos intelectuais de Coimbra que se opunham ao regime vigente, entre os quais teve alguns dos seus amigos, como Egídio Namorado. Outros nomes de relevo das

²² Academia de Marinha, 1987, 1992 e 2017.

²³ DOMINGUES, 1998.

²⁴ LOPES, 2017.

letras foram-lhe também próximos, como Vitorino Nemésio, visita frequente de casa, Rui Feijó ou Vergílio Ferreira, que lhe deixou o manuscrito do seu primeiro romance (ainda inédito). A *Vértice* passou por dificuldades devido ao seu alinhamento político, com vários autores proibidos de assinar artigos com o seu nome, como aconteceu a Luís de Albuquerque, que usou cinco pseudónimos além dos artigos sem assinatura, para redigir por vezes números inteiros da revista entre os finais dos anos quarenta e inícios do decénio seguinte.

É escusado procurar uma lógica fechada na utilização destes *alter-egos*, mas é visível que um deles (J. Sousa Mendes) foi preferido para versar temas culturais em geral, e históricos em particular. Em múltiplas ocasiões, artigos de jornal ou em outros meios de grande circulação anteciparam a publicação de textos mais extensos, ou divulgaram resultados já apresentados em artigos e livros científicos. Foi o caso sobretudo da série de artigos sobre temas vários das navegações portuguesas publicados no jornal *O Comércio do Porto*, mais tarde reunidos em livro²⁵.

O interesse de Luís de Albuquerque pela História da Náutica derivou da conjugação de um convite de António José Saraiva para colaborar na sua História da Cultura em Portugal com um capítulo sobre “As navegações e as origens da mentalidade científica” (um capítulo com o tamanho de um livro²⁶), com o facto de se ter encarregue da organização da biblioteca de Luciano Pereira da Silva (1864-1926), adquirida por Joaquim Bensaúde e entregue ao Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, onde aquele ilustre professor deixara marca também como historiador da Náutica. Seguramente que a sombra benéfica de Pereira da Silva influenciou o então jovem membro do Departamento, a quem relembriaria também a imagem de um outro professor notável, e autor de obra historiográfica de grande relevo: Duarte Leite (1864-1950).

O caminho estava apontado para a História da Náutica, mas importa não esquecer um outro capítulo em que a sua obra foi relevante para o tempo: a História da Educação. Mais uma vez, os trabalhos de Matemática vão a par da intervenção crítica, dos estudos sobre os Descobrimentos em geral, e de uma série de artigos sobre a educação em Portugal desde as reformas pombalinas até aos primeiros tempos do liberalismo, artigos que serão republicados em edição do Autor, e mais tarde, com acrescentos, como volume VI dos seus *Estudos de História*. Textos importantes para relançar a disciplina da História da Educação em Portugal, como Rui Grácio testemunhou²⁷.

Luís de Albuquerque notabilizou-se essencialmente como historiador da Náutica, como é bem sabido, mas antes do início da série de publicações que o consagraria como o grande especialista da matéria, há-de-se lembrar a série de doze artigos da

²⁵ ALBUQUERQUE, 1987.

²⁶ ALBUQUERQUE, 1955.

²⁷ GRÁCIO, 1983.

Vértice intitulados “Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses” (1957-59), de que resultaria o livro homónimo publicado em 1959 e novamente em bela e muito cuidada edição em 1962²⁸.

Esta *Introdução* foi aliás uma das obras que na viragem dos anos cinquenta para a década seguinte haveria de mudar profundamente a História da Expansão Portuguesa, a par de títulos de Duarte Leite, Vitorino Magalhães Godinho e José Sebastião da Silva Dias.

Luís de Albuquerque deixou uma obra muito importante no domínio que a historiografia portuguesa chamou de História dos Descobrimentos e da Expansão, que poderíamos titular também História das Navegações. Sessenta anos volvidos sobre a edição em livro, a citada *Introdução* continua a ser um livro de leitura obrigatória, mormente pelo seu momento inicial, quando pondera devidamente a geografia imaginária como motivação de algumas das primeiras navegações (o que algum outro livro sobre os primórdios dos Descobrimentos fará até hoje), e pela explicação dos métodos de navegação do Mediterrâneo, e decorrentemente a sua inadequação para a navegação atlântica, ao contrário do muito que se escrevera a propósito.

Sem prejuízo da grande valia dos estudos sobre os Descobrimentos em geral, com atenção particular às navegações quatrocentistas, e à extensa e consistente obra sobre os portugueses no Oriente no século XVI, particularmente relevante é, sem contestação, o conjunto dos estudos que dedicou à História da Náutica. William G. L. Randles foi autor de um magistral estudo crítico que é à vez uma ponderação da contribuição de Luís de Albuquerque e um balanço do que foram os principais passos da astronomia náutica em Portugal nos séculos XV e XVI. Estudo que terminou tudo dizendo numa frase: “For future scholars of the Renaissance period, he has raised nautical astronomy the status of an arcane ancillary subject to become an “incontornável” core feature of the history of the Discoveries”²⁹.

Sumariamente, podemos dizer que a sua contribuição para esta matéria residiu em dois aspectos fundamentais: a publicação de fontes e a definição teórico-conceptual.

Com a publicação de *O Livro de Marinharia de André Pires*, em 1963, é lançada a Série Memórias que pontificaria no conjunto de publicações da Junta de Investigações do Ultramar. Foi a primeira edição de um livro de marinharia feita por Luís de Albuquerque, seguindo o critério que se tornaria usual, o de baptizar o manuscrito com o nome de um piloto nele mencionado, mesmo sabendo-se que não é o autor³⁰, ou da instituição onde se guarda. Publicou também os de Manuel

²⁸ ALBUQUERQUE, Luís de, 1959.

²⁹ RANGLES, 1998, p. 142.

³⁰ Como exemplo, o *Livro de Marinharia de João de Lisboa é dos meados do século XVI, e chama-se assim porque inclui o Tratado da Agulha de Marear que é de 1514 e da autoria daquele piloto, o qual já estava morto pelos meados do século. Este Livro acaba de ser objecto de uma excelente edição de António Costa Canas (CANAS, 2017).*

Álvares, João de Lisboa, Bernardo Fernandes, Pero Vaz Fragoso, Gaspar Moreira e Manuel Pimentel; ou seja, definiu o corpus documental da matéria, pois de fora ficaram apenas o manuscrito de Praga, publicado há poucos anos com um conjunto de estudos introdutórios³¹, e um outro estante na Real Academia de la Historia de Madrid, que Albuquerque estudou profundamente num artigo publicado no *Boletim da Academia* e logo depois reimpresso nos *Estudos de História*: da publicação de dois roteiros deste livro se encarregou recentemente Jorge Semedo de Matos³². Ver-se-á ainda este autor para um cuidado balanço crítico da situação editorial dos livros de marinharia, sete dos quais foram editados por Luís de Albuquerque, como dito acima.

Num momento em que o jargão académico consagra as “redes” e os “programas” de investigação como forma privilegiada de organização do trabalho científico, cumpre reconhecer que no Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, em Coimbra, ao longo das décadas de sessenta e setenta, tiveram lugar dois verdadeiros programas de investigação (sobre Cartografia e sobre Náutica históricas), que resultaram entre outras coisas nesta edição sistemática e sem paralelo na Europa da literatura técnica do Renascimento português. Tudo num ambiente do mais elevado nível de cosmopolitismo científico: a rede de contatos internacionais dos dois responsáveis do Agrupamento abrangia quem era quem nestes domínios, contando em particular com a colaboração próxima de nomes cimeiros como Reyer Hooykaas e W. G. L. Randles³³.

Luís de Albuquerque foi responsável por outras edições fundamentais para a consolidação da História da Náutica, e sobretudo fez duas grandes sínteses do que foi a Náutica renascentista portuguesa: a primeira com os dois extensos capítulos fazem parte do volume II da *História da Cartografia Portuguesa* de Armando Cortesão, que já se mencionaram; como sagazmente observou William Randles, o facto do seu nome não vir mencionado na capa da obra não terá contribuído para difundir o seu trabalho junto daqueles que podiam estar nele interessados, mas não necessariamente na cartografia náutica. A contrapartida foi a acessibilidade que passou a ter para um conjunto de leitores mais diversificado através da publicação da obra em inglês e, com ela, destes capítulos. Terá sido até esta a principal via do conhecimento da sua obra nos meios historiográficos anglo-saxónicos, onde era amplamente reconhecido, já que muito pouco deixou escrito em inglês. Por outro lado, sabemos da grande projecção internacional deste livro de Cortesão, ainda hoje citado amiúde a partir da versão inglesa.

Inquirido pelos seus mais próximos sobre a razão pela qual não escrevia uma grande obra de síntese sobre a náutica portuguesa do Renascimento, Luís

³¹ MATOS, CUNHA, 2009.

³² MATOS, 2018.

³³ DOMINGUES, 2015; ALMEIDA, 2018, *passim*.

de Albuquerque argumentava por via de regra que nada de importante tinha a acrescentar ao que deixara escrito naqueles dois capítulos. Mas viria a mudar de posição: foi exatamente uma obra de síntese com uma visão global e sistemática da Náutica portuguesa que escreveu para inaugurar a série de dezanove obras sobre Portugal na grande coleção sobre os Descobrimientos e a Expansão Europeia, com cerca de 260 volumes planeados, preparada pela Fundação MAPFRE. O manuscrito português do livro *Historia de la Navegación Portuguesa* (1992) foi enviado para Madrid já muito perto do termo da vida do seu autor, que não o pôde rever, e está perdido até hoje.

O mais curto dos livros de marinharia que publicou foi o *Livro de Marinharia de Pero Vaz Fragoso*, tanto que não saiu em livro como os restantes mas em artigo, e depois em Separata. Paradoxalmente, é o que contém a melhor introdução no que diz respeito à clareza com que explanou conceitos básicos que se tornaram referenciais na disciplina: e foi fundamental para esclarecer a terminologia confusa com que muitos autores se lhes referem, bastando citar o caso do erroneamente designado *Diário* ou *Jornal*, que afinal é sim uma *Relação* da viagem de Vasco da Gama. Relembremos a forma como definiu Textos Náuticos:

“todos os escritos de carácter náutico daqueles dois séculos [XVI e XVII] até agora conhecidos contêm três tipos de indicações: a) trechos que dizem exclusivamente respeito a regras de astronomia náutica e à pilotagem; b) descrições de carácter rotetístico, incluindo derrotas, conhecenças, entradas de barras, etc.; e c) ‘**diários de navegação**’ que registam dia a dia, como aliás a designação deixa prever, as observações dos pilotos feitas durante uma dada viagem.... Se um texto contém apenas informações do primeiro tipo, é de uso chamar-lhe **guia náutico**.... No caso de conterem somente indicações do segundo ou terceiro tipos são naturalmente chamados **roteiros** ou **diários**, consoante o caso. Mas por via de regra, os manuscritos mais antigos [do século XVI] incluem ensinamentos dos três géneros (embora sejam neles muito raros os diários) e é nesse caso que recebem o nome de **livros de marinharia**.... um livro de marinharia é sempre uma obra de compilação em que o piloto, um marinheiro ou um simples curioso reuniu textos que considerou de importância para o exercício da sua profissão ou de interesse puramente informativo e documental”³⁴

Epílogo

Centenas de colegas e amigos colaboraram nos estudos de homenagem com trabalhos científicos ou depoimentos. Estes últimos deixaram clara imagem da marca que Luís de Albuquerque imprimiu naqueles que tiveram o privilégio de com ele se cruzar nos caminhos da vida. Os adjetivos sucederam-se, mas, em vez de

³⁴ ALBUQUERQUE, 1977, pp. 5-6.

os reproduzir ou querer acrescentar mais alguns, se ainda fosse possível, será mais adequado lembrar o testemunho - simples, no mais elevado sentido do termo, como simples, no mesmo sentido, foi quem o mereceu - de um seu colega e companheiro de trabalho da Universidade:

“A imagem que guardo deste notável professor da Universidade de Coimbra é a de um homem simples, que fez grandes coisas com a naturalidade dos espíritos superiores, que trabalham como se se limitassem a cumprir a simples obrigação de serem grandes” (Manuel de Oliveira Pulquério).



Luís de Albuquerque
Fonte: F.C.D.



Luís de Albuquerque
Fonte: Academia de Marinha

BIBLIOGRAFIA

- Academia de Marinha, 1987, *Homenagem ao Prof. Dr. Luís de Albuquerque*, Lisboa.
- Academia de Marinha, 1992, *Sessão de Homenagem ao Prof. Doutor Luís Mendonça de Albuquerque. 29 de Abril de 1992*, Lisboa.
- Academia de Marinha, 2017, “Homenagem ao Professor Luís de Albuquerque, por ocasião dos 100 anos do seu nascimento”, in *Memórias*, vol. XLVII, pp. 119-139.
- [Actas da Reunião Internacional de História da Náutica, 1968, in] *Revista da Universidade de Coimbra*, Volume XXIV, pp. 1-614.
- ALBUQUERQUE, Luís de, 1955, “As navegações e as origens da mentalidade científica”, in António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, vol. II, Lisboa, Jornal do Fôro, 1955, pp. 369-507.
- _____, ALBUQUERQUE, Luís de, 1959, *Introdução à História dos Descobrimentos*, Sep. de *Vértice*, n.ºs 169-182, Coimbra (reedição 1962 e reedição revista 1983; posteriormente reimpresso).
- _____, Luís de, 1961, *Os almanaques portugueses de Madrid*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar – Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga – Secção de Coimbra, Sep. II (da *Revista da Universidade de Coimbra*, t. XXI, 1961, pp. 1-151).
- _____, Luís de, 1970a, “Instrumentos de alturas e a técnica da navegação”, in Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, vol. II, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar – Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1970, pp. 373-461 (reeditado no volume III dos *Estudos de História*).
- _____, Luís de, 1970b, “A navegação astronómica”, in Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, vol. II, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar – Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1970, pp. 225-371 (reeditado no volume IV dos *Estudos de História*).
- _____, Luís de, 1977, *O livro de marinharia de Pero Vaz Fragoso*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar – Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Sep. C (de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, t. XX, pp. 265-300).
- _____, Luís de, 1985, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa.
- _____, Luís de, 1987, *Crónicas de História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.
- _____, Luís de, 1990-91, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Vega.
- _____, Luís de (dir.), 1989, *Portugal no Mundo*, 6 vols., Lisboa, Publicações Alfa.
- _____, Luís de (dir.), 1994, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores - Editorial Caminho.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio de, 2018, *O Século dos Prodígios. A Ciência no Portugal da Expansão*, Lisboa, Quetzal.
- CANAS, António Costa, 2017, *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. Primeiras obras de marinharia e guerra marítima*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- CORTESÃO, Armando, 1969-70, *História da Cartografia Portuguesa*, 2 vols., Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar – Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga.
- _____, Armando, 1971, “Discurso [na Abertura da Reunião de História da Náutica]”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, Volume XXIV, pp. 4-7.

_____, Armando, MOTA, Avelino Teixeira da, 1960, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 6 vols., Lisboa, Comissão do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960 [2ª ed., 6 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, com uma “Adenda de actualização” de Alfredo Pinheiro Marques no vol. VI, pp. 13-115].

DOMINGUES, Francisco Contente, 1987, “A política de sigilo e as navegações portuguesas no Atlântico”, in *Boletim do Instituto Histórica da Ilha Terceira*, vol. XLV, pp. 189-220.

_____, Francisco Contente, 1998, “Bibliografia”, in *Luís de Albuquerque Historiador e Matemático. Homenagem de Amizade a um Homem de Ciência*, 1998, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, pp. 23-94.

_____, Francisco Contente, 2014, “Forty years of nautical science”, in *Arte de Navegar | Nautical Science 1400-1800*, ed. de António Costa Canas, Francisco Contente Domingues et al., Coimbra, Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, pp. 9-13.

_____, Francisco Contente, 2015, “Onésimo (historiador da ciência) em contexto”, in João Brás (ed.), *Onésimo, Único e multimodo*, Guimarães, Opera Omnia, pp. 313-321. Publicado sem notas de rodapé por lapso editorial. Versão completa em: <https://ulisboa.academia.edu/FranciscoContenteDomingues>

_____; Francisco Contente, BARRETO, Luís Filipe, 1986-87, *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, 2 vols., Lisboa, Editorial Presença.

GRÁCIO, Rui, 1983, “História da História da Educação em Portugal: 1945-1978”, *Cultura. História e Filosofia*, vol. II, pp. 135-184.

HATTENDORF, John, 2011, “Maritime History, the History of Nautical, and the Oxford Encyclopedia of Maritime History”, in *Talking about Naval History. A Collection of Essays*, Newport, Naval War College Press, 2011, pp. 33-38.

HOOPYKAAS, Reyer, 1981, “Science in Manueline Style. The Historical Context of D. João de Castro’s Works”, in ALBUQUERQUE, Luís de, CORTESÃO, Armando (ed.), *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. IV, Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 231-426.

LOPES, Maria Nazaré Mendes, 2017, “Luís de Albuquerque – Matemático e Professor”, in *Memórias*, vol. XLVII, Academia de Marinha, pp. 131-139.

Luís de Albuquerque Historiador e Matemático. Homenagem de Amizade a um Homem de Ciência, 1998, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações.

MATOS, Artur Teodoro de, CUNHA, João Manuel Teles e (eds.), 2009, *Livro de Marinharia. O Manuscrito de Praga*, Lisboa, CEPCEP – EPAL.

MATOS, Jorge Semedo de, 2016, “Livros de Marinharia”, in *Dicionário da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Contente Domingues, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 651-653.

_____, Jorge Semedo de, 2018, *Roteiros e rotas portuguesas no Oriente nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro Cultural e Científico de Macau.

MOTA, Avelino Teixeira da, 1961, *Cinco Séculos de Cartografia das Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar – Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga – Secção de Lisboa.

PINTO, Paulo Jorge de Sousa, 2016, “Política de Sigilo”, in *Dicionário da Expansão Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 860-862.

Portugal-Brasil. A Era dos Descobrimentos Atlânticos, 1990. Lisboa, Milão, Nova Iorque, Bertrand Editora, Franco Maria Ricci, The Brazilian Cultural Foundation (também em edição inglesa).

Revista da Universidade de Coimbra, 1978-1980, Volumes XXVI, XXVII e XXVIII, Homenagem ao Doutor Armando Cortesão.

Revista da Universidade de Coimbra, 1989-1992, Volumes XXXV, XXXVI e XXXVII, Homenagem ao Doutor Luís de Albuquerque.

RANDLES, W. G. L., 1998, “Luís de Albuquerque and the History of Nautical Science in Portugal”, in *Luís de Albuquerque Historiador e Matemático. Homenagem de Amizade a um Homem de Ciência*, Lisboa, Chaves Ferreira – Publicações.



MANUEL MARIA SARMENTO RODRIGUES (1899-1979)

UMA VOCAÇÃO HUMANISTA FEITA DE MAR E ULTRAMAR

Jorge Semedo de Matos

Manuel Maria Sarmiento Rodrigues nasceu em Freixo de Espada à Cinta, a 15 de Junho de 1899, por detrás das serranias do nordeste e perto do Douro Internacional, com a vizinha Espanha à vista. Terras de fronteira onde as gentes encontravam a sobrevivência na força e firmeza do carácter talhado para resistir à inclemência dos tempos e dos homens. Nas estradas alcantiladas ou no pachorrento comboio que circundava o rio se tomava o caminho do mar e do sul, medindo a distância à capital, não em centenas de quilómetros, mas em centenas de milhares de penosos metros. Um mundo à parte, como faziam questão dizer os próprios transmontanos, onde viveu a sua infância e aprendeu as primeiras letras. Foi o sonho de ser marinho que o arrancou daqueles montes e vales, levando-o até Coimbra, onde fez os estudos preparatórios para aceder à Escola Naval.

Visitei aquelas terras, há pouco mais de uma década, na companhia de um amigo, Oficial de Marinha, grande admirador de Sarmiento Rodrigues. De Barca d'Alva passámos a ponte que tem o nome do Almirante e fomos a Freixo, onde entrámos como peregrinos num santuário, até à casa onde nasceu, no pequeno Largo do Vale. E percorremos depois os caminhos que ladeiam as terras que foram suas e onde sempre se refugiava, nos poucos momentos de descanso que lhe sobravam de uma vida intensa, dedicada a várias causas. Quando hoje alinho os documentos, testemunhos e estudos sobre a sua vida, recordo bem essa visita e imagino-me a conversar com ele nos seus ambientes, acompanhando-o em Freixo, em Lisboa, na Guiné ou em Moçambique; nos bancos da Escola Naval, que ainda funcionava na Rua do Arsenal, nos corredores do Estado Maior da Armada ou na ponte de um navio; no antigo Ministério do Ultramar ou no Museu de Marinha, onde nasceu o Grupo de Estudos de História Marítima. Dou-me conta dos muitos e diversificados caminhos calcorreados por esta figura sólida, como as serras transmontanas, saída daquela casa do Largo do Vale para um mundo, onde as suas passadas seguras foram desenhando um trilho indelével.

Os primeiros passos foram até ao Liceu de Bragança, nesse ano de 1910 nomeado de Liceu Emídio Garcia, em homenagem à figura do republicano bragantino,

professor da Universidade de Coimbra e ilustre causídico. E refiro-o porque isso faz parte do ambiente em que está envolvida a sua meninice, naquela fase conturbada da vida nacional. Não propriamente pela República, mas por uma outra envolvente histórica intensa, que o país viveu, desde o *ultimatum* britânico, de 1890, até ao fim do Império, em 1974: a ideia de um Portugal pequeno na Europa, mas enorme no Mundo, feito de territórios dispersos e separados por vastos oceanos. Uma luz muito bem aproveitada pelos republicanos, mas que foi, sobretudo, o cimento de um patriotismo transversal a quase todas as forças políticas e o ânimo da consciência nacional depois da humilhação britânica. E a ideia de um Império construído há séculos, como elemento regenerador de uma pátria empobrecida, despertou muitas vocações como a de Sarmiento Rodrigues, que se viam a cruzar os mesmos mares de Vasco da Gama.

No momento em que transpôs os portões da Rua do Arsenal e começou a frequentar as aulas da Escola Naval, abriram-se-lhe três caminhos onde revelaria as suas verdadeiras capacidades: a primeira foi a de Oficial da Marinha, verdadeiro homem do mar, conhecedor da sua profissão, cujas palavras geravam confiança dos subordinados e construíram o carisma do comandante seguro e corajoso; a segunda foi a de figura do Império, estudioso das condições próprias de um território espalhado pelo mundo, que acreditava ser a chave para cumprir Portugal no século XX; a terceira foi a de homem culto, conhecedor dos valores da sua época, ciente da importância que tinham o estudo e reflexão apuradas, bem como do alcance estruturante das instituições. Todas as pessoas são entidades complexas que não se arrumam facilmente em gavetas – e a personalidade de Sarmiento Rodrigues é muito variada – mas, quando temos de dizer algo sobre elas, somos obrigados a seguir um método e definir aspectos fundamentais. Escolhi, por isso estes três caminhos, que serão três capítulos de uma breve biografia: a sua carreira como Oficial de Marinha; a relação que teve com o Império, com a administração colonial e ultramarina¹; e a vertente cultural e humanística, que o levou até à criação e presidência do Grupo de Estudos de História Marítima, transformado depois em Centro de Estudos de Marinha e Academia de Marinha.

O Oficial de Marinha

Saído de Freixo de Espada à Cinta em 1910, a caminho de Bragança, terminou o ensino secundário em 1917, fez os estudos preparatórios de Matemática na

¹ Designo por Império o que foram as possessões portuguesas além-mar, em África e na Ásia, administradas como uma estrutura colonial e assim designadas até 1951, quando a revisão constitucional alterou o seu enquadramento e passou a designá-las por ultramar. Sarmiento Rodrigues foi Ministro das Colónias e Ministro do Ultramar. As duas designações foram posteriormente conotadas com posições antagónicas do combate político nacional, que teve lugar depois dos anos sessenta do século XX. Todavia, na qualidade de historiador, que assumo neste trabalho, manter-me-ei alheio a essa confrontação, designando esses territórios conforme o foram no seu tempo.

Universidade de Coimbra e, em 1918, entrava para a Escola Naval para frequentar o curso de Marinha. Quatro anos depois era promovido a guarda-marinha e embarca no cruzador *República*, para dar apoio à travessia aérea do Atlântico Sul, levada a cabo por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Para além da viagem que fez ao Brasil, com as funções de adjunto do serviço de navegação, esta missão tem o condão de o deixar viver de perto o notável feito de uma travessia aérea longa, por cima de um imenso oceano, usando as mesmas técnicas de navegação que eram utilizadas pelos navios. Imagino o jovem guarda-marinha a ver chegar o pequeno avião aos rochedos de São Pedro e São Paulo e a ter de socorrer os dois aventureiros que viram afundar-se o aparelho, com um flutuador partido. É fácil perceber a emoção com que terá recebido aqueles dois camaradas de armas mais velhos – homens que vestiam a farda que era a sua e falavam a mesma língua – acabados de voar 900 milhas sobre o Atlântico, sem outra referência que não fossem as estrelas, e alcançado aqueles rochedos, cujo tamanho “podia caber no Rossio”, como dizia Gago Coutinho.² São experiências que não se repetem e marcam a vida de quem quer que as viva, mas para o guarda-marinha Sarmiento Rodrigues seria apenas a sua primeira missão.

Em 1922, embarcou no *Cinco de Outubro*, em campanha hidrográfica na costa portuguesa, depois foi oficial imediato e comandante do torpedeiro *Liz* e, em 1925, já com o posto de segundo-tenente, partiu para a Índia como ajudante de campo do Governador Geral. Tinha nessa altura 26 anos de idade e ia, pela primeira vez, conhecer as subtilidades do Império português, cuja administração viria a ocupar um papel fundamental na sua vida. Mas, por enquanto, era o mar que o esperava. Regressou a Lisboa em 1927, embarcando no *Pêro de Alenquer*, em viagem pela Europa, África e Ásia, chegando a Macau em 1928. A requerimento seu, foi transferido para a histórica canhoneira *Pátria*, na qual viajou até Timor e Filipinas, regressando a Macau, em 1929.³ Já com o posto de primeiro-tenente, voltou a Lisboa e ficou a comandar a canhoneira *Faro*, até ao ano de 1931, data em que vai deixar os navios por algum tempo.

Espera-o uma comissão em Moçambique, como capitão do porto de Chinde, acumulando mais tarde com o de Quelimane. Este tipo de funções, próprias que são para um Oficial de Marinha, não deixa de ser uma missão desempenhada em terra, a tratar de assuntos do mar e do porto. Contudo, na colónia de Moçambique, nesse tempo, este cargo tinha uma autoridade especial sobre as gentes, nomeadamente pescadores e outros profissionais do rio, que transportam mercadorias, permitindo um contacto muito próximo com uma realidade completamente diferente da rotina profissional. A experiência era absolutamente nova para ele – nem sequer poderia

² PINTO, 2014, p. 108

³ Num opúsculo divulgado pouco depois da sua morte, em 1979, este embarque não está referenciado, mas pode comprovar-se nos seus documentos pessoais e na Lista da Armada de 1929. A transferência foi feita com intervenção de Artur Tamagnini Barbosa, à data Governador de Macau. BCM-AH/APAMMSR, Cx 2 (6-XXXVII-6-2)

assemelhar-se aquilo que vivera na Índia – e teve o condão de o despertar para um conjunto de problemas e factores da administração colonial que viriam a interessá-lo, alguns anos mais tarde. Ali esteve até ao ano de 1935, regressando à metrópole onde, em 1937, fez o Curso Superior Naval de Guerra, que lhe daria acesso ao posto de capitão-tenente, promovido em 1939.

Estes anos que estive em Lisboa representaram uma viragem importante na sua carreira naval: atingira uma certa maturidade como oficial, fizera um curso de guerra naval e desempenhava funções no Estado Maior Naval e Estado Maior das Forças Navais. Tudo isso lhe proporcionava uma sólida preparação estratégica, no que ao mar diz respeito. Além do mais, são anos que Sarmiento Rodrigues dedica ao estudo intenso dos assuntos de marinha e da guerra no mar, próprios de um oficial superior, mas a que junta as questões da administração ultramarina e as temáticas políticas relacionadas com o Império, intuindo que era assunto sério e inadiável.

Recordo que, em 1939, começa a II Guerra Mundial, onde a componente naval assumiria, desde o princípio, um protagonismo que não acontecera no conflito anterior. Sobretudo no Mediterrâneo e Atlântico, abrangendo o espaço de interesse nacional, entre o Continente e os arquipélagos de Açores, Madeira e Cabo Verde. Por outro lado, a Marinha sofrera uma reestruturação profunda, nessa década de trinta, que se centra na aquisição de novos meios navais, adquiridos ao abrigo de um programa que recebeu o nome do ministro Magalhães Correia,⁴ com grandes consequências na organização e formação de pessoal. É nesta altura que é criado o Corpo de Marinheiros e várias escolas de formação, cujo objectivo está virado para a utilização de sistemas mais modernos e complexos, de propulsão, artilharia e comunicações. A Armada vive um ambiente de mudança e motivação, com o entusiasmo provocado por meios navais com capacidade militar efectiva e pessoal jovem. E este espírito alarga-se aos oficiais, com especial incidência nos mais novos e nos que estão a ascender à classe de oficiais superiores. Aqueles que passaram nessa altura o Curso Geral, com a possibilidade de estudar tudo o que surgia sobre a guerra naval, e com tempo disponível para o convívio profissional, que é mais limitado quando se anda embarcado. Naturalmente que o despontar da Guerra – apesar de não envolver Portugal – e a convicção de que o Atlântico vai estar no centro do conflito, estimulam ainda mais esse estudo e a discussão entusiástica na Marinha.

É este o ambiente vivido por Sarmiento Rodrigues, no final dos anos trinta e na entrada da década seguinte, já promovido a capitão-tenente e ansioso por comandar um dos novos meios, como viria a acontecer. Escreve nesta altura dois trabalhos, de cariz absolutamente profissional, particularmente expressivos dos modelos que o inspiravam e das convicções que moviam a sua acção como Oficial de Marinha. Refiro-me a uma conferência que realizou na Associação Comercial do Porto, em

⁴ Programa aprovado pelo decreto 18 633, de 17 de Julho de 1930, ligeiramente alterado em 1932. TELO, 1999, p. 339.

Maio de 1940, intitulada *A Vida Heróica de Nelson*, e um estudo estratégico denominado *A Batalha do Atlântico*.

E observemos primeiro este segundo texto, publicado na *Revista Militar*, em Março de 1942, editado posteriormente num livro onde alarga um pouco a sua explicação. O texto é a expressão do “mahanismo” que se tornou a base do pensamento naval português, até à década de cinquenta, centrado na figura de Alfredo Botelho de Sousa, que foi Chefe do Estado-Maior Naval e Major General da Armada. Contudo, ajusta-se à análise do que será o conflito da altura e enquadra o caso português, com um discurso muito claro e sugestivo do que é a importância do mar e do seu domínio. Aliás, o “Preâmbulo”, que acrescenta ao texto da *Revista Militar*, para a publicação em livro, é pródigo nas referências ao caso português, realçando como o mar não se estende para além de nós, mas “entre nós – homens duma pátria pelo mundo repartida”.⁵ Evoca, naturalmente, a imagem do país pluricontinental, que será o centro da sua actividade política, em anos futuros, mas que agora expressa com a natureza de uma ideia estratégica nacional. O objectivo central do livro, contudo, é explicar a forma como o Oceano Atlântico está no centro do conflito mundial e como os resultados dessa batalha do Atlântico ditarão o futuro da própria guerra. Um futuro que não acredita – de todo – possa vir a ser favorável à Alemanha, precisamente porque lhe faltará capacidade e vocação para travar, num ambiente onde já estão envolvidos ingleses e americanos. A obra é interessante, porque revela um pensamento sincero e claro – que era o pensamento da Marinha –, explicado com uma preocupação pedagógica muito forte. E o tema fez parte de um debate político-estratégico nacional intenso, pelo menos até ter começado a Guerra do Ultramar.

O outro trabalho – *A vida heróica de Nelson* – pareceu-me um texto menos institucional e mais virado para um conceito pessoal do que deve ser um modelo de Oficial de Marinha. É claro que o tema é histórico, mas o próprio Sarmiento Rodrigues teve o cuidado de referenciar, quando o publicou 15 anos depois de o ter apresentado, que não se tratava de um estudo histórico,⁶ carecendo de rigor factual e análise científica, devendo considerar-se apenas como expressão do entusiasmo pessoal. Nelson é – nas suas palavras – o marinheiro, o comandante e o almirante que tudo faz bem feito. E fá-lo graças a uma espécie de dom que a História designou por *Nelson Touch*, feito de irreverência, ousadia e coragem de vencer, mesmo quando todos lhe recomendam que desista e se resguarde. Um herói um pouco romântico, cujo carácter corporiza o *talant de bien faire*, implacável com o inimigo, quanto humano com os seus subordinados, a quem inspira a máxima confiança.

É esta imagem de comandante que domina a sua comissão no contratorpedeiro *Lima* – um dos navios mais recentes da Armada – entre 1941 e 1945. Ficaram para

⁵ RODRIGUES, 1942.

⁶ RODRIGUES, 1955, p.7.

a História da nossa Marinha os épicos salvamentos dos naufragos de navios aliados torpedeados por submarinos alemães. Em 1942 foram 110 passageiros do paquete britânico *Avila Star*, mas em Janeiro de 1943 somar-se-iam os sobreviventes dos navios americanos, *Julia Ward Howe* e *City of Flint*. Viajavam das Bermudas para o Norte de África, num comboio escoltado por 6 contratorpedeiros, numa formação que normalmente lhes daria protecção necessária, mas o mau tempo dispersou a formatura e fê-los cair num vespeiro de submarinos que afundaram vários deles. Estes foram dois dos que conseguiram pedir socorro aos Açores, fazendo sair o *Lima* e as patrulhas de aviões de reconhecimento. Apenas desapareceu uma das baleiras, com cerca de 18 pessoas a bordo, mas a missão foi extremamente difícil, por causa do mau tempo que levantou. A caminho de Ponta Delgada, uma onda pegou na alheta do navio, atravessando-o e fazendo-o adornar para bombordo até aos 67º provocando avarias diversas. Momentos dramáticos foram vividos a bordo, com o navio adornado em que os marinheiros se punham de pé em cima das anteparas e podiam encostar-se ao pavimento.⁷ Mas, assim como adornou, o navio endireitou-se lentamente. Naquela altura ficou apenas o pesadelo de qualquer comandante: alguém caiu ao mar?... Duas vezes o oficial imediato verificou que toda a gente estava a bordo. No regresso a S. Miguel ainda tiveram uma paragem das turbinas, porque a inclinação fez entrar água salgada nos tanques de nafta e, quando esta chegou aos queimadores, apagou-os. Mas resolveram o assunto e conseguiram chegar ao porto, onde repararam as avarias mais graves. O *Lima* cumprira uma missão heróica e chegavam-lhe as felicitações nacionais e internacionais, pelo salvamento mais de uma centena de vidas humanas.⁸

Relato estes eventos com algum detalhe, na convicção de que eles permitem uma melhor compreensão da figura de Sarmiento Rodrigues, nesta fase da sua carreira. Foi a altura em que surgiram as responsabilidades mais relevantes, na ascensão de oficial subalterno a oficial superior, com o primeiro comando num navio moderno, uma guarnição numerosa e capacidade militar relevante. O *Lima* foi o navio que ele nunca mais esqueceu, inspirando-lhe o notável escrito que intitulou “O Nosso Navio”.⁹ Um texto onde define de uma forma emotiva mas simples a relação da guarnição com o seu navio e o espírito de corpo gerado nas missões difíceis que cumpriu; os momentos que criam nos marinheiros o sentimento de um destino comum no cumprimento de um dever, gerando entre eles laços indestrutíveis de solidariedade. Ainda hoje é lido com atenção e apreço por todos os oficiais que começam a sua carreira no mar.

Da sua missão como comandante do contratorpedeiro *Lima* ficou ainda um roteiro das Ilhas dos Açores, elaborado entre 1941 e 1942, publicado pelo Ministério da

⁷ RODRIGUES, 2005, p. 48.

⁸ Os salvamentos do Atlântico tiveram um enorme impacto. Documentos diversos em BCM-AH/ APAMMSR, Cx 2.

⁹ RODRIGUES, 2005, p.169.

Marinha no final deste ano, com o título de *Ancoradouros das Ilhas dos Açores*.¹⁰ Porém, em 1945, deixaria este comando partindo para a Guiné, onde foi desempenhar as funções de governador geral da Colónia. A carreira de Sarmiento Rodrigues tomava um novo rumo, ligado à administração ultramarina pelo período de uma década, apenas com uma pequena interrupção, entre 1948 e 1949, quando esteve colocado no Estado-Maior Naval. Em 1950 foi nomeado Ministro das Colónias, designação que foi alterada para Ministro do Ultramar, em 1951, permanecendo nessas funções até 1955, data em que regressou à Marinha. Tinha sido, entretanto, promovido ao posto de capitão de fragata, em 1946, e a capitão de mar-e-guerra, em 1953.

Em 1955, a Marinha tinha muita coisa diferente de tudo o que Sarmiento Rodrigues vivera uma década antes, nomeadamente a evolução das instalações do Alfeite, que viriam a ser a Base Naval do Alfeite criada por decreto de 1958. Mas antes dessa data, foram sendo transferidos para lá o Arsenal, a Escola Naval e da Estação Naval, com as pontes de atracação. Para além disso, a assinatura do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em Abril de 1949, colocara o país num contexto novo, no âmbito da defesa europeia e atlântica, dando à Marinha um protagonismo que vinha a perder, no contexto das Forças Armadas. A NATO pretende do país um incremento da componente aero naval da defesa, de forma que a Marinha sofrerá uma substancial modernização.¹¹ Naturalmente que nada disto tinha passado despercebido a Sarmiento Rodrigues, que nunca se alheara das questões técnicas profissionais, nem tinha deixado de acompanhar, a par e passo, toda a inovação por que ia passando a sua Marinha. De forma que, em 1955, assumiu sem dificuldade o comando do aviso *Bartolomeu Dias*, um navio que fora construído no âmbito do plano Magalhães Correia, mas sofrera uma profunda modernização no princípio da década de cinquenta. Efectuou uma viagem de instrução, com os alunos da Escola Naval, participou num exercício naval da NATO, comandou o grupo de navios que acompanhou o Presidente da República a Inglaterra e partiu para a Índia, em Novembro, de onde só voltou em 1956, para deixar o comando do navio. Iria chefiar a missão naval encarregada de receber, em S. Diego, nos Estados Unidos, as fragatas *Diogo Cão* e *Corte Real* – navios moderníssimos, da classe de destroyers *John C. Butler*¹² –, comandando depois o grupo constituído pelos dois navios, quando vieram para Portugal, pelo Canal do Panamá.

Em 1957 foi promovido ao posto de comodoro, esperando-o uma outra missão essencial, no contexto da profunda modernização que a Marinha levava a cabo, decorrente da adesão à NATO e das responsabilidades que isso acarretava. Tratava-se de reformar a Escola Naval e ajustá-la às novas exigências, alterando o ensino dos novos Oficiais de Marinha e preparando-os para o desafio que estas alterações signi-

¹⁰ Testemunho do vice-almirante Leal Vilarinho, à data 2º tenente no navio. AAVV, 1999, p.227.

¹¹ TELO, 1999, p. 478 e ss.

¹² Idem, p. 489.

ficavam. Nomeado Director nesse mesmo ano, prepara o novo Regulamento que seria aprovado pelo Ministro da Marinha em 1958. E o efectivo de 57 cadetes que frequentavam nesse ano os diferentes cursos, cresceu para 170, em 1959. Mas, mais do que isso, “os programas sofriam frequentes e violentas alterações, numa azáfama de acompanhar o progresso da técnica”,¹³ como ele explicava aos velhos almirantes na abertura solene do ano lectivo. As matérias que imutavelmente se repetiam, há décadas, não tinham qualquer espelho nos modernos “ATPs e ACPs, os radares, as velocidades supersónicas, as linguagens convencionais e misteriosas”. A Escola, como se compreenderá, carecia de todos os meios necessários para tão brusca alteração: faltavam instalações, faltavam gabinetes, laboratórios e, sobretudo, faltavam professores que dominassem as matérias, concentrando esforços nuns poucos que tudo iam resolvendo. Mas foi este esforço que colocou a Marinha na NATO, fornecendo-lhe os quadros necessários para operar os novos navios. Navios que espelhavam uma parte da evolução ciclópica que ocorrera durante a guerra e a que Portugal estivera alheio.

Contudo, a dimensão do ensino dos cadetes ganhou ainda uma outra dimensão, que tinha a ver com a personalidade do próprio Sarmento Rodrigues: a dimensão humanista e cultural, que entendia ser fundamental porque a Marinha tinha, além do mais, uma função congregadora no Império. E isso devia ser percebido pelos novos oficiais, introduzindo-lhe as componentes que a sua experiência de administrador ultramarino recomendavam. O Oficial de Marinha, na sua concepção, devia ter uma educação completa, de dimensão grega, feita de cultura geral, formação técnica e desempenho físico.

O Regulamento da Escola Naval de 1958 alterava as funções de Director para as de Comandante, cargo em que foi promovido a contra-almirante em 1959. Deixou essas funções em 1961, partindo para Moçambique como governador geral e comandante chefe. Não mais voltaria a assumir funções navais, porque a legislação em vigor o obrigava a passar à situação de reserva, quando atingisse a idade de 65 anos, que completou a 20 de Junho de 1964. A reorganização dos postos de oficial da armada, efectuada em 1977, acabou com o posto de comodoro, deixando os de contra-almirante e vice-almirante e criando o de almirante, com quatro estrelas. Sarmento Rodrigues acabara a sua carreira em contra-almirante, mas agora o seu posto teria de passar a ser de vice-almirante, a que foi promovido na altura.

Na conferência sobre a vida de Nelson, apontou o almirante inglês como o exemplo do marinheiro, comandante e almirante que tudo faz bem feito. Terá tido os seus defeitos – bem o sabemos – como todos temos, mas esta imagem dominou efectivamente a carreira naval do Almirante. Sobretudo o modelo de arrojo, irreverente e audaz, que acredita na inteligência e no saber, enquanto instrumentos

¹³ RODRIGUES, 1959, p. 9.

de conduta associados um apurado sentido do humano no exercício do comando. O almirante Leal Vilarinho, que com ele esteve no Lima, diz: “Queria um navio eficiente e sabia que um navio eficiente tinha de ser um navio feliz”.¹⁴ Esse princípio seguiu-o em todos os locais onde esteve, nomeadamente nos anos que comandou a Escola Naval. Era um dos segredos do *Nelson Touch*, como muito bem sabia. Algo que na Escola Naval lhe ensinaram ser o *talant de bien faire*.

Uma carreira política – uma paixão ultramarina

Quando refiro uma carreira política de Sarmiento Rodrigues, ela tem de ser imediatamente associada à administração ultramarina; e devo acrescentar que esse interesse não é incoerente com a paixão pela Marinha. De algum modo as duas completam-se porque têm uma origem comum: a imagem heróica de um império que foi construído com navegadores, onde o mar continua a ser o elemento que une as diferentes parcelas. O Almirante nasceu numa data próxima do *Ultimatum* de 1890, frequentou o liceu numa altura crítica, logo após a implantação da República, e veio para a Escola Naval pouco tempo antes da revolução do 28 de Maio, que abriu o caminho para o Estado Novo. Todos estes fenómenos políticos – sendo diferentes nos contornos e objectivos – tiveram um pano de fundo comum na imagem de um Portugal espalhado pelo mundo, com uma dimensão que todos entendiam ser o segredo das regenerações adiadas. O sacrifício português na *Grande Guerra* teve uma razão pública na defesa do Império, exacerbada até aos limites que o drama exigia, e o país absorveu essa dimensão ultramarina, olhando-a como o balcão de onde faria ouvir a sua voz na Europa. O problema é que esse império, sugerido pela História e a Geografia, era pouco mais do que um mito, faltando-lhe tudo o que era essencial para poder alcançar a grandeza almejada. Faltava-lhe, sobretudo, o poder do Estado, que (praticamente) não chegava a lado nenhum, porque não tinha estruturas organizadas para isso.

Estou em crer que os jovens guardas-marinhas, recém-formados na Escola Naval e começando a sua carreira a bordo, facilmente tomavam consciência desta realidade, nas suas primeiras viagens a África, à Índia ou ao Extremo Oriente. Havia uma realidade que se sobrepunha a todos os sonhos de emparelhar com os heróis dos descobrimentos. Uma realidade que Sarmiento Rodrigues encarou como todas as dificuldades da sua profissão: buscando a solução na racionalidade, no saber que se obtém estudando e no humanismo que trazia do berço. Como foi dito, ainda jovem oficial, foi ajudante de campo do governador da Índia, esteve em Macau no transporte de guerra *Pêro de Alenquer* e na canhoneira Pátria, e foi capitão dos portos do Chinde e Quelimane, em Moçambique. Foi o suficiente para se dar conta

¹⁴ Idem, p. 226.

de que a insuficiência organizativa era grave e que era preciso saber como resolvê-la. Foi com este sentido que entendeu inscrever-se no curso da Escola Superior Colonial, em 1939.

Esta escola começara por ser uma iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa, que promoveu a criação da Escola Colonial. E revela, sobretudo, a consciência de alguns responsáveis da existência de uma especificidade administrativa e do imperativo de criar um corpo de funcionários com um conhecimento adequado.¹⁵ O curso ganhou foros de curso superior, em 1919, e a escola passou a designar-se Escola Superior Colonial, em 1927, dando expressão aos objectivos que o novo regime tinha sobre as colónias. O Almirante frequentou-a entre 1939 e 1940, antes de assumir o comando do *Lima*. Naturalmente que essas funções o obrigaram a interromper os estudos, mas é muito provável que não se tenha desligado em absoluto dos assuntos coloniais, amadurecendo ideias e mantendo-se a par das discussões e debates mais importantes.

A guerra chegou ao fim, em 1945, e com ela se findou o panorama tradicional do equilíbrio das nações. Sarmento Rodrigues tinha escrito em 1942, quando o conflito estava pouco mais do que no princípio, que a Europa – tal como se entendia a si própria – já a tinha perdido. Perdia-a no sentido em que outras nações se anunciavam na cena mundial, a ganhar um protagonismo que lhe retiraria a primazia. Os Estados Unidos foi uma dessas nações emergentes, vencedor determinante e líder de um dos blocos que se desenhavam para o futuro. Mas a sua predominância, sobretudo porque ela se exercia numa facção onde estava Portugal, teria consequências enormes na política colonial. A nação americana nascera como colónia emancipada e tinha uma raiz profundamente anticolonialista, que se iria impor e condicionar os interesses portugueses. O país ia ficar num dilema difícil, onde, por um lado não poderia deixar de se alinhar no bloco atlântico, que conduziu à NATO, e por outro ia ser pressionado a renunciar a um império colonial, que considerava a sua inalienável jóia de família. Houve uma parte das elites governativas portuguesa que se deram conta deste dilema, acreditando que podiam geri-lo, desde que fossem feitos alguns esforços para uma mudança na administração e na maneira de proceder. Uma dessas pessoas era Sarmento Rodrigues, mas outros partilhavam essas ideias, dentro da Escola de Estudos Coloniais.

Em 1945, o Ministro das Colónias, Marcello Caetano, convida-o para governador geral da Guiné, cargo que assume de imediato. Leva na bagagem um conjunto de intenções que são a base do seu pensamento sobre o futuro das colónias portuguesas e que podem sintetizar-se num título alargado: fazer com que os povos da Guiné sejam portugueses de pleno direito e o território se integre na mesma identidade nacional. Evidentemente que a ideia não é simples, tem alguns pressupostos de

¹⁵ PIRES, 2016, p. 109.

eurocentrismo que nunca foram consensuais, mas era absolutamente inovador e conferia uma dignidade aos povos da Guiné que nunca lhe fora dada anteriormente.

Sob o ponto de vista político realço a promulgação do chamado *Diploma dos Cidadãos, aprovado em Outubro de 1946*, substituindo o que fora o *Diploma dos Assimilados*, de 1930. Um processo que, em parte, antecipava na Guiné o que foi, em 1961, a abolição do estatuto do indigenato, levada a cabo pelo então ministro do ultramar. Basicamente os indígenas, que anteriormente podiam ser assimilados, se adquirissem um conjunto de condições de “civilização”, agora passavam a ser cidadãos portugueses.¹⁶ Mas outras medidas foram tomadas, como seja a proibição de violências no trabalho e castigos físicos, a restrição dos poderes dos régulos e levando a administração da justiça até onde fosse possível.

A obra de Sarmiento Rodrigues na Guiné é incomensurável e abrangeu um leque variado de acções que criaram doutrina na própria administração colonial. Tem um especial relevo a forma como actuou no domínio cultural, entendendo como esse era o cimento fundamental do projecto que se propunha realizar (ou iniciar). Ainda no segundo ano do seu mandato fundou o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa que, desde logo, passou a emitir um *Boletim Cultural* onde eram abordadas todas as matérias científicas que pudessem estar relacionadas com a Guiné: a História, a Etnografia, a Higiene e Saúde, a Economia, etc. No seu entendimento o Centro Cultural actuaria no ponto fulcral da colonização, a consolidação de uma cultura própria, uma cultura que sustentasse a identidade autónoma.¹⁷

Em 1948, foi assolado por graves problemas de saúde e teve de vir a Lisboa para se tratar e recuperar. Não foi fácil esse restabelecimento e a estadia prolongou-se mais do que supunha, levando-o a decidir escrever ao ministro, pedindo que o dispensasse de regressar à Guiné e lhe “conceda a exoneração das [suas] funções”.¹⁸ Na pasta já não se encontrava Marcello Caetano, substituído em 1947 por Teófilo Duarte, que protelou um pouco a resposta, concedendo-lhe a exoneração, em Janeiro de 1949. Por momentos (pouco mais de um ano) regressava à Marinha, mas o governo da Guiné teve inovações que não seriam esquecidas e que alimentaram esperanças de renovação do sistema colonial. As intenções do Almirante sobre as questões coloniais são muito claras, levando-o a dizer ao ministro: “tão cedo não poderei desviar a atenção das coisas da Guiné [...] Nem tão pouco me será fácil – nem o desejaria – alhear-me dos assuntos coloniais”.¹⁹ Efectivamente, nos anos de 1949 e 1950, deu aulas na Escola Superior Colonial e, em Agosto deste último ano, seria nomeado Ministro das Colónias.

¹⁶ O texto do diploma e os considerandos do governador sobre o mesmo constam em RODRIGUES, 1949, p. 121. No censo de 1950, a população da Guiné era de cerca de 500 000 habitantes, de que 8320 eram tidos por “civilizados”, com 95,6% portugueses, dos quais 58% eram naturais da província. SILVA, 2006.

¹⁷ RODRIGUES, 1949, p. 156.

¹⁸ BCM-AH/APAMMSR, Cx 9

¹⁹ Ibidem.

É impossível fazer aqui uma análise, ou mesmo um relato simples, da sua acção na pasta que ocupou até 1955. Limitar-me-ei a referir aspectos que sobressaem no percurso longo, dominado pelo mesmo sentido que dera ao governo da Guiné. O discurso de tomada de posse é, de algum modo, elucidativo do ânimo que trás e das dificuldades que vislumbra no seu caminho. Com esse texto abre uma publicação volumosa, de dois tomos, onde reúne todas as suas intervenções, dando-lhe o sugestivo título de “O mais alto ideal nacional”²⁰. Esse ideal é, naturalmente, o que repete sempre: a importância que tem o Ultramar para o país, fundamental para a sua independência; e a necessidade de que a nação feita de territórios separados pelo mar, com graus de desenvolvimento económico e cultural muito diversos, adquira uma identidade comum, com um sentido civilizador.

Como tenho vindo a referir, o governo português estava entre esta convicção interna da inevitabilidade do ultramar e a pressão externa descolonizadora, que tinha componentes políticas embaraçosas, mas também outras de natureza económica que se poderiam revelar mais graves, na medida em que dificultavam a entrada do país no novo contexto do pós-guerra (nomeadamente o livre-cambismo).²¹ Portugal tinha de tentar unificar o mercado nacional, incluindo todas as colónias, e isso obrigava a alterar as regras da administração. A revisão constitucional de 1951, já efectuada com Sarmento Rodrigues como ministro, é fundamental nesse aspecto, anulando o Acto Colonial de 1930 e delineando o caminho da unidade económica. É também com esta revisão que desaparece a designação de “colónia” (colónias) para ser usada apenas a designação de “ultramar”, considerando cada parcela como uma “província” (províncias ultramarinas). A Lei Orgânica do Ultramar, aprovada em 27 de Junho de 1953, de algum modo, complementa e regula estabelecendo as regras mais práticas e concretas desta construção do Espaço Económico Português.

Este era o caminho que o ministro repetia ser a única via da unidade nacional, que sofria agora algumas medidas determinantes, mas que tinha pela frente muitos obstáculos. Muitos deles estavam na inércia e no interesse de protagonistas do sistema implantado. Sarmento Rodrigues queria ainda povoar o Ultramar com portugueses europeus, proporcionando a iniciativa e o desenvolvimento utilizando as capacidades e riquezas próprias que, em muitos aspectos careciam de estudo científico sistemático. A antiga Junta de Missões Geográficas e Investigações das Colónias tinha uma actividade limitada e de pouco fôlego, apesar de estar vocacionada para isso. Mas, em 1954, seria renomeada como Junta de Investigações do Ultramar (JIU), com a dimensão, a dinâmica e o caminho que dela se esperava, patrocinando uma vasta rede de investigadores e de publicações.

²⁰ RODRIGUES, 1956, p. 5.

²¹ LEITE, 1999, p. 355.

Silva Rego recorda que, quando dava aulas na Escola Superior Colonial, em 1949, conversando com Sarmiento Rodrigues, falou-lhe na necessidade de microfilmar a documentação que estava no Arquivo Histórico da Índia. A conversa não teve outro andamento. Foi “conversa sem importância, casual, semelhante a tantas e tantas que se repetem por toda a parte”. Um ano depois, porém, poucos dias depois da tomada de posse do novo ministro, foi chamado ao ministério e convidado a dirigir a tarefa que resultaria na Filmoteca Ultramarina Portuguesa, cuja lista de documentos microfilmados é um tesouro infindável que permanece ao alcance de todos os investigadores.²²

Não fechei esta referência à sua passagem pelo Ministério do Ultramar, sem falar da viagem que fez às províncias do Extremo Oriente, em 1952. Saiu de Lisboa em Abril, embarcado no paquete *India*, passando pelo Canal de Suez, em direcção a Goa, Damão, Dio, Macau e Timor, sem deixar de parar em Malaca onde foi recebido pela comunidade de descendentes portugueses. A viagem foi empolgante, em todos os aspectos, mas assumiu uma importância política muito própria, pelo facto de ser a primeira vez que um governante de Lisboa visitava essas paragens.

Deixou o cargo em 1955 – como dito acima – para voltar à Marinha, onde o esperava uma tarefa espinhosa, na reforma da Escola Naval. Mas quando viu essa outra nau no seu caminho, sem tormenta à vista, voltou à administração ultramarina como governador geral de Moçambique. A província onde fizera uma comissão de serviço quando era um jovem primeiro-tenente, que já representara como deputado à Assembleia Nacional e que conhecia muito bem.²³ “Nada posso negar a Moçambique”²⁴ – dizia. A nomeação deve-se ao ministro do ultramar da altura, Adriano Moreira. Ali esteve de 1961 a 1964, resignando ao cargo a seu pedido expresso por não terem aceite algumas sugestões suas que considerava essenciais ao governo da província.²⁵ Não vou enunciar as imensas obras que deixou em Moçambique, mas não posso deixar de falar na magna tarefa de criar a Universidade de Lourenço Marques. A Universidade é o centro de qualquer cultura, o local onde formam as elites, onde se desenvolve a ciência, onde se constrói a pátria. Uma universidade ultramarina era, portanto, uma pedra chave da abóbada que vinha erigindo há décadas, desde que fora governador da Guiné. Não me custa a crer que terá sido o projecto mais aliciante de toda a sua carreira na administração colonial e ultramarina, que tornou irrecusável o cargo em Moçambique.

Sarmiento Rodrigues foi, pois, uma das figuras mais importantes da tentativa portuguesa de conciliar as correntes da história europeia, no pós-guerra, com a manutenção da dimensão ultramarina do país. Nasceu e cresceu numa época em que

²² REGO, 1980, p. 347.

²³ Sarmiento Rodrigues foi várias vezes deputado à Assembleia Nacional, representando a província de Moçambique.

²⁴ AAVV, 1999, p. 77.

²⁵ São palavras suas que constam do “Aditamento às Notas Biográficas”. AAVV, 1999, p. 385.

Portugal tinha um inimigo crónico em Espanha. Uma ameaça que tem um sentido muito mais evidente em Freixo de Espada à Cinta do que em Lisboa: um gigante ao nosso lado, contra o qual só era possível resistir se o país encontrar uma plataforma que o projectasse o país para fora da Península Ibérica. O Estado Novo imaginou que essa plataforma estava no Império Colonial e o Almirante também assim o entendia. Mas compreendia também que a nação pluricontinental unida pelo mar – pelo seu mar – exigia uma identidade cultural própria, que não existia em 1945 e que urgia construir. Era essa a sua convicção e foi a sua mais trabalhosa faina.

Na génese da Academia de Marinha

Na viagem que realizou ao Oriente, em 1952, estando em Goa, no Instituto Vasco da Gama, teve ocasião de proferir uma alocução onde afirmava ser a cultura a realidade mais forte da existência de uma nação. O seu conceito de unidade nacional recusava que ela resultasse da raça ou da geografia, desprezando a importância da distância, desde que permanecesse uma identificação cultural.²⁶ A cultura foi sempre a pedra de toque da sua acção na Marinha ou na administração ultramarina. E recordo o entusiasmo que colocou na criação do Centro Cultural da Guiné Portuguesa, definindo claramente os seus objectivos. E o Centro Cultural foi uma das obras mais persistentes da Guiné, com uma importância que se alargou para além da independência do território.

A sua relação e o interesse que prestou à cultura vêm dos primeiros tempos da sua carreira, merecendo a atenção do Presidente da República que o agraciou com o grau de comendador da Ordem Militar de Santiago de Espada, logo em 1947, quando era governador da Guiné. E manteve-se de forma persistente, participando ou promovendo realizações que tiveram grande impacto em Portugal e no estrangeiro, como foi a realização da II Conferência Internacional de Africanistas Ocidentais, em Bissau, no ano de 1947. Dele foram publicados impressionantes cinco volumes de actas, com secções de biologia, antropologia, etnografia, história, política, etc. que reproduzem dezenas de comunicações científicas, em diversas línguas.

Normal seria que, depois de passar à reserva e de deixar o governo de Moçambique, a cultura passasse a desempenhar um papel primordial na sua actividade quotidiana. E, efectivamente, manteve uma actividade intensa na Academia das Ciências de Lisboa, na Sociedade de Geografia e no Conselho Consultivo do Museu de Marinha,²⁷ de que era presidente e onde se reunia periodicamente, nas suas instalações de Belém. Foi numa dessas reuniões, que Virgínia Rau e Teixeira

²⁶ RODRIGUES, 1956, vol I, p. 343 e ss.

²⁷ Haverá muitas mais.

da Mota lhe propuseram a criação de um grupo de investigação para o estudo da História Marítima. Evidentemente que a ideia foi acolhida pelo Almirante com entusiasmo, submetida à discussão no Conselho e aprovada por unanimidade. Foi ele próprio que decidiu levá-la ao Ministro da Marinha, Manuel Pereira Crespo, com um projecto de estrutura.²⁸ Nasceu assim o *Grupo de Estudos de História Marítima*, cuja organização e funcionamento foi regulado pela Portaria 23 958 de 5 de Março de 1969. Teve uma primeira reunião no dia 6 de Junho seguinte, da qual foi lavrada acta que nos dá conta destes detalhes do processo. Sarmiento Rodrigues foi eleito presidente pelos seus pares e começaram os trabalhos com um conjunto de decisões que se prendiam com o funcionamento futuro. O Almirante tinha propostas concretas sobre a necessidade de um regulamento orgânico, um plano de trabalhos, publicação de actas, eleição de novos membros, dotações financeiras, publicações, etc.²⁹ Levava um plano detalhado, com todos estes assuntos, que pôs à consideração dos 10 fundadores do Grupo. Foram sugeridos temas diversos, cujos estudos importava desenvolver e algumas tarefas: projectos de investigação necessários e indispensáveis, de que realço a elaboração de uma *História da Marinha* e um inventário de naufrágios ao longo da costa portuguesa. O último assunto aprovado foi a comunicação da criação do grupo a um conjunto de entidades, como a *Commission International d'Histoire Maritime*, às academias portuguesas e à Escola Naval.

O Grupo prosseguiu os seus trabalhos, durante os anos de 1969 e 1970. Aprovou um regulamento, elegeu Virgínia Rau como vice-presidente, Teixeira da Mota como Secretário-Geral, admitindo também novos membros, de entre a comunidade académica. Realço a entrada do comandante Max Justo Guedes, historiador brasileiro, que o regulamento previa ter estatuto igual aos portugueses; bem como a de Michel Mollat, historiador francês presidente da *Commission International d'Histoire Maritime*, como membro correspondente.

Na reunião de 6 de Agosto de 1970, o presidente “falou da projectada extinção do Grupo de Estudos de História Marítima”³⁰ e da sua integração num futuro Centro de Estudos de Marinha, com duas classes: uma de História Marítima e outra de Artes. Todos os membros tinham presente que o Grupo deveria evoluir para a condição de uma Academia de Marinha, semelhante à *Académie Maritime*, de França, e suponho que deve ter sido essa a primeira proposta levada ao Ministro. Assim o indica um manuscrito existente na Academia de Marinha, numa pasta de documentação deixada pelo Almirante. Trata-se da minuta de uma carta a enviar ao Ministro da Marinha, com várias anotações manuscritas da letra de Sarmiento Rodrigues, sobre uma base dactilografada, que o dizem explicitamente. Pela sua mão foi escrito: “afigura-se, portanto, aconselhável e oportuno aproveitar este

²⁸ GEHM, 1970, p. 5.

²⁹ *Ibidem*, p. 6.

³⁰ *Ibidem*, p. 68.

verdadeiro entusiasmo realizador, para lançar as bases dum organismo de maiores dimensões e responsabilidades” – e mais adiante, propõe de forma explícita – “que seja criada a Academia de Marinha, das Ciências, Letras e Artes”.³¹ Não foi esta a opção tomada, mas estava traçado o caminho a seguir e era já essa a dinâmica assumida pelo Grupo.

A História da Academia de Marinha será alvo de outro tipo de trabalhos, cujo teor será certamente diferente da história dos seus fundadores, mas houve um momento em que as duas dimensões se cruzaram, no esforço que cada um desenvolveu para que o Grupo de Estudos de História Marítima viesse a ser o que é a Academia. E o seu presidente foi a figura central – o líder – desse percurso, que galgou um degrau importante, com a criação do Centro de Estudos de Marinha, em Agosto de 1970, chegando ao almejado estatuto em 1978. Sarmiento Rodrigues presidiu às três instituições, e só não continuou à frente dos seus destinos, porque a morte o surpreendeu a 1 de Agosto de 1979.

Conclusão

A maior parte das conclusões que deveria tirar deste trabalho, que pouco mais é do que uma sùmula da vida do vice-almirante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, foram sendo apresentadas ao longo do mesmo com observações que são, no fundo, os traços do seu carácter. Aspectos que se repetem em todas as tarefas que desempenhou, fossem elas de natureza militar, política ou cultural.

Não consegui enumerar todos os cargos e honras que teve durante a vida, porque são centenas. Recebeu 24 condecorações nacionais e estrangeiras; escreveu e publicou dezenas de livros e trabalhos; integrou dezenas de instituições académicas nacionais e internacionais, presidindo a várias delas; recebeu menções de amizade e apreço vindas de toda a parte do mundo.

Apesar de toda esta diversidade de acções, numa obra vastíssima, evocou sempre que era, sobretudo, marinheiro, e essa era a única qualidade em que sempre reivindicara responsabilidades. Foi a Marinha que o arrancou de Trás-os-Montes, ganhando com isso um oficial que trouxe consigo a força e a nobreza daquelas montanhas graníticas. E nunca perdeu este sentido próximo da natureza mãe, de onde retirou a energia e audácia, que vira em Nelson, temperadas com um saber feito de estudo persistente e apurado sentido humanista. Foram-lhe particularmente úteis essas qualidades, nos momentos mais duros da vida do mar, conduzindo os seus subordinados a sucessos que ainda hoje estão na memória dos marinheiros.

Quando entrou na Escola Naval sonhava com os grandes navegadores que fizeram a glória de Portugal e construíram uma pátria pelo mundo espalhada, unida

³¹ ACADEMIA DE MARINHA, 1969–1977, *Minuta de proposta*, s/d.

pelos oceanos que queria aprender a cruzar e vencer. Mas percebeu muito cedo que essa pátria carecia de medidas urgentes que lhe dessem a identidade própria para se afirmar ao mundo. E, por isso, abriu outros caminhos que o conduziram à administração ultramarina. Tinha uma ideia e lutou por ela com convicção, honestidade e vigor.

Encarou com alguma naturalidade a revolução de Abril de 1974. Nas suas próprias palavras, até ao final desse ano, não lhe aconteceu outra coisa que não fossem manifestações do respeito a que estava habituado antes. Mas a 13 de Dezembro foi preso pelas autoridades, permanecendo dois dias no forte de Caxias e transferido depois para o quartel da Trafaria. Num processo sem nexos, era acusado de sabotagem económica, com um enxovalho absolutamente inapropriado para uma pessoa cuja vida foi vivida com um escrúpulo intocável, em todos os cargos que ocupou. Felizmente tudo acabou com a ilibação absoluta e tudo foi um atropelo que só pode entender-se nas circunstâncias dos tempos. E escrevo-o repetindo o tom com que ele próprio nos relata o inusitado acontecimento: um texto sem queixumes, pleno de elogios para quem o prendeu e recebeu em Caxias ou na Trafaria, salientando o respeito com que sempre o trataram. Tédio de não ter nada para fazer é o que de mais lamentoso lhe ouvimos. Trata o assunto como se fosse apenas mais um temporal que passou, um “paspalhão” que se desfez em chuva. Até neste infortúnio absurdo mostrou quem era.

No dia 1 de Agosto de 1979, quando faleceu, a pátria perdeu um grande marinheiro, quem apenas a quis servir com o *talant de bien faire* que muito bem compreendeu nos bancos da Escola Naval.



Almirante Sarmiento Rodrigues
Fonte: Ana Maria Cavaleiro Ferreira

«Monumento de homenagem ao almirante Sarmiento Rodrigues, inaugurado na Ilha de Moçambique, em 1961, quando era governador da província. Na fase agitada que antecedeu a independência, em 1974, o monumento foi destruído. Contudo, em 1996, por iniciativa dos militares que constituíam o contingente da Cooperação Técnico-Militar Portuguesa, em Nacala, foi pedida a autorização devida para a sua reconstrução e o monumento foi reposto com a anuência do Governo de Moçambique. Foi reconstruído aproveitando partes do original e colocado no mesmo local em que fora inaugurado em 1961. Nele se pode ver a efigie do homenageado»

Fonte: Ana Maria Cavaleiro Ferreira



FONTES E BIBLIOGRAFIA

AAVV, 1999, *Almirante Sarmiento Rodrigues, 1899-1979, Testemunhos e Inéditos no Centenário do seu Nascimento*, Lisboa Academia de Marinha, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

ACADEMIA DE MARINHA, 1969–1977, *Pasta com documentos diversos, manuscritos e impressos referentes ao Vice-Almirante Sarmiento Rodrigues*.

BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA-ARQUIVO HISTÓRICO (BCM-AH), *Arquivo Particular Almirante Manoel Maria Sarmiento Rodrigues*, Cxs 1, 2, 9, 17 e 19

CENTRO DE ESTUDOS DE MARINHA (CEM), 1971–1977, *Actas das Sessões de 1970 e 1971, 1972, 1973, 1974, 1975 e 1976*, Lisboa.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA MARÍTIMA (GEHM), 1970, *Actas das Sessões de 1969 e 1970*, Lisboa.

LEITE, Joana Pereira, 1999, “Política Colonial”, *Dicionário de História de Portugal*, coord. De António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol VII, Porto, pp. 352-360.

PINTO, Rui Miguel Costa, 2014, *Gago Coutinho, o último grande aventureiro português*, Lisboa, Eranos.

PIRES, Carlos Manuel Pimenta, 2016, *A Educação dos Neocolonizadores: a Escola Colonial e a Investigação do Ultramar no Império Português (séculos XIX e XX)*, Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Lisboa, Lisboa.

RODRIGUES, Sarmiento, 1942, *A Batalha do Atlântico (estudo estratégico)*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa.

_____, 1949, *No Governo da Guiné, Discursos e Afirmações*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

_____, 1945, *A vida heróica de Nelson*, [s.n.], Lisboa.

_____, 1956, *Unidade da Nação Portuguesa*, 2 vols, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

_____, 1959, *A Evolução da Escola Naval*, Lisboa, Ministério da Marinha.

_____, 1965, *Esperanças e Realidades da Vida Portuguesa, Discursos, Conferências, Estudos*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

_____, 2005, *Contratorpedeiro Lima, Relatório do Comandante de 15 a 31 de Janeiro de 1943*, Lisboa, Edições Culturais de Marinha.

REGO, António Silva, 1980, *Elogio Académico do Vice-Almirante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*, Separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, Tomo XXI, Lisboa.

SILVA, António E. Duarte, 2006, “Guiné Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC”, *Cadernos de Estudos Africanos, Memórias Coloniais*, <https://journals.openedition.org/cea/1236>, consultado em Fevereiro de 2019.

TELO, António José, coord., 1999, *História da Marinha Portuguesa, Homens Doutrinas e Organização 1824-1974*, tomo I, Lisboa, Academia de Marinha



OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS (1922-1996)

ARQUITECTURA, HISTÓRIA E ETNOLOGIA DOS BARCOS

Álvaro Garrido

Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996) foi uma das personalidades mais intensas da cultura portuguesa do século XX. Arquitecto, professor e investigador, deixou uma obra vasta e inspiradora, sobretudo relacionada com o património naval e com as culturas marítimas. A arquitectura naval e a arqueologia náutica ocuparam boa parte da sua vida, toda ela marcada por uma virtuosa combinação entre trabalho profissional e paixão pelo estudo. Publicista incansável, personalidade de espírito curioso e metódico, produziu inúmeros trabalhos dedicados à causa das embarcações marítimo-fluviais portuguesas e galegas.

No final dos anos sessenta, o seu reconhecido labor na área do património marítimo conduziu a Marinha portuguesa a convidá-lo para assumir diversas responsabilidades. Dessa colaboração intensa nos domínios da História Marítima e da Arqueologia Naval nasceu uma frutuosa colaboração com a Marinha que se estendeu a diversas funções consultivas, nomeadamente no âmbito do Museu de Marinha e noutros organismos culturais. A partir de 1967, durante dez anos, desempenhou funções de vogal da Junta Nacional de Educação no âmbito da secção de arquitectura e urbanismo, trabalho que lhe abriu horizontes para aquilo que viria a concretizar na área do património marítimo.

Em Março de 1969, o Ministro da Marinha Almirante Manuel Pereira Crespo cria o Grupo de Estudos de História Marítima. Personalidade empenhada em modernizar a actividade cultural da Marinha e em afastar alguns sectores institucionais da Marinha da lógica reprodutora do regime, passados dois meses o Almirante Pereira Crespo nomeava os dez membros que haviam de constituir o Grupo, entre os quais se contavam grandes figuras da vida cultural da Marinha e da Universidade portuguesa: António Marques Esparteiro, Armando Cortesão, Avelino Teixeira da Mota, Humberto Leitão, Joaquim Alberto Iria Júnior, Jorge Ramos Pereira, Luís de Albuquerque, Manuel Sarmiento Rodrigues, Virgínia Rau e Octávio Lixa Filgueiras. Sarmiento Rodrigues foi eleito pelos pares o Presidente do Grupo e Teixeira da Mota assumiu o secretariado, tendo um papel decisivo na actividade desenvolvida.

Volvido um ano, o Ministro Pereira Crespo transformou o Grupo no Centro de Estudos da Marinha, uma estrutura mais sólida e dotada de maiores ambições de trabalho, composta por duas secções distintas: a de História Marítima, para a qual transitou Lixa Filgueiras e todos os restantes membros iniciais do Grupo, e a secção de Artes, Letras e Ciências, para a qual foram nomeadas outras personalidades, incluindo diversos oficiais da Armada que há muito se distinguiam como publicistas nas áreas do Direito Marítimo, da Geoestratégia e outras.

Como notou o historiador Francisco Contente Domingues, a criação ministerial do Grupo e do Centro de Estudos de Marinha não ocorreu por acaso e veio na sequência de anos férteis nos domínios da Cartografia e da Náutica, em boa medida associados às comemorações henriquinas. Havia, porém, que abrir caminho a novos temas, acompanhar as tendências historiográficas que vinham da História Económica e Social e ir além do estudo das técnicas e dos feitos de navegação (Domingues 2009: 27-29). Relativamente ao estudo das embarcações do final da época Moderna e do período contemporâneo, sobre as marinhas civis e os espaços marítimo-fluviais havia um imenso campo de pesquisa que Lixa Filgueiras ajudou a desbravar trazendo a Arqueologia e a Etnologia navais para os debates e publicações da Academia de Marinha.

Dando continuidade a esse trabalho e participando activamente nessas dinâmicas de renovação dos estudos do mar e do navio, Lixa Filgueiras viria a ser um dos fundadores da Academia de Marinha, criada em 1978 pelo Chefe de Estado Maior da Armada Almirante Sousa Leitão. Aí publicou alguns dos seus trabalhos mais valiosos. Não houve outro arquitecto no grupo de fundadores da Academia nem tão-pouco arqueólogos navais, singularidade que confere ao seu contributo científico e cultural uma particular importância.

Figura empenhada em socializar ideias e práticas de salvaguarda do património marítimo português, o Professor-Arquitecto Lixa Filgueiras desenvolveu um trabalho audaz e persistente que abriu caminho a perspectivas mais amplas e inclusivas do património cultural dos mares e dos rios. Além do contributo que é justo atribuir a outras figuras da História Marítima portuguesa, até aos anos setenta do século XX o entendimento do património cultural dos mares era estreito e redutor: confinava-se à náutica de guerra e do império e aos grandes feitos das navegações de descobrimento. Só havia património dentro da “Nação”, ou no âmbito de uma certa visão oficiosa da comunidade nacional que, obviamente, incluía o Ultramar. As ideias e práticas de património marítimo laboravam num registo historicista, pouco ligado aos territórios locais e às suas comunidades humanas, às regiões e bacias hidrográficas do país.

Essa mudança de perspectiva e a transformação dos modos de conceber o património marítimo foi o principal contributo de Lixa Filgueiras no âmbito do Grupo de Estudos de História Marítima e fora do âmbito desse organismo cultural da Marinha; foi essa a herança intelectual mais fina que nos deixou. Muitos princípios patrimoniais que hoje subscrevemos e pelos quais lutou denodadamente, algumas das “boas práticas” que hoje consideramos, seja enquanto investigadores da herança cultural

dos mares, seja como gestores ou museólogos, encontram-se na obra do Professor-Arquitecto e identificam-se com clareza nos seus registos de intervenção pública.

Os apelos e valores fundamentais do legado de Lixa Filgueiras estão claramente explicitados em diversos estudos de sua autoria publicados nas *Memórias do Centro de Estudos de Marinha*, onde constam cinco trabalhos seus entre 1975 a 1978, e nas *Memórias da Academia de Marinha*, onde publicou oito textos entre 1979 e 1994¹.

Em todos esses e noutros lugares de escrita e de alocução, o Professor-Arquitecto expressou uma ética social da conservação do património marítimo e fluvial e rasgou horizontes de investigação na área da História marítima, domínio até aí demasiado confinado ao estudo dos navios da Expansão, temática que tivera em Lopes de Mendonça e Sousa Viterbo os principais percursos. Ao garantir a sua participação regular nas importantes reuniões de História da náutica, e ao merecer o reconhecimento de Luís de Albuquerque e de outros especialistas cujos interesses de investigação ficavam longe da Arqueologia naval, Lixa Filgueiras acabou por promover um entendimento mais amplo das navegações, até então confinadas à Náutica e à Cartografia (Domingues 2009: 30-31). É disso exemplo o estudo que dedicou à caravela portuguesa, publicado nos *Anais do Clube Militar Naval* em 1969, de certa forma uma revisão crítica da velha tese de Alberto Iria que filiava a caravela latina dos Descobrimentos no caíque algarvio. No próprio Museu de Marinha foram fundamentais e muito reconhecidos os contributos de Lixa Filgueiras para a constituição de uma colecção de embarcações tradicionais portuguesas e os seus apelos à necessidade de uma maior articulação entre o discurso institucional da História Marítima e da Arqueologia naval nos modos de apresentar as colecções.

Uma vida, uma obra

Octávio Lixa Filgueiras nasceu no Porto, na freguesia da Foz do Douro, a 16 de Agosto de 1922. O ambiente piscatório da localidade onde nascera Raul Brandão e viveram outras figuras gradas da cultura portuguesa não teve influência nos trabalhos e paixões do futuro arquitecto. O seu interesse pelas embarcações foi despertado pelo trabalho de campo que fez em Castelo de Paiva tendo em vista a tese de concurso para obtenção de diploma de arquitecto. Da sua estadia prolongada nessa localidade duriense (em parte por razões de saúde), e do seu contacto com os construtores de barcos locais, entre os quais o mestre calafate Augusto Caetano de Oliveira, nasceu o interesse pelo estudo e preservação das embarcações regionais.

Em 1940, terminou com brilho o Curso Geral dos Liceus no Liceu de Alexandre Herculano, no Porto. De seguida, frequentou o primeiro ano dos estudos preparatórios de Engenharia, na Faculdade de Ciências do Porto. Por decisão própria e

¹ Veja-se a bibliografia do autor que incluímos no final deste texto. Agradeço ao Professor Miguel Filgueiras, filho do Professor-Arquitecto Octávio Lixa Filgueiras, as informações bibliográficas e outras que gentilmente me concedeu.

sentimento de vocação, decidiu mudar de curso ingressando em Arquitectura, na Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), em 1942. Depois de várias interrupções devidas a problemas de saúde, diplomou-se em 1954 com a classificação final de vinte valores. De seguida, ingressou na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas, departamento do Estado que se debatia com uma enorme carência de meios, volvida a euforia dos melhoramentos que acompanhara o “ano jubilar” de 1940.

De par com os trabalhos e estudos de Arquitectura, em meados de cinquenta Lixa Filgueiras começou a interessar-se pelas técnicas de construção dos barcos de pesca em madeira e pela ergologia das embarcações do Douro. Esse fascínio pelas embarcações antigas ou em vias de extinção conduziram-no a estudar Arqueologia marítima e problemas de Etnologia naval. Começou por calcorrear as margens durienses, observando os portos fluviais e povoados e registando as embarcações ativas e abandonadas.

Em 1958, o seu percurso profissional começou a manifestar uma clara preferência pela Arquitectura. Corajosamente, e talvez porque dois anos antes lhe fora concedida uma bolsa do Instituto de Alta Cultura através Centro de Estudos e Etnologia Peninsular, decidiu deixar o lugar que detinha no quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e iniciou carreira de docente na ESBAP, como segundo assistente do Curso de Arquitectura. Na Escola dirigida pelo mestre Carlos Ramos, lutou muito para que a renovação do ensino da Arquitectura resultante da reforma curricular de 1957 fosse mais do que uma promessa e impelisse os estudantes a “conhecer para compreender”, tal como defendeu na tese que apresentou em 1962, significativamente intitulada *A Função Social do Arquitecto* (Moniz 2010: 56-76). No âmbito da disciplina de Arquitectura Analítica, o Professor Lixa Filgueiras desenvolveu um método pedagógico inovador, assente na realização de “Inquéritos Urbanos”, de resto muito apreciados pelos alunos. O seu interesse pelas comunidades humanas, pelos costumes e tradições dos povoados ribeirinhos, levou-o a aprofundar as pesquisas sobre a arquitectura naval tradicional e erudita.

Em Portugal, Lixa Filgueiras foi dos primeiros a ligar o ensino da Arquitectura às Ciências Sociais e Humanas e daí chegou aos estudos navais e à pesquisa das tradições vernaculares dos barcos de pesca e de transporte fluvial. Como notou o Professor Alonso Romero num texto evocativo da obra de Filgueiras, “a sua formação como arquitecto ajudou-o muito na descrição da construção tradicional das embarcações portuguesas; assim como a descoberta das influências de técnicas de construção naval procedentes de outros países, alguns bem distantes de Portugal, como expressou no seu magnífico estudo sobre o saveiro” (Alonso Romero 2009: 16).

A docência na ESBAP garantia-lhe o sustento material e uma vida profissional segura, mas o trabalho de professor nunca excedeu o entusiasmo de descoberta que colocava nos seus projectos de investigação naval, entre a Arquitectura e a Arqueologia, com frequentes incursões etnológicas e históricas. Sem surpresa dos mais próximos,

de forma a dar seguimento ao seu projecto de elaboração de um *Manual de Etnologia Portuguesa* – nunca terminado –, anos mais tarde pediu para ser dispensado do serviço docente da ESBAP e dedicou-se exclusivamente aos estudos navais.

Havia que procurar o sonho de uma vida, estudar para construir conhecimento, publicar e intervir no espaço público. Nesse sentido, nos anos sessenta e setenta Lixa Filgueiras participa em numerosos congressos nacionais e internacionais sobre temas de Arquitectura, Arqueologia e Etnologia navais. Era esse, precisamente, o triângulo fundamental do seu *corpus* de investigação, referências bem evidentes na obra extensa que publicou, cujas monografias e opúsculos continuam a despertar o interesse de muitos investigadores, de arquitectos, *designers* e modelistas navais.

O trabalho porfiado que Lixa Filgueiras desenvolveu no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular enquanto essa unidade de investigação funcionou no Porto, até 1963, o que aprendera e o que vira enquanto chefe da equipa da Zona II (Trás-os-Montes/Alto Douro) do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal² e o interesse que haviam despertado os seus artigos sobre os barcos rabelos carvoeiros, tudo isso lhe valeu um reconhecimento cultural crescente, muito além da academia e do meio profissional da Arquitectura.

Em 1961 e 1962, como bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian, principiou um inquérito às embarcações tradicionais portuguesas, empreendimento ambicioso e multidisciplinar que acabaria por interromper, mas que realmente nunca abandonou. Perseverante, nunca desistiu de levar a cabo esse programa de estudo sobre os barcos de Portugal. Em Abril de 1990, assinou um Protocolo com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, então comissariada por Vasco Graça Moura, no sentido de realizar um estudo detalhado e uma grande exposição sobre “embarcações tradicionais portuguesas”. Esse trabalho não chegaria a ser concluído porque, entretanto, a morte o surpreendeu.

Entre os anos cinquenta e sessenta, quando Lixa Filgueiras ensinava na ESBAP, embora cada vez mais inclinado para o mundo dos barcos, empenhou-se no movimento associativo dos arquitectos, quer no âmbito do respectivo Sindicato Nacional, quer na organização de vários congressos nacionais de profissionais desse sector de actividade.

Depois da Revolução de Abril, em 1974, dadas as mudanças políticas que ocorreram no país e o risco de continuar a viver dependente dos trabalhos de pesquisa e dos estudos que fizesse sobre temas navais e de património, reingressa na profissão docente como professor efectivo da ESBAP, assumindo nessa Escola, durante sete meses, a tarefa de coordenador de gestão pelo facto de ser o Professor mais antigo. De 1978 a 1981 integrou o gabinete do Secretário de Estado da Cultura, o

² Octávio Lixa Filgueiras foi nomeado chefe de equipa do “Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal” em 1955. Os trabalhos do Inquérito decorreram entre 1955 e 1957 e foram realizados por seis equipas. Lixa Filgueiras trabalhou com Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias. Esse trabalho de campo resultou na publicação do livro *Arquitectura Popular em Portugal*, em 1961, obra que influenciou muito as futuras gerações de profissionais de arquitetura.

escritor David Mourão-Ferreira. Foi incumbido de apoiar a formação da Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado.

Em 1981, foi destacado para o Centro de História da Universidade do Porto. Em 1985, criada a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Lixa Filgueiras e os demais professores de Arquitectura da ESBAP transitam para ali. Tomou posse de um lugar de Catedrático em 1989 e aposentou-se em 1991. Antes e depois disso exerceu diversos cargos de grande relevância cultural, que atestam o prestígio profissional que conquistara: em 1982 e 1983 colaborou nos trabalhos da *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura* (núcleo da Madre de Deus); em 1985 foi nomeado pelo Chefe de Estado Maior da Armada vogal da Comissão para o Estudo e o Aproveitamento do Leito do Mar da Marinha; de 1985 a 1993 exerceu funções de membro do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural. No início dos anos noventa manteve uma elevada participação em diversos projectos museológicos e uma intervenção pública intensa em diversas áreas de conhecimento. Octávio Lixa Filgueiras faleceu no Porto em 11 de Março de 1996.

Cidadão empenhado e crítico, defensor das soluções cooperativas³ e do associativismo, ergueu diversas bandeiras, persuadindo o Estado português a promulgar legislação sobre aquilo que hoje se designa por “património cultural subaquático” (Alves 2009: 127-134).

Tal como é reconhecido pelos principais especialistas dessa área especializada da Arqueologia, o Professor-Arquitecto Octávio Lixa Filgueiras foi o principal mentor da Arqueologia subaquática em Portugal. A sua preocupação crescente com as pilhagens de despojos navais e com a perda irreparável de património subaquático nacional e internacional, fê-lo propor, junto da Marinha portuguesa, a constituição de um grupo de trabalho para defesa desse património. Havia que alterar legislação em vigor e promover alguma pedagogia pública sobre o problema.

Nessa área, destacou-se o seu papel como delegado português na reunião do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia sobre a defesa do Património Cultural Subaquático (Paris, 1979) e no Grupo de Trabalho incumbido de redigir a respetiva Convenção Europeia (Estrasburgo, 1980-1985). No mesmo campo de investigação, foi membro do *Hellenic Institute of Marine Archaeology e membro fundador da associação cultural Arqueonáutica – Centro de Estudos*, onde colaborou na escrita do *Livro Branco – Arqueologia ou Caça do Tesouro? Para um debate sobre a legislação do património arqueológico subaquático em Portugal* (1995). O movimento cívico que se associou a este apelo ajudou a mudar a legis-

³ Além de ter escrito sobre o tema das cooperativas de pescadores, Lixa Filgueiras empenhou-se muito na vida cultural da Cooperativa Árvore. Envolveu-se com entusiasmo na escola de ensino alternativo da cooperativa portuense e chegou a ser Presidente da Assembleia Geral.

lação, que realmente beneficiava a exploração comercial do património cultural subaquático nas águas de jurisdição portuguesa. A grande mensagem do *Livro Branco* residiu no alerta que trouxe para as questões da salvaguarda do património marítimo português, causa pela qual Lixa Filgueiras sempre se bateu.

Uma obra, um legado

Para a maioria dos estudiosos e cultores do património marítimo (ou marítimo-fluvial, como Octávio Lixa Filgueiras o entendia), o barco é a expressão máxima dos saberes do mar. Segundo esse entendimento, uma embarcação, mais a mais se for antiga, presumidamente rara ou representativa de uma tipologia caída em desuso, reúne em si, no seu significante (a materialidade da peça) e nos seus significados (tudo o que o objecto nos pode dizer), o que queiramos tomar por *cultura marítima*. Na perspectiva de Octávio Lixa Filgueiras, o princípio e fim da cultura marítima e fluvial era o barco; os barcos inseridos nos seus territórios humanos e sociais de uso e difusão. Por isso havia que compará-los em contextos culturais diversos, identificar semelhanças técnicas e simbólicas, verificar adaptações técnicas e culturais e perceber os hibridismos de formas.

Ainda que categórica e quase mística, essa identificação do barco com as culturas marítimas (e também estuarinas e fluviais) pode ser redutora. Por um lado, essa valorização do barco como “facto social total” quase sacraliza um objecto como portador máximo de uma cultura gizada nas contingências do relacionamento milenar do Homem com os mares e os rios. Por outro lado, essa relação directa e identificativa entre embarcações e culturas marítimas pode dispensar a observação de múltiplas formas de cultura material e simbólica igualmente expressivas dos saberes do mar e capazes de oferecer narrativas sobre aquilo que declaramos como património marítimo.

Uma leitura apressada da obra de Octávio Lixa Filgueiras, com certeza o mais prolífero autor português deste imenso domínio científico-cultural, levará a concluir que ele próprio assim pensou, tantos foram os trabalhos que dedicou às embarcações marítimo-fluviais e aos respectivos itinerários histórico-geográficos, ou geoculturais. No entanto, uma consulta detida das dezenas de artigos e monografias que o autor publicou em revistas portuguesas e estrangeiras, sem esquecer os textos que deixou em actas de seminários e os documentos audiovisuais que produziu, revela-nos uma perspectiva moderna do património marítimo. Toda a sua obra denuncia uma abordagem espessa da herança cultural marítima e disposta às necessárias mestiçagens disciplinares.

Lixa Filgueiras tinha plena consciência das vantagens heurísticas e sociais de se valorizarem os aspectos intangíveis da cultura marítimo-fluvial – os signos, as crenças mágicas e os costumes religiosos e pagãos. Entendia, porém, que todo esse património simbólico se expressava no barco, nas suas formas e significados ergo-

lógicos, na combinação entre experiência humana e conhecimento sintetizada na materialidade de uma embarcação.

Lixa Filgueiras insistiu muito no estudo da arquitectura naval vernacular portuguesa e aprofundou esse eixo de pesquisa durante dezenas de anos de labor. Na sua obra variada confirma-se uma atenção pioneira, até então limitada a uns poucos antropólogos de outras paragens, à dimensão estética, simbólica e mesmo religiosa dos aspectos arquitecturais do barco. Foi essa perspectiva antropológica das embarcações que exprimiu no convívio com os seus colaboradores, em múltiplas palestras e nas diversas reuniões internacionais em que participou entre as décadas de setenta e noventa do século XX, nomeadamente nos importantes *International Symposia on Boat & Ship Archaeology*, encontros científicos de que foi também organizador e fundador. Em Junho e Julho de 1975 realizou uma viagem de estudo a Inglaterra tendo participado na inauguração do sector de “Barcos Portugueses” da exposição permanente Museu Marítimo de Exeter, no sul da Inglaterra. No ano seguinte partiu em missão para Santiago de Compostela onde ajudou a criar o Grupo de Arqueologia Naval do Noroeste Peninsular (GANNO) que teve um papel importante no intercâmbio de elementos e projectos de cultura marítima entre Portugal e a Galiza.

Os trabalhos de pesquisa que Lixa Filgueiras aplicou a instituições museológicas novas ou já existentes, quer a museus marítimos quer a museus de Arqueologia e Etnografia, denotam uma clara adesão aos apelos da Nova Museologia e um entusiasmo prudente, mas progressivo, com as ideias da Eco-Museologia, que penetraram tardiamente em Portugal. São disso exemplo, logo em 1975, a orientação do estudo da ampliação da segunda fase do Museu Monográfico de Conímbriga e do Museu da Nazaré. Nos anos oitenta, salientaram-se os seus trabalhos de renovação do Museu de Antropologia da Universidade de Coimbra e o projecto de reconversão do Museu Nacional Machado de Castro, que assinou em co-autoria com Matilde Sousa Franco. Já nos anos noventa, destacou-se o seu contributo no âmbito da Comissão incumbida de elaborar um programa de renovação do Museu Nacional de Arqueologia. Durante esses anos foram poucos os projectos de museus novos ou de renovação funcional e ideográfica de espaços museológicos já existentes que não tenham contado com a colaboração de Lixa Filgueiras ou que não tenham tentado o seu concurso.

As suas ideias museológicas também deixaram registos eloquentes nos relatos de viagem a museus de Marinha e de arqueologia naval no Norte da Europa, em particular da Holanda, Inglaterra, Suécia e Noruega e, obviamente, nas múltiplas intervenções públicas que fez em defesa do património arqueológico subaquático, nomeadamente na Academia de Marinha e nos congressos da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), logo depois do 25 de Abril. Na APOM desempenhou destacadas funções na Assembleia Geral e assumiu diversas iniciativas de dinamização na região Norte do país.

Das centenas de conferências e palestras que realizou em diversos lugares públicos, em Portugal e no estrangeiro, sobressaem as que proferiu em clubes rotários, uma vez que pertencia ao distrito rotário do Porto desde 1960. Foi eleito para

o conselho de administração da Fundação Rotária Portuguesa, em 1966, e no ano seguinte para Governador do Distrito Rotário 176 (Portugal).

Entre os anos setenta e noventa, diversos museus nacionais e municipais de vocação marítima, bem como outras instituições interessadas em organizar exposições permanentes de Arqueologia e Etnologia naval, beneficiaram de projectos desenhados por Octávio Lixa Filgueiras. Entre outros exemplos dessa actividade prática disseminada pelo país, ficou a sala de Arqueologia naval do Museu Municipal Santos Rocha, da Figueira da Foz, e o contributo do Professor-Arquitecto para o programa original do Museu dos Transportes e Comunicações, no Porto.

Embora o interesse de Lixa Filgueiras pela arquitectura do barco e pelos temas navais, em geral, tenha nascido como uma curiosidade extra-profissional, depressa adoptou esses temas como problemas de estudo e cedo se preocupou com as dimensões imateriais da arquitectura naval. Por imperativos de método, do mesmo modo se interessou por disciplinas afins da arquitectura naval, a exemplo da Arqueologia náutica e da História marítima, sem as quais o estudo das embarcações antigas e as respectivas taxonomias técnico-culturais seriam impossíveis de estabelecer.

Sintoma de um perfil científico invulgarmente sólido, feito de uma ética do rigor e de grande atenção ao detalhe, em regra Lixa Filgueiras submetia os seus estudos de Arquitectura e Etnologia navais – domínios inseparáveis na sua obra – ao escrutínio da investigação partilhada em redes internacionais. Trabalhava num plano multidisciplinar e, quando necessário, interdisciplinar.

Conhecedor dos métodos de observação directa, do inquérito e do registo directo, metodologias que o modelo positivista das ciências estabelecera no século XIX, Filgueiras fez bom uso da sua formação de arquitecto, mas acrescentou-lhe os métodos indutivos das Ciências Sociais e Humanas: a leitura crítica de fontes históricas, a hermenêutica documental, a etnologia cultural comparada e, no âmbito desta, a controversa teoria difusionista, baseada no conceito operacional de “círculos de cultura” (Nunes 2001: 25-35). Metódico e resiliente, fazia trabalho de campo à boa maneira etnográfica: fotografava e desenhava as embarcações e artes observadas, registava os materiais de construção das casas, retinha aspectos particulares da paisagem e dos sítios rurais e ribeirinhos. Costumava anotar diversos detalhes por meio de palavras e de desenhos, comentando o que via. Não por acaso, as suas publicações contêm muitas gravuras e ilustrações, ligando bem as palavras e as coisas.

Atento aos desenvolvimentos da chamada escola histórico-cultural da Etnologia, Lixa Filgueiras aplicou as teses difusionistas de Viena aos seus estudos de arquitectura naval. Apoiado na geografia das populações do mundo antigo, na etnografia histórica e na “arqueologia das civilizações”, estudou os territórios marítimo-fluviais na sua relação com a ergologia dos barcos. Identificando-os com as respectivas regionalidades, chegou a propor uma taxonomia geocultural das embarcações tradicionais portuguesas, trabalho labiríntico no qual se deparou com diversos obstáculos de interpretação e com a força dos mitos de origem.

Ampliando a sua escala de análise a horizontes civilizacionais mais amplos no espaço e no tempo, o Professor-Arquitecto conjecturou sobre a filiação de cada tipologia de construção naval identificada para o espaço marítimo-fluvial português nas tradições técnicas do mundo antigo. Fê-lo especialmente em relação ao cordão mediterrânico, considerando as ligações do *mare nostrum* com o espaço ibero-atlântico, quer através da Catalunha e Andaluzia, quer através do Algarve.

Atento aos movimentos de renovação das Ciências Sociais que tiveram audiência em Portugal nos anos sessenta e setenta, em particular nos domínios da História Económica e Social e da Antropologia, entretanto fecundadas por homens como Vitorino Magalhães Godinho e Jorge Dias, o arquitecto Lixa Filgueiras revelou-se um investigador prolífero e de múltiplos contactos no mundo científico europeu. Essa faceta de “homem de redes”, ainda mais admirável na medida em que foi construída à medida do seu tempo e dos meios de comunicação que havia, reflectiu-se na sua extraordinária biblioteca de temas marítimos, uma colecção de livros e de documentos invulgarmente multidisciplinar, que se encontra à disposição de consulta no Museu Marítimo de Ílhavo⁴.

Constituído em 2008 – primeiro por depósito, depois por doação –, o “fundo especial” Octávio Lixa Filgueiras reúne apontamentos, desenhos técnicos de arquitectura e planos de embarcações, fotografias, entrevistas, cartas e relatórios. Composto por mais de seis mil títulos bibliográficos e por centenas de planos e fotografias, o espólio preservado nesse museu municipal corresponde a um conjunto variado mas coerente de registos que nos permitem perceber o método de trabalho do Professor-Arquitecto e o que procurava descobrir. Ali se reúne informação relativa a temas de Etnologia e Arqueologia Naval, Etnografia, Ciências Sociais e Museologia.

Outra parte significativa do que deixou e que a família soube e quis preservar, foi destinada ao Centro Português de Fotografia em 2009. Aí se encontram todos os negativos do espólio de Lixa Filgueiras, cerca de quinze mil, bem como as máquinas fotográficas que utilizou no seu trabalho de campo.

Por último, em 2017, a parte do espólio ligada às áreas de Arquitectura e Urbanismo, que compreende uma biblioteca especializada, desenhos de Arquitectura, textos e numerosos apontamentos, foi confiada à Fundação Arquitecto Marques da Silva.

Caso raro no nosso país, em especial quando se trata de arquivos particulares, o legado do Professor-Arquitecto encontra-se devidamente preservado e distribuído

⁴ O Protocolo de depósito do espólio particular do Prof. Arquitecto foi assinado no Museu Marítimo de Ílhavo no dia 19 de Maio de 2007. Para fins de consulta e investigação, as normas e condições de acesso ao “Fundo Especial Octávio Lixa Filgueiras” do Museu Marítimo de Ílhavo, encontram-se em www.museumaritimeo.cm-ilhavo.pt Na sequência da assinatura do referido Protocolo de depósito, convertido em doação definitiva em 2012, realizou-se no Museu Marítimo de Ílhavo, nos dias 17 e 18 de Novembro de 2008, o Colóquio internacional “Octávio Lixa Filgueiras: Arquitecto de Culturas Marítimas”. Os textos das comunicações foram reunidos num volume de título homónimo já aqui citado, por mim coordenado e por Francisco Alves, publicado pela Âncora Editora em 2009.

por instituições capazes de o valorizar e de facilitar o acesso à consulta dos bens públicos que o compõem. A noção elevada e exigente que Lixa Filgueiras tinha do serviço público encontrou assim bom seguimento na família e nos descendentes.

Alguns apelos e lições para o futuro

Assumindo-se como um investigador socialmente responsável e empenhado em vencer inércias, Lixa Filgueiras nunca se limitou a declarar a necessidade de se preservar o património marítimo de maneira fechada sobre si própria. Na verdade, nunca subscreveu a ideia do “património pelo património”, como se o quisesse entender e praticar de forma reprodutora e fechada. Em diversos lugares de escrita e na colaboração que deu a diversos projectos de renovação de museus nacionais e municipais, combateu todas e quaisquer visões alegóricas do património. Fê-lo na solidão dos seus textos, em numerosas alocuções públicas e, de maneira incómoda, sempre que notou desatenções graves nas áreas de responsabilidade do Estado relativamente ao património marítimo, mas também à arqueologia e a formas de arquitectura popular.

Não foram os projectos de arquitectura e construção que mais o interessaram e que dele fizeram uma figura pública reconhecida e de carácter singular. Como profissional liberal, não concretizou muitos projectos. Por encomenda de particulares e de forma muito selectiva, desenhou, porém, algumas habitações familiares e estabelecimentos comerciais. Assinou também uns poucos projectos para instituições e empresas públicas, a exemplo do Museu Etnográfico de Viseu, da Caixa Geral de Depósitos de Vila do Conde e das estações de telefones da Lapa, de Gaia, de Matosinhos e da Foz do Douro.

Notável professor de Arquitectura, certamente dos melhores da sua geração, Lixa Filgueiras foi o primeiro cultor de uma etnografia náutica portuguesa, como salientaram Eric Rieth e Fernando Alonso Romero, companheiros de diversos trabalhos e das mesmas causas. Homem de muitas ciências, de humor fino e de extremo rigor em tudo o que fazia, embora fosse arquitecto de formação nunca se contentou com a linguagem das estruturas e dos materiais. A funcionalidade social das construções, as tradições vernaculares e o enraizamento da arquitectura na topografia cultural dos territórios humanos eram pontos de ordem na visão de Lixa Filgueiras.

O barco como arquitectura; o barco como sistema técnico; a semiologia cultural do barco, era essa a sua tríade analítica, a base do seu programa de pesquisa. No entendimento de Lixa Filgueiras, o barco era mais do que uma construção admirável pelo simples facto de se destinar à navegação. Era também um objecto humano, um testemunho cultural ou mesmo um indício de civilização. As embarcações não lhe interessavam apenas enquanto artefactos materiais e testemunhos de determinada técnica de construção naval, mas enquanto património móvel que estivera ou permanecia associado a uma actividade flutuante e a modos de vida de povoados

marítimo-fluviais. Ainda que evitando abrir hostilidades teóricas ou desvalorizar o trabalho de outros, sempre o inquietou que, em Portugal, quase não houvesse uma Antropologia marítima. Havia que construí-la de outros modos.

Enviesadamente, amiúde de forma superficial e ligeira, a obra de Lixa Filgueiras continua a ser evocada para fins de legitimação de projectos patrimoniais despidos de base teórica e de uma base científica provisional. Referimo-nos a activações patrimoniais diversas que, estando relacionadas com os patrimónios marítimos e com esta ou aquela tradição naval, exprimem meras vontades nostálgicas de preservar por preservar, sem que se perceba porquê e para quê.

Lixa Filgueiras cultivou uma etnografia náutica escorada num trabalho de investigação sério e exigente. Nunca se limitou a descrever e a enumerar embarcações com finalidades meramente evocativas ou nostálgicas. Antes se ocupou do estudo, nem sempre consequente, já o dissemos, das origens remotas dos barcos e das suas genealogias inter-culturais. A tese de licenciatura que apresentou na Escola Superior de Belas Artes do Porto, em 1954, intitulada *Urbanismo: um Tema Rural*, já exprimia a sua inquietação sobre a questão das formas primitivas de habitação e património. Nesse trabalho de partida para muitos outros, já se manifestava o seu interesse pela ergologia e cultura material das comunidades rurais e já se lhe notava um esforço de inclusão do património recuperado na vida das comunidades, inserindo-o nas suas paisagens humanas e sociais.

Os estudos que Lixa Filgueiras produziu e publicou sobre a distribuição das embarcações fluviais do Douro, nomeadamente o seu célebre conjunto de artigos *Rabões da Esquadra Negra* (1956) e *A Arquitectura do Rabelo* (1993), este último publicado, numa versão resumida, nas *Memórias da Academia de Marinha* tendo servido de argumento a um belo documentário de cinema, evidenciam a sua preocupação de relacionar as tipologias navais com os modos de produção e a organização social das populações.

Todo esse trabalho labiríntico de pesquisa foi conduzido com finalidades de natureza social: segundo uma lógica de inclusão das formas ancestrais de habitação e construção naval nos planos urbanísticos e, em geral, no ordenamento do território.

O estudo e a acção institucional de Lixa Filgueiras nunca deixaram de ser substantivos e não se lhe notavam lógicas de influência. Antes revelaram o propósito de sensibilizar os poderes públicos, a “comunidade científica” e os próprios cidadãos para as causas do património marítimo e fluvial, apontando no sentido de uma conservação participativa.

Cerca de setenta anos depois da publicação, em 1891, da obra carismática do comandante Baldaque da Silva dedicada à transição das pescas para uma industrialização difícil de regular, perante o abandono e desaparecimento de inúmeros barcos que há séculos povoavam o litoral português, nos anos sessenta do século XX Lixa Filgueiras imaginou um amplo programa de estudo das embarcações tradicionais portuguesas. O tiro de partida foi dado em 1962, quando publicou o capítulo

“Barcos” no terceiro volume de *A Arte Popular em Portugal*, obra coordenada por Fernando de Castro Pires de Lima.

A decifração filogenética das embarcações emblemáticas das principais zonas de costa, a exemplo do barco de mar associado à arte de xávega ou do barco poveiro, foi um trabalho arriscado, mas que teve no levantamento das influências e dos caminhos de difusão, no inventário e no agrupamento tipológico, as suas principais vantagens de conhecimento e de sensibilização patrimonial. Lixa Filgueiras fê-lo no sentido de identificar, estudar e preservar os barcos e vestígios arqueológicos navais, esquema clássico da investigação aplicada a projectos patrimoniais. Obstinado com o seu trabalho, acabou por despertar uma plêiade de interessados nos temas marítimos para a problemática das “embarcações tradicionais”, património cuja revalorização actual assenta em bases frágeis, dada a sua excessiva subordinação à cadeia de valor do turismo.

A propósito do actual movimento patrimonial em torno das *embarcações tradicionais* – nem sempre tradicionais, na verdade –, importa perceber se estamos perante uma realidade patrimonial sustentável. A questão pode ser pertinente, na medida em que evoca a encruzilhada do património com que se debatem as sociedades contemporâneas e os próprios museus marítimos. Além do apelo que lançou aos museus marítimos e outros para que conjugassem o navalismo historicista com as culturas marítimas locais, Lixa Filgueiras desafiou essas instituições para a importância do que hoje entendemos por “desenvolvimento sustentável”, antecipando diversos temas de literacia dos mares.

Registar e classificar as embarcações tradicionais cujos cascos ainda jazem nas praias, nos portos de abrigo e estuários é hoje uma tarefa simples. Sobretudo se for desenvolvida em rede e sem a obsessão de sacralizar os espécimes “autênticos” e “típicos” segundo critérios de erudição naval, em regra puristas, mas amiúde distantes da memória social das comunidades ou do modo como as populações ribeirinhas recordam a vida que viveram nesses barcos, a bordo ou em terra.

No outro extremo de um eventual programa de acção em prol das “embarcações tradicionais portuguesas” – sendo certo que algumas iniciativas existem, embora confinadas a territórios locais e regionais, como os estuários do Cávado, do Sado ou do Tejo –, encontramos a panaceia do turismo cultural. Receita vaga, muitas vezes é servida de forma apressada e artificial pelos poderes públicos, assentando em iniciativas efémeras de especulação e lazer que, embora criem cadeias de valor importantes, nem sempre garantem o desenvolvimento das populações nem a sustentabilidade do meio natural.

O que nos disse Lixa Filgueiras a propósito dos dilemas sociais relacionados com a gestão do património, sobre os conceitos e práticas mais adequados para prevenir populismos patrimoniais? Que papel imaginou para os museus marítimos e que ética lhes recomendou para que evitassem converter os objectos e artefactos imateriais em simples mercadorias simbólicas?

Na sua ampla cultura e no inestimável contributo que deu para a História marítima portuguesa e para a museologia em geral, Filgueiras nunca concebeu o património, nem tão pouco os estudos históricos, arqueológicos e etnográficos, como enxertos do passado no presente. Não tinha uma visão historicista do património, nem um entendimento estanque das colecções e conjuntos de artefactos. A sua visão da arquitectura, da paisagem e da cultura material era realmente social. Assim a podemos considerar porque incluía os contextos socio-económicos e na medida em que procurava a reinserção do património na sua paisagem humana, sem iludir as tensões entre a tradição e a modernidade e os próprios dilemas da conservação.

Quanto aos museus, nunca os entendeu como locais de entretenimento ou alegorias memoriais. Em seu entender, o património implicava estudo e trabalho aturados, mensagem que importa escutar, sob pena de deixarmos cair as instituições de gestão do património no reduto limitado dos “conteúdos” ou na simples animação sociocultural.

Os caminhos que Lixa Filgueiras apontou para uma resposta ética e socialmente empenhada à problemática do património marítimo permanecem actuais. Sabemos que os recursos tecnológicos ao dispor dos profissionais e as próprias condições institucionais de pesquisa (legislação sobre património, universidades, museus públicos e instituições da própria sociedade civil) são hoje muito mais favoráveis à concretização de projectos em rede e a acções culturais em escala do que no passado recente. Todavia, quando um agente do património – seja ele um simples pescador ou um artesão naval, seja um ele um interlocutor institucional – se depara com o casco de um barco que supõe raro e que lhe desperta um sentimento de perda que apela à conservação, a tarefa complica-se: primeiro, quanto às opções de preservação ou mesmo de reconstituição da autenticidade estrutural do vestígio de embarcação; segundo, quanto aos fins patrimoniais, ou às narrativas simbólicas a que se destina a embarcação declarada ou registada como património; por último, costumam surgir entraves resultantes da ausência de legislação, inibições de direito de propriedade e outras (Magalhães, 2015).

Seja como for, tendo-se deparado com estas vicissitudes num contexto de rápido declínio das pescas, das navegações marítimas e fluviais em geral, Lixa Filgueiras bem notou que as vantagens da memória documental e da investigação para fins de conservação de embarcações seriam tanto maiores quanto o tempo condenasse ao desaparecimento diversos tipos de barcos tradicionais. Ontem como hoje são preciosos os arquivos, os documentos, as monografias publicadas e as colecções museológicas de arqueologia e arqueografia que permitem conhecer e identificar retrospectivamente. Mas há sempre que convencer os decisores políticos e as tutelas institucionais de que não há património nem turismo cultural sem investigação e sem conhecimento de base científica. Detalhe perturbador e trabalhoso que amiúde se quer dispensar.



Fotos Octávio Lixa Filgueiras
Fonte: Cortesia da família Lixa Filgueiras

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Francisco (2009), “A Arqueologia Subaquática em Portugal – o legado de Octávio Lixa Filgueiras”. In Álvaro Garrido e Francisco Alves (coord.), *Octávio Lixa Filgueiras – Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa: Âncora Editora/Museu Marítimo de Ílhavo.
- DOMINGUES, Francisco Contente (2009), “Lixa Filgueiras: um arqueólogo naval na Academia de Marinha”. In Álvaro Garrido e Francisco Alves (coord.), *Octávio Lixa Filgueiras – Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa: Âncora Editora/Museu Marítimo de Ílhavo.
- GARRIDO, Álvaro e ALVES, Francisco (2009), *Octávio Lixa Filgueiras – Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa: Âncora Editora/Museu Marítimo de Ílhavo.
- _____, (2018). *As Pescas em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MAGALÃES, Ivone (2015), “A libertação da via da água na salvaguarda dos patrimónios marítimos”. *Argos*, nº 3.
- MONIZ, Gonçalo Canto (2010), “A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969 ». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 91, pp. 56-76.
- NUNES, Francisco Oneto (2001), “A Antropologia Marítima em Portugal. Um breve excurso”. In Inês Amorim (org.), *As Pescas – Dicionário do Trabalho e das Ocupações*. Oeiras: Celta.
- ROMERO, Fernando Alonso (2009), “Homenaje a Octávio Lixa Filgueiras”. In Álvaro Garrido e Francisco Alves (coord.), *Octávio Lixa Filgueiras – Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa: Âncora Editora/Museu Marítimo de Ílhavo.
- SILVA, A. A. Baldaque da (1891), *Estado Actual das Pescas em Portugal, Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em todo o Continente do Reino, Referido no Anno de 1886*. Lisboa: Imprensa Régia.

BIBLIOGRAFIA DE OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS

Letras, artes visuais

Trabalhos individuais

- Requiem às Glórias do Mundo, e outros poemas*, Porto, (1948), 79 pp., 2 grav.
- “O Chefe da Estação”, (conto), in *A Nova Renascença*, nº 20, Outubro/Dezembro, Porto, 1985, pp. 349–370 [reedição, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, Escola Superior Artística do Porto, 2007].
- “O(s) Estatuto(s) do Artista” (ensaio), in *Prelo*, nº 8, Julho/Setembro, Lisboa, 1985, pp. 71–76, 2 grav.
- “O DEDO – Mistério policial desfiado circunstancialmente num exercício imagético para deleite dos espíritos e estudo dos costumes” (conto), in *Cadernos do Tâmega*, nº 5, Amarante, Junho 1991, pp. 37–46.
- “O FAROL, angustiada estória de como um grande Amor acaba em Ódio implacável, com a vingança de um dos amadores após a sua efectivada morte civil” (conto), in *Cadernos do Tâmega*, nº 9, Amarante, Junho 1993, pp. 78–98.
- “A FESTA” (conto, homenagem I a Amadeo de Souza Cardoso), in *Cadernos do Tâmega*, nº 10, Amarante [Dezembro, 1993], pp. 62–73.
- “O GIRASSOL” (conto), in *Cadernos do Tâmega*, nº 11, Amarante, Junho, 1994.

“O DERRADEIRO VÔ DO IOGURTE F.K.005” (conto), in *Cadernos do Tâmega*, nº 12, Amarante, Dezembro, 1994.

“O INFILTRADO” (conto), in *Cadernos do Tâmega*, nº 13, Amarante, Junho, 1995.

Arquitectura, Urbanismo

Trabalhos individuais

“Uma Adega Cooperativa”, in *Arquitectura*, nº 42, Lisboa, 1952, pp. 11–13, 5 grav.

“Urbanismo — Um Tema Rural”, in *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. III, nº 4, Lisboa, 1954, pp. 419–540, 27 grav.

“Sobre XII Séculos de Arquitectura Moderna”, in *1º Ciclo de Conferências do Centro Técnico da Indústria da Madeira*. Com uma apresentação pelo Prof. Arq. Carlos Ramos, Porto, 1956, pp. I-IX, 113–143, 17 grav.

“Castelo de Paiva e o seu porto fluvial”, in *Jornal O Pejão*, nº 92, Porto, 1956.

“Aditamento à Grille CIAM d’Urbanisme”, in *Arquitectura*, nº 66, Lisboa [1959] 12 pp., 3 grav.

Da Função Social do Arquitecto — Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada, Porto (1962), 142 pp., 62 grav. Reeditado pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, em 1985, com um Prefácio do Arq. Pedro Vieira de Almeida.

“Um Centro Comercial”, in *Boletim Especial da Escola Superior de Belas Artes do Porto — Provas dos Concursos para Professores de Arquitectura, Urbanologia, Pintura, Escultura, Desenho*. Porto, 1962–1963, pp. 34–40, 61–69, 13 grav.

“Inquéritos Urbanos” da Cadeira de Arquitectura Analítica da E.S.B.A.P., in *Revista de Urbanismo*, do Centro de Estudos Duarte Pacheco (só publicada a primeira experiência), Lisboa, 1970.

“O Hospital, imagem da comunidade”, in *Boletim dos Amigos do Hospital de Santo António*, nº 1, Porto, 1977.

“A Escola do Porto, 1940–1969”, in *Carlos Ramos — Exposição Retrospectiva da sua obra*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986, 86 pp., 14 grav.

“Ante-Projecto do Museu Etnológico de Viseu”, in Alberto Correia, *O Museu Etnológico de Viseu*, Viseu, s.d., pp. 33–41. Abrantes, 1967.

Em colaboração

(c/ A. Viana de Lima, F. Távora, Napoleão Amorim, Arnaldo Araújo, C. Carvalho Dias, Alberto Neves), “Aldeia Nova — X Congresso CIAM”, in *Arquitectura*, nº 64, Lisboa, 1959.

(c/ Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias), “Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal — Zona II, Trás-os-Montes/Alto Douro”, Lisboa, 1960, vol. I, pp. 113–215, 212 grav.; 2ª edição, Lisboa, 1980 [3a edição, Lisboa, 1988].

(c/ Duarte Castel-Branco, Nuno L. Grande, António Figueiredo, Nuno Guedes de Oliveira, J. M. Pereira de Oliveira), “Porto/Projecto/Cidade Nova”, Porto, 1985, pp. 101.

(c/ Duarte Castel-Branco, Nuno L. Grande, António Figueiredo, Nuno Guedes de Oliveira, J. M. Pereira de Oliveira), “Opções do Plano/Opções Políticas”, Porto, 1985, pp. 46.

Arqueologia Naval, Etnologia Naval, Museus

Trabalhos individuais

- “Rabões da Esquadra Negra”, sep. de *O Pejão*, nº 87 a 93, Porto, 1956, 77 pp., 80 ilustr.
- “Considerações sobre a Estrutura do Rabelo”, sep. das *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, vol. III, Coimbra, 1957, 11 pp., 2 ilustr.
- “Os Povos Germânicos e a Navegação do Douro”, sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XX, Porto, 1957, 17 pp., 20 ilustr.
- “A Arte de Construção no Estudo das Tradições Navais”, sep. de *Studium Generale*, vol. V, Porto, 1958, 17 pp., 21 ilustr. [reedição digital na colectânea *Barcos de Portugal*, Museu Marítimo de Ílhavo, 2013].
- “A Lancha Poveira e o Saveiro de Valbom”, sep. de *Studium Generale*, vol. V, Porto, 1958, 9 pp., 28 ilustr.
- “Tipologia dos Barcos do Douro”, sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXII, Porto, 1959, 16 pp., 20 ilustr.
- “Barcos do Douro”, in “Página Literária” de *O Comércio do Porto*, 1959.
- “Protecção Mágica dos Barcos do Douro”, sep. de *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos “Dr. José Leite de Vasconcelos”*, vol. III, Porto, 1960, 13 pp., 16 ilustr.
- “Rumo, Palavra-chave da Arte de Construção Naval”, sep. da *Revista de Guimarães*, vol. LXXI, Guimarães, 1961, 15 pp., 5 ilustr.
- “Da Navegação do Douro”, sep. das *Actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia*, in *Studium Generale*, vol. IX, Porto, 1962, 24 pp., 9 ilustr.
- “Barcos”, cap. VIII de *A Arte Popular em Portugal*, Editorial Verbo, Lisboa, (1963), 64 pp., 44 ilustr. [reedição digital na colectânea *Barcos de Portugal*, Museu Marítimo de Ílhavo, 2013].
- “Entre Normandos e Árabes nas Margens do Douro [II]”, sep. de *Studium Generale*, vol. X, Porto, 1963, 49 pp., 22 ilustr. [“Entre Normandos e Árabes nas Margens do Douro”, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos, 1964].
- “Barcos Portugueses”, in *FOCUS — Enciclopédia Internacional*, ed. Livraria Sá da Costa, vol. I, Lisboa (1964), 2 pp., 6 ilustr.
- “Construções Navais Portuguesas”, sep. do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, vol. I, Coimbra, 1965, 32 pp., 6 mapas [reedição digital na colectânea *Barcos de Portugal*, Museu Marítimo de Ílhavo, 2013].
- “Barcos da Costa Norte, sua Contribuição no Estudo de Áreas Culturais”, sep. das *Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia*, in *Lucerna*, vol. IV, Porto, 1965, 36 pp., 35 ilustr.
- “Acerca das Siglas Poveiras”, sep. das *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, in *Lucerna*, vol. V, Porto, 1966, 30 pp., 12 ilustr.
- “O Barco Poveiro”, sep. do *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, ed. da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1966, 297 pp., 89 ilustr. (Prémios Rocha Peixoto/Póvoa de Varzim; e Gomes Pereira/Barcelos).
- “Da Caravela Portuguesa”, sep. dos *Anais do Club Militar Naval*, vol. XCIX (tomo 10 a 12), Lisboa, 1969, 41 pp., 10 ilustr.

“Sobre as Origens do Barco Poveiro”, sep. do *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. IX, no 2, Póvoa de Varzim, 1970, 79 pp., 47 ilustr.

“No Crepúsculo das Embarcações Regionais”, sep. das *Actas do XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências — Colóquio 2*, Tomo III, Lisboa, 1970, 62 pp., 38 grav. [reedição digital na colectânea *Barcos de Portugal*, Museu Marítimo de Ílhavo, 2013].

“Les Bateaux de Pêche de Póvoa de Varzim et le Sinagot”, in *Actas do Colóquio Comemorativo do Cinquentenário da Criação na Bretanha do Ensino do Português*, ed. Université de Haute Bretagne, Tomo I, Rennes, 1973, pp. 63–73, 9 grav.

“Remanescentes de Formas de Navegar Pré-Romanas em uso no Noroeste Peninsular”, sep. das *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Porto, 1974, pp. 223–247, 23 grav.

“A Propósito da Protecção Mágica dos Barcos do Douro”, sep. de *In Memoriam António Jorge Dias*, ed. Instituto de Alta Cultura, vol. II, Lisboa, 1974, pp. 187-214, 10 grav.

“Comentários Técnicos da Tese do Moçarabismo Náutico [(I-II)]”, ed. Centro de Estudos de Marinha, Lisboa, 1975, 72 pp., 70 grav. [*Memórias do Centro de Estudos de Marinha*, vol. V, pp. 67–136, 1975].

“A Necessidade dos Museus nas Sociedades em Transformação Acelerada”, in *Actas do Colóquio APOM-75*, ed. APOM, Figueira da Foz, 1975, pp. 111-115.

“A lancha poveira de dois mastros”, sep. do *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. XV, no 2, Póvoa de Varzim, 1976, 52 pp., 36 ilustr.

“A Jangada de S. Torpes — um problema de Arqueologia Naval”, in *Memórias do Centro de Estudos de Marinha*, Lisboa, 1977, 25 pp., 23 grav. [vol. VI, pp. 199–221, 1976].

“Museus de Marinha e de Arqueologia [Naval — Impressões de uma missão de estudo à Inglaterra e Holanda (19 de Setembro a 19 de Outubro de 1976)]”, in *Memórias do Centro de Estudos de Marinha*, Lisboa, 1977, 30 pp., 8 grav. [vol. VI, pp. 297-324, 1976].

Recensão Crítica de “O rio Douro Lendário...” de Guilherme Felgueiras, in *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1977, pp. 676–677.

“The Xavega-Boat, a case-study in the integration of archaeological and ethnological data”, *Sources and Techniques in Boat Archaeology*, Greenwich, 1977, pp. 77–114, 25 grav.

“A Propósito da Protecção Mágica dos Barcos”, in *Memórias do Centro de Estudos de Marinha*, Lisboa, 1978, 78 pp., 82 grav. [vol. VII, pp. 63–133, 1978].

“A Presumptive Germanic Heritage for a Portuguese Boat-Building Tradition”, in *Medieval Ships and Harbours in Northern Europe*, Greenwich, 1979, pp. 45–81, 28 grav.

“Aspects de l’organisation des colmeias (rûches) de pêcheurs dans le nord-ouest du Portugal”, in *Seaman and Society*, Perthes, 1980, pp. I-13/I-22, 3 gráficos.

“Cooperativas de Pesca: primeiros ensaios na Póvoa de Varzim”, in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. XIX, no 1, Póvoa de Varzim, 1980.

“A evidência das Navegações desde o Bronze — necessidade de uma cartografia específica”, in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, 1980, 14+6 pp., 7 grav.

- “The decline of Portuguese Regional Boats”, *Maritime Monographs and Reports*, nº 47, Greenwich, 1980, 39 pp., 45 grav., 2 mapas.
- “Os Barcos da Nazaré no Panorama da nossa Arqueologia Naval — Pré-aviso sobre acções cautelares a promover nas zonas portuárias dos Coutos de Alcobaça”, Centro de Estudos de Marinha, Lisboa, 1981, 62+36 pp., 42 ilustr. [*Memórias do Centro de Estudos de Marinha*, vol. VIII, pp. 27–86, 1978].
- “Barcos de Pesca de Portugal”, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, vol. CXXXVIII, série “Separatas”, Coimbra, 1981, 48+38 pp., 50 ilustr. [reedição digital na colectânea *Barcos de Portugal*, Museu Marítimo de Ílhavo, 2013].
- “Navegação à vela — Barcos à vela dos rios portugueses”, in *Anais do Club Militar Naval*, Lisboa, 1982, pp. 1017–1066, 42 ilustr. [reedição digital na colectânea *Barcos de Portugal*, Museu Marítimo de Ílhavo, 2013].
- “Santos Graça, contribuição para o estudo das raízes ideológicas duma obra”, in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. XXI, no 2, Póvoa de Varzim, 1982, pp. 201-220, 4 ilustr.
- “A Nave esculpida numa torre da Sé do Porto — Ensaio de identificação”, in *Arqueologia*, Porto, 1982, pp. 112–117, 5 ilustr.
- “As Embarcações nos Ex-Votos”, in *Ex-Voto, painéis votivos do Rio, do Mar, do Além-Mar*, Museu de Marinha, Lisboa, 1983, pp. 29-70, 210 grav. + 32 (a cores), do Catálogo da Exposição.
- “Barcos”, in *Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura — Núcleo do Convento da Madre de Deus*, Lisboa, 1983, pp. 75–79.
- “A interpretação do Barco do Lima em termos de Arqueologia Naval”, in *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto*, Braga, 1983, pp. 433–444, 7 ilustr.
- “Fishing crafts in Portugal”, in *The Fishing Culture of the World*, ed. Prof. Doutor Béla Gunda, Akadémiai Kiadó, Budapeste, 1983, pp. 143–180, 33 grav.
- “Das influências nórdicas nas embarcações tradicionais do NW Peninsular”, in *Actas do I Colóquio de Antropologia de Galicia*, Coruña, 1984, pp. 182–188, 6 grav.
- “Algumas cenas e cenários ribeirinhos de Vila Nova de Gaia em gravuras dos séculos XVII a XIX”, in *Actas das Ias Jornadas de História Regional e Local/Gaia-II*, Vila Nova de Gaia, 1984, pp. 361–431, 63 grav.
- “As jangadas de botos”, in *Lucerna — Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto, 1984, pp. 291-308, 11 grav.
- “The Book of all Tagus Boats, including cargo and passenger, as well as fishing crafts”, in *Post-Medieval boat and Ship Archaeology; papers based on those presented to an International Symposium on Boat and Ship Archaeology in Stockholm in 1982*, ed. Swedish National Maritime Museum, Stockholm, 1985, pp. 193–232, 37 grav.
- “Canoas de Tablas de tipo Mesopotámico en zonas de influência Tartésica”, in *Actas do VI Congresso Internacional de Arqueologia Submarina* (Cartagena 1982), Madrid, 1985, pp. 337–341.
- “Armações do barco poveiro — Modalidades”, in *Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima*, Póvoa de Varzim, 1985, vol. 2, pp. 13–25, 15 grav.
- “Uma Presumível Herança Germânica na Construção Naval Tradicional Portuguesa”, in *Memórias da Academia de Marinha*, Lisboa, 1985, 48 pp., 37 grav. [vol. IX, 1979 [1986]].

“Os Painéis Introdutórios da Exposição de Oslo — Critérios e Conceitos”, in *Memórias da Academia de Marinha*, Lisboa, 1985, 59 pp., 13 grav.

“Introdução ao Caderno de Todos os Barcos do Tejo, por João de Souza, Lente d’Arquitectura Naval e Desenho da Companhia de Guardas Marinhas”, in *Memórias da Academia de Marinha*, Lisboa, 1985, 52 pp., 43 grav.

“Embarcações Regionais Portuguesas”, pagelas das emissões filatélicas publicadas pelos C.T.T., Lisboa 1977 (Barcos de Mar), 1980 (Barcos dos Rios), 1985 (Barcos dos Açores).

“Embarcações Bordalesas e os Barcos do Douro”, in *Actas das Ias Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia* (Porto, Março de 1984), Porto, 1986, pp. 147–170, 19 grav.

“Barco Rabelo — Um retrato de família”, catálogo da Exposição, textos e legendas. Centro Regional de Artes Tradicionais (ed. fotocopiada), Porto, 1987, pp. 22; ed. em livro pela Casa A. A. Calém & Filho, Porto, 1989, 127 pp., 87 grav., (ed. trilingue)

“Património Cultural Sub-Aquático — Proposta de Convenção Europeia”, sep. das *Actas do Colóquio de Etnografia Marítima*, ed. Museo do Pobo Gallego, Santiago de Compostela, 1988, pp. 197–207.

“The Traditional Portuguese Boats in the context of the settlement process: a general survey”, sep. das *Actas do 4th International Symposium on Boat and Ship Archaeology — Local Boats*, B.A.R. International Series, Oxford, 1988, pp. 375–413, 51 grav.

“Exposição de Homenagem a H. M. Seixas”, Museu de Marinha, Lisboa, 1988, pp. 5–27 (tot. pp. 284 c/79 grav. e legendas, de H. M. Seixas).

“Influências da e na Arquitectura Naval Tradicional Portuguesa”, in *Actas da Conferência Internacional Os Portugueses no Mundo*, vol. IV, ed. Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1989, pp. 83–102, 12 grav.

“Palavras proferidas pelo Prof. Arq. ...”, in *I Paineis das Caravelas — 12 de Dezembro de 1984*, Academia de Marinha, Lisboa, 1989, pp. 53–62.

“Algumas reflexões para a definição de uma política de defesa do novo património arqueológico sub-aquático”, Academia de Marinha, Lisboa, 1989, 54 pp. [*Memórias da Academia de Marinha*, vol. XVI, 1987 [1993]].

“Na descoberta de Portugal”, Academia de Marinha, Lisboa, 1989, 21 pp., 8 grav. [*Memórias da Academia de Marinha*, XVI, 1987 [1993], 22 pp.].

“Gelmirez e a reconversão da construção naval tradicional do NW (séculos XI-XII): os seus prováveis reflexos na época dos Descobrimentos”, in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, Porto, vol. II, 1989, pp. 539–576, 18 grav.

“O Barco Poveiro — Tentativa de decifração filo-genética”, in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. XXVI, nº 2, Póvoa de Varzim, 1989, pp. 433–466, 19 grav.

“The Barco do Mar and the Thera boats breed”, in *Ship Construction in Antiquity/II Symposium*, Athens, 1991.

“Gelmirez and the reconversion of the NW Peninsular Ship-building Tradition (XIXII centuries)”, in *Proceedings of the 5th International Symposium on Boat and Ship Archaeology*, ed. Oxbow Books, Oxford, 1991.

“Le Portugal — les Embarcations Traditionnelles”, in *Le Patrimoine Maritime et Fluvial/Colloque International ESTUAIRE 92* (ed. pol. prov. das Actas), Nantes, 23–25 avril 1992, pp. 91–101, (s/ ilustr.)

“Le Portugal — les Embarcations Traditionnelles”, in *Actes du Colloque (Nantes, 1992) Le Patrimoine Maritime et Fluvial* (Paris, 1993), pp. 105–115, 20 ilustr. [reedição digital na colectânea *Barcos de Portugal*, Museu Marítimo de Ílhavo, 2013].

“Barcos para Santiago — Reflexões”, in *Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela — Actas*, Ed. Távola Redonda, Porto, 1992, pp. 23–41, 23 ilustr.

“Memória da Amizade”, in *In Memoriam Luís Albuquerque*, Museu Municipal de Santos Rocha, Figueira da Foz, pp. 55–59.

“III Portugal”, in *Common European Maritime Heritage Congress Proceedings*, ed. The Netherlands Scheepvaart Museum, Amsterdam (1993), pp. 36–41, 4 ilustr.

“Alguns vestígios de antigas práticas rituais de protecção mágica dos barcos portugueses”, in *Mediterrâneo, Actas do 1º Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica*, 3º vol., pp. 279–301, 31 ilustr., Lisboa, 1993 [*Mediterrâneo, Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades Mediterrânicas*, nº 3, Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa].

Traineiras da Costa Portuguesa, I-II pagelas das emissões filatélicas dos C.T.T., Lisboa, 1993/94.

Traineiras da Costa Portuguesa/Seiners of the Portuguese Coast. Edição bilingue, Clube do Coleccionador, CTT, 1994, 132 pp., 93 ilustr.

“A influência dos mestres construtores de Génova e Pisa na reconversão da construção naval no sec. XII na Galiza — Base técnica dos navios dos Descobrimentos”, in *Actas do I Simpósio de História Marítima*, Academia de Marinha, Lisboa, 1994, pp. 341–350, 14 ilustr.

“Curriculum de Dr. João da Gama Pimentel Barata” [“Homenagem a Pimentel Barata”], in *Memórias da Academia de Marinha*, vol. XV, pp. 5–7, 1986 [1995]. Separata: “Comunicação do Prof. Arq. ... na sessão de homenagem à memória de João da Gama Pimentel Barata”, Academia de Marinha, Lisboa, 1986, 2a ed. 1997, pp. 5–10.

“Arqueologia Naval: Defesa de um Património Específico”, Sessão Comemorativa do 1º Centenário da Arqueologia Naval em Portugal, in *Memórias da Academia de Marinha*, vol. XXII, pp. 31–43, Lisboa, 1992.

“Os Pseudo-rabelos dos Estaleiros Urbanos”. Revista *Gaya*, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, nova série, vol. 1, 2009 [no prelo]. Resumo publicado: 1.as Jornadas de Antropologia Cultural de Vila Nova de Gaia, 23–25 de Outubro de 1987. Vila Nova de Gaia: Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Gaia, 1987, p.17.

“Barcos do Douro — Comentários Técnicos da sua Iconografia (séculos XVIII-XX)”, sep. da Revista *Gaya*, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, nº 6, 1988–1994, pp. 263–306, 29 ilustr.

“Arquitectura do Rabelo”, in *Memórias da Academia de Marinha*, vol. XXIII, Lisboa, 1993, 8 pp.

“Nas Origens do Grupo de Estudos de História Marítima”, Sessão Comemorativa do 25º Aniversário da Criação do Grupo de Estudos de História Marítima, in *Memórias da Academia de Marinha*, vol. XXIV, Lisboa, 1994, 5 pp.

“Património Naval — Valores”, in *Actas do Seminário Pescas e Navegações na História de Portugal (Séculos XII a XVIII)* (1992), *Cadernos Históricos VI*, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 1995, pp. 49–64, 22 ilustr.

O Barco Poveiro, edição revista. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Contemporânea Editora, 1996, 231 pp., 68 ilustrações.

Reedição digital, sob o título *Barcos de Portugal*, ed. Álvaro Garrido, Museu Marítimo de Ílhavo, 2013, de: “A Arte de Construção no Estudo das Tradições Navais”; Barcos” (in *A Arte Popular em Portugal*); “Construções Navais Portuguesas”; “No Crepúsculo das Embarcações Regionais”; “Barcos de Pesca de Portugal”; “Navegação à vela — Barcos à vela dos rios portugueses”; “Le Portugal — les Embarcations Traditionnelles”.

Em colaboração

FOCUS — Enciclopédia Internacional, ed. Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1964. (Que artigo?)

(c/ Alfredo Barroca), *O Caique do Algarve e a Caravela Portuguesa*, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, vol. XLVI, série “Separatas”, Coimbra, 1970, 39 pp., 12 ilustr.

(c/ vários), *To Masjoner og Havet*, Norsk Sjøfarts Museum, Oslo, 1980, 34 pp., 17 ilustr.

(c/ vários), *Noruega-Portugal, duas Nações voltadas para o Mar*, Museu de Marinha, 1981, 80 pp., 38 ilustr.

(c/ vários), *À Descoberta de Portugal*, Ed. Selecções do Reader’s Digest, Lisboa, 1982.

(c/ Matilde Sousa Franco), *Proposta de reconversão do Museu Nacional de Machado de Castro*, Coimbra, 1984, LXII, 4 grav.

Local Boats — Fourth International Symposium on Boat and Ship Archaeology, Porto 1985”, edited by O. L. Filgueiras, B.A.R. International Series, vols. 438 (i+ii), Oxford, 1988.

COLABORADORES DO VOLUME

ANA MARIA HOMEM LEAL DE FARIA é doutorada em História Moderna – Relações Internacionais, professora com agregação (jubilada) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigadora do Centro de História da mesma Faculdade, académica de número da Academia Portuguesa da História, sócia fundadora da Associação dos Professores de História, membro do Conselho Nacional de Educação, da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa e de várias outras instituições científicas. Recebeu os prémios Aristides de Sousa Mendes e Gulbenkian de História de Portugal. A sua principal área de trabalho é a História das Relações Internacionais e da Diplomacia Moderna e Contemporânea. Na Faculdade de Letras orientou os seminários de mestrado e doutoramento em História das Relações Internacionais e História Moderna, lecionou as cadeiras de História Moderna da Portugal e de História da Cultura Moderna e dirigiu o Mestrado em Ensino da História. Publicou vários livros e tem numerosos artigos em revistas nacionais e internacionais.

ÁLVARO GARRIDO é professor associado com agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde coordena o grupo de História Económica e Social. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20). É director do Museu Marítimo de Ílhavo (2003-2009) e consultor do mesmo Museu (2009-2018). Na qualidade de director do Museu Marítimo de Ílhavo, tomou a iniciativa de acolher e preservar, primeiro em depósito, depois em doação, o espólio do Professor-Arquitecto Octávio Lixa Filgueiras. Os temas de história e economia das pescas, do corporativismo e da economia social são centrais no seu projecto de investigação. Tem uma vasta obra dedicada à história da pesca do bacalhau, reunida em diversos livros, filmes e numerosos artigos e capítulos de livros. Recentemente publicou os seguintes livros: *A Economia Social em Movimento. Uma História das Organizações* (em co-autoria com David Pereira, 2018, Tinta-da-China); *Queremos uma Economia Nova! O Corporativismo Salazarista* (EDIPUCRS, Brasil) e *As Pescas em Portugal* (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018), trabalho distinguido com o Prémio Almirante Teixeira da Mota da Academia de Marinha, 2018. Em co-coordenação com David Starkey, prepara um livro intitulado *Too Valuable to be Lost: Overfishing in the North Atlantic since 1880*, a publicar em 2019 na De Gruyter Oldenbourg (Berlim).

ANTÓNIO COSTA CANAS ingressou na Escola Naval em 1985, concluindo em 1990 o curso de Marinha. É especializado em Submarinos e em Navegação, e está habilitado com o Curso Geral Naval de Guerra e o Curso Complementar Naval de Guerra. Passou parte da sua carreira embarcado, especialmente nos três submarinos da classe *Albacora*, contando com mais de 25 000 horas de navegação. Comandou a corveta *Jacinto Cândido*, entre 2005 e 2007. Prestou serviço no Museu de Marinha durante cinco anos, sendo diretor do mesmo durante dois anos e meio. É professor da Escola Naval desde 2000. Além da licenciatura da Escola Naval é licenciado em História, e ainda Mestre e Doutor em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Possui pós-graduação em História e Filosofia das Ciências. Tem mais de seis dezenas de artigos e alguns livros publicados, especialmente sobre História da Marinha e História da Ciência Náutica.

ARTUR TEODORO DE MATOS, natural da ilha de S. Jorge, é professor catedrático aposentado da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. Foi ainda professor nas Universidades dos Açores, de Macau e Católica Portuguesa Na Universidade dos Açores organizou o Departamento de História e o Centro de Estudos Gaspar Frutuoso. Na Universidade Nova de Lisboa criou o mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa e o CHAM – Centro de Humanidades. Na Universidade de Macau criou o Departamento de Estudos Portugueses e o Centro de Estudos Luso Orientais. Na Universidade Católica foi vogal e vice-presidente do CEPCEP e director da HUMANITAS – *Unidade de coordenação da investigação científica*, da FCH. Foi ainda director do Centro de Estudos Damião de Gois da CNCDP/ANTT e do Centro de Pré-história e Arqueologia do IICT. Tem proferido cursos e conferências em diversas universidades e outros locais do mundo e é autor de muitos estudos e livros, quase todos sobre os Descobrimentos e Expansão Portuguesa, área da sua especialidade.

CARLOS MANUEL BAPTISTA VALENTIM. Nasceu em Lagos em 1967. Oficial Superior da Armada. Ingressou na Marinha em 1985, tendo desde então prestado serviço em várias unidades navais e em terra. É licenciado em História (1999) e Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2008). Obteve o diploma de Estudos Pós-Graduados em História, Defesa e Relações Internacionais(2010), sendo doutorando em História, Estudos de Segurança e Defesa no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

É Oficial Superior da classe de Técnicos Superiores Navais. Exerceu as funções de Oficial Adjunto da Comissão Cultural da Marinha (2001-2006), Professor Efectivo da Escola Naval (2006-2011), Chefe do Arquivo Intermédio do Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha (2012-2015) e atualmente é chefe do Departamento de Museologia do Museu de Marinha. Publicou os livros *O Trabalho de uma vida. Bibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2007, *A Marinha no Movimento Revolucionário Republicano (1905-1910)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2010 e diversos estudos em revistas e obras coletivas. Organizou e comissariou diferentes exposições. É Membro Associado do Centro de Investigação Naval da Escola Naval/Marinha, Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, Membro Efectivo da Academia de Marinha.

FERNANDO DAVID E SILVA nasceu em Lisboa em 1947, onde iniciou os estudos. Entre 1962 e 1965 fez os anos finais do liceu em Lourenço Marques, regressando a Lisboa em 1965 para entrar na Escola Naval, graduando-se em 1969 na especialidade de engenheiro maquinista naval. Cumpriu diversas comissões de embarque passando, a partir de 1977, a prestar serviço nos organismos técnicos da Marinha e no Arsenal do Alfeite. Foi professor da Escola Naval em dois períodos (1985-1989 e 1994-1999), intercalados por uma comissão de serviço em Macau, onde dirigiu as Oficinas Navais. Promovido a contra-almirante em 2000, foi director de Navios e, na situação de Reserva a partir de 2004, assessor do superintendente dos Serviços do Material, vogal do Conselho Superior de Disciplina da Armada e juiz militar no Tribunal da Relação do Porto. Passou à Reforma em 2011. É licenciado em História (2011) e mestre em História Marítima (2014) com uma dissertação sobre *A*

Armada em meados do séc. XIX. É doutorando em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2015-), preparando uma tese sobre *A Liga Naval Portuguesa (1900-1939)*. Assinou artigos sobre engenharia naval e, mais tarde, sobre História, sendo autor de duas monografias e quatro dezenas de capítulos de livros, conferências, comunicações e artigos. Foi arguente e membro de júris de mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e na Escola Naval. Pela sua actividade no âmbito da História Marítima, recebeu os prémios Joaquim Costa (*Revista da Armada*, 1999), Almirante Barroso (*Anais do Clube Militar Naval*, 2010), Defesa Nacional (Comissão Portuguesa de História Militar, 2012) e Almirante Sarmiento Rodrigues (Academia de Marinha, 2013). É investigador associado do Centro de Investigação Naval e do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, e membro efectivo da Academia de Marinha.

FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES. Professor Catedrático do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde dirige os estudos pós-graduados em História Marítima. É membro Emérito (2011) da Classe de História Marítima da Academia de Marinha (eleito em 1984), da qual foi vice-presidente entre 2005 e 2015. Dedicou-se principalmente ao estudo da História Marítima e da Expansão portuguesa e europeia entre os séculos XV e XVII, com particular atenção aos aspectos técnicos da navegação, mormente ao estudo do navio e da arqueologia naval. Colaborou proximamente com o professor Luís de Albuquerque, notadamente como coordenador do *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (1994), e é desde 2004 o principal responsável pela organização das Reuniões Internacionais de História da Náutica que aquele iniciou em 1968.

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA é doutorado em Geografia Humana pela Universitat Autònoma de Barcelona e Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. É investigador integrado do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, investigador associado do CHAM - Centro Humanidades, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores e membro correspondente da Academia de Marinha. As suas publicações mais recentes são dedicadas a temas de História da Geografia e da Cartografia e bibliografia geográfica europeia sobre Macau e a China das dinastias Ming e Qing. Presentemente, coordena a equipa portuguesa do Projecto de investigação «Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX» (FCT/CAPES 8513/14-7 – 2016-2019).

JORGE SEMEDO DE MATOS, oficial de Marinha, com o posto de capitão de fragata, é professor efectivo da Escola Naval, desde 1996, e director adjunto do Mestrado em História Marítima, ministrado em associação pela Escola Naval e pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Licenciado em História, Mestre em História dos Descobrimentos Portugueses e Doutor em História dos Descobrimentos e da Expansão pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com a tese

Roteiros e rotas portuguesas do Oriente nos séculos XVI e XVII. Membro emérito da Academia de Marinha, pertence ao Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar, à Comissão Internacional de História da Náutica e a diversas outras instituições relacionadas com o estudo e investigação no âmbito da História Marítima e História da Náutica. Enquanto historiador especializado publicou várias dezenas de artigos científicos e outras colaborações em obras colectivas, e participou em numerosos fóruns científicos, nacionais e internacionais, relacionados com os temas centrais dos seus estudos. Destaca a sua participação na Comissão Científica para a edição das *Obras Completas* de Pedro Nunes. Prémio “Almirante Sarmento Rodrigues-2017”, conferido pela Academia de Marinha, para trabalho de Investigação no âmbito da História da Náutica.

JOSÉ MANUEL MALHÃO PEREIRA. Oficial da Armada Portuguesa, onde ingressou em 1959, é licenciado em Ciências Sócio Militares pela Escola Naval. Fez os cursos de Fuzileiro Especial e de Especialização em Navegação, é mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa e doutor em História e Filosofia das Ciências pela Universidade de Lisboa. Entre outras funções na Armada, prestou serviço na Guiné em duas comissões de combate, uma como Fuzileiro e outra como comandante da LDG *Alfange*. Foi instrutor e professor de Navegação da Escola Naval e comandou a Corveta *Honório Barreto* e os Navios Escola *Vega* e *Sagres*. Tem-se dedicado à investigação da história da náutica portuguesa, europeia e de outros povos marítimos. Participou em inúmeros congressos, seminários, conferências, *workshops* em Portugal e em muitos países da Europa, África, América e Ásia. É autor de diversas monografias sobre a história da náutica e colaborou em obras colectivas do mesmo tema. Além da Academia de Marinha, é sócio de outras instituições académicas nacionais e estrangeiras. De entre as condecorações que lhe foram atribuídas destacam-se as Cruzes de Guerra de primeira e de segunda classes e a Comenda da Ordem de Santiago da Espada.

MANUEL LOBATO. Nascido em Lisboa em 1956, é licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1980), Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1993), e Doutor em História pela Universidade Nova de Lisboa (2014), com uma dissertação sobre “Comércio, Conflito e Religião. Portugueses e Espanhóis nas Ilhas Molucas de 1512 a 1618. Contribuição para o estudo da presença europeia na Insulíndia na época dos Descobrimentos” (Lisboa, IICT, 2004). Foi bolseiro da Fundação Oriente e professor convidado do Mestrado de Estudos Orientais da Universidade Católica (2008-2011). Investigador Auxiliar, foi vice-coordenador do Centro de História do IICT (2008-2012). É presentemente Investigador Integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa, lecionando diversas matérias nas licenciaturas em Estudos Asiáticos e História e na pós-graduação em História da Faculdade de Letras de Lisboa. É autor de uma centena de artigos em revistas especializadas e vários livros editados e co-editados relacionados com a presença portuguesa na África Oriental e na Ásia marítima (especialmente Moçambique, Índia e Timor) nos séculos XVI a XIX.

MARIA DE FÁTIMA REIS é doutora em História Moderna pela Universidade de Lisboa, onde é professora associada com agregação na Faculdade de Letras, investigadora do Centro de História, directora dos cursos de Artes e Humanidades e de Estudos Gerais e directora da cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste da mesma Faculdade. É secretária-geral da Academia Portuguesa da História, académica efectiva da Academia de Marinha, membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do conselho científico do Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão e delegada da Fundação para a Ciência e Tecnologia na Aliança Internacional para a Memória do Holocausto. A investigação tem-se centrado na história da Assistência, Caridade e Saúde, na história social das elites e na história da diáspora sefardita.

